



**FUNDO
AMAZONIA**

**15
ANOS**

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2022

Mensagem da ministra

O ano de 2023 representa um momento simbólico e importante da história do Fundo Amazônia. Ao retomar suas atividades, o fundo reassume o papel de apoio à conservação e ao desenvolvimento sustentável da maior floresta tropical do planeta.

Este relatório é publicado ao mesmo tempo que significativas mudanças ocorrem no país e no próprio fundo. Por decisão do presidente Lula, em seu primeiro dia de mandato, o fundo teve sua governança reativada, pondo fim a quatro anos sem aprovação de projetos e recebimento de novos recursos. Graças ao Decreto 11.368/2023, foi possível a recomposição do Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA) que, em sua primeira reunião do ano, aprovou as novas diretrizes para a aplicação de recursos a projetos prioritários relativos ao enfrentamento do desmatamento e à crise humanitária e sanitária indígena.

A reinstalação do COFA e suas deliberações recuperam o necessário vínculo do fundo com as políticas do Governo Federal atreladas à redução do desmatamento e ao desenvolvimento sustentável da região, previstas nas ações do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), igualmente restabelecido no primeiro dia do mandato presidencial, por meio do Decreto 11.367/2023.

O Fundo Amazônia é fruto dos resultados obtidos pelo governo brasileiro na histórica redução do desmatamento, verificada entre os anos de 2004 e 2012, que levou à diminuição das emissões de gases de efeito estufa, propiciando uma contribuição expressiva ao enfrentamento das mudanças do clima, um dos mais graves desafios atuais da humanidade. Agora, dada a comprovação de que a conservação da Amazônia voltou a receber a devida prioridade por parte do governo, antigos parceiros que fizeram os primeiros aportes ao fundo manifestam sua intenção de realizar novas contribuições financeiras, bem como surgem promissoras perspectivas da adesão de novos doadores. Isso inequivocamente evidencia a recuperação da credibilidade do Brasil junto à comunidade internacional.

Acredito que o Fundo Amazônia não apenas retorna fortalecido, como também aumentará significativamente seu papel fundamental no apoio a ações estratégicas necessárias à transição para uma economia sustentável, com soluções baseadas na natureza e na promoção da sociodiversidade e da bioeconomia.

Marina Silva

MINISTRA DO MEIO AMBIENTE

Mensagem do presidente

O planeta e a humanidade estão diante de um dos seus maiores desafios: a necessidade inadiável de enfrentar e mitigar a crise ambiental e as emergências climáticas. Para a ciência não há mais dúvidas de que a emissão de gases de efeito estufa e o conseqüente aquecimento global intensificam a ocorrência de eventos climáticos extremos. No Brasil, por exemplo, milhares de cidades têm sofrido com inundações e deslizamentos ou com secas e estiagens. O resultado desse desastre ambiental é o comprometimento das safras, da oferta de alimentos, da energia e do regime de águas.

O Brasil é o quinto maior emissor de gases de efeito estufa do mundo e metade dessas emissões é provocada por desmatamentos e queimadas. Nosso país tem a mais rica biodiversidade e abriga a maior floresta tropical do mundo, o que nos abre uma imensa janela de oportunidades, mas também aumenta nossa responsabilidade. É nossa obrigação preservar a Amazônia e suas populações, comunidades tradicionais e povos indígenas. A Amazônia coloca o Brasil no mundo ou tira o Brasil do mundo.

A partir dessa visão, em um passado recente, o Brasil se tornou líder dos países em desenvolvimento e assumiu a vanguarda de políticas de baixa emissão de carbono. Tivemos papel destacado no Acordo de Paris e assumimos metas ousadas para conter o aquecimento global, inspirando outras nações a firmarem uma aliança planetária em torno da preservação da vida em toda sua diversidade. Ou seja, o país já demonstrou capacidade para promover a redução do desmatamento e pode voltar a liderar os esforços globais de descarbonização.

Em um futuro próximo, o Brasil estará mais uma vez na presidência dos BRICS e na liderança do G20, e receberá o importante evento COP-30, reassumindo o protagonismo da agenda da preservação ambiental no concerto das nações. É fundamental aproveitar esse cenário para intensificar a defesa da Amazônia.

Em nossa visão, algumas diretrizes serão fundamentais:

- > reconstruir as condições para enfrentar o desmatamento mediante operações de comando e controle;
- > viabilizar projetos estruturais e com escala que gerem desenvolvimento sustentável e mantenham a floresta em pé, protegendo e atendendo de forma emergencial os mais vulneráveis; e
- > desenvolver a infraestrutura, a indústria limpa e a pesquisa científica, gerando novas oportunidades de emprego e renda para os 28 milhões de habitantes da região.

O ano de 2023 inicia-se com boas e novas perspectivas para o Fundo Amazônia, que constitui o primeiro passo para essa necessária transição verde. Depois de um período em que a aprovação de novos projetos foi suspensa após a extinção dos órgãos colegiados de governança, chegou o momento de reconstruir essa história de desafios e oportunidades que completa 15 anos.



Resistindo à ausência de aprovação de novos projetos que marcou o período entre 2019 e 2022, o Fundo Amazônia manteve apoio aos projetos já contratados antes de 2019 e nesse intervalo desembolsou R\$ 448 milhões para projetos socioambientais, o que representa uma média de R\$ 112 milhões por ano em recursos financeiros não reembolsáveis. São valores significativos e demonstram a robustez dessa experiência exitosa desenvolvida pelo Brasil para captação e aplicação de recursos de financiamento climático que resistiu ao desmonte e à paralisação dos projetos.

Um dos pilares do Fundo Amazônia é a sua governança, que está sendo retomada e fortalecida, com ampla participação social, e que tem no Comitê Orientador (COFA) seu locus basilar, com a presença de representantes de povos indígenas, academia, pequenos agricultores, indústria e organizações socioambientalistas, além dos governos federal e estaduais, num espaço de debate e diálogo plural orientado pela eficiência e equidade na utilização de recursos essenciais para a Amazônia.

A transparência e o controle no uso dos recursos é outro compromisso inegociável do BNDES. Todos os projetos apoiados pelo Fundo Amazônia passam por processos normatizados, documentados e auditados dentro do banco por profissionais que pautam seu trabalho no mais alto padrão de dedicação e espírito público. O fundo passa anualmente por duas auditorias externas, e nos últimos anos foi fiscalizado por órgãos de controle federal que verificaram milhares de documentos e não encontraram irregularidades.

A soma dos esforços de forma articulada permitirá que nosso país promova inclusão social e conservação ambiental, valorizando a diversidade cultural, sem renunciar ao desenvolvimento econômico e científico.

O BNDES tem compromisso inadiável com um modelo de desenvolvimento econômico, social e ambiental sustentável em que a Amazônia tem papel prioritário, e o Fundo Amazônia ocupa o lugar de instrumento fundamental para promover uma transição ecológica justa e portadora de futuro.

Aloizio Mercadante

PRESIDENTE DO BNDES



Sumário

Sumário executivo	5
Introdução	7
Apresentação	8
Objetivos do Fundo Amazônia.....	8
Evolução recente, desafios e perspectivas	11
Governança, captação e comunicação	14
Governança do Fundo Amazônia	15
Captação de recursos.....	17
Comunicação	21
Desempenho operacional	23
Perfil da carteira de projetos.....	24
Aspectos contábeis e financeiros	27
Auditorias	29
Monitoramento e avaliação de resultados	30
Contextualização	31
Quadro lógico do Fundo Amazônia	32
Monitoramento de indicadores regionais.....	35
Quadro de resultados dos projetos	50
Salvaguardas do Fundo Amazônia	59
Contribuição do Fundo Amazônia para os objetivos de desenvolvimento sustentável.....	60
Promoção da equidade de gênero em projetos de produção sustentável.....	62
Avaliação de efetividade.....	63
Gestão de riscos do Fundo Amazônia	66
Projetos concluídos	73
Projetos concluídos em anos anteriores	160
Projetos em execução	168
Anexos	176
Anexo 1 – Relatório de auditoria e demonstrações financeiras do Fundo Amazônia e relatório de auditoria de cumprimento.....	177
Anexo 2 – Diretrizes e critérios para aplicação dos recursos e focos de atuação para o biênio 2017-2018	199
Anexo 3 – Cancelamentos, alterações de valores e suplementações.....	212
Anexo 4 – Modelo de quadro de resultados para projetos apoiados pelo Fundo Amazônia	216
Índice de projetos	227

SUMÁRIO EXECUTIVO

FUNDO AMAZÔNIA: apoia, com recursos não reembolsáveis, ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável da Amazônia Legal.

Até 20% dos seus recursos podem ser utilizados no desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento em outros biomas brasileiros e em outros países tropicais.

FUNDO AMAZONIA

Criado em 1º de agosto de 2008 (Decreto 6.527), o fundo começou a operar em 2009.

Em 2022, chegou ao total de:



102 PROJETOS APOIADOS



R\$ **1,51** bi DESEMBOLSADO



R\$ **1,75** bi TOTAL DE APOIO

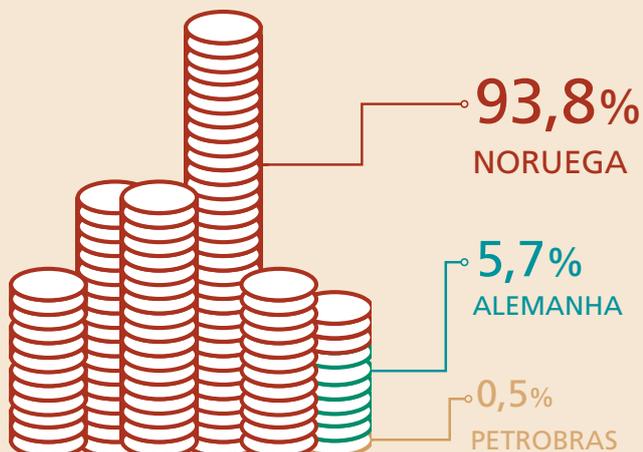


R\$ **3,4** bi EM DOAÇÕES RECEBIDAS

NÚMERO DE PROJETOS APOIADOS POR LOCALIZAÇÃO



ORIGEM DAS DOAÇÕES



NATUREZA DAS INSTITUIÇÕES APOIADAS (% DO VALOR)



COM AS AÇÕES APOIADAS, FORAM ALCANÇADOS OS SEGUINTE RESULTADOS:



1,1 milhão
de imóveis rurais inscritos no Cadastro Ambiental Rural (CAR)



1.896 missões
de fiscalização ambiental efetuadas



653 organizações
comunitárias fortalecidas



241 mil
pessoas beneficiadas com atividades produtivas sustentáveis



196 unidades
de conservação apoiadas



101 terras indígenas
da Amazônia apoiadas



603 publicações
científicas ou informativas produzidas



32.837 incêndios florestais ou queimadas combatidos
pelos bombeiros militares



326 órgãos ambientais
fortalecidos (federais, estaduais e municipais)

Gestão e governança

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES)

A gestão do fundo é realizada pelo BNDES, responsável por contratar e monitorar os projetos apoiados, bem como por divulgar as atividades e os resultados.

A estrutura de GOVERNANÇA é composta de dois comitês:

COMITÊ ORIENTADOR DO FUNDO AMAZÔNIA (COFA)
Integrado por representantes do Governo Federal, dos governos estaduais e da sociedade civil. O COFA determina as diretrizes e acompanha os resultados obtidos pelo fundo.

COMITÊ TÉCNICO DO FUNDO AMAZÔNIA (CTFA)
Composto por especialistas independentes, o CTFA atesta as reduções de emissões de gases de efeito estufa oriundas do desmatamento.

Monitoramento e avaliação

Em 2022, foram finalizados 13 projetos, totalizando sessenta projetos concluídos. São quatro projetos de governos estaduais, sendo três deles relativos ao CAR. Os outros nove projetos concluídos no ano foram de instituições do terceiro setor e se voltaram à promoção da bioeconomia florestal da região, ao apoio aos pequenos agricultores, aos povos indígenas e à gestão ambiental municipal.

Foram concluídas mais duas avaliações temáticas realizadas por consultores independentes que englobaram 11 projetos, nos temas projetos indígenas e cadeias produtivas sustentáveis, disponíveis na seção de avaliações externas do *website* do Fundo Amazônia.

No *website* também está publicada a Avaliação de Efetividade do Fundo Amazônia, realizada por especialistas independentes. Essa avaliação compreendeu o período de 2009 a 2018, correspondente aos dez primeiros anos de atuação do fundo.

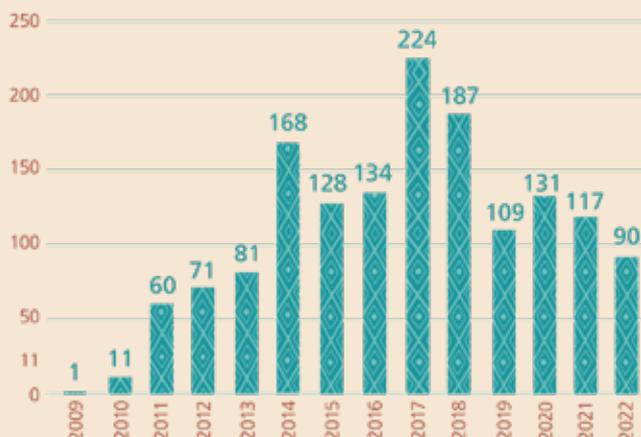
Transparência

Publicação de informações atualizadas sobre projetos apoiados, doações recebidas, governança, bem como avaliações de efetividade do Fundo Amazônia.

www.fundoamazonia.gov.br

* Veja explicação detalhada na seção "Governança do Fundo Amazônia" do capítulo "Governança, Captação e Comunicação" deste relatório.

DESEMBOLSOS ANUAIS (EM R\$ MILHÃO)





INTRODUÇÃO

Apresentação

O Fundo Amazônia é um instrumento de financiamento de ações para Redução de Emissões Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal (REDD+).¹

Foi proposto pelo Brasil em 2007, na 13ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (UNFCCC), e teve sua criação autorizada ao BNDES em 2008, por meio do Decreto Presidencial 6.527. Foi constituído para receber doações voluntárias para aplicação não reembolsável em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, de conservação e de uso sustentável da Amazônia Legal.

O Fundo Amazônia já recebeu aproximadamente R\$ 3,4 bilhões em doações, sendo 93,8% provenientes do governo da Noruega, 5,7%, do governo da Alemanha, por meio do KfW Entwicklungsbank, e 0,5%, da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras).

Com relação ao apoio a projetos, o fundo termina o ano de 2022 com uma carteira de 102 projetos apoiados, dos quais, sessenta estão concluídos. Os recursos financeiros alocados aos projetos apoiados somam cerca de R\$ 1,8 bilhão. Desse valor, 79,5% já foram desembolsados.

Os resultados só não foram mais expressivos porque, em decorrência do Decreto 9.759, de 11 de abril de 2019, os dois comitês que compunham a governança do Fundo Amazônia – o Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA) e o Comitê Técnico do Fundo Amazônia (CTFA) – foram extintos e, por consequência, os doadores do fundo determinaram a suspensão do fluxo de apoio a novos projetos pelo BNDES. Essa condição foi revertida somente no início de 2023, com a assinatura do Decreto 11.368, de 1º de janeiro de 2023, que retomou a governança anterior do fundo e permitiu a reabertura do processo de análise de propostas pelo BNDES.

Objetivos do Fundo Amazônia

Para alcançar seus objetivos, o Fundo Amazônia apoia projetos em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável da Amazônia Legal nas seguintes áreas temáticas especificadas no Decreto 6.527/2008:

- I. gestão de florestas públicas e áreas protegidas;
- II. controle, monitoramento e fiscalização ambiental;
- III. manejo florestal sustentável;

¹ REDD+ é um instrumento desenvolvido no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês) para recompensar financeiramente países em desenvolvimento por seus resultados relacionados a atividades de: (i) redução das emissões provenientes de desmatamento; (ii) redução das emissões provenientes de degradação florestal; (iii) conservação dos estoques de carbono florestal; (iv) manejo sustentável de florestas; e (v) aumento dos estoques de carbono florestal.

- IV. atividades econômicas desenvolvidas a partir do uso sustentável da vegetação;
- V. zoneamento ecológico-econômico (ZEE), ordenamento territorial e regularização fundiária;
- VI. conservação e uso sustentável da biodiversidade; e
- VII. recuperação de áreas desmatadas.

O decreto prevê ainda a utilização de até 20% dos recursos do fundo no apoio ao desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento em outros biomas brasileiros e em florestas tropicais de outros países.

O Fundo Amazônia no BNDES

O BNDES, empresa pública federal fundada em 1952, atua no financiamento de diversos segmentos da economia brasileira, como infraestrutura, indústria, micro e pequenas empresas, entre outros, incentivando a inovação, o desenvolvimento territorial e as boas práticas socioambientais. Além disso, tem como um de seus objetivos estratégicos contribuir para a modernização do Estado brasileiro com a melhoria da qualidade e eficiência na prestação dos serviços de educação, saúde e segurança.

A missão do BNDES é viabilizar e propor soluções que transformem o setor produtivo e promovam o desenvolvimento sustentável do país. Ao longo de sua história, o Banco apresenta um legado expressivo de resultados para o desenvolvimento do Brasil.

O exercício de suas diversas atividades requer a capacitação permanente de seus empregados, admitidos por meio de concurso público em âmbito nacional. As decisões do BNDES são fundamentadas por parâmetros técnicos e submetidas à auditoria e ao controle de órgãos externos.

Para o BNDES, responsabilidade social, ambiental e climática é valorizar e integrar as dimensões social, ambiental e climática em sua estratégia, políticas, práticas e procedimentos, em todas as suas atividades, incluindo seu relacionamento com partes interessadas: empregados, clientes e usuários de seus produtos e serviços, investidores, comunidades impactadas por sua atuação, fornecedores e outros parceiros relevantes. A atual Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) foi aprovada pela Diretoria do BNDES em 7 de abril de 2022 e por seu Conselho de Administração em 13 de junho de 2022.²

A declaração de valores e o compromisso com a ética do BNDES estão expressos em sua Política Corporativa de Integridade. Aprovada em 2020, ela estabelece diretrizes e atribuições necessárias ao fortalecimento da integridade, visando prevenir, detectar e remediar casos de corrupção, desvios, fraudes, irregularidades ou outros atos ilícitos praticados contra o Sistema BNDES ou contra terceiros, no país e no exterior, em consonância com as legislações brasileira e estrangeira aplicáveis.

² Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/desenvolvimento-sustentavel/o-que-nos-orienta/prnac-e-seus-instrumentos>

O BNDES dispõe de um amplo portfólio de instrumentos financeiros para promover o desenvolvimento sustentável, oferecendo condições mais atrativas de apoio a setores com externalidade socioambiental positiva, a exemplo de energia renovável, saneamento, mobilidade urbana, restauração florestal e agricultura sustentável. Sua atuação tem como diretrizes estratégicas contribuir para a preservação do patrimônio socioambiental do país e promover a transição justa para uma economia neutra em carbono, resiliente e adaptada ao clima, fomentando o crescimento econômico e posicionando o Brasil como polo para investimentos sustentáveis no cenário internacional. O Banco continua priorizando o apoio às energias renováveis, que representou 41% da parcela de desembolsos destinados à economia verde em 2022, totalizando R\$ 17,6 bilhões em liberações. Também é o gestor da parte reembolsável dos recursos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, mais conhecido como Fundo Clima, apoiando projetos nas mais diversas frentes, como Cidades Sustentáveis e Mudança do Clima, Máquinas e Equipamentos Eficientes e Resíduos Sólidos, entre outros subprogramas.

Como exemplo mais recente da atuação do Banco nessa agenda, destaca-se a iniciativa Floresta Viva, lançada em 2021 para implementar projetos de restauração ecológica com espécies nativas e sistemas agroflorestais nos biomas brasileiros. Em parceria inédita com empresas públicas, privadas e governos estaduais, foi possível mobilizar, até o momento, cerca de R\$ 700 milhões a serem executados no prazo de sete anos. O primeiro edital do Floresta Viva, Manguezais do Brasil, foi lançado no fim de 2022, destinado ao apoio não reembolsável a projetos de recuperação da vegetação nativa em áreas de manguezal e restinga do país. Serão R\$ 44 milhões em recursos para apoiar até nove projetos das três macrorregiões (Costa Norte, Nordeste/Espírito Santo e Sul/Sudeste) definidas no Plano de Ação PAN Manguezal, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Além do apoio a projetos, o BNDES atua em diversos fóruns nacionais e internacionais sobre o tema, como a Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP FI) e a Climate Action in Financial Institutions (comunidade de instituições financeiras, públicas e privadas, que tem o objetivo de compartilhar boas práticas, ferramentas e metodologias), por exemplo. Ainda, o BNDES firmou parcerias com a International Finance Corporation (IFC) – do grupo Banco Mundial, referência em avaliação de riscos socioambientais – e com o governo britânico, por meio da iniciativa Partnership for Accelerated Carbon Transition (UK PACT), bem como participou de fóruns multissetoriais, como o Laboratório de Inovação financeira (LAB), liderado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pela Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE). Destaca-se também que, no ano de 2021, o BNDES formalizou sua adesão ao Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), iniciativa que envolve mais de 1.700 membros no Brasil e mais de 20 mil no mundo, contribuindo para o desenvolvimento de práticas empresariais mais sustentáveis. Todos esses fóruns ajudam a buscar soluções para os novos desafios que surgem.

Em abril de 2022, a agência Moody's ESG Solutions renovou a avaliação atribuída ao BNDES em 2021, mantendo o *rating* A1+, o mais alto de sua escala, além de acrescentar um ponto a mais na avaliação do Banco e posicioná-lo no 86º lugar entre as 4.890

empresas participantes do *ranking* mundial. O BNDES ocupou a quarta colocação entre as 854 organizações analisadas em mercados emergentes, situando-se entre os 2% mais bem qualificados no *ranking* das instituições mais sustentáveis do mundo.

Evolução recente, desafios e perspectivas

Em 2022, as atividades de análise e aprovação de novos projetos continuaram suspensas, sem avanços significativos nas conversas entre doadores e governo brasileiro em relação à retomada da governança do fundo.

Mesmo sem aprovar novos projetos no período entre 2019 e 2022, o Fundo Amazônia desembolsou nesses quatro anos R\$ 448 milhões para projetos já aprovados e contratados. Esse montante representa uma média de R\$ 112 milhões por ano em recursos financeiros não reembolsáveis para projetos socioambientais. São valores significativos, que demonstram a robustez do modelo desenvolvido pelo Brasil para a captação e aplicação de recursos para financiamento climático.

Em 2022, foram finalizados mais 13 projetos, totalizando sessenta projetos concluídos. São quatro projetos de governos estaduais, sendo três deles relativos ao Cadastro Ambiental Rural (CAR) nos estados de Roraima, Paraná e Mato Grosso do Sul. O quarto projeto estadual finalizado foi o “Valorização do Ativo Ambiental Florestal” do governo do Acre, que promoveu ações em gestão territorial integrada e de fomento às cadeias produtivas agroflorestais e serviços ambientais.

Os outros nove projetos concluídos no ano foram de instituições do terceiro setor e voltaram-se à promoção da bioeconomia florestal da região, ao apoio aos pequenos agricultores, aos povos indígenas e à gestão ambiental municipal. As instituições executoras desses projetos foram: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), Instituto Ouro Verde (IOV), Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM), Instituto Floresta Tropical (IFT), Instituto Socioambiental (ISA), Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Estado do Acre (Cooperacre), Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), Instituto Peabiru e Operação Amazônia Nativa (Opan). Mais informações sobre esses projetos estão disponíveis no capítulo sobre projetos concluídos.

Na temática de monitoramento e avaliação, foram concluídas mais duas avaliações temáticas que englobaram 11 projetos. A “Avaliação de Efetividade de Projetos Indígenas no Âmbito do Fundo Amazônia/BNDES” e a “Avaliação de Efetividade de Projetos de Cadeias Produtivas Sustentáveis no Âmbito do Fundo Amazônia/BNDES” estão disponíveis na seção de avaliações externas do *website* do fundo.³

³ Disponíveis em: <https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/monitoramento-e-avaliacao/avaliacoes-externas/>

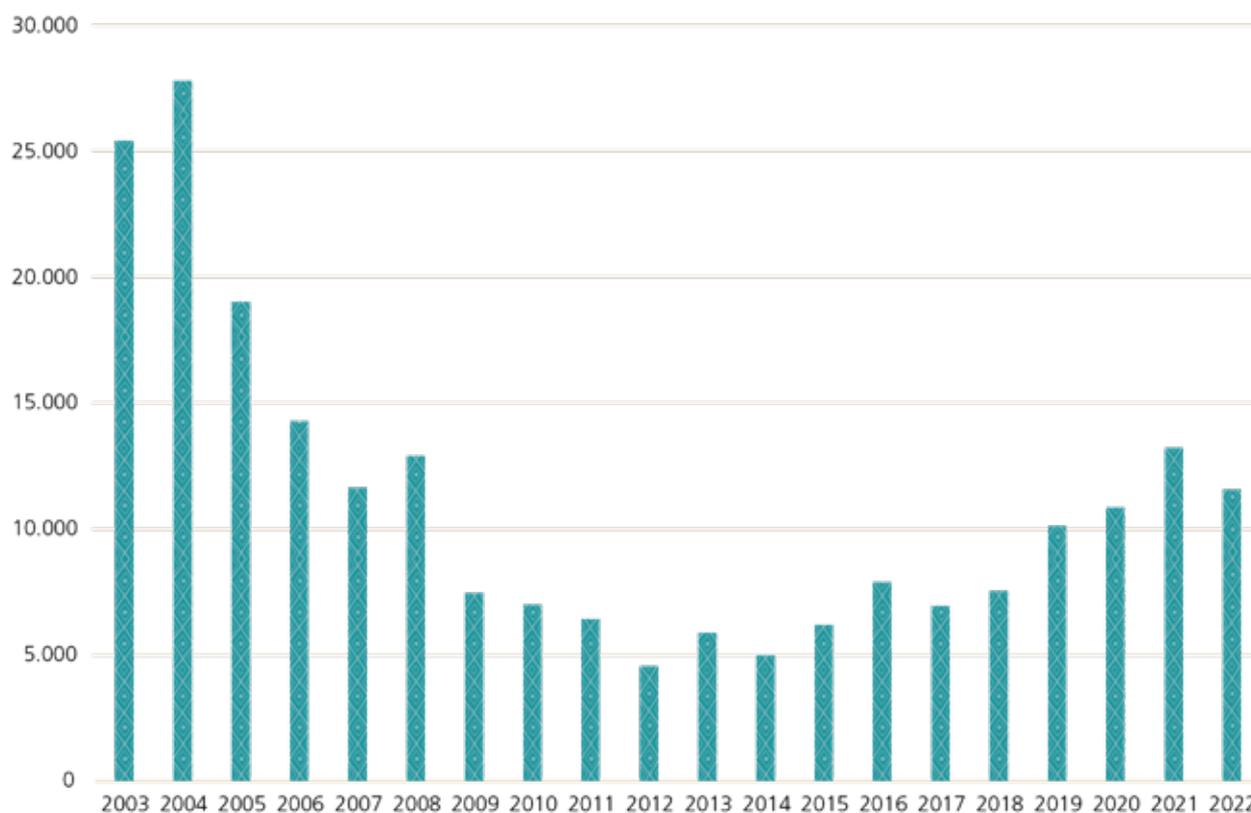
Ainda no fim de 2022, foi firmado um novo contrato de doação, no valor de € 35 milhões, oriundos do governo da Alemanha por meio do banco de desenvolvimento alemão KfW.

A partir da recomposição do COFA, pelo Decreto 11.638, de 1º de janeiro de 2023, e da reformulação da política federal de combate ao desmatamento por meio da elaboração do Programa de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas no Brasil (PPCD), política pública federal que orienta essa agenda em todos os biomas brasileiros, serão recriadas as bases de funcionamento do Fundo Amazônia, de modo que o Brasil alcance resultados expressivos na redução do desmatamento, com progresso social e econômico para as populações da Amazônia Legal.

Dados sobre o desmatamento na Amazônia Legal

Em 2022, o desmatamento na região⁴ foi de 11.594 km², registrando uma redução de 12,6% em relação ao ano anterior. Essa taxa confirma a manutenção em patamar acima de 10.000 km² nos últimos quatro anos, marca simbólica que havia sido vencida em 2009. No Gráfico 1, é possível verificar a taxa anual de desmatamento na Amazônia Legal para os últimos vinte anos.

GRÁFICO 1 ▶ DESMATAMENTO ANUAL NA AMAZÔNIA LEGAL, POR CORTE RASO (KM²)



Fonte: BNDES.

⁴ As taxas anuais são estimadas a partir dos incrementos de desmatamento identificados em cada imagem de satélite que cobre a Amazônia Legal. A apresentação dos dados é realizada ao fim de cada ano, de forma preliminar. Os dados consolidados são apresentados no primeiro semestre do ano seguinte. Esses dados estão disponíveis em: <http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/>.

Na Tabela 1, são mostradas as taxas de desmatamento de 2022 nos estados que compõem a Amazônia Legal, comparadas às taxas de desmatamento do ano anterior.

TABELA 1 › DESMATAMENTO POR ESTADO

Estados	Desmatamento 2021 (km ²)	Desmatamento 2022 (km ²)	Varição desmatamento 2022/2021 (%)
Acre	889	840	(5)
Amazonas	2.306	2.594	12
Amapá	17	14	(18)
Maranhão	350	271	(23)
Mato Grosso	2.213	1.927	(13)
Pará	5.238	4.162	(20)
Rondônia	1.673	1.480	(11)
Roraima	315	279	(11)
Tocantins	37	27	(27)
Amazônia Legal	13.038	11.594	(11)

Fonte: Prodes/Inpe.



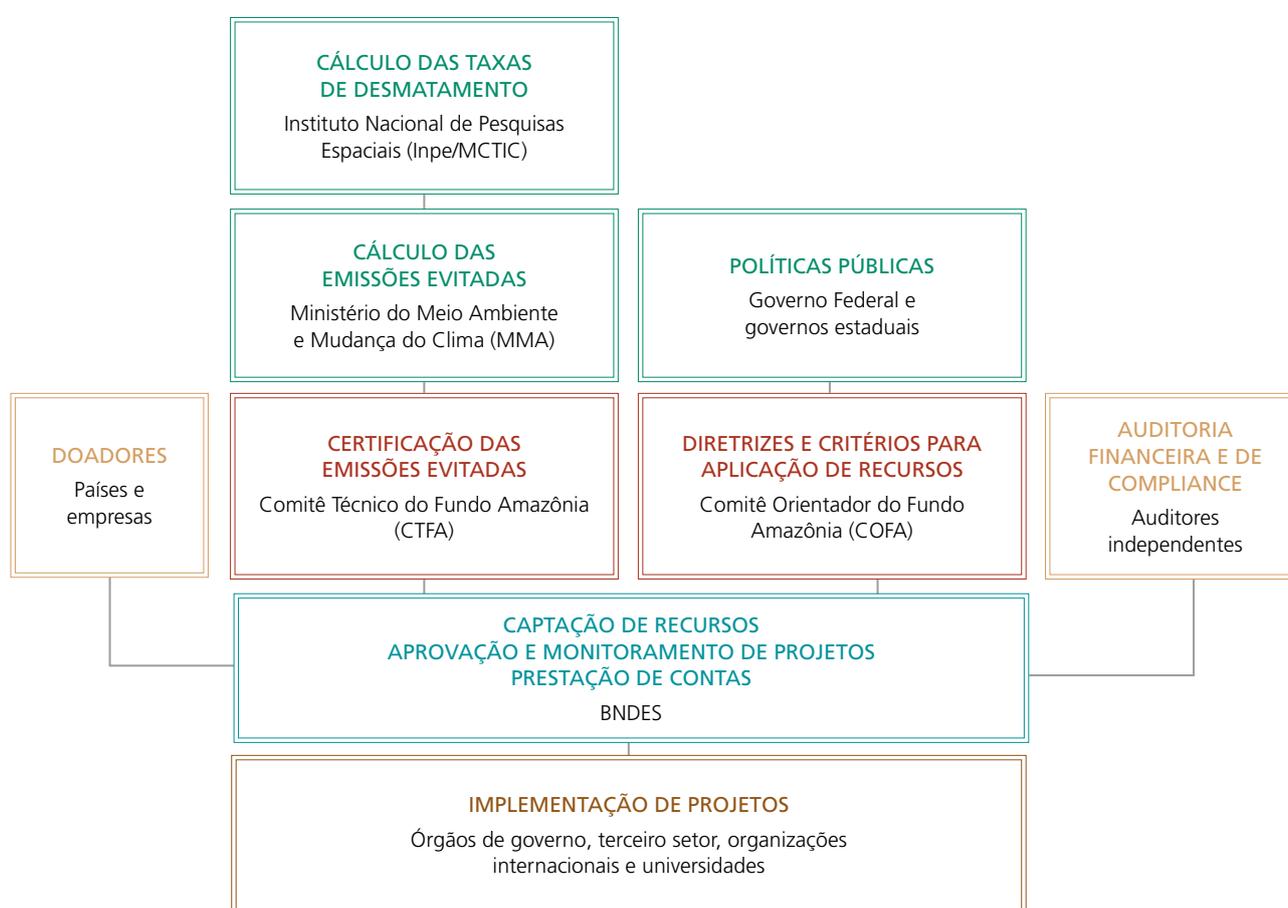


**GOVERNANÇA,
CAPTAÇÃO E
COMUNICAÇÃO**

Governança do Fundo Amazônia

O Fundo Amazônia conta com uma estrutura de governança composta por dois comitês, integrados por representantes do Governo Federal, dos governos dos estados da Amazônia Legal, da sociedade civil e da comunidade científica. Até o fim de 2022, em decorrência do Decreto 9.759, de 11 de abril de 2019, que extinguiu colegiados da administração pública federal (comitês, comissões etc.) criados antes de 1º de janeiro de 2019, perdurou a dissolução dos comitês do Fundo Amazônia. Porém, em 1º de janeiro de 2023, essa governança foi restabelecida por meio do Decreto 11.368.

FIGURA 1 › GOVERNANÇA DO FUNDO AMAZÔNIA



Fonte: BNDES.

Comitê Técnico do Fundo Amazônia

O Comitê Técnico do Fundo Amazônia (CTFA) tem por atribuição atestar as emissões de carbono oriundas de desmatamento calculadas pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA). Para tanto, avalia a metodologia de cálculo da área desmatada e a quantidade de carbono por hectare utilizada no cálculo das emissões.

O CTFA se reúne ordinariamente uma vez por ano e é formado por especialistas de notório saber técnico-científico, designados pelo MMA depois de consulta ao Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas. Desde a criação do Fundo Amazônia, o CTFA atestou os valores de redução das emissões, expostos na Tabela 2. Sua última reunião ocorreu no dia 22 de outubro de 2018.

TABELA 2 ▶ REUNIÕES ANUAIS DO COMITÊ TÉCNICO DO FUNDO AMAZÔNIA

Reunião	Data	Ano da redução	Valor estimado de redução das emissões (milhões de toneladas de CO ₂)
1ª	10.11.2008	2006	200,0
		2007	303,0
2ª	1.12.2009	2008	245,7
3ª	13.12.2010	2009	445,9
4ª	20.10.2011	2010	462,9
5ª	14.11.2012	2011	490,2
6ª	26.11.2013	2012	580,2
7ª	10.9.2014	2013	516,1
8ª	5.11.2015	2014	558,8
9ª	8.11.2016	2015	500,8
10ª	4.10.2017	2016	12,0
11ª	9.10.2018	2017	58,0

Fonte: BNDES.

Comitê Orientador do Fundo Amazônia

O Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA) é responsável por estabelecer as diretrizes e os critérios de aplicação dos recursos do Fundo Amazônia, bem como aprovar o Relatório de Atividades do Fundo Amazônia e as informações sobre a aplicação dos recursos.

O COFA é formado por três bancadas de representantes, sendo a primeira composta por dez representantes do Governo Federal; a segunda por nove representantes dos estados da Amazônia Legal; e a terceira por seis representantes da sociedade civil. A lista completa de organizações participantes do COFA pode ser consultada no Decreto 6.527/2008 e alterações.⁵

⁵ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6527.htm.



Captação de recursos

Regras para a captação de recursos

A captação de recursos para o Fundo Amazônia é condicionada à redução das emissões de carbono oriundas do desmatamento, isto é, o Brasil precisa comprovar a redução do desmatamento na Amazônia para viabilizar novas captações.

Para calcular o limite de captação anual do Fundo Amazônia, adota-se um método simples e conservador, de modo a assegurar que os valores de redução das emissões não sejam sobre-estimados. De forma resumida, o cálculo para obter os valores de redução das emissões de carbono oriundas de desmatamento parte da diferença entre a taxa de desmatamento média histórica e a área efetivamente desmatada aferida no ano em avaliação. Esse resultado é multiplicado pela quantidade de carbono presente na biomassa, em toneladas de carbono por hectare. Assim, o cálculo é realizado pela seguinte equação:

$$ED = (TDM - TD) \times tC/ha$$

ED = redução nas emissões de carbono oriundas de desmatamento, em toneladas de carbono (tC)
TDM = taxa de desmatamento média (em hectares)
TD = taxa de desmatamento anual do período (em hectares)
tC/ha = toneladas de carbono por hectare de floresta

A taxa de desmatamento na Amazônia Legal é aferida pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), órgão público vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Compete ao MMA definir a metodologia de cálculo do limite de captação anual de recursos do Fundo Amazônia. Cabe aos especialistas do CTFA atestar a redução efetiva de emissões de carbono oriundas de desmatamento em determinado período, avaliando a metodologia de cálculo da área de desmatamento e a quantidade de carbono por hectare utilizada no cálculo das emissões.

Com base nos dados de redução das emissões, o BNDES está autorizado a captar doações e emitir diplomas de reconhecimento à contribuição dos doadores ao fundo.

Doações formalizadas

Com base nos limites anuais de captação atestados pelo CTFA, o Fundo Amazônia já recebeu doações de dois governos estrangeiros e de uma empresa. Como mostra a Tabela 3, até o fim de 2022, foram formalizados compromissos de doações ao Fundo Amazônia expressos em três moedas: coroa norueguesa (kr\$ ou NOK) para as doações da Noruega; euro (€ ou EUR) para as doações da Alemanha/KfW; e real (R\$ ou BRL) para as doações da Petrobras, conforme detalhado mais adiante. Desse total, já foram depositados na conta do Fundo Amazônia R\$ 3.396.694.793,53 (US\$ 1.288.235.378,26).⁶

⁶ As conversões dos valores das doações para US\$ e/ou R\$ presentes neste capítulo foram feitas com base na taxa de câmbio das respectivas datas do efetivo recebimento dos recursos pelo BNDES, conforme expresso nos diplomas de doações.

Em 23 de dezembro de 2022, o BNDES e o banco alemão KfW assinaram contratos de doação no valor de até € 35 milhões, visando ampliar o apoio do governo da Alemanha ao Fundo Amazônia. Esses recursos ainda não haviam ingressados no país até o fim de 2022.

Conforme estabelecido no Decreto 6.527/2008, o BNDES tem a obrigação de manter segregados, em seus registros contábeis, os recursos oriundos das doações, dos quais 3% são destinados à cobertura de custos operacionais e demais despesas relacionadas ao Fundo Amazônia, incluindo a contratação de auditorias.

TABELA 3 › TOTAL DE DOAÇÕES RECEBIDAS PELO FUNDO AMAZÔNIA

Doador	Valor contratado	Recursos ingressados	Recursos ingressados (R\$)	Recursos ingressados (US\$)
Governo da Noruega	NOK 8.269.496.000,00	NOK 8.269.496.000,00	3.186.719.318,40*	1.212.378.452,36
República Federativa da Alemanha – KfW	EUR 89.920.000,00	EUR 54.920.000,00	192.690.396,00*	68.143.672,60
Petrobras	R\$ 17.285.079,13	R\$ 17.285.079,13	17.285.079,13	7.713.253,30
Total			3.396.694.793,53	1.288.235.378,26

Fonte: BNDES

*Somatório das parcelas recebidas pelo fundo. Valores convertidos para R\$ com base na taxa de câmbio média divulgada pelo Banco Central do Brasil nas datas de ingresso de cada parcela, conforme disposto nos diplomas de doação.

Diplomas: reconhecimento da contribuição dos doadores

Ao captar doações para o Fundo Amazônia, o BNDES emite diplomas⁷ informando o montante da contribuição financeira e sua correspondência em toneladas de carbono. Esses diplomas são nominiais, intransferíveis e não geram direitos ou créditos de qualquer natureza. Neles ficam identificados o doador e a parcela de sua contribuição para o esforço de redução das emissões de gás carbônico. A Tabela 4 mostra dados sobre recursos já captados.

⁷ No *website* do Fundo Amazônia, é possível conferir todos os diplomas emitidos, além de outras informações sobre as doações já recebidas pelo fundo. Disponível em: <https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/transparencia/doacoes/>.



TABELA 4 ▸ RECURSOS CAPTADOS E INGRESSADOS

Doador	Parcela	Data de ingresso dos recursos	Valor original da doação	Valor em R\$ (BRL)*	Valor em US\$ (USD)*	Toneladas de dióxido de carbono (tCO ₂)	Toneladas de carbono (tCO)	Ano da redução
Noruega	1ª	9.10.2009	NOK 123.437.000,00	36.448.350,22	20.960.578,70	4.192.115,7	1.142.265,9	2006
Noruega	2ª	9.8.2010	NOK 169.262.000,00	49.600.536,48	28.283.364,59	5.656.672,9	1.541.327,8	2006
Noruega	3ª	23.3.2012	NOK 261.273.000,00	82.144.231,20	45.149.077,28	9.029.815,0	2.462.677,0	2006
Noruega	4ª	2.10.2012	NOK 101.774.000,00	36.109.415,20	17.817.731,77	3.563.546,0	971.876,0	2006
Noruega	5ª	26.6.2013	NOK 44.254.000,00	16.139.433,80	7.344.452,24	1.468.890,0	400.606,0	2006
Noruega	6ª	26.6.2013	NOK 64.465.000,00	23.510.385,50	10.698.696,47	2.139.739,0	583.565,0	2009
						26.207.821,0	7.147.588,0	2009
Noruega	7ª	4.10.2013	NOK 2.785.535.000,00	1.024.642.336,54	464.669.325,96	33.363.022,0	9.099.006,0	2010
						33.363.022,0	9.099.006,0	2011
Noruega	8ª	23.12.2013	NOK 1.000.000.000,00	385.350.245,49	163.666.121,11	32.733.224,0	8.927.243,0	2012
Noruega	9ª	15.12.2014	NOK 780.000.000,00	288.991.278,87	108.839.740,46	21.767.948,1	5.936.713,1	2013
Noruega	10ª	12.3.2015	NOK 120.000.000,00	46.416.780,45	14.893.881,10	2.978.776,2	812.393,5	2013
Noruega	11ª	4.12.2015	NOK 1.019.496.000,00	455.568.000,00	120.000.000,00	24.000.000,0	6.545.454,6	2014
Noruega	12ª	16.12.2016	NOK 850.000.000,00	330.161.565,42	97.953.351,16	19.590.670,2	5.342.910,1	2015
Noruega	13ª	14.12.2017	NOK 350.000.000,00	139.272.702,53	41.791.004,78	8.358.201,0	2.279.509,3	2016
Noruega	14ª	17.12.2018	NOK 600.000.000,00	272.364.056,70	70.311.126,74	14.062.225,3	3.835.152,4	2017
KfW Alemanha	1ª	29.12.2010	EUR 3.000.000,00	6.644.100,00	3.952.500,00	790.500,0	215.395,0	2009
KfW Alemanha	2ª	8.1.2013	EUR 6.000.000,00	15.954.600,00	7.864.832,89	1.572.967,0	428.991,0	2009
						825.407,0	225.111,0	2009
KfW Alemanha	3ª	6.1.2014	EUR 8.000.000,00	26.180.800,00	11.120.181,53	1.398.630,0	381.444,0	2010
KfW Alemanha	4ª	22.7.2014	EUR 4.000.000,00	11.918.000,00	5.385.692,98	1.077.139,0	293.765,0	2010
KfW Alemanha	5ª	12.12.2017	EUR 33.920.000,00	131.992.896,00	39.820.465,20	7.964.093,0	2.172.025,4	2015
Petrobras	1ª	14.10.2011	BRL 1.765.983,70	1.765.983,70	1.016.335,00	203.267,0	55.436,0	2006
Petrobras	2ª	14.10.2011	BRL 4.114.671,55	4.114.671,55	2.368.020,00	473.604,0	129.164,0	2006
Petrobras	3ª	17.10.2011	BRL 1.435.257,60	1.435.257,60	826.000,00	165.200,0	45.054,0	2006
Petrobras	4ª	23.1.2012	BRL 156.626,00	156.626,00	88.750,00	17.750,0	4.841,0	2006
Petrobras	5ª	26.4.2012	BRL 282.584,58	282.584,58	150.255,00	30.051,0	8.196,0	2006
Petrobras	6ª	13.7.2012	BRL 174.320,80	174.320,80	85.155,00	17.031,0	4.645,0	2006
Petrobras	7ª	20.2.2013	BRL 327.834,78	327.834,78	167.288,25	33.457,7	9.124,8	2006
Petrobras	8ª	25.3.2013	BRL 357.002,13	357.002,13	177.383,55	35.477,0	9.675,0	2006
Petrobras	9ª	25.9.2013	BRL 331.912,11	331.912,11	150.656,85	30.131,0	8.218,0	2006
Petrobras	10ª	23.1.2014	BRL 222.324,37	222.324,37	94.201,25	18.840,3	5.138,3	2006
Petrobras	11ª	25.2.2014	BRL 73.323,19	73.323,19	31.378,95	6.275,8	1.711,6	2006
Petrobras	12ª	6.5.2014	BRL 89.806,99	89.806,99	40.232,50	8.046,5	2.194,5	2006
Petrobras	13ª	8.5.2014	BRL 177.561,21	177.561,21	80.319,00	16.063,8	4.381,0	2006
Petrobras	14ª	2.10.2014	BRL 206.057,53	206.057,53	83.138,00	16.627,6	4.534,8	2006
Petrobras	15ª	10.10.2014	BRL 239.613,95	239.613,95	99.412,50	19.882,5	5.422,5	2006

(Continua)

(Continuação)

Doador	Parcela	Data de ingresso dos recursos	Valor original da doação	Valor em R\$ (BRL)*	Valor em US\$ (USD)*	Toneladas de dióxido de carbono (tCO ₂)	Toneladas de carbono (tCO)	Ano da redução
Petrobras	16ª	26.12.2014	BRL 458.054,97	458.054,97	172.675,00	34.535,0	9.418,6	2006
Petrobras	17ª	19.1.2015	BRL 20.941,30	20.941,30	7.995,00	1.599,0	436,1	2006
Petrobras	18ª	13.3.2015	BRL 471.492,55	471.492,55	151.260,00	30.252,0	8.250,6	2006
Petrobras	19ª	27.3.2015	BRL 1.119.131,39	1.119.131,39	350.660,00	70.132,0	19.126,9	2006
Petrobras	20ª	3.7.2015	BRL 270.114,06	270.114,06	86.600,00	17.320,0	4.723,6	2006
Petrobras	21ª	30.7.2015	BRL 660.392,86	660.392,86	197.610,00	39.522,0	10.778,7	2006
Petrobras	22ª	30.7.2015	BRL 288.021,65	288.021,65	86.185,00	17.237,0	4.701,0	2006
Petrobras	23ª	10.5.2016	BRL 429.923,03	429.923,03	121.491,80	24.298,4	6.626,8	2006
Petrobras	24ª	10.5.2016	BRL 549.030,01	549.030,01	155.150,20	31.030,0	8.462,7	2006
Petrobras	25ª	06.4.2017	BRL 86.528,57	86.528,57	27.691,80	5.538,4	1.510,5	2006
Petrobras	26ª	06.4.2017	BRL 397.886,33	397.886,33	127.335,85	25.467,2	6.945,6	2006
Petrobras	27ª	31.7.2017	BRL 1.339.203,32	1.339.203,32	423.035,45	84.607,1	23.074,7	2006
Petrobras	28ª	16.5.2018	BRL 84.498,16	84.498,16	23.658,35	4.731,7	1.290,5	2006
Petrobras	29ª	16.5.2018	BRL 1.154.980,44	1.154.980,44	323.379,00	64.675,8	17.638,8	2006
Total				3.396.694.793,53	1.288.235.378,26			

Fonte: BNDES.

* Valores históricos, tais como estão registrados nos diplomas emitidos pelo Fundo Amazônia.

Articulação institucional e cooperação técnica

Como gestor do Fundo Amazônia, o BNDES mantém diálogo com seus diversos públicos de interesse, a fim de dar transparência a suas atividades, obter subsídios técnicos para sua atuação e estabelecer parcerias.

Entre essas ações, cabe ressaltar o acordo de cooperação técnica entre o BNDES e a Agência Alemã de Cooperação Internacional – Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) –, que, desde 2015, passou a contar com cofinanciamento do governo da Noruega, além dos recursos do próprio governo da Alemanha. No âmbito da cooperação técnica, diversas atividades foram realizadas em 2022, entre as quais se destacam:

- > Realização (em fase de conclusão) da avaliação temática de projetos voltados ao fortalecimento da gestão ambiental municipal por meio da estruturação física e operacional de secretarias municipais de meio ambiente no Mato Grosso, da recuperação de áreas de preservação permanente (APP), da regularização de propriedades rurais da agricultura familiar, da capacitação e do oferecimento de assistência técnica para o quadro de funcionários e funcionárias das secretarias. Os projetos eram: Nascentes do Buriti, de Carlinda; Olhos d'Água da Amazônia – Fase II, de Alta Floresta; Preservar Porto dos Gaúchos, de Porto dos Gaúchos; Recupera Marcelândia, de Marcelândia; Semeando Novos Rumos em Cotriguaçu, de Cotriguaçu; além de um projeto transversal dedicado ao desenvolvimento de

- capacidades nos municípios, chamado Programa de Qualificação da Gestão Ambiental, do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam);
- > Realização (em fase inicial) de duas avaliações temáticas de efetividade:
 - i. A primeira é voltada a projetos do eixo de ordenamento territorial. Os projetos são: Capacitar para Conservar, da Equipe de Conservação da Amazônia (Ecam), e Fortalecimento da Gestão Ambiental na Amazônia, do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon).
 - ii. A outra avaliação se dedica a projetos de produção sustentável. Os projetos são: Fortalecendo a Economia de Base Florestal Sustentável, da Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Estado do Acre (Cooperacre); Fundo Dema, da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase); Pequenos Projetos Ecosociais na Amazônia, do Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN); e Concretizar, da Associação dos Pequenos Agrossilvicultores do Projeto Reça.
 - > Está sendo efetuada a avaliação do projeto Valorização do Ativo Ambiental Florestal, do estado do Acre, que tem por objetivo fomentar práticas sustentáveis voltadas ao pagamento por serviços ambientais (PSA), valorizando o ativo ambiental e florestal, para, assim, consolidar uma economia fundamentada por meio do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE);
 - > Elaboração de proposta de indicadores agregados para observação dos Planos de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas (PPCDQ) dos estados da Amazônia;
 - > Conclusão do apoio na atualização dos PPCDQ dos estados do Acre, Amapá, Rondônia e Tocantins;
 - > Apoio sistemático à equipe do Fundo Amazônia no tema do monitoramento e avaliação de resultados; e
 - > Apoio na atualização do *website* do Fundo Amazônia, além do aprimoramento da comunicação, visando divulgar os resultados do Fundo Amazônia nacional e internacionalmente, incluindo a participação do fundo em eventos internacionais.

Comunicação

Entre os instrumentos de transparência e diálogo, merecem destaque:

Website www.fundoamazonia.gov.br

Desde 2010, o BNDES mantém na internet um *website* atualizado sobre o Fundo Amazônia, em português e com versão em inglês. Nesse *website* são disponibilizadas orientações sobre como apresentar projetos, o trâmite para sua aprovação e a

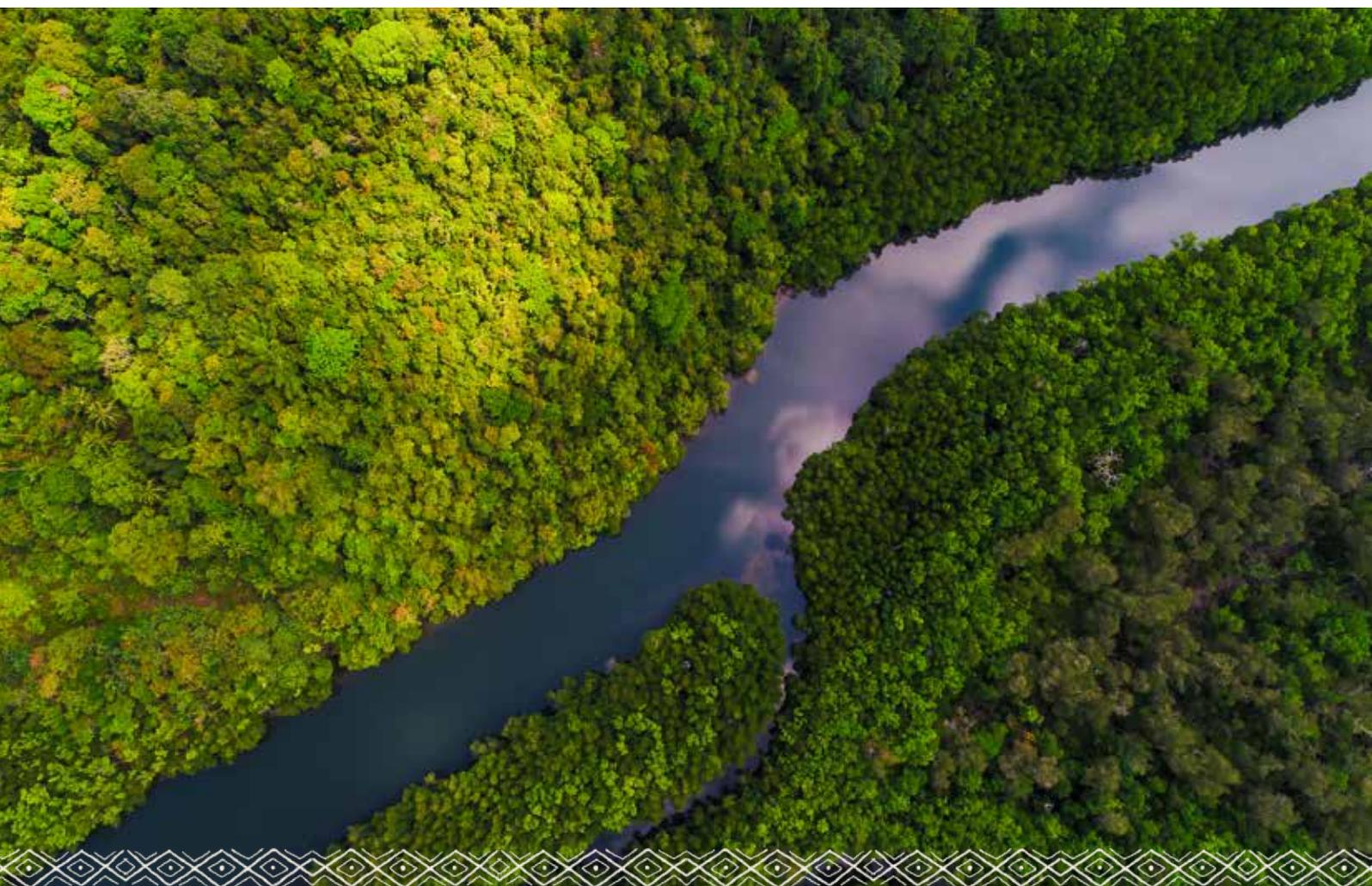
documentação exigida em cada etapa do processo.⁸ Também são concedidas informações atualizadas sobre a governança do fundo, as doações recebidas e o monitoramento e a avaliação de resultados. O atendimento ao público é feito por intermédio da seção Fale Conosco (*e-mail*), por telefone ou por meio da leitura das “Perguntas mais Frequentes”.

É feita a divulgação da carteira de projetos apoiados, informando, entre outros dados: nome do projeto e seu responsável, abrangência territorial, beneficiários, objetivos, valor total do projeto, valor do apoio do Fundo Amazônia, prazo de execução e as datas de aprovação e contratação. Também são publicados dados sobre os desembolsos e as atividades realizadas por cada projeto e sobre como este contribui para os quatro eixos de atuação do Fundo Amazônia, organizados a partir de seu quadro lógico. Em 2019, avançando na transparência, passaram a ser disponibilizados no *website* os contratos e aditivos de todos os projetos da carteira do fundo.

Relatórios anuais

A fim de conferir transparência a suas atividades, o Fundo Amazônia publica, em seu *website*, seus relatórios anuais. Além de serem instrumentos de prestação de contas, os relatórios registram e divulgam para a sociedade as ações e os resultados do fundo.

⁸ Em 31/12/2022, a análise e a aprovação de novos projetos pelo Fundo Amazônia estavam suspensas.





**DESEMPENHO
OPERACIONAL**

Perfil da carteira de projetos

O Fundo Amazônia concluiu o ano de 2022 com uma carteira de 102 projetos apoiados, no valor total de R\$ 1.747.654.905,63. O número de projetos apoiados até essa data e o total de recursos desembolsados, por ano, são apresentados na Tabela 5.

TABELA 5 > PROJETOS APROVADOS, CANCELADOS E DESEMBOLSOS – 2009 A 2022

Ano	Número de projetos aprovados	Valor do apoio (R\$)	Total desembolsado em projetos (R\$)
2009	5	70.339.010,00	–
2010	8	119.891.704,35	11.105.966,90
2011	10	70.499.580,69	59.740.091,61
2012	14	179.803.548,39	71.205.781,90
2013	14	332.003.810,00	80.903.376,47
2014	21	268.578.173,00	167.954.502,78
2015	11	195.510.972,31	127.509.195,78
2016	8	196.603.174,19	134.145.446,07
2017	12	234.886.684,03	223.760.804,23
2018	11	378.517.794,00	187.372.391,40
2019	–	–	108.875.373,05
2020	–	–	130.999.150,26
2021	–	–	117.490.671,19
2022	–	–	90.466.219,65
Projetos cancelados*	(12)	(178.553.409,16)	N/A
Saldo reduzido*		(120.426.135,88)	N/A
Total		1.747.654.905,92	1.511.528.971,29

Fonte: BNDES

* Ver no Anexo 3 deste relatório a lista dos projetos cancelados, com suplementação e cujos valores foram alterados.

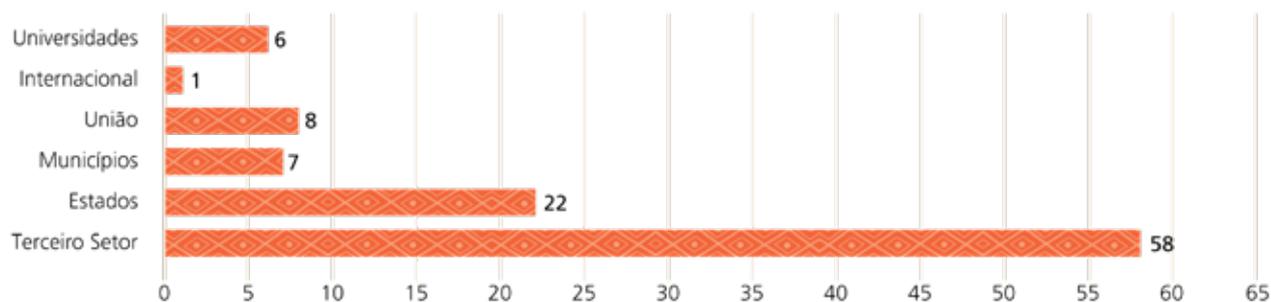
Os desembolsos para os projetos apoiados ocorrem parceladamente no decorrer de sua implementação e seguem os prazos, que variam normalmente de um a seis anos, estabelecidos nos respectivos cronogramas físico-financeiros.

A Tabela 5 mostra que o total desembolsado a projetos, até 31 de dezembro de 2022, soma R\$ 1.511.528.971,29, o que corresponde a cerca de 86% do valor total de apoio do Fundo Amazônia (R\$ 1.747.654.905,92).

O montante desembolsado no ano de 2022 (R\$ 90 milhões) foi um pouco inferior ao valor liberado em 2021 (R\$ 117 milhões). Dos recursos desembolsados em 2022, 52% foram destinados a projetos do terceiro setor e 48% a projetos do setor público (24% a projetos da União e 24% a iniciativas de governos estaduais).

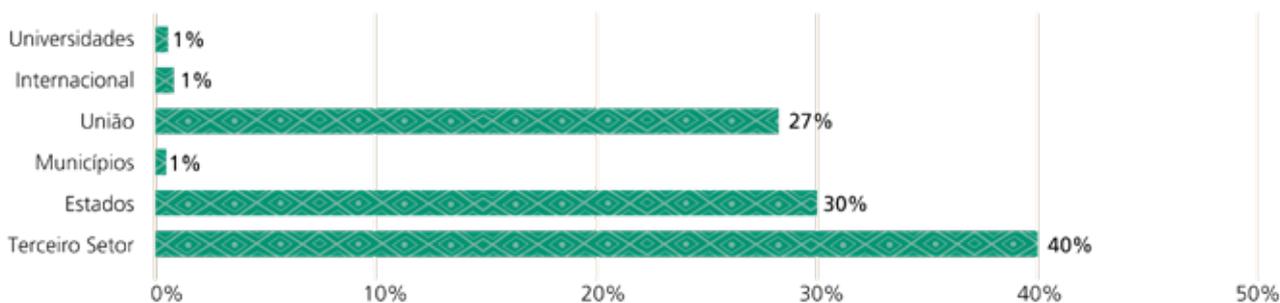
Além de apresentar projetos que contemplam ações variadas, a carteira do Fundo Amazônia também é caracterizada pelas diferentes naturezas jurídicas dos responsáveis pelos projetos, conforme mostram os Gráficos 2 e 3.

GRÁFICO 2 > NÚMERO DE PROJETOS APOIADOS, POR NATUREZA JURÍDICA DO RESPONSÁVEL



Fonte: BNDES.

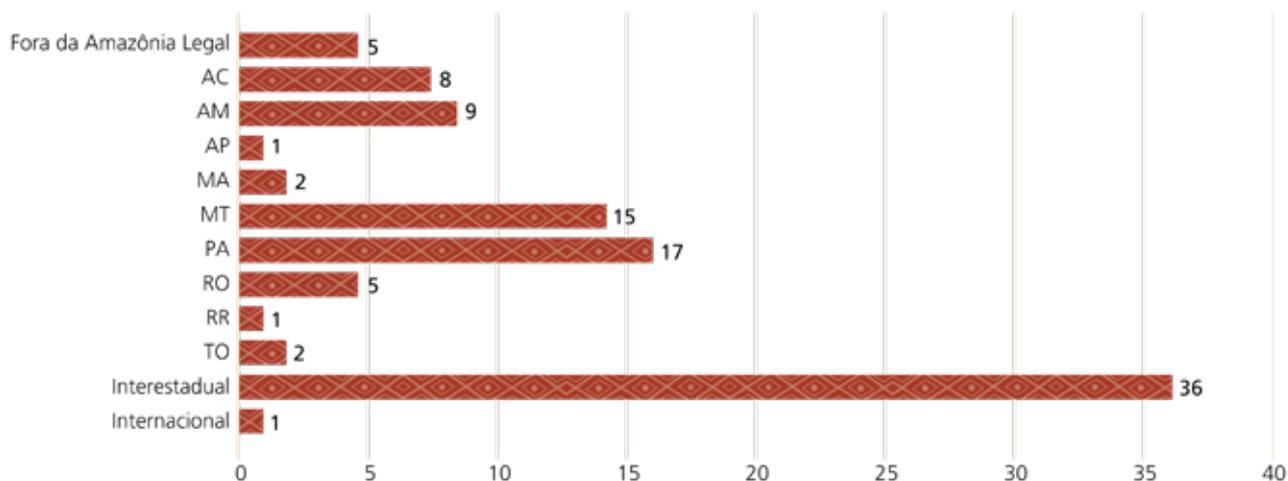
GRÁFICO 3 > VALOR PERCENTUAL DO TOTAL DO APOIO, POR NATUREZA JURÍDICA DO RESPONSÁVEL



Fonte: BNDES.

Os Gráficos 4 e 5 retratam a abrangência territorial dos projetos apoiados e o valor percentual do apoio por estado. Conforme ilustrado, todos os estados da Amazônia Legal têm projetos com apoio do Fundo Amazônia. Observa-se ainda que os quatro estados com maior participação no valor total do apoio financeiro (Acre, Amazonas, Mato Grosso e Pará) têm, em conjunto, mais de 77% do total da área da Amazônia Legal⁹ e respondem por 69% do valor de apoio do fundo.

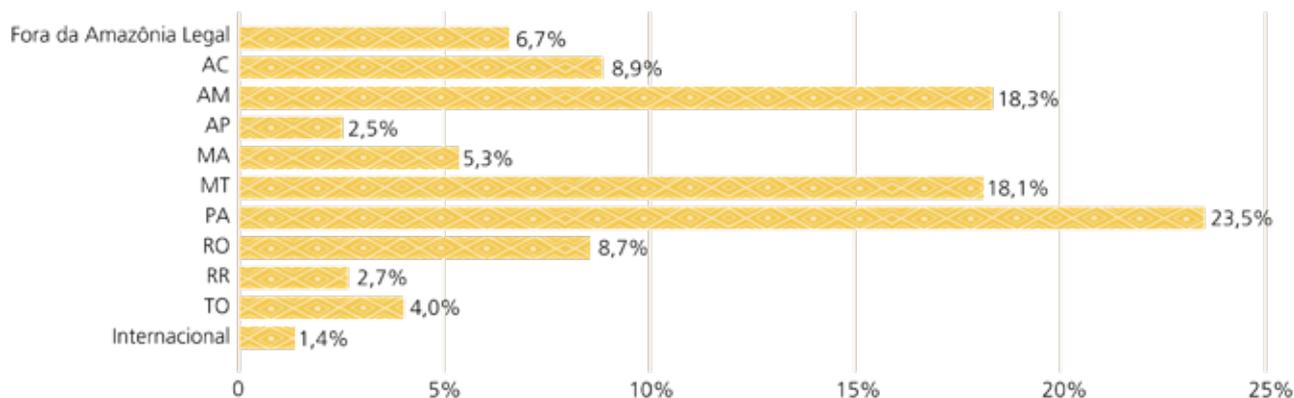
GRÁFICO 4 > NÚMERO DE PROJETOS APOIADOS, POR ESTADO



Fonte: BNDES.

⁹ Informação disponível em: <http://www.ibge.gov.br>.

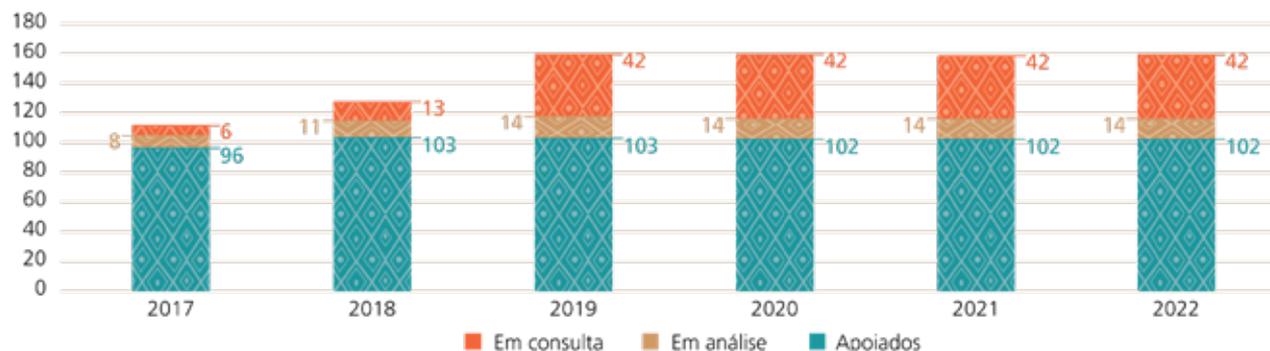
GRÁFICO 5 > VALOR PERCENTUAL DO TOTAL DO APOIO, POR ESTADO



Fonte: BNDES.

A evolução anual da carteira do Fundo Amazônia (projetos em consulta, em análise e apoiados) está representada nos Gráficos 6 e 7.

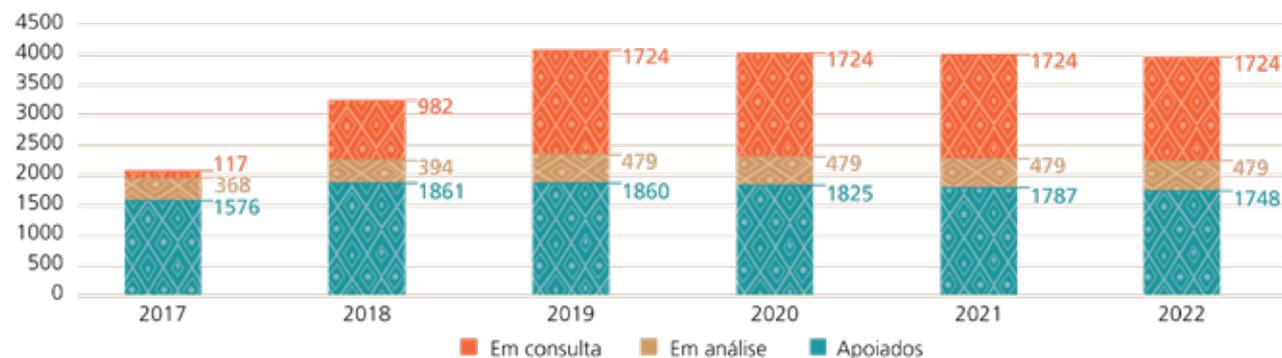
GRÁFICO 6 > EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE PROJETOS, POR SITUAÇÃO OPERACIONAL NO BNDES



Fonte: BNDES.

Nota: Para esse cálculo, cada projeto cancelado foi descontado do número acumulado de projetos no ano de seu cancelamento (não no ano de sua aprovação). Para os anos de 2019, 2020 e 2021 e 2022, foi considerado o número de projetos habilitados na chamada pública Recuperação da Cobertura Vegetal para o cômputo do número de projetos em consulta no BNDES.

GRÁFICO 7 > EVOLUÇÃO DO VALOR TOTAL DO APOIO DO FUNDO AMAZÔNIA (R\$ MILHÕES), POR SITUAÇÃO OPERACIONAL NO BNDES



Fonte: BNDES.

Nota: Esse gráfico mostra o valor acumulado líquido em cancelamentos de projetos e alterações de valores. As reduções de valores de projetos e os valores de projetos cancelados em determinado ano são descontados nesse mesmo ano. Para 2019, 2020, 2021 e 2022, foram agregados os valores dos projetos habilitados na chamada pública Recuperação da Cobertura Vegetal para o cômputo do valor dos projetos em consulta no BNDES.

Nota-se que, em 2022, o valor total de projetos apoiados registrou redução em relação a 2021 (de R\$ 1.787 milhão para R\$ 1.748 milhão), devido a cancelamentos de saldos não utilizados de projetos e diminuição de escopo.¹⁰ Conforme mencionado no capítulo 1, a partir de 2019 não foram aprovados novos projetos pelo Fundo Amazônia.

O total de recursos recebidos pelo Fundo Amazônia, acrescido dos rendimentos gerados ao longo dos anos e descontado do montante segregado pelo BNDES para sua administração, totaliza R\$ 5.446 milhões, tendo sido desembolsado a projetos o montante de R\$ 1.511 milhões. Portanto, o Fundo Amazônia dispõe de R\$ 3.935 milhões a serem liberados aos projetos já contratados e a novos projetos.

Aspectos contábeis e financeiros

As transações contábeis e financeiras relativas ao Fundo Amazônia são registradas e reportadas conforme a legislação vigente e os princípios e normas promulgados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), órgão independente que, no cumprimento de suas atribuições privativas, normatiza os procedimentos contábeis e de auditoria independente adotados no Brasil. Por meio de seus colegiados e grupos de trabalho, o CFC busca promover a convergência entre esses procedimentos e os padrões definidos nas normas internacionais.

As Tabelas 6 e 7 resumem as informações constantes nas demonstrações financeiras auditadas e em suas notas explicativas referentes ao ano de 2022. As demonstrações completas, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, constam no Anexo 1.

TABELA 6 > BALANÇO PATRIMONIAL DO FUNDO AMAZÔNIA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (R\$ MIL)

Ativo		Passivo	
Circulante		Circulante	
Aplicações financeiras	3.934.193	Recursos de projetos	3.934.193
Despesas antecipadas	88.616	Recursos de custeio	88.616
		Patrimônio líquido	
		Superávit acumulado	-
Total do ativo	4.022.809	Total do passivo	4.022.809

Fonte: BNDES.

Do total do ativo circulante, R\$ 3.934.193 mil correspondem ao montante disponível, em 31 de dezembro de 2022, para desembolsos a projetos já apoiados ou a novos projetos.

¹⁰ Eventuais diferenças entre os valores atuais e os referentes a posições da carteira em períodos anteriores se devem ao cancelamento ou a alterações de valores de projetos (ver Anexo 3).

Esse montante está investido nos fundos Gaia e Gaia II, geridos pelo Banco do Brasil. Tais fundos têm perfil conservador (aplicações em renda fixa – títulos públicos brasileiros) e foram contratados para manter a atualização monetária e remunerar os saldos disponíveis para apoio financeiro a projetos (ver “Receita financeira” na Tabela 7).

Os valores doados são registrados como ativos financeiros do Fundo Amazônia e têm contraprestação vinculada ao apoio a projetos. A contrapartida é registrada, portanto, no passivo, na rubrica recursos de projetos. Dessa forma, as doações recebidas não implicam aumento patrimonial para o fundo.

TABELA 7 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO DE 2022 (R\$ MIL)

Receitas	531.576
Receita de doações para investimentos	90.470
Receita de doações para custeio	269
Receita financeira	440.837
(-) Despesas	(531.576)
Despesas com doações para investimento	(90.470)
Despesas administrativas	(269)
Despesas com remuneração de recursos de projetos	(440.837)
Superávit/déficit do período	0

Fonte: BNDES.

Enquanto o balanço patrimonial mostra saldos acumulados, a demonstração de resultados considera apenas o que ocorreu em um ano específico. O total de R\$ 90.470 mil apresentado nas rubricas “Receita de doações para investimentos” e “Despesas com doações para investimento” refere-se aos valores efetivamente desembolsados em 2022 a projetos apoiados pelo Fundo Amazônia.

O montante de R\$ 269 mil informado na Tabela 7 refere-se à apropriação realizada pelo BNDES, no exercício de 2022, dos custos e despesas relacionados ao Fundo Amazônia.

Os rendimentos dos fundos Gaia e Gaia II, no valor de R\$ 440.837 mil, são considerados receita e despesa porque correspondem à remuneração dos recursos disponíveis para desembolsos a projetos, apresentados no balanço patrimonial como saldo das rubricas “Aplicações financeiras” e “Recursos de projetos”.

De acordo com o entendimento da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 7ª Região Fiscal, as doações ao Fundo Amazônia não devem integrar, na data de seu ingresso, a base de cálculo do Imposto de Renda (IR) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Para fins de apuração desses tributos, sempre que houver um desembolso a um projeto apoiado, uma receita e uma despesa devem ser reconhecidas, na mesma data e no exato valor desembolsado. Assim, a base de cálculo para o IR e a CSLL relativa às doações ao fundo é sempre igual a zero, não havendo qualquer recolhimento desses tributos aos cofres públicos.

Auditorias

Anualmente, o Fundo Amazônia passa pelos seguintes processos de auditoria:

- > auditoria financeira (*financial audit*), para avaliar a veracidade dos saldos registrados em suas demonstrações financeiras, bem como a adequação da alocação desses saldos nas demonstrações financeiras do BNDES; e
- > auditoria de cumprimento (*compliance audit*), para verificar a conformidade da aplicação dos recursos financeiros desembolsados a projetos contratados pelo BNDES no âmbito do Fundo Amazônia, com relação (i) às normas e diretrizes aplicáveis e (ii) às evidências físicas de implementação dos projetos, a partir do conjunto daqueles que tiveram desembolsos no ano em referência.

Os procedimentos de auditoria financeira relativos ao ano de 2022 foram realizados pela empresa KPMG Auditores Independentes, que concluiu pela adequação das demonstrações financeiras apresentadas pelo BNDES. O parecer dos auditores independentes pode ser consultado no Anexo 1. Já a auditoria de cumprimento (*compliance audit*) de 2022 foi realizada pela empresa EY Auditores Independentes, que concluiu que não foram encontradas evidências de que os procedimentos adotados pelo BNDES não estejam em conformidade com as normas e diretrizes aplicáveis e a evidência de implementação dos projetos apoiados, e seu parecer final está no Anexo 1 deste relatório.

Todos os pareceres dos auditores independentes a partir de 2010 estão publicadas no *website* do Fundo Amazônia.¹¹

¹¹ Disponível em: <https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/transparencia/auditorias/>





**MONITORAMENTO
E AVALIAÇÃO DE
RESULTADOS**

Este capítulo começa com uma breve contextualização dos principais vetores do desmatamento, a lógica de intervenção (teoria da mudança) do Fundo Amazônia e seu quadro lógico. Em seguida, será apresentada a análise de alguns indicadores regionais que permitem monitorar a evolução de vários temas na Amazônia, tais como desmatamento anual, produção da extração vegetal e capacidade dos órgãos ambientais da Amazônia de implementar a legislação ambiental.

Serão apresentados, de forma consolidada, os resultados dos indicadores de eficácia e de efetividade dos projetos apoiados; as salvaguardas adotadas pelo Fundo Amazônia no apoio a projetos; a contribuição do fundo para o alcance dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS); além da política de promoção da equidade de gênero em projetos de produção sustentável.

O capítulo é concluído com uma análise dos riscos (fatores externos) que podem afetar negativamente a execução dos projetos, a manutenção dos resultados alcançados e o funcionamento do Fundo Amazônia, incluindo uma avaliação dos impactos esperados caso alguns desses riscos se materializem.

Contextualização

O Fundo Amazônia apoia ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e promoção do uso sustentável dos recursos naturais na Amazônia Legal.

O Quadro Lógico do Fundo Amazônia – ferramenta de planejamento, gestão, monitoramento e avaliação de resultados e impactos – foi elaborado levando em conta as principais causas do desmatamento na Amazônia:

- > a impunidade de ilícitos ambientais em razão da baixa capacidade dos órgãos governamentais para fiscalizar e punir tais atos em um território de dimensões superlativas;
- > a existência de terras públicas não destinadas e a baixa segurança jurídica quanto aos títulos de propriedade imobiliária na região, o que enseja ocupação extralegal de terras públicas, conflitos pela posse de terras e desestímulo a investimentos privados;
- > a baixa atratividade econômica para manter a floresta em pé, decorrente da falta de infraestrutura adequada e de incentivos econômicos para promover as cadeias produtivas sustentáveis; e
- > a expansão da agropecuária, impulsionada pela crescente demanda por *commodities* no mercado globalizado.

Foi também identificada a necessidade de investimentos em inovação e produção científica voltados ao monitoramento e controle do desmatamento, ao ordenamento territorial e ao uso sustentável da biodiversidade na Amazônia Legal.

Na construção do Quadro Lógico do Fundo Amazônia, consideraram-se também as sete áreas temáticas definidas no Decreto 6.527/2008, que regulamenta o funcionamento do fundo na Amazônia Legal, a saber:

1. gestão de florestas públicas e áreas protegidas;
2. controle, monitoramento e fiscalização ambiental;
3. manejo florestal sustentável;
4. atividades econômicas desenvolvidas a partir do uso sustentável da vegetação;
5. zoneamento ecológico-econômico, ordenamento territorial e regularização fundiária;
6. conservação e uso sustentável da biodiversidade; e
7. recuperação de áreas desmatadas.

O decreto que autorizou a criação do Fundo Amazônia determinou que poderão ser utilizados até 20% de seus recursos no desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento em outros biomas brasileiros e em outros países tropicais.

Quadro Lógico do Fundo Amazônia

O Quadro Lógico do Fundo Amazônia foi divulgado pela primeira vez como um documento completo em 2010. Em 2017, passou por uma revisão, em decorrência das mudanças na prática do desmatamento e na ênfase das políticas públicas. É possível que seja necessária nova revisão para fazer frente à nova dinâmica de desmatamento apresentada nos últimos anos.

O quadro lógico é uma metodologia utilizada para assegurar que as ações financiadas contribuam para o objetivo geral de um programa (ou projeto), podendo ser definido como uma matriz na qual se inserem, de modo operacional e organizado, as decisões estratégicas sobre a aplicação dos recursos em um programa, explicitando aonde se pretende chegar (efeitos ou objetivos) e o que se pretende realizar (como).

A Figura 2 ilustra a sequência lógica de causa e efeito que leva os impactos diretos e indiretos de diversos projetos ao objetivo geral de um programa, como é o caso do Quadro Lógico do Fundo Amazônia.

FIGURA 2 › SEQUÊNCIA LÓGICA DO FUNDO AMAZÔNIA



Na definição do objetivo geral do Fundo Amazônia, convergiu-se para uma proposição resumida e focada na Amazônia Legal, sem prejuízo para a autorização do apoio ao desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento em outras regiões do Brasil e em outros países tropicais. Dessa forma, foi definida

como objetivo geral do Fundo Amazônia a “redução do desmatamento com desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal”.

No estabelecimento dos efeitos indiretos a serem atingidos pelo Fundo Amazônia, adotaram-se como ponto de partida as sete áreas temáticas definidas no Decreto 6.527/2008 (elencadas anteriormente). Esse decreto estabeleceu ainda que os projetos apoiados deverão observar, quando pertinente, as diretrizes do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) e a Estratégia Nacional de REDD+ (ENREDD+).¹²

Tendo em vista a amplitude das áreas de atuação do Fundo Amazônia, seu quadro lógico foi estruturado em quatro componentes. Informações mais detalhadas sobre o Quadro Lógico do Fundo Amazônia podem ser consultadas na internet,¹³ no documento intitulado Quadro Lógico do Fundo Amazônia – 2017. Nele, são conceituados os indicadores selecionados para medir seus resultados, os principais riscos (pressupostos) que podem afetar seu sucesso, como se dará o acompanhamento dos projetos apoiados e o monitoramento do Fundo Amazônia.

Na Figura 3, pode ser visualizada a lógica de intervenção do Quadro Lógico do Fundo Amazônia. A numeração ao lado dos efeitos diretos e indiretos nessa figura é também utilizada na lógica de intervenção de cada projeto apoiado pelo fundo.

¹² Disponível em: http://redd.mma.gov.br/images/publicacoes/enredd_documento_web.pdf.

¹³ Disponível em: http://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/galleries/documentos/monitoramento-avaliacao/0.home/FA_Quadro_Logico_2017.pdf.



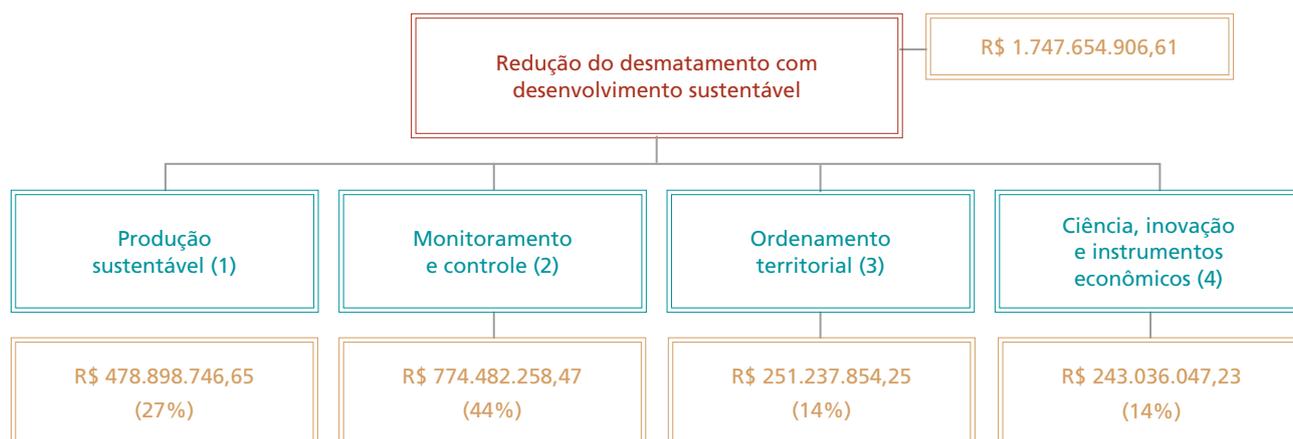
FIGURA 3 > QUADRO LÓGICO DO FUNDO AMAZÔNIA



Distribuição dos recursos por componente do quadro lógico

O Fundo Amazônia contabilizou apoio a 102 projetos até 2022, no valor total de R\$ 1.747.654.906,61, distribuídos pelas quatro componentes do quadro lógico, da seguinte forma:

FIGURA 4 ▸ DISTRIBUIÇÃO DOS VALORES APOIADOS PELO FUNDO AMAZÔNIA PELAS COMPONENTES DO QUADRO LÓGICO



Monitoramento de indicadores regionais

O Fundo Amazônia identificou em seu quadro lógico alguns indicadores regionais que se relacionam com as políticas públicas para as quais visa contribuir por meio dos projetos apoiados.

O monitoramento dessas políticas públicas ajuda a compreender o progresso alcançado na promoção da redução do desmatamento com desenvolvimento sustentável na Amazônia. Para esse monitoramento, são analisados, em uma perspectiva comparativa, os indicadores do Fundo Amazônia quanto a seu objetivo geral e efeitos indiretos. O marco zero (linha de base) de cada indicador é o ano de 2009, já que nele foram aprovadas as primeiras operações do Fundo Amazônia sem que, todavia, tenham ocorrido liberações de recursos para esses projetos.

O atual ano de avaliação é 2022. Sempre que possível, é realizado um comparativo com esse ano. Nos casos em que essa informação não existe, são utilizados os últimos dados disponíveis.

Adicionalmente, considerando a paralisação da análise e a aprovação de novos projetos pelo Fundo Amazônia, no período de 2019 a 2022, conforme destacado no capítulo inicial, além da apresentação dos dados relativos a 2009 e 2022, ano base do Fundo Amazônia e ano avaliado neste relatório, respectivamente, foram também

inseridos os dados relativos a 2018, último ano antes da referida paralisação. A partir de então, iniciou-se um período de menor atividade do fundo, em que a carteira de projetos foi sendo reduzida à medida que os contratos antigos eram encerrados e não foram realizadas novas contratações que pudessem reciclá-la e até ampliá-la, considerando os aprendizados acumulados. Em paralelo, foi observado no período o enfraquecimento, e em alguns casos desmonte, das demais políticas e instituições socioambientais, o que também impactou diretamente os resultados apresentados.

É importante mencionar que a contribuição do Fundo Amazônia para o comportamento do conjunto desses indicadores, apesar de já ser identificável e relevante, conforme atesta a avaliação dos projetos concluídos com o apoio do fundo, não é exclusiva, somando-se a iniciativas e ações de uma pluralidade de agentes públicos e privados que atuam nesse vasto território que é a Amazônia.

Objetivo geral: redução do desmatamento com desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal

Indicador: (1) Desmatamento anual na Amazônia Legal

Um dos indicadores selecionados para medir a evolução do objetivo geral foi “Desmatamento anual na Amazônia Legal”, conforme medido pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

Diversos trabalhos de modelagem climática analisam os impactos do desmatamento das florestas tropicais sobre o clima, apontando que a redução dessas florestas altera o fluxo aéreo da umidade e causa aumento da temperatura do planeta.

O desmatamento na Amazônia Legal em 2022 foi de 11.594 km². Essa área desmatada representa cerca de 42% do desmatamento verificado em 2004, ano em que foi verificada a maior taxa de desmatamento do século XXI. Quando se compara a taxa de desmatamento de 2022 à de 2009 (linha de base), verifica-se que nesse período houve um aumento de 55%.

TABELA 8 › EVOLUÇÃO DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL – 2004/2009/2018-2022

2004	2009	2018	2022	Varição (%)	Varição (%)	Varição (%)
				2004/2022	2009/2022	2018/2022
27.772	7.464	7.536	11.594	(58)	55	54

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do Inpe.

TABELA 9 › EVOLUÇÃO DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL – 2009/MÉDIA 2010-2022

Desmatamento 2009 (A)	Média 2010-2022 (B)	Varição (%) (B)/(A)
7.464	7.928	6

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do Inpe.

Outra comparação possível é a da média do desmatamento anual ocorrido no período de 2010 a 2022 com a linha de base do Fundo Amazônia (2009), em que se constata um aumento de cerca de 6% da área desmatada nesse período.

Apesar da redução em 2022 indicada nos dados preliminares, a tendência apresentada nos últimos anos, com o aumento contínuo da taxa de desmatamento a partir de 2015, constitui um desafio para o alcance do objetivo geral do Fundo Amazônia, no que tange à redução do “desmatamento anual na Amazônia Legal”.

Indicador: (2) Participação do PIB dos estados da Amazônia Legal no PIB nacional

O segundo indicador selecionado para medir a evolução do objetivo geral do Fundo Amazônia é a participação do produto interno bruto (PIB) dos estados da Amazônia Legal no PIB brasileiro. Isto é, soma-se o PIB dos nove estados da Amazônia Legal e compara-se esse subtotal ao total do PIB brasileiro.

O PIB é um indicador básico do comportamento da economia que expressa o valor adicionado de bens e serviços de determinada região. Porém, não é um indicador ideal para medir o desenvolvimento sustentável, pois não inclui, por exemplo, informações de externalidades positivas socioambientais ou eventuais passivos ambientais gerados.

Diversas iniciativas de âmbito internacional vêm incorporando nas estatísticas das contas nacionais o cálculo de outras variáveis de bem-estar e de sustentabilidade, objetivando valorar, por exemplo, a perda de biodiversidade ou os custos associados à mudança climática. No Brasil, a Lei 13.493, de 17 de outubro de 2017, atribuiu ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a responsabilidade pela divulgação do produto interno verde (PIV), em cujo cálculo será considerado, além dos critérios e dados tradicionalmente utilizados, o patrimônio ecológico nacional. Até que uma metodologia seja definida e as medições estejam plenamente adotadas e validadas em nível global, é recomendável que o indicador convencional do PIB seja analisado conjuntamente com o indicador de redução do desmatamento.¹⁴

A informação mais atual disponibilizada sobre a evolução do PIB de cada estado consta no Sistema de Contas Regionais do IBGE relativo ao ano de 2020. Na Tabela 10, observa-se que a participação do PIB da Amazônia Legal no PIB brasileiro vem crescendo gradualmente nos últimos dez anos, consolidando desde 2017 uma participação cerca de 1% (em percentual do PIB) superior àquela verificada em 2010, com novo aumento de 1 ponto percentual em 2020.

¹⁴ Para as novas metodologias de contabilidade do capital natural, ver IBGE (2020) “Contas de ecossistemas: o uso da terra nos biomas brasileiros 2000-2018”. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101753.pdf>.



TABELA 10 EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO PIB DA AMAZÔNIA LEGAL

(valores nominais em R\$ bilhões)

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
PIB Brasil	3.885,8	4.376,4	4.814,8	5.331,6	5.779,0	5.995,8	6.269,3	6.585,5	7.004,1	7.389,1	7.609,6
PIB estados da Amazonia Legal	310,0	362,3	399,3	449,4	486,2	506,6	546,5	584,3	623,2	659,9	763,7
PIB estados da Amazonia Legal (AL)/ PIB Brasil (%)	7,98%	8,28%	8,29%	8,43%	8,41%	8,45%	8,72%	8,87%	8,90%	8,93%	10,04%

Fonte: Elaboração própria, com base no Sistema de Contas Regionais/IBGE (2020).

Embora os dados ainda sejam referentes a 2020, é importante destacar o avanço do PIB da Amazônia Legal quando comparado ao ano anterior e ao crescimento nacional: enquanto o indicador nacional subiu 3% em relação a 2019, na Amazônia Legal esse crescimento foi de 15,7% na comparação anual.

Efeito indireto: (1) Atividades que mantêm a floresta em pé têm atratividade econômica na Amazônia Legal (componente “produção sustentável”)

Indicador: Produção da extração vegetal e da silvicultura

Indicador: Produção legal de madeira em toras na Amazônia

O Fundo Amazônia tem como prioridade a estruturação das cadeias produtivas da sociobiodiversidade. Essa priorização tem se materializado por meio de seu apoio financeiro a diversos projetos, cujos objetivos são a ampliação e o aprimoramento da coleta e do beneficiamento dos produtos extrativistas por comunidades tradicionais e povos indígenas.

As ações apoiadas contemplam atividades como a construção de barracões para o armazenamento da produção; a aquisição de caminhões, caminhonetes, tratores e lanchas para coleta e distribuição dos produtos; a implantação ou ampliação e modernização de unidades de beneficiamento desses produtos; e a capacitação técnica e gerencial dos indígenas, extrativistas e agricultores familiares envolvidos nos projetos.

Para o monitoramento dessa componente, foi selecionado o indicador de produção da extração vegetal e da silvicultura verificada nos estados da Amazônia Legal, cujos dados se baseiam em publicação anual do IBGE,¹⁵ e desenvolvido um indicador que mede a produção legal de madeira em toras na Amazônia.

Os dados da produção da extração vegetal são obtidos pelo IBGE mediante consulta a entidades públicas e privadas, produtores, técnicos e órgãos ligados direta ou indiretamente aos setores da produção, comercialização, industrialização e fiscalização de produtos vegetais nativos.

¹⁵ Produção da extração vegetal e da silvicultura (Pevs), do IBGE. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/289>.

A extração vegetal compreende o processo de exploração dos recursos vegetais nativos mediante a coleta de produtos. A Amazônia é uma importante fonte de produção de açaí, castanha-do-brasil, borracha nativa, amêndoas e outros produtos oleaginosos e fibras diversas, que têm representatividade econômica e são comercializados dentro e fora da região. A evolução da produção e da receita desses produtos é acompanhada pelo Fundo Amazônia por sua relevância econômica no contexto regional.

No conjunto dos oleaginosos, está sendo acompanhada a produção extrativista de amêndoas de cumaru, pequi e copaíba, entre outros produtos. Também se monitora a evolução da cadeia produtiva do babaçu, cuja oleaginosa (amêndoa) é utilizada, sobretudo, na indústria alimentícia. Como o babaçu tem grande participação na economia extrativista regional, optou-se por acompanhá-lo em separado das demais oleaginosas. No conjunto das fibras, estão sendo monitorados, entre outros produtos, a piaçava e o buriti.

Na Tabela 11, é mostrada a evolução da produção física (em toneladas) da extração vegetal desses produtos entre os anos de 2009 e 2021 (último dado disponível), além de uma comparação deste último ano com o ano anterior.

TABELA 11 > PRODUÇÃO DA EXTRAÇÃO VEGETAL NOS ESTADOS DA AMAZÔNIA LEGAL (TONELADAS)

Produtos	2009	2018	2020	2021	Var. 2021/2009 (%)	Var. 2021/2020 (%)
Açaí	115.767	221.646	220.490	227.250	96%	3%
Castanha-do-brasil*	37.468	37.468	33.119	33.406	(11%)	1%
Borracha (látex coagulado e líquido)	3.458	838	899	934	(73%)	4%
Oleaginosas**	1.239	983	923	1.147	(7%)	24%
Babaçu	103.359	47.544	34.952	29.172	(72%)	(17%)
Fibras***	2.846	2.078	2.896	2.914	2%	1%
Total histórico	264.137	310.557	293.279	294.823	12%	1%

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do IBGE.

* Ou castanha-do-pará, ou castanha-da-amazônia. ** Incluem copaiba (óleo), cumaru, pequi e outros produtos. Não incluem babaçu. *** Incluem buriti, piaçava e outros produtos.

Na Tabela 12, observa-se a evolução desses mesmos produtos segundo a receita gerada.

TABELA 12 > PRODUÇÃO DA EXTRAÇÃO VEGETAL NOS ESTADOS DA AMAZÔNIA LEGAL (R\$ MIL)

Produtos	2009	2009*	2018	2020	2021	Var. 2021/2020 (%)	Var. 2021/2009 (%)
Açaí	160.312	164.817	592.040	694.306	771.184	11%	368%
Castanha-do-brasil**	52.261	53.730	130.910	98.552	142.367	44%	165%
Borracha (látex coagulado e líquido)	7.596	7.809	3.614	6.574	7.464	14%	(4%)
Oleaginosas***	6.570	6.755	10.609	9.520	11.513	21%	70%
Babaçu	114.847	118.074	84.393	64.529	59.710	(7%)	(49%)
Fibras****	4.495	4.621	4.538	8.372	9.677	16%	109%
Total histórico	346.081	355.806	826.104	881.853	1.001.915	14%	182%

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do IBGE.

* Valores atualizados para reais de 2021 pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). ** Ou castanha-do-pará, ou castanha-da-amazônia. *** Incluem copaiba (óleo), cumaru, pequi e outros produtos. **** Incluem buriti, piaçava e outros produtos.

Observa-se que a produção do açaí, fruto cada vez mais utilizado na confecção de alimentos e bebidas, foi ampliada em 96% na Amazônia Legal no período 2009-2021, e a receita, em valores atualizados, se ampliou em 137% nesse mesmo período, alcançando R\$ 771 milhões.

A castanha-do-brasil, também conhecida como castanha-do-pará, é outro importante produto do extrativismo regional, sendo colhida do fruto (“ouriço”) da castanheira, que é uma das árvores mais altas da floresta amazônica. O volume de produção no período 2009-2021 teve redução de 11%. A receita anual, todavia, cresceu 34% nesse mesmo período, alcançando o montante de R\$ 142 milhões em 2021.

O volume e a receita da produção de oleaginosos, babaçu e borracha (látex coagulado e líquido) reduziram no período de 2009 a 2021. A produção de fibras permaneceu praticamente estável ao longo do período, superando o patamar de 2009 em 2%. Todavia, quando considerados todos os produtos monitorados, ocorreu um crescimento de 12% no volume produzido e de 43% da receita gerada.

Na comparação entre os anos de 2021 e 2020, merecem destaque o aumento de 24% no volume da produção de oleaginosas e o crescimento no faturamento agregado dos produtos considerados na Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (Pevs), embora tenha sido um ano desafiador para todos os setores econômicos.

Indicador: Produção legal de madeira em toras na Amazônia

A produção de madeira tem como fonte de matéria-prima legal somente as florestas exploradas sob regime sustentável, por meio de planos de manejo florestal sustentável (PMFS) ou de desmatamentos autorizados. O monitoramento desse indicador tornou-se possível graças à sistematização e disponibilização pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), em seu *website*, de informações sobre o transporte de produtos florestais registrados por meio do sistema do Documento de Origem Florestal (DOF).¹⁶

TABELA 13 > PRODUÇÃO LEGAL DE MADEIRA EM TORAS NA AMAZÔNIA (VOLUME EM M³)

Estado	2009	2018	2021	2022	Variação 2022 - 2009 (%)	Variação 2022 - 2021 (%)
Acre	277.489	162.374	395.486	484.564	75%	23%
Amazonas	355.113	870.965	482.970	690.051	94%	43%
Amapá	64.189	144.297	83.254	163.191	154%	96%
Maranhão	10.359	2.519	16.645	1.700	(84%)	(90%)
Mato Grosso	2.043	62.571	66.241	108.237	5.198%	63%
Pará	9.041	1.340.753	3.349.024	3.829.927	42.262%	14%
Rondônia	–	1.736.622	1.198.469	1.032.347	–	(14%)
Roraima	89.502	277.608	118.394	205.287	129%	73%
Tocantins	21.366	3.304	3.868	6.855	(68%)	77%
Total	829.102	4.601.014	5.714.352	6.522.159	687%	14%

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do Ibama.

¹⁶ Vale mencionar que o controle de exploração de madeira nativa no Brasil, apesar de bastante avançado, não é à prova de fraudes na emissão de permissões de exploração. Dessa forma, parte da madeira em toras contabilizada como extraída legalmente, com base em informações registradas por meio do sistema DOF, pode ser na verdade madeira ilegal resultante de fraudes ao sistema.

TABELA 14 > PRODUÇÃO LEGAL DE MADEIRA EM TORAS NA AMAZÔNIA (VALOR EM R\$ MIL)

Estado	2009	2009*	2018	2021	2022	Variação 2022-2009 (%)	Variação 2022-2021 (%)
Acre	10.095	21.662	93.072	26.153	44.585	106%	70%
Amazonas	19.633	42.128	67.407	73.075	92.786	120%	27%
Amapá	3.944	8.463	64.277	5.151	15.425	82%	199%
Maranhão	905	1.942	270	5.770	929	(52%)	(84%)
Mato Grosso	1.317	2.826	4.616	14.118	23.487	731%	66%
Pará	3.314	7.111	265.774	1.043.003	1.268.356	17.736%	22%
Rondônia	–	–	111.884	147.498	139.339	0%	(6%)
Roraima	4.153	8.911	17.899	7.250	12.680	42%	75%
Tocantins	7.314	15.694	81	1,45	0	(100%)	(100%)
Total	50.675	102.786	625.281	1.322.020	1.597.587	1.454%	21%

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do Ibama.

* Valores atualizados para reais de 2021 pela variação do IPCA de 2010 a 2022.

Com base na análise dos dados de produção legal de madeira em toras, verifica-se que, no período de 2009 a 2022, o volume de produção de madeira cresceu 7,9 vezes. É preciso considerar que esse crescimento expressivo deveu-se também ao aprimoramento do Sistema Nacional de Controle da Origem e dos Produtos Florestais (Sinaflor). Já a receita anual saiu de R\$ 102 milhões em 2009 para superar R\$ 1,6 bilhão em 2022 (1.454%).

Em comparação com o ano anterior, verificou-se em 2022 um incremento em praticamente todos os estados da Amazônia Legal, com exceção do Maranhão (redução de 90%) e de Rondônia (redução de 14%). Esse quadro resultou em um aumento para a região da ordem de 14%, enquanto o faturamento cresceu 21%.

O Fundo Amazônia tem contribuído diretamente para esses resultados por duas vertentes: (i) o apoio direto a projetos que praticam o manejo florestal sustentável ou instrumentalizam essa atividade por meio da pesquisa científica ou formação de técnicos; e (ii) a repressão a atividades madeireiras ilegais, que representam concorrência desleal para o manejo florestal sustentável, já que este tem mais custos, por operar de modo legal, e menor retorno, por não extrair a madeira de forma predatória.

A análise do comportamento da cesta de produtos da floresta amazônica, com base em dados da Pevs, do IBGE, evidencia que, nos anos considerados (2009 e 2021), ocorreu um crescimento de 43% da receita gerada por esses produtos. Por sua vez, em período com informações ainda mais atualizadas (2009 a 2022), foi verificado um crescimento de 1.454% na receita gerada pela madeira em toras. Pode-se concluir, portanto, que a evolução desses indicadores sinaliza que o efeito indireto “atividades que mantêm a floresta em pé têm atratividade econômica na Amazônia Legal” está sendo alcançado.

Efeito indireto: (2) Ações governamentais asseguram a adequação de atividades antrópicas à legislação ambiental (componente “monitoramento e controle”)

Indicador: Número de postos avançados (unidades regionais) dos órgãos estaduais de meio ambiente

Indicador: Número de municípios aptos a licenciar atividades com impacto ambiental de âmbito local

Indicador: Número de autorizações ou licenças ambientais concedidas anualmente pelos órgãos estaduais de meio ambiente

Para o monitoramento dessa componente, foram criados indicadores que visam medir a capacidade dos órgãos ambientais da Amazônia Legal para implementar a legislação ambiental vigente.

Dois dos indicadores medem, respectivamente, os níveis de desconcentração e de descentralização identificados na gestão ambiental, a saber: “número de postos avançados (unidades regionais) dos órgãos estaduais de meio ambiente” e “número de municípios aptos a licenciar atividades com impacto ambiental de âmbito local”.

A desconcentração da gestão ambiental por meio da implantação de postos avançados ou unidades regionais dos órgãos estaduais de meio ambiente aproxima esses órgãos dos habitantes e agentes econômicos das regiões mais afastadas, o que promove uma gestão ambiental mais eficiente.

Por sua vez, cabe aos municípios a competência para o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades que causem ou possam causar impacto ambiental de âmbito local, conforme tipologia definida pelos respectivos conselhos estaduais de meio ambiente, considerados os critérios de porte, potencial poluidor e natureza da atividade.¹⁷ O indicador que mede o número de municípios aptos a licenciar atividades com impacto ambiental de âmbito local visa verificar o grau de participação dos municípios na implementação da legislação ambiental em seus territórios.

Um terceiro indicador monitora o “número de autorizações ou licenças ambientais concedidas anualmente pelos órgãos estaduais de meio ambiente”. O licenciamento é um instrumento importante da Política Nacional de Meio Ambiente, e o aumento da concessão de licenças e demais atos autorizativos sinaliza o grau de controle dos órgãos de meio ambiente sobre as atividades humanas que interferem nas condições ambientais.

Considerando a ausência de divulgação pública de informações que permitam acompanhar esses indicadores, são apresentados na Tabela 15 dados obtidos diretamente com os órgãos estaduais de meio ambiente (Oemas) da Amazônia Legal.

¹⁷ Lei Complementar 140, de 8 de dezembro de 2011.

TABELA 15 > INDICADORES REGIONAIS DA COMPONENTE “MONITORAMENTO E CONTROLE”

Estados	Nº de postos avançados dos órgãos estaduais de meio ambiente (cumulativo)*		Nº de municípios aptos a licenciar atividades com impacto ambiental de âmbito local (cumulativo)**		Nº de autorizações ou licenças ambientais concedidas pelas Oemas (anual)***	
	2009	2022	2009	2022	2009	2022
Pará	4	6	10	137	3.259	1.792
Acre	5	5	1	2	2.239	3.838
Amapá	–	5	–	14	–	42
Amazonas	0	4	2	1	2.723	5.297
Roraima	1	12	13	15	183	561
Tocantins	20	3	0	4	3.360	15.370
Mato Grosso	11	9	5	51	5.430	9.683
Rondônia	14	14	1	31	2.480	2.679
Maranhão****	1	1	0	36	0	0
TOTAL	56	60	32	291	19.674	39.262
Variação (%)	7%		809%		100%	

Fonte: Elaboração própria, com base em dados fornecidos pelos órgãos estaduais de meio ambiente.

* Número consolidado (cumulativo): conjunto de todos os postos avançados do órgão estadual de meio ambiente.

** Número consolidado (cumulativo): conjunto de todos os municípios no estado aptos a licenciar atividades com impacto ambiental de âmbito local. *** Número de licenças: prévia, de instalação, de operação, de propriedade rural; atos de renovação, retificação, declaratórios, de anuência prévia e autorizações: ambiental, para desmatamento, para utilização de matéria-prima, para exploração de manejo florestal, de trânsito e comercialização de pescado e para transporte de cargas perigosas expedidas no ano. **** Não foram recebidas informações atualizadas do estado do MA até o fechamento do relatório. Para os dados referentes ao número de postos avançados e número de municípios foi utilizado o mesmo número de 2021. Para o número de licenciamentos, foi considerado que não houve nenhum no ano de 2022.

Uma análise conjunta dos indicadores monitorados revela a evolução nas três dimensões acompanhadas, destacando-se um significativo crescimento (809%) no número de municípios aptos a licenciar atividades com impacto ambiental de âmbito local.

O número de atos autorizativos expedidos anualmente pelos órgãos de meio ambiente também experimentou um aumento de 100% nos anos acompanhados (2009 e 2022), enquanto o número de postos avançados dos órgãos estaduais de meio ambiente teve um aumento de 7%, com redução em relação a 2021.

O Fundo Amazônia vem contribuindo para o aprimoramento da gestão ambiental por meio do apoio a projetos que visam fortalecer institucionalmente os órgãos estaduais e municipais de meio ambiente; aprimorar o processo de licenciamento ambiental; capacitar o corpo de servidores públicos; fortalecer as unidades regionais dos órgãos ambientais; e descentralizar e fortalecer a gestão ambiental municipal.



Efeito indireto: (3) Área da Amazônia Legal está ordenada territorialmente (componente “ordenamento territorial”)

Indicador: Área de terras indígenas (TI) e unidades de conservação (UC) federais na Amazônia Legal com instrumento de gestão territorial

Indicador: Desmatamento em áreas protegidas na Amazônia Legal

Para o monitoramento dessa componente, foram criados dois indicadores. O primeiro mede a extensão das áreas protegidas federais com instrumento de gestão territorial elaborado, e o segundo acompanha a taxa de desmatamento em áreas protegidas (UCs federais, estaduais e TIs na Amazônia Legal).

Vale mencionar que o Brasil, por meio da Lei 9.985/2000, estabeleceu um Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Snuc). As UCs integrantes do Snuc dividem-se em dois grupos, com características específicas: as unidades de proteção integral e as unidades de uso sustentável.

O objetivo básico das UCs de proteção integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais; já o objetivo básico das UCs de uso sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

O indicador “área de terras indígenas e unidades de conservação da natureza federais na Amazônia Legal com instrumento de gestão territorial” acompanha a evolução da elaboração de instrumentos de gestão territorial em TIs e UCs federais que tenham, respectivamente, planos de gestão territorial e ambiental (PGTA) e planos de manejo. O uso desses instrumentos em áreas protegidas tem contribuído de forma importante para a redução dos desmatamentos nesses domínios territoriais.

O plano de manejo de uma UC é um documento no qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma UC, se estabelecem seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade.

Por sua vez, os PGTA de TIs são ferramentas de implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), podendo ser definidos como instrumentos que visam a valorização do patrimônio material e imaterial indígena, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais, assegurando a melhoria da qualidade de vida e condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações indígenas. Esses planos devem expressar o protagonismo, a autonomia e a autodeterminação dos povos na negociação e no estabelecimento de acordos internos que permitam o fortalecimento da proteção e do controle territorial, bem como ser um subsídio que oriente a execução de políticas públicas direcionadas aos povos indígenas.¹⁸

¹⁸ Definição de PGTA com base no documento *Orientações para elaboração de planos de gestão territorial e ambiental de terras indígenas*, da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), de 2013.

TABELA 16 › ÁREA DE UCS FEDERAIS E TIS NA AMAZÔNIA LEGAL COM INSTRUMENTO DE GESTÃO TERRITORIAL (PLANOS DE MANEJO OU PGTAS)

Áreas protegidas	Números de UCS federais e TIs com instrumento de gestão territorial				Variação 2022/2009 (%)	Variação 2022/2021 (%)	Área (km²) de *UCs federais e TIs com instrumento de gestão territorial				Variação 2022/2009 (%)	Variação 2022/2021 (%)
	2009	2018	2021	2022			2009	2018	2021	2022		
UCs Federais	28	86	98	100	257%	2%	160.742	433.481	470.641	509.504	217%	8%
TIs	33	87	104	104	215%	–	75.741	371.628	590.659	590.659	680%	–
Total	61	173	197	204	234%	4%	236.483	805.109	1.061.300	1.100.163	365%	4%

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e da Funai.

* Dados revisados: os valores de área para UCS podem ter variações de acordo com novas deliberações em seus decretos. Sendo assim, o aumento para 2022 não é referente apenas ao tamanho das duas UCS que entraram na lista, mas também aos valores de área alterados acumulados até 2021.

Com base na análise dos dados da Tabela 16 sobre áreas protegidas com instrumento de gestão territorial no período entre 2009 e 2022, verifica-se que ocorreu considerável crescimento tanto do número quanto da extensão territorial das áreas protegidas com esses instrumentos na Amazônia, principalmente entre 2009 e 2018.

No período considerado, o número de UCS federais e TIs que dispõem de instrumento de gestão territorial triplicou, passando de 61 para 204. Por sua vez, a extensão territorial dessas áreas com instrumentos de gestão territorial mais que quadruplicou, alcançando 1,1 milhão de km², área superior à soma dos territórios da Noruega e da Alemanha.

O Fundo Amazônia tem apoiado diversos projetos de fortalecimento e consolidação das áreas protegidas da Amazônia. Destaque-se o apoio a oito projetos que visam a elaboração e a implementação de PGTAs, selecionados no âmbito da chamada pública de Apoio à Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas, promovida pelo fundo.

Esses projetos promovem, entre outras ações, a gestão ambiental e o desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis dos povos indígenas; a proteção dos povos indígenas isolados e de recente contato; a execução de iniciativas de monitoramento e controle do território, bem como o fortalecimento da organização comunitária local, da cultura e do modo de vida dessas populações. Além desses projetos dedicados exclusivamente à temática indígena, há outros projetos apoiados que também contemplam alguma ação que beneficia essas populações.

Registre-se que, no apoio a todos os projetos que tenham como beneficiários diretos povos indígenas, o Fundo Amazônia verifica se seus sistemas socioculturais e conhecimentos tradicionais foram considerados, bem como se as comunidades a serem beneficiadas deram prévio consentimento às ações a serem implementadas.

São 101 TIs beneficiadas com algum tipo de ação apoiada pelo Fundo Amazônia, que englobam aproximadamente 65% da área de todas as TIs da Amazônia brasileira.

Na Tabela 17, pode ser consultada a variação do desmatamento em áreas protegidas na Amazônia Legal (UCs federais, estaduais e territórios indígenas).

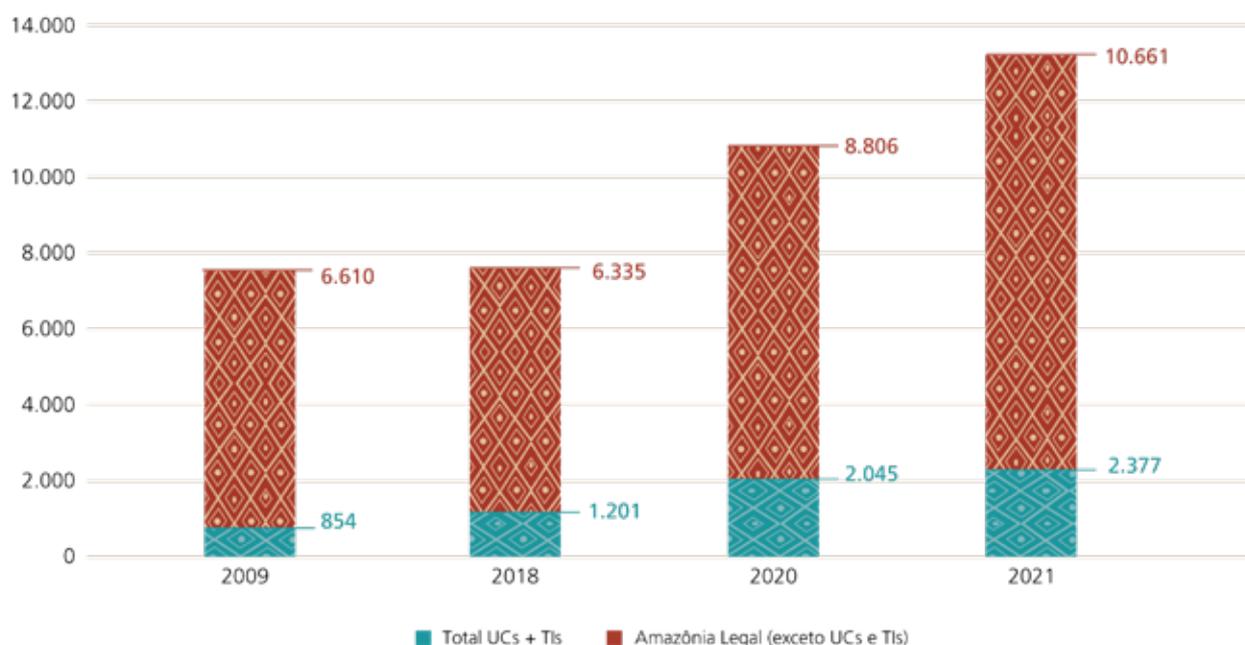
TABELA 17 › DESMATAMENTO EM ÁREAS PROTEGIDAS NA AMAZÔNIA LEGAL

Áreas Protegidas	Nº de áreas protegidas	Área desmatada (km ²)				Var. 2021/2020 (%)	Var. 2021/2009 (%)
		2009	2018	2020	2021		
UCs federais	127	287	252	504	628	25%	119%
UCs estaduais	178	320	694	1.110	1.377	24%	330%
Terras indígenas	386	247	256	432	373	(14%)	51%
Total histórico	691	854	1.201	2.045	2.377	16%	178%

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do Inpe/Prodes.

Na Tabela 17, verifica-se um crescimento de 178% da área desmatada no conjunto dessas categorias fundiárias, na comparação entre os anos de 2009 e 2021. Registre-se que esse crescimento é cerca de 2,5 vezes superior ao aumento do desmatamento global na Amazônia Legal calculado pelo Inpe/Prodes para os mesmos anos (75%), com destaque negativo para a categoria UCs estaduais, em que o desmatamento aumentou 330% quando comparado com a linha de base do Fundo Amazônia (2009). O destaque positivo fica por conta da redução nas terras indígenas, de 14% em relação ao ano anterior. O aumento da participação relativa das UCs e TIs no desmatamento total pode ser visualizado no Gráfico 8.

GRÁFICO 8 › DESMATAMENTO NAS UCS E TIS NO DESMATAMENTO TOTAL (KM²)



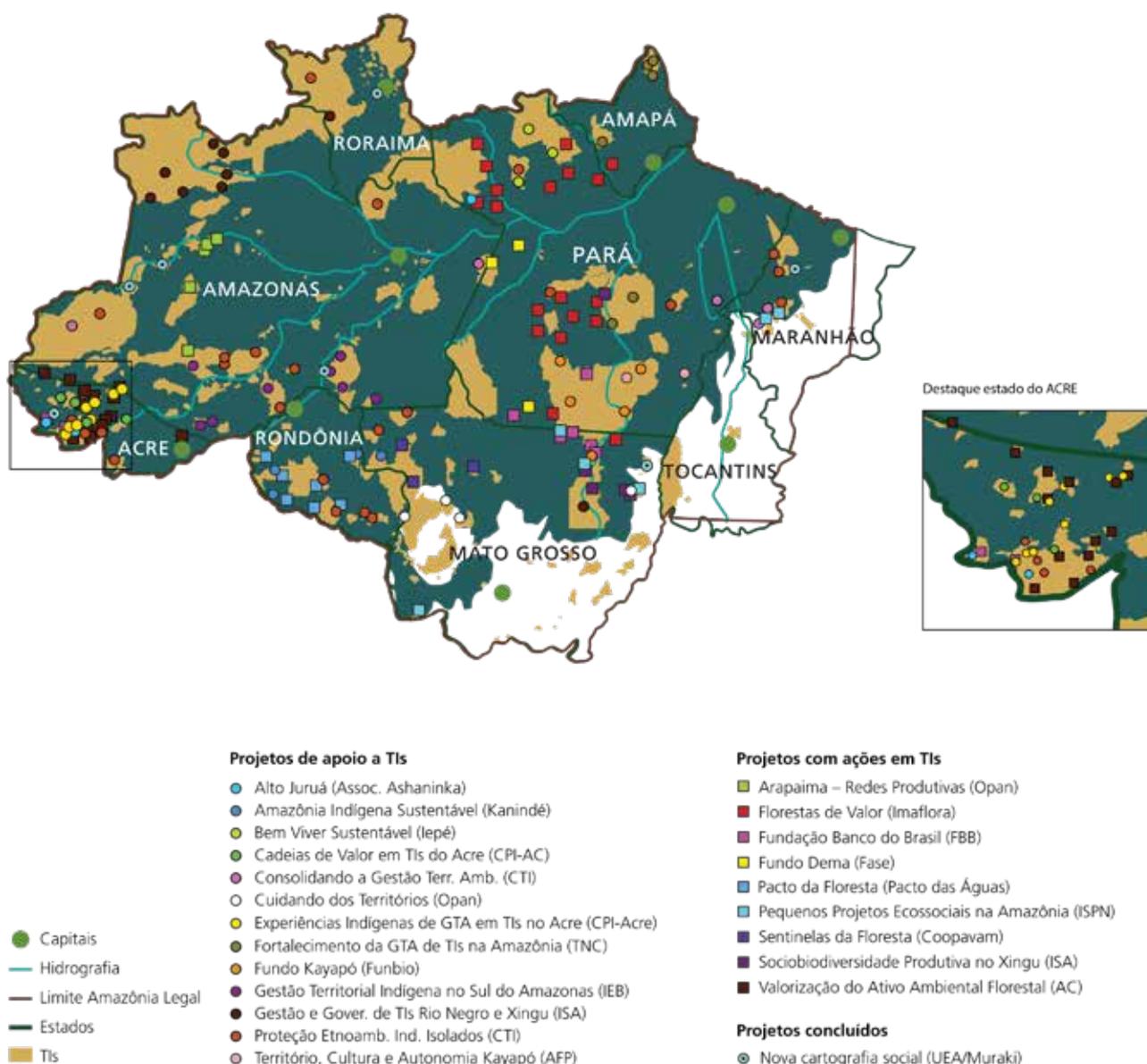
Fonte: Elaboração própria, com base em dados do Inpe/Prodes.

Vale mencionar que a área desmatada em unidades de conservação federais, estaduais e TIs representou cerca de 18% do desmatamento medido na Amazônia Legal em 2021. O fato de que essas áreas protegidas respondem por mais de 40% do território

da Amazônia Legal evidencia a importância dessas categorias territoriais e o relevante papel dos povos tradicionais, incluindo indígenas, na prevenção do desmatamento e na conservação florestal.

O aumento expressivo do desmatamento em áreas protegidas, reconhecidas internacionalmente como estratégicas para a conservação florestal, realça a importância de reforçar as políticas públicas e as ações relacionadas à consolidação da gestão desses territórios, bem como de fortalecer os entes públicos responsáveis por seu monitoramento. O Fundo Amazônia contribui para isso com projetos apoiados nos eixos de ordenamento territorial e monitoramento e controle do desmatamento.

FIGURA 5 PROJETO APOIADOS PELO FUNDO AMAZÔNIA EM TIS



Fonte: Elaboração própria, com base em dados do Inpe/Prodes.

Efeito indireto: (4) Instrumentos econômicos e atividades de ciência, tecnologia e inovação contribuem para a recuperação, a conservação e o uso sustentável na Amazônia Legal (componente “ciência, inovação e instrumentos econômicos”)

Indicador: Número de pedidos de patentes depositados no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)

Para o monitoramento da componente “ciência, inovação e instrumentos econômicos”, foram selecionados dois indicadores: (i) “número de pedidos de patentes depositados no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)”, que permite uma primeira avaliação do grau de fortalecimento do sistema regional de inovação; e (ii) “valor de subvenção pago a extrativistas para a promoção das cadeias dos produtos da sociobiodiversidade nos estados da Amazônia Legal (PGPM-Bio)”, para monitorar a evolução da política de incentivos econômicos na região amazônica. Considerando que até 2022 o Fundo Amazônia não apoiou projetos de pagamento de subvenções a produtos da sociobiodiversidade ou projetos análogos, o segundo indicador não foi incluído neste relatório.

TABELA 18 › PEDIDOS DE PATENTES DEPOSITADOS NO INPI POR RESIDENTES NOS ESTADOS DA AMAZÔNIA LEGAL

Ano	2009	2018	2021	2022	Varição 2022/2021 (%)	Varição 2022/2009 (%)
Brasil	7.709	7.569	7.288	6.718	(8%)	(13%)
Estados da Amazônia						
Acre	3	10	10	2	(80%)	(33%)
Amazonas	63	28	29	34	17%	(46%)
Amapá	3	12	8	3	(63%)	0%
Maranhão	24	70	62	57	(8%)	138%
Mato Grosso	29	43	76	47	(38%)	62%
Pará	25	53	64	68	6%	172%
Rondônia	13	78	14	8	(43%)	(38%)
Roraima	1	8	2	10	400%	900%
Tocantins	8	15	17	12	(29%)	50%
Total	169	317	282	241	(15%)	43%

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do INPI.

Comparando o número de pedidos de patentes depositados no INPI por residentes nos estados da Amazônia em 2009 e em 2022, houve um crescimento de 43%. Já para o Brasil, em geral, considerando os mesmos anos, foi verificada uma queda de 13%.

Apesar do considerável crescimento da quantidade de pedidos de patentes no período analisado, é baixo o número de pedidos de patentes depositados na região em termos absolutos (3,6% do total dos pedidos no Brasil em 2022). Isso demonstra a necessidade de fortalecer esse tema relevante para o conhecimento e o uso sustentável

das riquezas da região, para o aprimoramento do monitoramento do desmatamento e para o desenvolvimento e o aperfeiçoamento de formas e métodos que contribuam para o ordenamento territorial da Amazônia.

As razões que levam a esse cenário são complexas e têm raízes históricas. Vão desde diferenças nos níveis de investimento em educação superior e pesquisa até fatores como o nível de desenvolvimento do setor industrial em cada estado que integra a região amazônica.

Os projetos apoiados pelo Fundo Amazônia ligados a ciência e tecnologia visam enfrentar esse desafio por meio de ações como construção, reforma ou estruturação de centros de estudos avançados para pesquisa em biotecnologia; levantamento e processamento de dados biológicos e socioeconômicos georreferenciados; e desenvolvimento de modelos para estimativa de biomassa e sequestro de carbono em ecossistemas.

Síntese do monitoramento dos indicadores regionais relacionados à ação do Fundo Amazônia

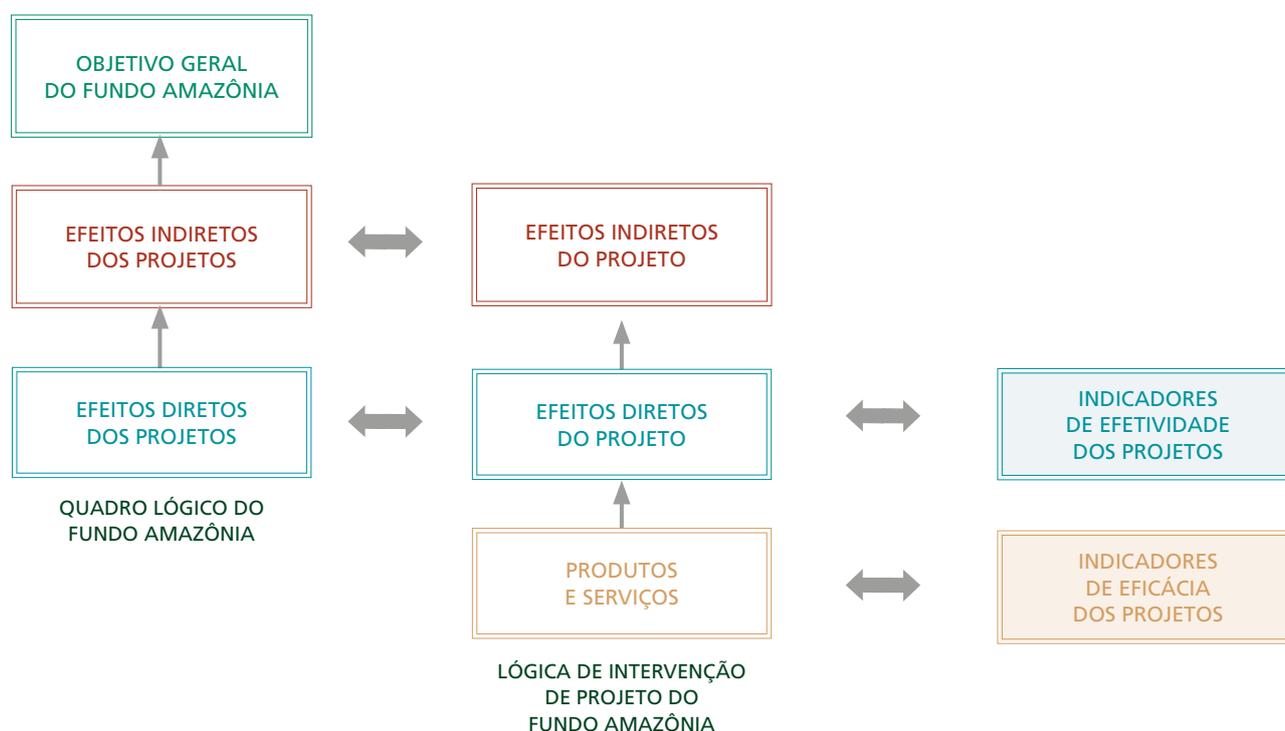
- > Piora do indicador que mede a taxa de desmatamento da Amazônia Legal, com aumento de 55% da área desmatada em 2022 em relação à taxa de 2009 (em 2021 esse acréscimo foi de 77%). Por sua vez, quando se compara a média do desmatamento anual ocorrido no período de 2010 a 2022 com o desmatamento em 2009 (linha de base do Fundo Amazônia), constata-se um aumento de 6% da área desmatada.
- > Continuação do crescimento da relevância do PIB da Amazônia no PIB brasileiro, atingindo em 2020 uma participação de pouco mais de 10%, em comparação com a participação de 7,9% verificada em 2010, o que também é um sinal positivo.
- > Aumento de 12% no volume produzido e de 43% da receita gerada pela cesta de produtos do extrativismo acompanhados pelo Fundo Amazônia, considerados os anos de 2009 e 2022, conforme dados da Pevs do IBGE, e aumento de 687% do volume e 1.454% da receita gerada anualmente pela produção legal de madeira em toras entre os anos de 2009 e 2022.
- > Ampliação, no período de 2009 a 2022, do número de postos avançados dos órgãos estaduais de meio ambiente em 60%, da descentralização da gestão ambiental para os municípios em 809% e do número de atos autorizativos expedidos pelos órgãos de meio ambiente em 100%.
- > Aumento favorável, superior a quatro vezes (365%), da área de UCs federais e TIs com instrumento de gestão territorial (2009-2022) e piora do indicador que monitora o desmatamento em áreas protegidas, que aponta incremento de 178% do desmatamento em UCs federais, estaduais e terras indígenas (2009-2021).
- > Crescimento de 43% no número de pedidos de patentes depositadas no INPI por residentes nos estados da Amazônia Legal (2009-2022).

Quadro de resultados dos projetos

Para cada projeto, é construído um quadro de resultados específico, em diálogo com os beneficiários e de forma integrada com os objetivos definidos no Quadro Lógico do Fundo Amazônia.

A Figura 6 ilustra de que forma os efeitos diretos e indiretos dos projetos devem contribuir para o desenvolvimento das quatro componentes e, dessa forma, para o alcance do objetivo geral do Fundo Amazônia.

FIGURA 6 › INSERÇÃO DE PROJETOS NO QUADRO LÓGICO DO FUNDO AMAZÔNIA



Acompanhamento e monitoramento de resultados dos projetos do Fundo Amazônia

No acompanhamento dos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia, além do monitoramento dos indicadores do quadro de resultados de cada projeto, são executados diversos procedimentos, descritos a seguir, visando prevenir ou solucionar situações que coloquem em risco sua implantação.

O período de acompanhamento de cada projeto vai desde a assinatura do contrato até a conclusão das obrigações nele assumidas. Para subsidiar o acompanhamento, o responsável pela execução do projeto apoiado pelo Fundo Amazônia encaminha relatórios de desempenho contendo: (i) resumo das principais atividades realizadas no

período; (ii) informações financeiras referentes aos valores utilizados no período; e (iii) documentação referente ao cumprimento de obrigações contratuais.

O acompanhamento pelo BNDES compreende, também, a verificação da execução física e financeira do projeto, o que inclui visita ao local do projeto, quando necessário. Cada liberação de recursos está condicionada ainda à verificação do cumprimento das normas e cláusulas contratuais pertinentes.

Na conclusão do projeto, além da prestação de contas da execução física e financeira do projeto, o beneficiário apresenta um relatório de avaliação de seus resultados. O principal objetivo desse relatório é consolidar informações sobre a execução do projeto apoiado e seus resultados e impactos. O documento deve conter informações sobre a evolução do projeto, o monitoramento dos indicadores de seu quadro de resultados, a sustentabilidade futura dos resultados, problemas que surgiram em sua implantação, bem como conhecimentos gerados e lições aprendidas.

Resultados dos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia

Os projetos apoiados pelo Fundo Amazônia são acompanhados individualmente. As atividades realizadas pelos projetos em fase de execução são relatadas na página do Fundo Amazônia na internet,¹⁹ na qual, para cada projeto apoiado, é reservada uma seção específica em que são informados, entre outros: nome da organização responsável pela execução do projeto; abrangência territorial do projeto e seus beneficiários; valor do projeto e valor da colaboração financeira do Fundo Amazônia; prazo de execução previsto; valores já desembolsados e datas dos desembolsos; contexto em que o projeto se insere e informações sintéticas sobre ele; sua lógica de intervenção e resumo das atividades já realizadas.

Para monitorar os resultados dos projetos apoiados, foi desenvolvida uma gama de indicadores comuns aos projetos que permitem sua consolidação e proporcionam uma visão agregada dos produtos e serviços entregues e dos impactos resultantes de suas ações. Cabe mencionar que, em alguns casos, os resultados são de natureza qualitativa, o que exige que sejam analisados de forma individual.

Além do acompanhamento dos projetos durante sua execução, o Fundo Amazônia divulga uma avaliação dos resultados e impactos de cada projeto concluído. No capítulo “Projetos concluídos” deste relatório, são divulgadas informações sobre os 13 projetos concluídos nesse ano, inclusive com uma avaliação de seus resultados e impactos. Dessa forma, de uma carteira de 102 projetos apoiados, sessenta foram concluídos e tiveram sua avaliação divulgada nos relatórios anuais do Fundo Amazônia. Sempre que viável, é feita uma análise dos impactos dos projetos concluídos na taxa de desmatamento de sua área de influência.

¹⁹ Disponível em: <http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/carteira-de-projetos/>.

São apresentadas, a seguir, tabelas com a consolidação dos resultados e impactos mensurados com base em indicadores dos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia. Nessas tabelas, foi adotado um código de cores para facilitar a identificação dos indicadores conforme sua natureza (de eficácia ou de efetividade). Os resultados dos projetos concluídos em 2022 são apresentados de forma resumida nesta seção e em detalhes no capítulo “Projetos concluídos” deste relatório (ver capítulo seguinte).

Os resultados apresentados, embora relevantes para o enfrentamento do desmatamento e para a promoção de atividades produtivas sustentáveis na Amazônia, poderiam ser ainda mais significativos se o Fundo Amazônia não tivesse sido paralisado, o que impediu a reciclagem e ampliação da carteira de projetos, inclusive pela incorporação dos aprendizados acumulados ao longo da história do fundo.

Componente “fomento às atividades produtivas sustentáveis”

No fim de 2022, o apoio às atividades produtivas sustentáveis representava cerca de 27% do valor da carteira de projetos do Fundo Amazônia, ou seja, R\$ 479 milhões. Um dos objetivos do Fundo Amazônia é promover uma economia florestal de base sustentável, mediante a valorização dos produtos (madeireiros e não madeireiros) e serviços ambientais da floresta, de modo a criar uma alternativa econômica que viabilize a conservação da vegetação nativa.

O conjunto de projetos apoiados nesse eixo abrange, por exemplo, atividades extrativistas, de beneficiamento (industrialização) de produtos extrativistas e da agricultura familiar, de segurança alimentar (produção de alimentos para consumo próprio), de artesanato e de turismo de base comunitária. Entre os produtos apoiados, podem ser citados: borracha (látex), sementes, artesanato, farinha de mandioca, cacau, castanha-do-brasil, turismo, madeira, mel, resina, sabonetes, óleos, babaçu e açafá.

TABELA 19 ▸ INDICADORES DA COMPONENTE “FOMENTO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS (1)” – VALORES ACUMULADOS

Indicadores de produção sustentável (Componente 1)	Até 2018 (acumulado)	Até 2021 (acumulado)	Até 2022 (acumulado)	Varição 2022/2021 (%)
Indivíduos capacitados para a prática de atividades econômicas sustentáveis (total)	24.236	43.870	56.340	28
Indivíduos capacitados para a prática de atividades econômicas sustentáveis (mulheres)	878	7.487	8.341	11
Indivíduos capacitados para a prática de atividades econômicas sustentáveis (indígenas)	2.544	4.641	5.108	10
Organizações comunitárias fortalecidas	434	507	653	29
Projetos de pequeno porte (até R\$ 150 mil) apoiados por entidades aglutinadoras*	2.659	2.679	2.679	0
Projetos de médio ou grande porte apoiados por entidades aglutinadoras	70	72	94	31
Imóveis rurais com projetos de produção sustentável	4.330	4.841	5.325	10

(Continua)

(Continuação)

Indicadores de produção sustentável (Componente 1)	Até 2018 (acumulado)	Até 2021 (acumulado)	Até 2022 (acumulado)	Varição 2022/2021 (%)
Imóveis rurais (famílias) beneficiados com assistência técnica	7.801	9.956	12.527	26
Unidades de beneficiamento de produtos da agricultura familiar e do extrativismo implantadas, ampliadas ou reformadas	357	377	539	43
Indivíduos diretamente beneficiados pelas atividades apoiadas (total)	162.195	207.345	240.801	16
Indivíduos diretamente beneficiados pelas atividades apoiadas (mulheres)	34.146	47.835	56.224	18
Área de floresta diretamente manejada em decorrência dos projetos apoiados (hectares)	22.026.165	74.685.538	75.380.952	1
Área recuperada utilizada para fins econômicos (hectares)	12.274	15.452	17.039	10
Indivíduos capacitados para a prática de atividades econômicas sustentáveis efetivamente utilizando os conhecimentos adquiridos (total)	9.679	21.745	30.352	40
Incremento de receita obtida com a comercialização de produtos <i>in natura</i> (R\$ mil)	98.369	149.681	166.791	11
Incremento de receita obtida com a comercialização de produtos beneficiados (R\$ mil)	44.084	104.784	127.161	21

Fonte: BNDES.

* O conceito de projeto nesse caso compreende, por exemplo, a simples aquisição de um equipamento para uma atividade produtiva que tenha sido planejada comunitariamente.

Código de cores/legenda

Indicador de eficácia
Indicador de efetividade

As atividades de apoio à produção sustentável incluem o fortalecimento de associações indígenas e de associações de produtores agroextrativistas, inclusive para o beneficiamento dos produtos da biodiversidade. Ou seja, a estruturação dessas cadeias produtivas inclui o apoio ao empreendedorismo comunitário, integrando uma ampla estratégia de promover a bioeconomia na região. Esse processo requer a implantação de novos sistemas de produção que conservem a floresta em pé e que promovam a industrialização de seus produtos, de forma integrada com os demais setores empresariais do país e com os centros de inovação e desenvolvimento científico e tecnológico.

O impacto econômico da produção sustentável também é verificado por um indicador que mede as receitas (faturamento bruto) dos projetos apoiados, obtidas a partir da comercialização da produção gerada (produtos *in natura*, beneficiados e serviços).

Na análise do comportamento desse indicador, são observadas a sua linha de base (faturamento anual imediatamente anterior ao início do projeto), o ano monitorado e o incremento de receita gerada pelo projeto ao longo de sua implementação. O cálculo desse incremento é feito pela comparação anual da receita em determinado ano com a receita da linha de base. Esse incremento (ou redução) anual é somado ao longo dos anos da execução do projeto e, quando consolidado, representa o incremento de receita produzido pelo projeto.

Na Tabela 20, pode-se ver a consolidação dos resultados de receita obtida com a comercialização de produtos pelos projetos apoiados no período de 2010 a 2022. Registre-se que, uma vez concluído um projeto, suas receitas dos anos subsequentes deixam de ser contabilizadas.

TABELA 20 › INDICADORES DA RECEITA OBTIDA COM A COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS PELOS PROJETOS APOIADOS PELO FUNDO AMAZÔNIA

Receita com atividade econômica de uso sustentável					
Produtos <i>in natura</i>			Produtos beneficiados		
Linha de base	Último ano (2021)	Incremento	Linha de base	Último ano (2021)	Incremento
R\$ 30,7 milhões	R\$ 81,1 milhões	R\$ 166,7 milhões	R\$ 31,6 milhões	R\$ 77,9 milhões	R\$ 127,1 milhões

Fonte: BNDES.

Em 2022, foram concluídos 13 projetos, seis deles contando com ações em mais de um eixo do Fundo Amazônia.

O projeto “Valorização do Ativo Ambiental Florestal (VAAF)”, no Acre, teve como objetivo a valorização do ativo ambiental e florestal por meio do fortalecimento da gestão territorial integrada, do fomento às cadeias produtivas florestais e agroflorestais e do apoio técnico e financeiro aos serviços ambientais, com a premissa de vinculação do pagamento desses serviços à adoção de práticas sustentáveis e de critérios ambientais.

A iniciativa contemplou a modernização dos sistemas de monitoramento e controle por meio do fortalecimento das instituições responsáveis pela gestão territorial, o fomento às práticas produtivas sustentáveis e ao manejo florestal de produtos madeireiros e não madeireiros, além da promoção da captura de carbono via reflorestamento de áreas degradadas.

Por fim, o projeto incluiu o apoio a associações indígenas para a elaboração de PGTAs, construção de postos de vigilância, formação de equipes e marcação física dos limites de 15 terras indígenas.

Já o projeto “Fortalecimento da Gestão Ambiental na Amazônia” capacitou funcionários públicos dos municípios prioritários para ações de prevenção e controle do desmatamento no bioma Amazônia, no uso de geotecnologia e monitoramento florestal. Também foi fornecida assistência técnica a esses municípios para o aprimoramento da sua gestão ambiental.

Foi elaborado um diagnóstico da situação fundiária nos estados do Amazonas, Mato Grosso, Pará e Rondônia, a fim de subsidiar a formulação de políticas públicas que possibilitem avançar na regularização fundiária, além de promover maior transparência às atividades realizadas nessa temática. O projeto também atuou no fortalecimento da gestão das UCs estaduais na Calha Norte do Pará.

O segundo projeto implementado pelo Instituto Ouro Verde, “Sementes do Portal II”, promoveu o plantio de novos sistemas agroflorestais (SAF) em áreas desflorestadas e a inserção de espécies de interesse econômico em parte das áreas já recuperadas no projeto anterior.

Também foi estimulado o desenvolvimento de canais de comercialização de produtos agroflorestais e foram apoiadas a consolidação da rede de coletores de sementes nativas e a geração de conhecimentos sobre economia agroflorestal.

Conduzido pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), o projeto “Assentamentos Sustentáveis na Amazônia” teve como objetivos desenvolver e implantar um modelo demonstrativo de produção agrícola sustentável e de pagamento por serviços ambientais a famílias compromissadas com a redução do desmatamento em pequenas propriedades rurais na região oeste do estado do Pará.

Para atingir seu objetivo, o projeto foi estruturado em duas componentes:

(i) desenvolvimento e implantação de modelo de produção sustentável em pequenas propriedades rurais localizadas em três projetos de assentamentos (PA) da reforma agrária em municípios no oeste do Pará; e (ii) pagamento pelo desmatamento evitado para 350 famílias do entorno da BR-230 – Rodovia Transamazônica –, bem como a realização de etapas preparatórias para a regularização ambiental dessas propriedades familiares.

O projeto “Gestão das Terras Indígenas das Bacias do Rio Negro e Xingu” apoiou a implementação do PGTA do Parque Indígena do Xingu e a elaboração de PGTAs da TI Yanomami e de TIs da região do Alto Rio Negro, com a sistematização do conhecimento e o fortalecimento de estruturas de governança locais e das organizações indígenas.

No Parque Indígena do Xingu, criado em 1961 e localizado no estado do Mato Grosso, habitam 16 povos indígenas. Essa foi a primeira terra indígena homologada pelo governo brasileiro. Nas décadas seguintes, foram demarcadas três TIs adjacentes: Batovi, Wawi e Pequizal do Naruvôtu.

Outro projeto ligado a povos indígenas, “IREHI – Cuidando dos Territórios”, teve por objetivo apoiar a conclusão e a implementação do PGTA para a terra indígena Marãiwatsédé e para as TIs Manoki, Menkü e Pirineus de Souza, localizadas no estado do Mato Grosso.

Foi estruturado em três componentes: (i) conclusão do PGTA da TI Marãiwatsédé; (ii) proteção territorial, com a implementação de sistemas de vigilância e monitoramento das terras indígenas beneficiadas pelo projeto, além de capacitação dos próprios indígenas na operação dos equipamentos adquiridos, despertando o interesse dos jovens indígenas para a gestão do território; e (iii) atividades econômicas, produtivas e culturais, com geração de renda e aumento da segurança alimentar a partir do resgate cultural de práticas e técnicas tradicionais.

Foram desenvolvidas atividades culturais relacionadas ao uso da terra, tais como intercâmbio cultural para troca de mudas e sementes, como forma de subsidiar a implementação de roças e quintais agroflorestais para geração de alimentos e de renda, por meio da comercialização dos excedentes de produção.

Além dos projetos que contribuíram para mais de um eixo, outros três colaboraram exclusivamente para o eixo de atividades produtivas sustentáveis.

O projeto “Fortalecendo a Economia de Base Florestal Sustentável” foi selecionado no âmbito da chamada pública de projetos produtivos sustentáveis do Fundo Amazônia e teve como objetivo fortalecer as cadeias produtivas da castanha-do-brasil e de polpa de frutas.

O projeto foi implementado por meio de ações de apoio direto e indireto às associações e cooperativas filiadas à Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Acre (Cooperacre), que eram organizações aglutinadas segundo o modelo da chamada pública.

Já o projeto “Néctar da Amazônia” atuou no fortalecimento e na ampliação da infraestrutura produtiva e de beneficiamento, na valorização do produto final e na estruturação da comercialização do mel de abelhas nativas produzido por comunidades tradicionais (ribeirinhos, extrativistas e pequenos agricultores) dos municípios de Curuçá, Almeirim e Monte Alegre, no estado do Pará, quilombolas do município de Macapá e indígenas do município de Oiapoque, estes dois últimos no estado do Amapá, que faz fronteira com a Guiana Francesa.

Por fim, o projeto “Florestas Comunitárias” visou desenvolver soluções de manejo sustentável para as comunidades que habitam três unidades de conservação federais da categoria reservas extrativistas (Resex) na região do Arquipélago do Marajó, no estado do Pará, a saber, Resex Arióca-Pruanã, Resex Mapuá e Resex Terra Grande-Pracuúba, abrangendo uma área de mais de 370 mil hectares, equivalente a cerca de três vezes a área do município do Rio de Janeiro.

Componente “monitoramento e controle”

No fim de 2022, o apoio às ações de monitoramento e controle representava 44% do valor da carteira de projetos do Fundo Amazônia, ou seja, R\$ 775 milhões. O eixo “monitoramento e controle” tem sido reconhecido em avaliações independentes do PPCDAm como o que mais evoluiu e, conseqüentemente, apresenta maior participação na redução do desmatamento na Amazônia desde 2004.

Entre os projetos concluídos com apoio exclusivo a esse eixo, tanto o projeto “CAR – Roraima” quanto o “CAR MS” promoveram o acesso de pequenos produtores rurais e assentados dos estados de Roraima e Mato Grosso do Sul, respectivamente, à regularização ambiental, por meio da inscrição dos seus imóveis rurais no Cadastro Ambiental Rural (CAR). Além do aprimoramento da infraestrutura e da capacitação de funcionários responsáveis, foram realizadas ações de promoção e apoio à inscrição no CAR dos imóveis de pequenos proprietários ou posseiros rurais de até quatro módulos fiscais.

Já no projeto “CAR – PR”, o foco maior foi no apoio à análise e validação do CAR no estado do Paraná, com a promoção e o apoio à inscrição de imóveis em territórios de povos e comunidades tradicionais.

TABELA 21 › INDICADORES DA COMPONENTE “MONITORAMENTO E CONTROLE (2)” – VALORES ACUMULADOS

Indicadores de monitoramento e controle (Componente 2)	Até 2018 (acumulado)	Até 2021 (acumulado)	Até 2022 (acumulado)	Varição 2022/2021 (%)
Órgãos ambientais fortalecidos (federais, estaduais e municipais)	304	326	326	0
Montante desembolsado para projetos de combate a incêndios florestais e queimadas ilegais (R\$ mil)	74.349	77.345	77.228	0
Servidores capacitados em gestão ambiental e/ou tecnologias de monitoramento do desmatamento	6.091	10.893	11.197	3
Missões de fiscalização ambiental efetuadas	687	1.706	1.896	11
Incêndios florestais ou queimadas não autorizadas combatidos pelos corpos de bombeiros militares	23.630	29.637	32.837	11
Servidores capacitados efetivamente utilizando os conhecimentos adquiridos (total)	5.329	4.828	4.584*	(5)
Imóveis rurais inscritos no CAR (protocolo)	746.905	1.075.770	1.062.666*	(1)
Área de imóveis rurais inscritos no CAR (protocolo) (ha)	90.343.357	124.479.541	125.880.444	1
Área com cobertura vegetal recuperada para conservação ou regularização ambiental (ha) – regeneração em andamento	13.420	15.353	14.640*	(5)
Autos de infração lavrados por infrações contra a flora	9.158	13.522	18.590	37

Fonte: BNDES.

* Valores ajustados em decorrência de revisão/divergência de critério de classificação ou correção de erro material.

Código de cores/legenda

Indicador de eficácia

Indicador de efetividade

Componente “ordenamento territorial”

No fim de 2022, o apoio às ações de ordenamento fundiário e territorial representava 14% do valor da carteira de projetos do Fundo Amazônia, ou seja, R\$ 251 milhões. A ocupação da floresta é inerente ao processo de desenvolvimento da região, mas essa ocupação precisa ser ordenada. Entre os instrumentos disponíveis, destaca-se o apoio do Fundo Amazônia à consolidação da gestão de UCs e à implementação da PNGATI.

TABELA 22 › INDICADORES DA COMPONENTE “ORDENAMENTO TERRITORIAL (3)” – VALORES ACUMULADOS

Indicadores de ordenamento territorial (Componente 3)	Até 2018 (acumulado)	Até 2021 (acumulado)	Até 2022 (acumulado)	Varição 2022/2021 (%)
Unidades de conservação apoiadas	190	195	196	1
Terras indígenas apoiadas	101	101	101	0
Indivíduos capacitados em atividades relacionadas à gestão de florestas públicas e áreas protegidas (total)	3.177	3.716	3.592*	(3)
Indivíduos capacitados em atividades relacionadas à gestão de florestas públicas e áreas protegidas (indígenas)	1.311	1.922	1.922	0

(Continua)

(Continuação)

Indicadores de ordenamento territorial (Componente 3)	Até 2018 (acumulado)	Até 2021 (acumulado)	Até 2022 (acumulado)	Varição 2022/2021 (%)
Indivíduos de etnia indígena diretamente beneficiados pelo apoio do Fundo Amazônia	49.318	59.755	61.048	2
Indivíduos capacitados em atividades relacionadas à gestão de florestas públicas e áreas protegidas efetivamente utilizando os conhecimentos adquiridos	1.376	1.850	1.996	8
Área de unidades de conservação criadas (km²)	7.083	7.083	7.083	0
Extensão de áreas protegidas com infraestrutura, gestão ambiental e/ou controle de seu território fortalecido (km²)	241.262	522.337	741.541	42

Fonte: BNDES.

* Valor ajustado em decorrência de revisão/divergência de critério de classificação ou correção de erro material.

Código de cores/legenda

Indicador de eficácia
Indicador de efetividade

As UCs federais e estaduais e as TIs correspondem, em seu conjunto, a mais de 40% da área total da Amazônia Legal. São categorias territoriais protegidas pela legislação, o que por si só inibe a ação dos desmatadores e grileiros de terras.

Componente “ciência, inovação e instrumentos econômicos”

No fim de 2022, o apoio às ações de desenvolvimento científico e tecnológico e a instrumentos econômicos para valorizar a floresta em pé representava 14% do valor da carteira de projetos do Fundo Amazônia, ou seja, R\$ 243 milhões. O apoio a esse eixo tem caráter estratégico e transversal, beneficiando as demais componentes.

TABELA 23 › INDICADORES DA COMPONENTE “CIÊNCIA, INOVAÇÃO E INSTRUMENTOS ECONÔMICOS (4)” – VALORES ACUMULADOS

Indicadores de ciência, inovação e instrumentos econômicos (Componente 4)	Até 2018 (acumulado)	Até 2021 (acumulado)	Até 2022 (acumulado)	Varição 2022/2021 (%)
Valor total desembolsado para pesquisa científica e tecnológica (R\$ milhões)	134	149	149	0
Pesquisadores e técnicos envolvidos nas atividades de pesquisa científica e tecnológica residentes na região amazônica durante a execução dos projetos	368	387	2.159	458
Famílias beneficiadas com pagamento por serviços ambientais	1.902	2.124	4.042	90
Publicações científicas, pedagógicas ou informativas produzidas	465	613	603*	(2)
Patentes solicitadas ou depositadas	2	2	2	0

Fonte: BNDES.

* Valor ajustado em decorrência de revisão/divergência de critério de classificação ou correção de erro material.

Código de cores/legenda

Indicador de eficácia
Indicador de efetividade

No eixo de ciência, inovação e instrumentos econômicos, foi concluído o projeto “Mamirauá”, implementado pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM), que apoiou ações de manejo e gestão participativa nas reservas de desenvolvimento sustentável (RDS) Mamirauá e Amanã, com pesquisa, desenvolvimento e disseminação de conhecimentos de agropecuária sustentável, manejo florestal madeireiro sustentável, manejo florestal não madeireiro sustentável, educação e proteção ambiental e monitoramento.

Salvaguardas do Fundo Amazônia

A Decisão 1/CP 16 da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês) definiu as salvaguardas para Redução das Emissões Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal, Conservação dos Estoques de Carbono Florestal, Manejo Sustentável de Florestas e Aumento de Estoques de Carbono Florestal (REDD+).

Essas salvaguardas são um conjunto de sete diretrizes que visam potencializar os impactos socioambientais positivos e reduzir os impactos negativos relacionados às atividades de REDD+. Também são conhecidas como salvaguardas de Cancún, pois foi nessa cidade mexicana que se realizou a 16ª Conferência das Partes (COP), em 2010, quando foram aprovadas as salvaguardas de REDD+.

As salvaguardas devem garantir que as iniciativas de REDD+ abordem de maneira adequada questões sensíveis, como os direitos de povos indígenas e comunidades tradicionais, a participação social, a preservação de ecossistemas naturais, a permanência dos resultados de REDD+ alcançados e o risco de deslocamento da pressão por desmatamento e degradação florestal para outras áreas.

Pelas salvaguardas de Cancún, as iniciativas de REDD+ devem promover e apoiar:

- I. ações complementares ou consistentes com os objetivos dos programas florestais nacionais e outras convenções e acordos internacionais relevantes;
- II. estruturas de governança florestais nacionais transparentes e eficazes, tendo em vista a soberania nacional e a legislação nacional;
- III. respeito pelo conhecimento e direitos dos povos indígenas e membros de comunidades locais, levando-se em consideração as obrigações internacionais relevantes, leis nacionais e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas;
- IV. participação plena e efetiva das partes interessadas, em particular, povos indígenas e comunidades locais;
- V. ações consistentes com a conservação das florestas naturais e diversidade biológica, garantindo que as atividades de REDD+ não sejam utilizadas para

a conversão de florestas naturais, mas incentivem a proteção e a conservação das florestas naturais e seus serviços ecossistêmicos e contribuam com outros benefícios sociais e ambientais;

VI. ações para evitar riscos de reversão de resultados de REDD+; e

VII. ações para reduzir o deslocamento de emissões de carbono para outras áreas.

O Fundo Amazônia é anterior à aprovação das salvaguardas de REDD+, mas, desde o início de suas atividades, foi estabelecido pelo Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA) um conjunto de diretrizes e critérios que, associados às políticas operacionais do BNDES, seu gestor, bem como à observância do arcabouço legal-normativo brasileiro, funciona como suas salvaguardas.

Como requisito da UNFCCC para o reconhecimento dos seus resultados na redução do desmatamento, o Brasil submeteu à Organização das Nações Unidas (ONU), em 2015, o 1º Sumário de Salvaguardas.²⁰ Em 2018, foi submetido o 2º Sumário de Salvaguardas,²¹ com informações sobre como as salvaguardas de Cancún foram abordadas e respeitadas pelo Brasil durante a implementação de ações de redução de emissão proveniente do desmatamento no bioma Amazônia (a partir de 2006). Esses dois sumários também abordam como o Fundo Amazônia vem apoiando e contribuindo para a observância dessas salvaguardas.

O Ministério do Meio Ambiente (MMA), responsável pela implementação das referidas salvaguardas no território brasileiro, iniciou em 2017 o desenvolvimento do Sistema Nacional de Informações sobre Salvaguardas de REDD+ (SISREDD+). No fim de 2021, o MMA apresentou os indicadores²² definidos pelo país para a aplicação piloto do SISREDD+.

Os avanços no tema e as informações descritivas sobre a implementação das salvaguardas de Cancún pelo Brasil podem ser acompanhados no *site* REDD+ Brasil,²³ do MMA.

Contribuição do Fundo Amazônia para os objetivos de desenvolvimento sustentável

Os ODS formam um conjunto de 17 objetivos globais estabelecidos pela Assembleia Geral das Nações Unidas (UNGA) que abrangem questões de crescimento econômico, inclusão social e proteção ao meio ambiente. Esses ODS foram acordados na ONU por 193 países, depois da ampla participação da sociedade civil global, tendo entrado em vigor em 1º de janeiro de 2016.

²⁰ Disponível em: http://redd.mma.gov.br/images/publicacoes/salvaguardas_1sumario.pdf.

²¹ Disponível em: https://redd.unfccc.int/files/2sumariosalv_br_final.pdf.

²² Disponível em: <http://redd.mma.gov.br/images/gtt-salv/indicadores-sisredd.pdf>.

²³ Disponível em: <http://redd.mma.gov.br/pt/>.

Entre os 17 ODS, pode ser identificado um subconjunto de dez para os quais o Fundo Amazônia contribui em maior ou menor grau:



ODS 1 – Erradicar a pobreza em todas as suas formas

Foi definido como um dos critérios orientadores para as ações apoiadas pelo Fundo Amazônia a priorização de projetos envolvendo benefícios diretos a comunidades tradicionais, assentamentos da reforma agrária e agricultores familiares. No conjunto das ações apoiadas pelo Fundo Amazônia até 2022, pouco mais de um quarto dos recursos foi destinado ao fomento de atividades produtivas sustentáveis, contribuindo para a erradicação da pobreza.



ODS 2 – Acabar com a fome e promover a agricultura sustentável

O Fundo Amazônia apoia não só a produção para comercialização, mas também projetos que visam a segurança alimentar (produção de alimentos para consumo próprio) dos povos tradicionais. São apoiadas, entre outras iniciativas, a implantação de SAFs, a celebração de acordos de pesca, a implantação de unidades de beneficiamento de produtos da sociobiodiversidade, a certificação de origem, capacitações e elaboração de planos de negócios, bem como a pesquisa para desenvolver novos produtos a partir dos frutos, sementes e compostos bioativos da flora amazônica.



ODS 5 – Alcançar a igualdade de gênero

Os resultados de projetos com fins econômicos apoiados pelo Fundo Amazônia devem priorizar benefícios coletivos ou públicos e contribuir para a igualdade de gênero e o protagonismo dos jovens. A partir de 2012, o fundo passou a exigir, nas chamadas públicas de projetos, que sejam indicadas estratégias para incorporar mulheres e jovens em atividades diretamente relacionadas às cadeias de valor apoiadas e promover a participação de mulheres em posições de liderança.



ODS 6 – Assegurar água potável e saneamento

Os projetos apoiados pelo Fundo Amazônia priorizam a restauração florestal das chamadas matas ciliares ou ripárias, isto é, as formações vegetais localizadas nas margens dos córregos, lagos, represas e nascentes. Uma das formas contempladas pelo apoio do fundo prioriza a recuperação de nascentes mediante a implementação de programas que recompensam, por meio de pagamento por serviços ambientais, aqueles que protegem e preservam as nascentes que abastecem a captação de água para o consumo da população.



ODS 8 – Promover trabalho decente e crescimento econômico

Um dos grandes desafios a serem respondidos pela sociedade brasileira e pelo Fundo Amazônia é como implantar na Amazônia um modelo econômico de produção e ocupação do território que seja sustentável ambientalmente, preserve a biodiversidade e promova o bem-estar social. Para esse fim, o fundo tem apoiado dezenas de projetos de produção sustentável que promovem as cadeias produtivas da sociobiodiversidade, a construção de capacidades e habilidades para promover um modelo econômico viável que seja sustentável.



ODS 11 – Tornar cidades e comunidades sustentáveis

O Fundo Amazônia tem contribuído diretamente para salvaguardar o patrimônio natural e cultural do mundo, já que seu objetivo é reduzir o desmatamento com desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal. Para isso, o fundo apoia ações que salvagam direta ou indiretamente o patrimônio natural representado pelas florestas, além de ser um importante financiador de ações que visam valorizar o patrimônio material e imaterial dos povos indígenas, incluindo a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais em seus territórios.



ODS 12 – Assegurar consumo e produção sustentáveis

As ações de monitoramento ambiental foram reforçadas com o apoio do fundo, incluindo o apoio à melhoria do monitoramento do desmatamento por meio de satélites no Brasil e em outros países da América do Sul (límitrofes à Amazônia), que estão desenvolvendo ou aprimorando seus próprios sistemas de monitoramento. O apoio do fundo também abrange a expansão das missões de fiscalização ambiental, bem como ações para prevenir e combater os incêndios florestais, incluindo o apoio aos corpos de bombeiros militares, o estabelecimento de brigadas civis de combate a incêndios e a aquisição de equipamentos especializados.



ODS 13 – Combater a mudança global do clima

O Fundo Amazônia é o maior fundo de conservação florestal REDD+ do mundo segundo diversos critérios, tais como doações recebidas e valores aprovados a projetos.²⁴ Todos os recursos aplicados pelo fundo devem contribuir, direta ou indiretamente, para a redução do desmatamento. As emissões totais de gases de efeito estufa (GEE) do Brasil foram reduzidas de 3,3 bilhões de toneladas de dióxido de carbono equivalente (CO₂eq), em 2004, para 1,3 bilhão de toneladas de CO₂eq, em 2016.²⁵ Esse resultado representou uma significativa contribuição do Brasil para a mitigação do aquecimento global e decorre principalmente de mudanças no uso da terra e das florestas, ou seja, da diminuição do desmatamento.



ODS 15 – Proteger e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres

Com o apoio do Fundo Amazônia, foram promovidas ações em 196 UCs e 101 TIs, abrangendo atividades de proteção e vigilância territorial, consolidação de sua gestão e fomento de atividades produtivas sustentáveis em UCs de uso sustentável, isto é, UCs que têm como objetivo compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.



ODS 17 – Fortalecer a parceria global para o desenvolvimento sustentável

O Fundo Amazônia foi criado pelo Brasil em diálogo com a comunidade internacional, contando com várias parcerias, incluindo governos que doam recursos para o Fundo Amazônia; um acordo de cooperação com uma agência de cooperação técnica internacional; e o apoio do fundo a um projeto internacional implementado pela Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), com o objetivo de monitorar a cobertura florestal na Amazônia Regional, isto é, para além das fronteiras do Brasil.

Promoção da equidade de gênero em projetos de produção sustentável

Alcançar a igualdade de gênero, acabando com todas as formas de discriminação contra as mulheres e garantindo a igualdade de oportunidades, é um dos ODS (5). O Fundo Amazônia, por meio do apoio a projetos que contribuem para a componente 1 de seu quadro lógico (“atividades que mantêm a floresta em pé têm atratividade econômica”) busca contribuir para a promoção da equidade de gênero.

Desde 2008, o BNDES, responsável pela gestão do Fundo Amazônia, incluiu em todos os seus contratos de financiamento a chamada cláusula social, que explicita o combate à discriminação de raça e gênero e ao trabalho infantil e escravo no Brasil. No contexto dos projetos apoiados pelo fundo, a promoção da equidade de gênero foi introduzida como critério de seleção em três chamadas públicas.²⁶

O fundo também dispõe de indicadores em projetos de produção sustentável para verificar em que medida as mulheres participam de atividades e de tomadas de decisão, incluindo o monitoramento do número de mulheres em posição de

²⁴ Disponível em: <https://climatefundsupdate.org/the-funds/>.

²⁵ Sistema de Registro Nacional de Emissões (Sirene). Disponível em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/sirene>.

²⁶ Em 2012, na chamada pública de projetos de atividades produtivas sustentáveis; em 2014, na chamada pública voltada para o apoio a PGTAs; e, em 2017, no âmbito das chamadas públicas de consolidação e fortalecimento de cadeias de valor sustentáveis e inclusivas e de recuperação da cobertura vegetal.

coordenação nas organizações apoiadas e a quantidade de mulheres capacitadas em novas tecnologias de produção sustentável. Desde 2015, também observa em avaliações externas independentes (avaliações *ex post*) como os projetos concluídos contribuíram para a promoção da equidade de gênero.

Em 2019, foi publicado no *website* do Fundo Amazônia o estudo “*Igualdade entre homens e mulheres em projetos de atividades produtivas sustentáveis apoiados pelo Fundo Amazônia*”,²⁷ que teve como objetivos sistematizar a contribuição dos projetos da componente 1 (“produção sustentável”) para a promoção da igualdade entre homens e mulheres, mapear a situação das mulheres nos projetos visitados em dois estados da Amazônia (Rondônia e Mato Grosso) e formular recomendações que estimulem a igualdade.

O resultado mostrou um número bastante expressivo de mulheres desenvolvendo atividades produtivas que promovem a redução do desmatamento em pequenas propriedades na Amazônia, contribuindo diretamente para o objetivo final do Fundo Amazônia, com uma participação proeminente para o uso sustentável da floresta e a redução do desmatamento. Foi possível verificar também que, quando as mulheres ampliam sua renda, elas internalizam novas habilidades, conhecimentos, direitos e oportunidades, potencializando sua participação e visibilidade nos diferentes espaços de convivência social.

A partir desses resultados, foram identificadas boas práticas relacionadas à igualdade de gênero nos projetos, levantadas lições aprendidas e elaboradas recomendações para o Fundo Amazônia.

Avaliação de efetividade

A carteira do Fundo Amazônia tem 102 projetos, dos quais sessenta foram concluídos. Os resultados e impactos dos projetos concluídos são avaliados pela equipe do Fundo Amazônia e são divulgados nos relatórios anuais do Fundo Amazônia (ver capítulo “Projetos concluídos”) e no *website* do fundo.²⁸

Em 2016, com o apoio técnico da agência de cooperação técnica alemã GIZ,²⁹ foi elaborado e divulgado o marco conceitual para a realização de avaliações de efetividade independentes dos projetos executados com recursos do Fundo Amazônia.³⁰

Com o aumento no número de projetos finalizados, identificou-se que avaliá-los em blocos temáticos, de acordo com os seus objetivos, produziria insumos

²⁷ Disponível em: <https://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/galleries/documentos/biblioteca/GIZ-Estudo-genero.pdf>.

²⁸ Disponível em: http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/carteira-de-projetos/busca/index.html?reloaded&facet_Situacao_prop=concluido.

²⁹ Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH.

³⁰ Disponível em: https://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/galleries/documentos/monitoramento-avaliacao/5.avaliacoes-externas/FA-Marco-Conceitual-Avaliacao-Efetividade-Projetos_2016.pdf.

importantes para a agregação dos resultados e impactos alcançados por eles e para a identificação de contribuições conjuntas para o alcance dos objetivos do Fundo Amazônia. Para orientar essas avaliações temáticas, foi desenvolvido em 2020 um adendo ao marco conceitual referente a avaliações temáticas, também publicado no *website* do Fundo Amazônia.³¹

Em 2022, foram publicadas duas avaliações temáticas de efetividade, uma de projetos de apoio a povos indígenas e outra de projetos de atividades produtivas sustentáveis.

Na avaliação relacionada a povos indígenas, foram avaliados os projetos “Alto Juruá”, “Amazônia Indígena Sustentável”, “Arapaima: Redes Produtivas”, “Cadeias de Valor em Terras Indígenas do Acre”, “Fortalecimento da Gestão Territorial de Terras Indígenas na Amazônia” e “Proteção Etnoambiental de Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato na Amazônia”, enquanto na segunda foram avaliados os resultados dos projetos “APL Babaçu”, “Pesca Sustentável”, “Quintais Amazônicos”, “Sentinelas da Floresta” e “Sociobiodiversidade Produtiva no Xingu”.

As avaliações de efetividade independentes podem ser conferidas em sua íntegra na página do Fundo Amazônia na internet.³² A condução dessas avaliações tem, entre outras, as seguintes finalidades:

- > auxiliar o Fundo Amazônia na prestação de contas a seus doadores sobre o tipo de projeto apoiado e seus impactos;
- > possibilitar a aprendizagem institucional dos executores de projetos e do próprio fundo, contribuindo para melhorar a qualidade dos projetos e a priorização dos investimentos, subsidiando, assim, a tomada de decisões;
- > verificar a observância pelos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia das salvaguardas de Cancún acordadas no âmbito da UNFCCC para ações de REDD+; e
- > verificar o alinhamento dos projetos com o PPCDAm, os planos estaduais de prevenção e controle do desmatamento e com a Estratégia Nacional de REDD+.

A seguir, são apresentadas algumas conclusões da avaliação de efetividade dos projetos de indígenas apoiados pelo Fundo Amazônia,³³ publicada em 2022:

- I. a maior parte das metas foi atingida. Os objetivos foram eficazes e tiveram efetividade. Os projetos têm alta relevância, mas baixa capacidade de sustentar os resultados ao longo do tempo;
- II. a maioria dos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia tinha duplo objetivo:
 - > consolidar a gestão territorial e ambiental; e
 - > promover atividades econômicas que dessem sustentabilidade às terras indígenas.

³¹ Disponível em: <http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/monitoramento-e-avaliacao/avaliacoes-externas/>.

³² Disponível em: <http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/monitoramento-e-avaliacao/avaliacoes-externas/>.

³³ Disponível em: <https://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/monitoramento-avaliacao/5.avaliacoes-externas/Relatorio-Efetividade-Indigenas.pdf>.

Dessa forma, ao promover atividades que têm atratividade econômica, os projetos analisados constituíram uma alternativa sustentável ao desmatamento nas terras indígenas e contribuíram para manter a floresta em pé. Além disso, ao instituir e fortalecer os PGTA's das terras indígenas, os projetos ajudaram a fortalecer ações de monitoramento, prevenção e proteção.

- III. as capacitações foram um dos pontos centrais dos projetos apoiados, provocando uma profissionalização das entidades e mudando as perspectivas dos beneficiários em relação à sua atuação e ao seu papel; e
- IV. houve claros ganhos econômicos devido ao aumento de produtos extrativistas não madeireiros e ao aprendizado de novas técnicas de conservação, possibilitado pela aquisição de câmaras frigoríficas. Esses aspectos tendem a perdurar, mesmo após a finalização dos projetos.

A seguir, são apresentadas algumas conclusões da avaliação de efetividade dos projetos de apoio a atividades produtivas sustentáveis,³⁴ concluída em 2022:

- I. os investimentos do Fundo Amazônia na etapa inicial da componente “produção sustentável” abarcam uma diversidade de organizações, cadeias, grupos sociais, regiões e dinâmicas de conservação e desmatamento. Essa estratégia foi considerada adequada e positiva, na medida em que interage com o contexto de diversidade presente na Amazônia nesses temas;
- II. organizações representativas de populações e territórios vulneráveis e de pequeno porte, que sozinhas não teriam condições de cumprir os requisitos das propostas ao Fundo Amazônia, participaram de todos os arranjos de execução, seja da chamada pública, seja das propostas de demanda espontânea. Dessa forma, os projetos contribuíram para os resultados de ampliação da capilaridade do Fundo Amazônia;
- III. considerando a geração de renda como um elemento central para o alcance dos efeitos de aumento da atratividade econômica das atividades apoiadas, foi reconhecida a necessidade de desenvolver conceituações e métodos de aferição mais específicos para verificar os impactos efetivos dos apoios na renda dos/as beneficiários/as;
- IV. as conexões entre os aspectos de acesso a mercado, comercialização e entendimento das especificidades e diferentes maturidades das cadeias são temas que necessitam evoluir nas abordagens dos projetos; e
- V. com relação às perspectivas dos projetos após sua finalização, é necessário destacar que a realização da avaliação se deu em um momento crítico de incidência da pandemia de Covid-19, concomitantemente a um quadro mais abrangente de fragilização de políticas públicas e de crise econômica, com rebatimentos inclusive na execução da própria avaliação. Algumas organizações foram fortemente atingidas, com iniciativas que chegaram a se desfazer, enquanto outras apresentam relatos de adaptação e resiliência.

³⁴ Disponível em: <https://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/monitoramento-avaliacao/5.avaliacoes-externas/Relatorio-Efetividade-APS.pdf>.

Vale mencionar que em 2019 foi concluída uma avaliação de meio termo da efetividade do Fundo Amazônia, compreendendo o período de 2008 a 2018. Ela foi realizada por uma equipe de consultores independentes, com a coordenação técnica da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), da ONU.

Essa avaliação de meio termo da efetividade do Fundo Amazônia abrangeu seus dez primeiros anos de operação, podendo-se afirmar que são raros os programas governamentais que cumprem as etapas de planejamento, execução, monitoramento e avaliação de seus impactos, dessa forma, fechando um ciclo completo. Esse é agora o caso do Fundo Amazônia, que com essa avaliação de meio termo ganhou uma análise técnica de sua efetividade de padrão internacional.

Essa ampla avaliação da efetividade do Fundo Amazônia fez recomendações de aperfeiçoamentos e concluiu que existem evidências claras de que o fundo tem contribuído para reduzir o desmatamento na Amazônia. Tanto a avaliação quanto seus estudos complementares podem ser consultados no *website* do Fundo Amazônia.³⁵

Gestão de riscos do Fundo Amazônia

A gestão de riscos é parte integrante da gestão do Fundo Amazônia e dos projetos por ele apoiados. Ela ocorre por meio da revisão periódica do comportamento tanto dos riscos quanto dos efeitos das medidas de mitigação. Consideram-se riscos os fatores externos que podem influenciar negativamente a execução dos projetos ou a manutenção dos resultados alcançados pelo fundo.

Para a gestão de riscos do Fundo Amazônia, definiu-se o seguinte formato:

- > apresentação dos riscos identificados com base no quadro lógico, partindo da lógica de intervenção representada pelo objetivo geral do Fundo Amazônia e seus efeitos indiretos;
- > avaliação da probabilidade de ocorrência de cada risco identificado; e
- > definição de medidas que prevejam a mitigação dos riscos, quando possível, pelo Fundo Amazônia ou outros atores.

A partir dos riscos identificados que possam influenciar negativamente a execução dos projetos ou a manutenção dos resultados alcançados pelo Fundo Amazônia, foi desenvolvida uma avaliação dos impactos de alguns desses riscos, indicando a gravidade de suas consequências para o alcance do objetivo geral de redução do desmatamento (ver coluna “Impactos”).

Alguns riscos identificados tiveram seu grau reavaliado pelo Fundo Amazônia em 2022.

³⁵ Disponíveis em: <https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/monitoramento-e-avaliacao/avaliacoes-externas/>

GESTÃO DE RISCOS DO FUNDO AMAZÔNIA

Objetivo geral: Redução do desmatamento com desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal

Risco identificado	Resposta/mitigação	Impactos
<p>○ ○ ●</p> <p>Fluxos migratórios na Amazônia pressionam o meio ambiente</p>	<p>O território amazônico apresenta fluxos migratórios dinâmicos e itinerantes visando a expansão de atividades, principalmente aquelas ligadas à agropecuária, à exploração ilegal de recursos naturais e à abertura de novas frentes de ocupação. Além disso, são vias de acesso a migrantes de países vizinhos fugindo da pobreza, que depois se deslocam para outras regiões do país.</p> <p>Nesse contexto, destaca-se Rondônia, por ser a principal fonte de migrantes que se deslocam para outras áreas no sudoeste da Amazônia, tais como o Acre e o sul do Amazonas. O entorno da BR-319 (Manaus-Porto Velho) tem facilitado a abertura de novas áreas e a migração para regiões circunvizinhas. Esse movimento aumentou continuamente, como é evidente na recente expansão do desmatamento em partes acessíveis do sul do Amazonas, como Apuí, Humaitá, Lábrea e Boca do Acre,³⁶ associado a uma baixa atuação do poder público no ordenamento territorial das áreas destacadas pelo Prodes/Inpe.³⁷</p> <p>Assim, as frentes de expansão na Amazônia pressionam recursos naturais, causando contínuo desmatamento.</p> <p>Outra frente importante é a chegada de migrantes pelo estado de Roraima, ampliando a pressão sobre serviços públicos e abrindo espaço para atividades à margem da legalidade.</p> <p>O Fundo Amazônia tem atuado com o objetivo de ampliar a produção sustentável, o monitoramento e o controle, por meio de seus componentes, com a finalidade de combater o desmatamento na região.</p> <p>Neste momento, o Fundo Amazônia avalia o risco como baixo.</p>	<p>A abertura de novas áreas para exploração agropecuária ou outras finalidades facilita o avanço do desmatamento na Amazônia e o aumento de atividades <i>business as usual</i>, que não contribuem de forma sustentável para o desenvolvimento das populações nas florestas amazônicas.</p>
<p>○ ● ○</p> <p>Novas estratégias e tecnologias são incorporadas pelos infratores para desmatar ilegalmente</p>	<p>Em 2022, a maior parte do desmatamento ocorreu nas fronteiras entre Acre, Amazonas, Rondônia e Mato Grosso, ao longo das rodovias BR 230, 163, 364 e 317. Em geral, houve queda em oito estados, principalmente no Pará, que registrou redução de 21% em relação ao ano anterior. No Mato Grosso, houve diminuição de quase 14%, o que confirma a tendência de queda do desmatamento nesta última década no estado. Apesar da pequena redução no Acre, de 5%, nota-se que o desmatamento é crescente desde 2018.</p> <p>Amazonas e Pará concentraram 11 municípios que representaram cerca de 43% do desmatamento ocorrido em 2022. Uma característica relevante do comportamento do desmatamento foi o aumento médio dos polígonos de desmate nos últimos anos, indicando pouca preocupação dos desmatadores com a possibilidade de identificação e eventuais sanções dos órgãos ambientais</p> <p>O risco continua sendo avaliado como médio.</p>	<p>Projetos de lei que preveem extensão de prazos de adesão ao CAR e ao Programa de Regularização Ambiental (PRA), somados a propostas de alterações na legislação sobre a regularização fundiária para flexibilização de instrumentos de comprovação de posse, podem levar ao avanço do desmatamento ilegal com a expectativa de consolidação de novas áreas.</p>

³⁶ Disponível em: http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/increments.

³⁷ Disponível em: <http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/prodes>.





Mudanças na legislação ambiental brasileira reduzem a proteção da floresta

Em 2022, progrediram no Congresso Nacional propostas legislativas que poderiam acarretar consequências sobre o avanço do desmatamento.

O Projeto de Lei (PL) 3.475/2021,³⁸ que estabelece formas de pagamento de multas aplicadas pelo Ibama, foi aprovado pelo Senado e está em tramitação na Câmara dos Deputados. Já o PL 36/2021, que possibilita a compensação de áreas de reserva legal desmatadas entre 2008 e 2020 e a dispensa de multas e embargos aplicados por desmatamento ilegal no mesmo período, tramitou efetivamente nas comissões relevantes e poderá ser aprovado pelo Congresso Nacional. Além dele, a Medida Provisória 1.150/2022 permite nova prorrogação para inscrição no CAR,³⁹ substituindo a Lei 13.887/19, que garantia prazo de dois anos para adesão ao cadastro.

Destacam-se também os PLs 1.282/2019, 2.374/2020 e 686/2022, que flexibilizam o Código Florestal (PL 12.651/2012). Respectivamente, eles propõem: construir reservatórios de água para projetos de irrigação e infraestrutura física em áreas de preservação permanente dos imóveis rurais; regularizar propriedades rurais fora dos limites mínimos de reserva legal; e permitir corte de vegetação secundária, sem autorização prévia do órgão ambiental estadual. A discussão acerca do marco temporal⁴⁰ para demarcação e homologação de territórios indígenas também pode comprometer a proteção de florestas.

No contexto de acesso a crédito, o Governo Federal estabeleceu condições para produção e implementação de práticas sustentáveis, incluindo recuperação de áreas e de pastagens degradadas e implantação de sistemas de integração lavoura-pecuária-florestas.⁴¹

Os resultados das eleições gerais deste ano possibilitarão diálogo ampliado das propostas e medidas em curso, viabilizando melhor entendimento sobre as necessidades de adequação ambiental e aplicação de recursos financeiros. Com a posse do novo governo, maior preocupação com a proteção das florestas e compromisso público de desmatamento zero até 2030, espera-se que parte desses PL não sejam efetivados.

O Fundo Amazônia avalia o risco como médio.

As incertezas relacionadas às consequências da referida legislação podem impactar negativamente a proteção da floresta, contribuindo para o aumento do desmatamento na Amazônia. Caso isso ocorra, a capacidade de captação de recursos do Fundo Amazônia ficará comprometida, bem como o alcance de seu objetivo geral de redução do desmatamento com desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal.



Nova governança e prioridades das políticas públicas alteram o modelo de desenvolvimento

Nos últimos anos, as estratégias e prioridades do Governo Federal geraram desafios à sustentabilidade, ao reconhecimento e à consolidação de novos territórios indígenas e unidades de conservação e ao combate ao desmatamento.

No contexto de atuação da Comissão Executiva para o Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa (Conaveg), do Conselho Nacional da Amazônia Legal (CNAL),⁴² foram suprimidas as operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) e, em seu lugar, apoiou-se o Ministério da Justiça e Segurança Pública. Foi realizada a operação Guardiões do Bioma,⁴³ importante para ações de combate ao desmatamento ilegal, às queimadas e aos incêndios florestais. Além disso, foi instaurado o Plano Nossa Amazônia, que se soma ao Plano Amazônia 2021-2022 e ao Plano Nacional para Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa.

Houve pouca efetividade e muitos entraves na implementação desses planos e operações. Para 2023, medidas propostas pelo governo eleito indicam possível supressão de parte desses planos e ações e retorno de políticas que haviam demonstrado resultados positivos no combate ao desmatamento, associado ao desenvolvimento sustentável da Amazônia.

No âmbito estadual, o Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal, formado pelos nove estados amazônicos, apoiou ações que visaram a consolidação de uma estratégia regional para o combate ao desmatamento.

O risco continua sendo avaliado como médio.

O avanço de atividades ilegais, que causou pressão sobre florestas, povos indígenas e comunidades tradicionais, trazendo desafios para a implementação de programas de combate ao desmatamento e apoio a atividades produtivas sustentáveis.

Apesar da revisão das políticas iniciadas pelo novo governo eleito, ainda existem incertezas sobre o prazo para identificar os resultados e as respostas para os desafios no âmbito do combate ao desmatamento. A ampliação e o fortalecimento das ferramentas de governança, bem como um renovado foco em ações que contribuam para a implementação do Acordo de Paris e o alcance das metas voluntárias propostas pelo Brasil são sinais relevantes que auxiliam na redução do risco desse indicador para os objetivos do Fundo Amazônia.

³⁸ Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/150214>.

³⁹ Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/931682-medida-provisoria-altera-prazo-para-inscricao-no-cadastro-ambiental-rural/>.

⁴⁰ Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=630133>.

⁴¹ Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias-2022/plano-safra-disponibiliza-r-340-8-bilhoes-para-o-setor-agropecuario>.

⁴² Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/servicosambientais/controle-de-desmatamento-e-incendios-florestais/comissao-executiva-para-controle-do-desmatamento-ilegal-e-recuperacao-da-vegetacao-nativa-conaveg/documentos>.

⁴³ Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/operacoes-integradas/guardioes-do-bioma/operacao-guardioes-do-bioma>.



Mudanças climáticas provocam períodos de estiagem prolongada e incêndios florestais

Em termos totais, as emissões de GEE apresentaram aumento desde 2017, devido ao setor de Uso da Terra, Mudança do Uso da Terra e Florestas (LULUCF).⁴⁴ Em atendimento ao previsto no Decreto 9.578/2018, para acompanhamento do compromisso nacional assumido voluntariamente de redução de emissões, os resultados setoriais e respectivos limites de emissões para 2020 demonstraram que as emissões totais se situaram em 1,67 bilhão de toneladas de CO₂, o que significa 48,2% abaixo das emissões projetadas pelo decreto.

Entre 2021 e 2022, foram elaborados três relatórios que se referem ao Sexto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas.⁴⁵ Entre os resultados, observa-se a redução da taxa de desmatamento em 11,27% de 2021 para 2022. O ano de 2021 foi o que registrou a maior área desmatada desde 2006, 13 mil km².

Atualmente, o Brasil é o quinto maior emissor de gases de efeito estufa no mundo e 70% das emissões estão relacionadas às mudanças do uso do solo (LULUCF),⁴⁶ ao desmatamento e, principalmente, às queimadas na Amazônia. Segundo dados do Inpe,⁴⁷ de 2022, a área queimada no bioma amazônico foi de 76.818 km².

Esses resultados reforçam as projeções sobre mudanças climáticas produzidas pelo Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas (PBMC), nas quais se prevêem a diminuição das chuvas na Amazônia e o consequente aumento na intensidade do período seco e da frequência de incêndios florestais.

O Fundo Amazônia apoia projetos que contribuem para o alcance das metas do Acordo de Paris, incluindo restaurar e reflorestar, ampliar a escala dos sistemas de manejo sustentável de florestas nativas e prevenir e combater incêndios florestais.

O Fundo Amazônia continua avaliando o risco como alto.

As consequências do não atingimento das metas pactuadas no Acordo de Paris poderão impactar diretamente os biomas. No caso da Amazônia, o desmatamento e as estiagens prolongadas põem em risco a capacidade de regeneração natural da floresta, podendo levar a um processo progressivo de savanização e de redução de suas funções para o equilíbrio do regime de chuvas nas regiões sob sua influência.

Tais eventos representam desafios para o setor agrícola e para a segurança alimentar, podendo resultar na busca adicional por terras disponíveis e, portanto, em maior desmatamento.

Componente 1 – Produção sustentável

Risco identificado	Resposta/mitigação	Impactos
   A desaceleração das atividades econômicas prejudica o desenvolvimento da economia de base florestal sustentável	<p>Com a recuperação de atividades no cenário econômico, a economia brasileira registrou um crescimento do PIB de 2,9% em 2022, abaixo dos 4,6% registrados em 2021. Esse resultado demonstra a necessidade de atenção após as perdas causadas pela pandemia de Covid-19, que fez a economia retrair em 3,9% em 2020.</p> <p>Apesar de os principais indicadores econômicos da região Norte terem evoluído positivamente em 2022, a indústria geral ainda não recuperou seus níveis pré-pandemia.⁴⁸</p> <p>Sobre o fomento da produção da extração vegetal e da silvicultura em 2021,⁴⁹ verifica-se crescimento da produção nas culturas de açaí, fibras e oleaginosos na Amazônia Legal. Esse cenário tende ao crescimento em 2022. Tais cadeias são apoiadas pelo Fundo Amazônia, que tem demonstrado ser instrumento fundamental na contribuição e ampliação de cadeias produtivas de base florestal e na sustentabilidade de atividades agrícolas dos pequenos produtores rurais.</p>	<p>O discreto aumento do volume de produção anual da cesta de produtos do extrativismo, alinhado ao crescimento das receitas do faturamento, indica uma possível recuperação das cadeias de valor na região, reforçando a necessidade de apoio financeiro e técnico aos produtores da sociobiodiversidade para evitar impactos negativos na renda das famílias e na capacidade de retenção das populações locais.</p>

O Fundo Amazônia reavalia o risco como médio

⁴⁴ Disponível em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/sirene/publicacoes/estimativas-anuais-de-emissoes-gee/arquivos/6a-ed-estimativas-anuais.pdf>.

⁴⁵ IPCC — Intergovernmental Panel on Climate Change.

⁴⁶ Disponível em: <http://seeg.eco.br/download>.

⁴⁷ Disponível em: https://queimadas.dgi.inpe.br/queimadas/portal-static/estatisticas_estados/.

⁴⁸ Boletim regional do Banco Central para a região Norte. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/boletimregional/202211/br202211c1p.pdf>.

⁴⁹ Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pevs/quadros/brasil/2021>.



Componente 2 – Monitoramento e controle

Risco identificado	Resposta/mitigação	Impactos
<p>○ ● ○</p> <p>Legislação fundiária não alinhada com a política ambiental</p>	<p>Em 2022, projetos de lei, como o 2.633/2020 e o 510/2021, que propõem flexibilizar critérios e regras de regularização fundiária, não tiveram avanço para sua consolidação, mantendo-se em processo de relatoria nas comissões responsáveis. Já o PL 5.518/2020, que flexibiliza o modelo de licitação e os contratos para concessão de florestas públicas, está em trâmite para ser votado na Câmara dos Deputados.</p> <p>A presença de projetos de lei não alinhados com essa área de atuação em tramitação no congresso mantém a relevância desse risco para os objetivos do Fundo Amazônia.</p> <p>Além disso, no âmbito da eleição geral, verificou-se redução da quantidade de parlamentares no congresso com pautas diretamente ligadas à questão climática e de meio ambiente. Assim, será permanente o desafio de fortalecer a questão ambiental diante de temas relacionados à produção e ao desenvolvimento.⁵⁰ Futuras discussões sobre a legislação fundiária poderão apoiar tomadas de decisão voltadas a projetos do Fundo Amazônia. Essa legislação é chave para uma evolução contígua à política ambiental e ao desenvolvimento sustentável das florestas.⁵¹</p> <p>O Fundo Amazônia tem apoiado projetos que fortalecem ações de prevenção, controle e combate do desmatamento, além do uso sustentável da terra.</p> <p>O Fundo Amazônia continua avaliando o risco como médio.</p>	<p>A apresentação do PL 2.633/2020, que atenuou alguns dos pontos geradores de maior incerteza presentes na MP 910/2019, cuja vigência expirou sem que tenha sido convertida em lei, sugere um reflexo do debate sobre o alinhamento da política de reforma agrária e da política ambiental no legislativo.</p> <p>A eventual contribuição positiva de medidas para a legalização de terras, inclusive de assentamentos da reforma agrária na Amazônia, deve estar associada a ações de regularização ambiental, ao emprego de instrumentos de assistência técnica e extensão rural (Ater) e ao fomento de atividades produtivas de uso sustentável da floresta, sem os quais poderão ocorrer impactos negativos causados por novos desmatamentos.</p>
<p>● ○ ○</p> <p>Ações de fiscalização e repressão do desmatamento insuficientes em decorrência de restrições fiscais</p>	<p>Ao longo de 2022, o MMA aperfeiçoou o Sinaflor, com a implementação do sistema de rastreabilidade da madeira, além de efetivar a contratação de novos servidores para o ICMBio. No entanto, foram permanentes os desafios para instituir ações de combate a ilícitos. Nesse contexto, o programa Guardiões do Bioma, coordenado pelo Ministério da Justiça, apoiou o enfrentamento ao crime ligado a produtos florestais.⁵²</p> <p>Porém, apesar dos avanços em parceria com outros ministérios e da pequena redução do desmatamento em relação a 2021, as dificuldades em combater ilícitos e a busca da redução do desmatamento mais significativa são permanentes.</p> <p>Para o próximo ano, o MMA terá um orçamento de R\$ 3,5 bilhões, o que significa um acréscimo de 16% em relação ao planejado para 2022 (R\$ 3 bilhões). Para controle e fiscalização ambiental do Ibama, enquanto 2022 contou com R\$ 155 milhões, para 2023 estão previstos R\$ 222 milhões. Com o resultado da eleição geral e a nova priorização de ações no âmbito do Decreto 11.349/2023,⁵³ o ministério terá o desafio de apoiar e liderar pautas relevantes para o combate ao desmatamento.</p> <p>O Fundo Amazônia mantém o risco como alto.</p>	<p>Ações insuficientes de fiscalização e repressão do desmatamento representam um vácuo da presença do Estado, podendo levar ao aumento da ocorrência de atividades ilegais que contribuem para o avanço do desmatamento.</p> <p>Adicionalmente, para o Fundo Amazônia, há o risco de deterioração da sustentabilidade dos resultados alcançados pelos projetos apoiados.</p>

⁵⁰ Disponível em: https://www.idsbrasil.org/wp-content/uploads/2022/10/Analise-dos-resultados-da-eleicao-2022_.pdf.

⁵¹ Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/10/10/agenda-ambiental-tera-mais-resistencia-no-novo-congresso.ghtml>.

⁵² Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/894762-ministro-do-meio-ambiente-diz-que-atua-para-coibir-desmatamento-e-crimes-ambientais/>.

⁵³ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11349.htm.



Componente 3 – Ordenamento territorial

Risco identificado	Resposta/mitigação	Impactos
   <p>Crescimento da demanda por novas terras para cultivo e pastagem</p>	<p>A constante pressão sobre florestas na Amazônia com a finalidade de abertura de novas áreas para produção agropecuária incide no avanço do desmatamento identificado pelo Inpe.⁵⁴ Apesar da pequena redução ocorrida em 2022, permanece o desafio de ampliar a produtividade de forma sustentável em áreas já convertidas, além de fomentar a recuperação e restauração florestal. Esse desafio está associado à necessidade de expansão da oferta de Ater a produtores, principalmente agricultores familiares.</p> <p>No âmbito do Governo Federal, instrumentos para transição a uma agricultura de baixo carbono vêm sendo apoiados por meio do Plano Safra e devem ser fortalecidos com a implementação do Plano Setorial de Adaptação e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária.⁵⁵ O plano pretende contribuir de forma estratégica para o enfrentamento à mudança do clima no setor agropecuário, com o objetivo de promover adaptação à mudança climática e controle das emissões de GEE, por meio da eficiência na produção.</p> <p>O Fundo Amazônia apoia projetos de atividades produtivas sustentáveis, voltados a atividades rurais de baixo impacto ambiental e à recuperação da cobertura vegetal, além de projetos para promover a regularização ambiental, como o apoio ao CAR.</p> <p>O Fundo Amazônia continua avaliando o risco como alto.</p>	<p>O aumento da pressão por novas terras para cultivo, pastagem e especulação, associado ao não aproveitamento de áreas já disponíveis, tem o vetor econômico como propulsor de desmatamentos. A abertura de novas áreas e a atualização da legislação fundiária facilitam a consolidação de novas frentes de desmatamento nas florestas amazônicas.</p>

Componente 4 – Ciência, inovação e instrumentos econômicos

Risco identificado	Resposta/mitigação	Impactos
   <p>Evasão da região de quadros técnicos qualificados e pesquisadores</p>	<p>Os principais indicadores associados à formação de profissionais e à intensidade das atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) atestam que a Amazônia permanece em patamar inferior ao das demais regiões. Segundo banco de dados da Coordenação para o Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), para 2021,⁵⁶ a Amazônia concentra apenas 6,7% das bolsas de pós-graduação do país. Embora tenha havido um aumento do número de bolsas em 1% em relação a 2000, esse percentual é menor que o volume de bolsas de pós-graduação recebidas pelas universidades do Sudeste e do Sul do país, que correspondem a 52% e 24% do total de bolsas oferecidas no Brasil em 2021.</p> <p>Gastos federais com educação superior em 2015 eram de R\$ 15,67 bilhões, enquanto em 2021 o total de recursos foi de R\$ 5,5 bilhões.</p> <p>As instituições localizadas no Centro-Sul do Brasil sofreram menos os impactos dos cortes em comparação com as localizadas nos estados da Amazônia. Isso se deve ao fato de que no Sudeste e no Sul do Brasil estão concentrados os cursos de pós-graduação mais bem avaliados pela Capes. Além disso, na região Norte, os cursos de pós-graduação são, em sua maioria, recém-criados.</p> <p>Ainda em 2021, foi aprovada a Lei Complementar 177/2021, que tornou não contingenciáveis os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), responsável pela maior fonte de recursos destinados à ciência no Brasil, visando, assim, a redução de desequilíbrios regionais em termos de P&D. Aqui, segundo dados da execução orçamentária e financeira do FNDCT,⁵⁷ em 2022, os recursos alocados para a Amazônia foram R\$ 29 milhões, enquanto estados do Sudeste e do Sul receberam, respectivamente, R\$ 548 milhões e R\$ 131 milhões.</p> <p>Assim, o atual cenário brasileiro ainda é de baixo investimento e cortes orçamentários no setor da educação. Nesse contexto, diversas regiões do Brasil sofrem com a “fuga de cérebros” e algumas regiões são mais afetadas do que outras. Na região Norte, onde muitos cursos de pós-graduação foram criados recentemente, as notas ainda são inferiores às das regiões Sudeste e Sul, segundo os conceitos da Capes.⁵⁸</p> <p>O Fundo Amazônia reavalia o risco para alto.</p>	<p>A continuidade do cenário de baixo investimento em CT&I na Amazônia limita a produção e transferência de conhecimentos e tecnologias que podem contribuir para recuperação, conservação e uso sustentável da floresta. No médio prazo, os impactos de tal deficiência se traduzem na redução da agregação de valor às cadeias da sociobiodiversidade e na perpetuação de práticas econômicas não sustentáveis.</p> <p>Para o Fundo Amazônia, adicionalmente, uma baixa intensidade de pesquisa e inovação impacta negativamente a oferta de recursos humanos qualificados para a implementação de projetos de CT&I e a produção de informações e estatísticas necessárias ao desenho qualificado de políticas públicas para a região.</p>

⁵⁴ Disponível em: <http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/prodes>.

⁵⁵ Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/plano-abc/arquivo-publicacoes-plano-abc/final-isbn-plano-setorial-para-adaptacao-a-mudanca-do-clima-e-baixa-emissao-de-carbono-na-agropecuaria-compactado.pdf>.

⁵⁶ Disponível em: <https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>.

⁵⁷ Disponível em: <http://finep.gov.br/a-finep-externo/fndct/execucao-orcamentaria-e-financeira/demonstrativos-da-execucao>.

⁵⁸ Disponível em: <https://portal.sbpnet.org.br/noticias/novos-cortes-de-bolsas-de-pos-graduacao-preocupa/>.

No que tange aos riscos transversais relacionados a consequências não intencionais para mulheres ou igualdade de gênero, direitos humanos e anticorrupção, as diretrizes e os princípios para uma atuação social e ambientalmente responsável do BNDES estão dispostos na Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática do Sistema BNDES (PRSAC), que tem como princípios de atuação o respeito aos direitos humanos, a equidade de gênero e a valorização da diversidade. A versão mais recente da PRSAC foi aprovada em 2022 por seu Conselho de Administração.⁵⁹

O compromisso com a ética integra a declaração de valores do BNDES e está expresso em sua Política Corporativa de Integridade. Aprovada em 2020, ela estabelece diretrizes e atribuições necessárias ao fortalecimento da integridade, visando prevenir, detectar e remediar casos de corrupção, desvios, fraudes, irregularidades ou outros atos ilícitos praticados contra o Sistema BNDES ou contra terceiros, no país e no exterior, em consonância com as legislações brasileira e estrangeira aplicáveis.

O BNDES adota um conjunto de práticas relacionadas a essa temática, como a verificação, durante a análise cadastral das organizações solicitantes de apoio financeiro, da existência de atos, por parte dos postulantes, que importem em discriminação de raça ou gênero, trabalho infantil ou escravo, crime contra o meio ambiente ou que caracterizem assédio moral ou sexual – todos impeditivos à contratação.

Em 2021 – ano do relatório anual do BNDES mais recente disponível à época da elaboração deste relatório⁶⁰ – não houve registro de perdas decorrentes de fraudes ou de casos de corrupção. Informações mais detalhadas a respeito desse tema podem ser conferidas no referido relatório, inclusive sobre a governança do BNDES, sua auditoria interna, a comissão de ética do Banco, a política corporativa de integridade do Sistema BNDES, a Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo e os sistemas de correção interna, compostos pela corregedoria e pelas comissões de procedimentos investigativos, entre outras estruturas organizacionais internas.

Por fim, o BNDES adota a prática de fazer uma investigação de integridade antes da eleição, nomeação ou contratação de assessores externos e membros de órgãos estatutários.

⁵⁹ Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/desenvolvimento-sustentavel/o-que-nos-orienta/prsac-e-seus-instrumentos/politica-responsabilidade-social-ambiental-climatica/>.

⁶⁰ Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/22344/3/PR_REL.ANUAL_2021.pdf.





PROJETOS CONCLUÍDOS

Projetos concluídos são aqueles que:
(i) executaram as atividades previstas;
(ii) tiveram sua prestação de contas aprovada; e
(iii) realizaram uma avaliação de seus resultados.

Valorização do Ativo Ambiental Florestal

Responsável pelo projeto

Estado do Acre

Abrangência territorial

Estado do Acre

Beneficiários

População do estado do Acre, com destaque para os assentados da reforma agrária, agricultores familiares, populações indígenas e tradicionais (ribeirinhos e extrativistas)

Objetivo

Fomentar práticas sustentáveis de redução do desmatamento, com pagamento por serviços ambientais, valorizando o ativo ambiental e florestal para consolidar uma economia limpa, justa e competitiva, fundamentada no zoneamento ecológico-econômico (ZEE)

Valor total do projeto

R\$ 59.654.981,64

Valor do apoio do Fundo Amazônia

R\$ 52.930.867,68

Período de execução⁶¹

Do segundo trimestre de 2011 ao primeiro trimestre de 2022

EVOLUÇÃO DO PROJETO

Data da aprovação

26.10.2010

Data da contratação

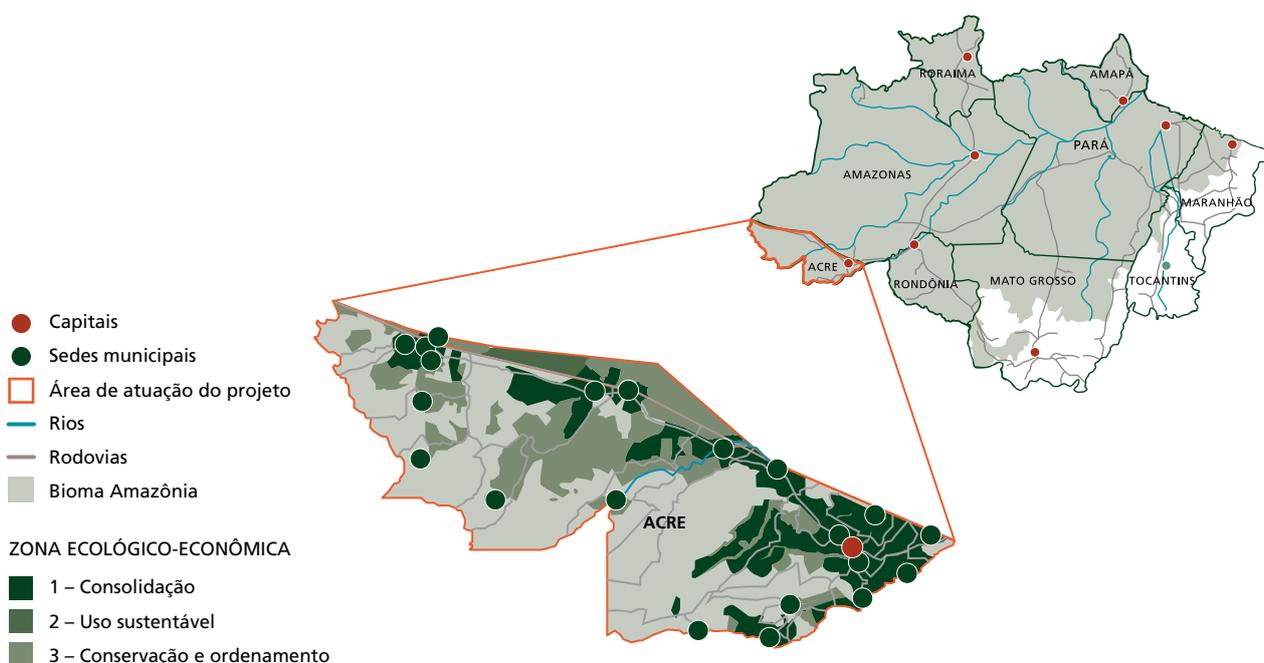
19.11.2010

Valor total desembolsado

R\$ 52.930.867,68

Valor total desembolsado em relação ao valor do apoio do Fundo Amazônia

100%



⁶¹ O período de execução compreende, além da execução física e financeira do projeto, a elaboração dos relatórios finais de monitoramento e avaliação.

Contextualização

O estado do Acre conta com uma população de aproximadamente 906 mil habitantes⁶² e, desde sua formação, seu desenvolvimento econômico esteve vinculado à floresta. O estado buscou implantar uma gestão ambiental e territorial integrada, com instrumentos de fomento a atividades que incorporem, de forma sustentável, produtos e serviços florestais. A produção florestal (madeireira e não madeireira) é uma atividade econômica relevante, representando cerca de 17% do valor bruto da produção agropecuária do estado.

A política de valorização do ativo ambiental florestal,⁶³ a partir da qual o projeto recebeu sua denominação, foi instituída pelo estado do Acre em 2008, com foco na promoção do ordenamento territorial e no fortalecimento das cadeias produtivas de base sustentável.

O projeto

O projeto “Valorização do Ativo Ambiental Florestal (VAAF)” teve o objetivo de valorizar o ativo ambiental e florestal por meio do fortalecimento da gestão territorial integrada, do fomento às cadeias produtivas florestais e agroflorestais e do apoio técnico e financeiro aos serviços ambientais. Sua premissa era vincular o pagamento desses serviços à adoção de práticas sustentáveis e de critérios ambientais. Adicionalmente, o projeto se aliou à estratégia de consolidação da gestão territorial do estado baseada em seu ZEE.

O projeto contemplou a modernização dos sistemas de monitoramento e controle por meio do fortalecimento das instituições responsáveis pela gestão territorial, o fomento às práticas produtivas sustentáveis e ao manejo florestal de produtos madeireiros e não madeireiros, além da promoção da captura de carbono via reflorestamento de áreas degradadas.

Por fim, o projeto incluiu o apoio a associações indígenas para elaborar planos de gestão territorial e ambiental (PGTA), construir postos de vigilância, formar equipes e demarcar 15 terras indígenas (TI).

Lógica da intervenção

O projeto VAAF se insere nas quatro componentes do Quadro Lógico do Fundo Amazônia: “produção sustentável” (1); “monitoramento e controle” (2); “ordenamento territorial” (3); e “ciência, inovação e instrumentos econômicos” (4).

⁶² Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – estimativa para 2021 com base no censo demográfico de 2010.

⁶³ A política incluía dois programas: o Programa de Recuperação de Áreas Alteradas (PRAA), que visava consolidar áreas já desmatadas por meio de práticas sustentáveis, e o Programa do Ativo Ambiental Florestal (PVAAF), que priorizava ações de certificação de unidades produtivas sustentáveis para práticas de valorização da cobertura vegetal, inclusive por meio de pagamento por serviços ambientais.

Seus efeitos diretos foram definidos como: “atividades econômicas de uso sustentável da floresta e da biodiversidade identificadas e desenvolvidas nos municípios de Tarauacá, Feijó e Manoel Urbano” e “capacidades gerencial e técnica ampliadas no estado do Acre para a implantação de sistemas agroflorestais, atividades de manejo florestal, produção agroextrativista e beneficiamento de produtos agroflorestais” (componente 1); “instituições de monitoramento, controle e responsabilização ambiental do estado do Acre estruturadas e modernizadas (componente 2); “gestão fortalecida de 15 terras indígenas (TI) nos municípios de Santa Rosa do Purus, Feijó, Tarauacá, Cruzeiro do Sul e Mâncio Lima” e “ordenamentos territoriais locais (ZEE municipal) implantados em seis municípios ao longo da BR-364 no estado do Acre” (componente 3); e “conhecimentos e tecnologias em produção de mudas de indivíduos superiores de espécies amazônicas para fins de reflorestamento produzidos e difundidos” (componente 4).

Atividades realizadas

O projeto foi estruturado a partir de dois eixos, a saber: (i) gestão territorial integrada e (ii) fomento e incentivos a cadeias produtivas agroflorestais e serviços ambientais.

I. Gestão territorial integrada.

As ações realizadas no âmbito desse eixo do projeto tiveram como objetivo estruturar o Governo do Estado do Acre para realizar atividades de apoio e de fiscalização, fortalecendo as bases técnicas das instituições de gestão territorial do governo estadual, como a Unidade Central de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto (Ucegeo), o Instituto de Meio Ambiente do Acre (Imac), além da Secretaria de Desenvolvimento Florestal, da Indústria, do Comércio e Serviços Sustentáveis (Sedens). O projeto também apoiou a estruturação de prefeituras e sua integração ao Plano de Prevenção e Controle dos Desmatamentos do Acre (PPCD-AC).

Os investimentos visando modernizar a Ucegeo estabeleceram condições para armazenar, integrar e gerenciar a base de dados gerada no âmbito do ZEE do estado do Acre, com foco no monitoramento do desmatamento e das queimadas. Foram adquiridas licenças de *software* para o processamento digital de dados e de imagens de satélite, bem como equipamentos de tecnologia da informação e mobiliários.

Houve capacitação de trinta funcionários da Ucegeo na área de geotecnologias para aprimorar a análise de imagens de alta resolução por satélite e radar, com a utilização de ferramentas como Envi, Erdas ArcGis e PostGree.

Os investimentos para fortalecer o Imac, por sua vez, possibilitaram modernizar o controle ambiental em atividades de licenciamento, monitoramento e fiscalização. Com o apoio do projeto, foi realizada a reforma da sede do Imac e foram adquiridos mobiliários, condicionadores de ar, computadores, servidores e memórias para servidores, *nobreaks*, *notebooks* e veículos.

Foram desenvolvidos, por meio de consultoria, novos módulos dentro do Sistema Estadual de Informações Ambientais (Seiam), tais como o Módulo de Outorga de Recursos Hídricos e o Módulo de Consulta ao Sistema de Licenciamento para o Público Externo.

Realizaram-se investimentos focados na melhoria da gestão dos recursos florestais do estado do Acre e no fortalecimento institucional da Sedens, mediante a aquisição, por essa secretaria, de máquinas, equipamentos, *softwares*, mobiliários e veículos. Nesse contexto, o projeto VAAF apoiou o Programa de Residência Florestal, que permitiu a capacitação de 38 engenheiros florestais, por meio de pós-graduação (*lato sensu*) em Gestão Florestal pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) em parceria com Universidade Federal do Acre (Ufac), voltada ao uso sustentável dos recursos florestais nativos.

As ações visando fortalecer a gestão ambiental municipal incluíram apoio à criação de conselhos municipais de meio ambiente, bem como estruturação e adequação física das secretarias municipais de meio ambiente, por meio da aquisição de equipamentos diversos, tais como de informática e veículos 4x4.

Foram estruturadas brigadas comunitárias de combate a incêndios florestais, mediante o fornecimento de *kits* de combate ao fogo, incluindo a capacitação de 1.054 brigadistas. Complementarmente, foram realizadas 18 oficinas participativas para prevenir e controlar o desmatamento e as queimadas.

O projeto apoiou, ainda, a formulação dos planos municipais de prevenção e controle do desmatamento e queimadas de todos os municípios que compõem o estado do Acre, com os objetivos de promover reduções efetivas nas taxas de desmatamento e queimadas e consolidar alternativas ao uso do fogo.

Visando estabelecer o ordenamento territorial dos municípios do estado do Acre, foram desenvolvidas diversas atividades, como a formulação dos planos de ordenamento territorial local (OTL) de três municípios (Manoel Urbano, Feijó e Plácido de Castro). O OTL é uma ferramenta de planejamento territorial que leva em conta, entre outros aspectos, características socioambientais do município e visa orientar o uso de seu território, buscando a melhor ocupação do espaço.

Para estruturar o sistema de alerta precoce de secas e enchentes, foram realizadas atividades de instalação e manutenção de 46 plataformas de coleta de dados (PCD) hidrometeorológicos, que transmitem informações via satélite sobre vazão de rios e riscos ambientais. Quatro plataformas foram adquiridas com recursos do Fundo Amazônia e as demais cedidas pela Agência Nacional de Águas (ANA).

O projeto também promoveu a capacitação de funcionários da Secretaria de Meio Ambiente (Sema) do Acre para uso de recursos de geotecnologia e geoprocessamento.

As atividades mencionadas, implementadas no âmbito do eixo “gestão territorial integrada”, contribuíram especialmente para que o Governo do Estado do Acre e os governos municipais desenvolvessem ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento.

II. Fomento e incentivos a cadeias produtivas agroflorestais e serviços ambientais.

As ações realizadas no âmbito desse eixo do projeto incentivaram, por sua vez, a prestação de serviços ambientais, mediante ações de consolidação de práticas produtivas sustentáveis associadas a florestas ameaçadas; de apoio ao manejo florestal de produtos madeireiros e não madeireiros; e de sequestro de carbono via reflorestamento de áreas degradadas.

No âmbito desse eixo, foram prestados serviços de assistência técnica e extensão rural (Ater) a agricultores familiares e a extrativistas envolvidos com manejo florestal comunitário. Esses serviços foram terceirizados pelo Governo do Estado do Acre e compreenderam, entre outras atividades, visitas técnicas aos pequenos produtores, intercâmbios e capacitações. Foram beneficiadas 2.361 famílias, localizadas prioritariamente no entorno da BR-364, nos municípios de Bujari, Sena Madureira, Manoel Urbano, Feijó e Tarauacá.

Apoiaram-se a implantação de sistemas agroflorestais (SAF) e o desenvolvimento de planos de manejo de uso múltiplo de florestas de produção certificada. Entre outras atividades, foi instaurado o inventário florestal do complexo de florestas estaduais do rio Gregório (florestas estaduais do rio Liberdade, Mogno e do rio Gregório).

Essa atividade, em particular, se insere na estratégia de promover o aproveitamento econômico sustentável de florestas públicas por meio de concessões florestais. Na concessão florestal, uma empresa (ou associação produtiva) recebe autorização do governo para explorar, mediante práticas de manejo florestal sustentável, os produtos de uma floresta pública por determinado tempo e por meio do pagamento de um valor financeiro ao poder público.

Para implantar os SAFs, foram fornecidos aos pequenos produtores familiares equipamentos agrícolas, insumos (mudas e sementes) e animais de pequeno porte (galinhas caipiras), além de serviços de destoca e gradagem mecanizada.

O projeto pagou bônus para 2.198 famílias de pequenos produtores que possuem propriedades certificadas, conforme critérios do Programa de Certificação das Unidades Produtivas, embasado na Lei Estadual 2.025/2008, com o objetivo de incentivar a redução de emissões por desmatamento em áreas de florestas ameaçadas.

Adicionalmente, foi realizado o pagamento de bônus pela redução de emissões por desmatamento para 953 famílias moradoras das florestas públicas que participam do Programa de Manejo Florestal Comunitário do Estado do Acre.

O projeto promoveu a capacitação de associações indígenas para a elaboração de planos de gestão em TIs e a formação de equipes de vigilância, além de apoiar a implementação de ações de vigilância, a demarcação dessas terras e a construção de postos de vigilância nas terras indígenas.

Foram realizadas 14 oficinas de vigilância e fiscalização das TIs, capacitando 360 indígenas para atividades de monitoramento e proteção contra invasões e incêndios florestais, incluindo conhecimentos nas temáticas de legislação ambiental, uso de GPS e elaboração de planos de vigilância.

Além da construção dos postos de vigilância nas TIs, foram adquiridos equipamentos e material de apoio, tais como barcos e motores de barcos, materiais de proteção individual, de abertura de picadas e de acampamento volante.

Por fim, apoiou-se a instalação da “Biofábrica – Laboratório de Melhoramento Genético e Clones do Viveiro da Floresta”. Essa iniciativa foi fruto de uma parceria entre a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e o Governo do Estado do Acre. O projeto entregou um laboratório equipado e em funcionamento.

Indicadores de eficácia e efetividade

As atividades do projeto contribuíram para os resultados relacionados às componentes “produção sustentável” (1); “monitoramento e controle” (2); “ordenamento territorial” (3); e “ciência, inovação e instrumentos econômicos” (4) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia.⁶⁴

Os resultados dos principais indicadores pactuados para o monitoramento dos efeitos diretos previstos foram:

Efeito direto 1.1: Atividades econômicas de uso sustentável da floresta e da biodiversidade identificadas e desenvolvidas.

- > Receita obtida (indicador de efetividade)

Meta: R\$ 10 milhões | Resultado alcançado: R\$ 49,1 milhões

O resultado alcançado para novas receitas, no valor total de R\$ 49,1 milhões, é referente ao período de 2011 a 2018. Essa medição incluiu o consumo de subsistência, que foi valorado ao preço de mercado local.

Efeito direto 1.3: Capacidades gerencial e técnica ampliadas para a implementação de atividades econômicas de uso sustentável da floresta e da biodiversidade.

- > Número de indivíduos capacitados para implantação de SAFs, manejo florestal, produção agroextrativista e beneficiamento de produtos agroflorestais efetivamente utilizando os conhecimentos adquiridos (indicador de efetividade)

Meta: 2.280 | Resultado alcançado: 2.280

- > Número de especialistas em produção sustentável formados (indicador de eficácia)

Meta: 40 | Resultado alcançado: 38

- > Número de famílias com produção florestal e agroflorestal atendidas pela rede Ater (indicador de eficácia)

Meta: 2.080 | Resultado alcançado: 2.361

- > Número de planos de certificação da propriedade sustentável elaborados (indicador de eficácia)

Meta: 2.080 | Resultado alcançado: 2.361

- > Número de organizações comunitárias fortalecidas (indicador de efetividade)

Meta: 8 | Resultado alcançado: 8

⁶⁴ Disponível em: https://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/monitoramento-avaliacao/0.home/FA-Arvore_Arvore_de_objetivos_2018.pdf.

Efeito direto 1.4: Áreas desmatadas e degradadas recuperadas e utilizadas para fins econômicos e de conservação ecológica.

- > Número de propriedades rurais beneficiadas com SAFs de manejo florestal sustentável comunitário (indicador de eficácia)
Meta: 919 | Resultado alcançado: 953
- > Número de famílias beneficiadas pelo pagamento de serviços ambientais (indicador de efetividade)
Meta: 2.860 | Resultado alcançado: 3.151

De forma geral, os indicadores relacionados à componente de produção sustentável apresentaram resultados iguais ou superiores às metas estabelecidas, deixando um legado importante em relação ao apoio a pequenos produtores nas ações de capacitação, assistência técnica continuada e bonificação pelos benefícios ambientais de suas atividades.

Efeito direto 2.1: Instituições de monitoramento, controle e responsabilização ambiental estruturadas e modernizadas.

- > Número de unidades regionais do órgão de meio ambiente beneficiadas (indicador de efetividade)
Meta: 6 | Resultado alcançado: 6
- > Número de servidores capacitados efetivamente utilizando os conhecimentos adquiridos (indicador de efetividade)
Meta: 120 | Resultado alcançado: 132
- > Número de municípios do estado do Acre com Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento (PPCD) elaborado e com as respectivas estruturas operacionais implantadas (indicador de efetividade)
Meta: 22 | Resultado alcançado: 22

Os resultados apurados nessa componente revelam o fortalecimento das instituições de proteção ambiental no estado do Acre nas dimensões de capacitação técnica dos servidores e na difusão das competências pela totalidade dos municípios que compõem o estado.

Efeito direto 3.2: Áreas protegidas com infraestrutura, proteção territorial e gestão consolidada.

- > Área de terras indígenas com controle de seu território fortalecido (indicador de efetividade)
Meta: 1,4 milhão ha | Resultado alcançado: 2,3 milhões ha

Inicialmente, estavam previstas oficinas de capacitação para ações de vigilância e fiscalização em três TIs. Esse número foi ampliado ao longo da execução do projeto, permitindo, ao final, que as 34 TIs do estado se beneficiassem de atividades de capacitação e consolidação de sua gestão por meio de equipamentos de vigilância, sinalização e comunicação.

Efeito direto 4.1: Conhecimentos e tecnologias voltados para conservação e uso sustentável da biodiversidade, monitoramento e controle do desmatamento e ordenamento territorial produzidos, difundidos e utilizados.

- > Número de pesquisadores e técnicos envolvidos nas atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) fixados na região (indicador de efetividade)
Meta: 10 | Resultado alcançado: 10
- > Área de laboratório construída, ampliada ou modernizada (m²) (indicador de eficácia)
Meta: 180 | Resultado alcançado: 290

A instalação da biofábrica permitiu a adoção de novas tecnologias de reflorestamento em parceria com a Embrapa-AC, sinalizando uma mudança de patamar em relação às técnicas tradicionais de propagação de mudas por meio de sementes, que produzem alta variabilidade genética e maior incidência de pragas e doenças. Ao mesmo tempo, essa atividade representou um passo importante na qualificação de profissionais e no avanço da pesquisa regional.

Na Tabela 24, apresenta-se a evolução do desmatamento no estado do Acre nos últimos 12 anos.

TABELA 24 ▸ EVOLUÇÃO DO DESMATAMENTO NO ESTADO DO ACRE NOS ÚLTIMOS 12 ANOS

Desmatamento (km ²)	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010
Acre	871	706	682	444	257	372	264	309	221	305	280	259
Amazônia Legal	13.235	10.851	10.129	7.536	6.947	7.893	6.207	5.012	5.891	4.571	6.418	7.000
Acre/total (%)	6,6%	6,5%	6,7%	5,9%	3,7%	4,7%	4,3%	6,2%	6,2%	6,2%	6,2%	6,2%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Prodes/Inpe.

O desmatamento verificado em 2010, linha de base do projeto, foi de 259 km², enquanto em 2018 (último ano da execução física do projeto) foi de 444 km². Esse fato revela um aumento de 71% na taxa de desmatamento no período em questão, sinalizando que apesar dos resultados positivos gerados pelo projeto, eles não foram suficientes para compensar os demais vetores responsáveis pelo aumento do desmatamento, o que se observou também no conjunto da Amazônia no mesmo período.

Registre-se que a taxa de desmatamento de 2021 (871 km²) é a maior observada desde 2003 (1.078 km²). Ela é a quarta maior taxa de desmatamento medida no estado do Acre desde 1998, ano em que essa prática passou a ser monitorada por satélites (Inpe/Projeto Prodes).

Aspectos institucionais e administrativos

Considerando os valores envolvidos e o escopo abrangente do projeto, foi necessário mobilizar um conjunto de parcerias e competências para sua adequada execução.

No âmbito do próprio governo estadual, foi anunciada em 2012 a fusão da Secretaria de Estado de Floresta (SEF) com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Indústria, Comércio, Serviço e Tecnologia (Sedict). Dessa fusão resultou a Sedens.⁶⁵

Apesar dessa reorganização administrativa, houve preocupação por parte da Sedens em criar linhas de atuação específicas para evitar que a junção das secretarias prejudicasse as ações de preservação e manejo sustentável da floresta e, por extensão, os objetivos do projeto. Para isso, foi fundamental a utilização da Unidade de Gerenciamento de Projetos (UGP) vinculada à Secretaria de Planejamento, que atuou na coordenação e articulação dos órgãos estaduais envolvidos na execução do projeto.

No âmbito das parcerias, merece destaque a celebração de convênio de cooperação técnica entre o estado do Acre e a Embrapa-AC para realização e monitoramento de pesquisas e geração e transferência de tecnologias voltadas para a operacionalização da biofábrica de mudas florestais e frutíferas. Por meio do referido convênio, também foi possível disponibilizar a ferramenta LIDAR⁶⁶ para melhorar o planejamento do manejo florestal.

Riscos e lições aprendidas

Em linhas gerais, o projeto foi adequadamente executado e atingiu as principais metas estabelecidas. O período de sua implementação foi mais extenso do que o inicialmente previsto em decorrência de transições administrativas, característica comum em projetos com o setor público. Como ele englobou um arranjo interinstitucional, foram despendidos esforços adicionais de articulação e gestão.

As principais lições identificadas pelos executores ilustram as dificuldades enfrentadas em projetos voltados para populações que residem em locais distantes dos centros urbanos, muitas vezes em situação de vulnerabilidade e frequentemente sem elementos básicos de cidadania. A esse respeito, foi relatada a falta de documentação de certificação das propriedades dos beneficiários do programa, como simples documentos pessoais ou de regularização fundiária. Isso resultava em problemas para receber o pagamento do bônus por serviços ambientais, uma vez que muitos não tinham acesso à rede bancária.

Da mesma forma, a dificuldade de acesso por carro ou barco aos municípios mais remotos do estado, como Santa Rosa do Purus, Porto Walter, Jordão e Marechal Thaumaturgo, que não têm ligações viárias adequadas e sofrem com o baixo nível dos rios, exigiu a utilização eventual de aeronaves e o apoio do Exército Brasileiro e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) para algumas ações do projeto.

⁶⁵ Em 2019, a Sedens passou por nova reorganização, fundindo-se à nova Secretaria de Estado de Indústria, Ciência e Tecnologia (Seict).

⁶⁶ O perfilamento a *laser* LIDAR (*light detection and ranging*) é uma ferramenta de planejamento e monitoramento de florestas tropicais, que conta com uma grande variedade de aplicações. Mais informações disponíveis em: <https://www.embrapa.br/busca-de-solucoes-tecnicas/-/produto-servico/4124/uso-do-lidar-como-ferramenta-para-o-manejo-de-precisao-em-florestas-tropicais>.

Sustentabilidade dos resultados

Grande parte das ações apoiadas era voltada à produção sustentável e à geração de renda para as populações locais. Essa característica contribui para que os resultados alcançados possam se sustentar ao longo do tempo e, inclusive, se ampliar nos casos mais exitosos.

Os resultados alcançados pelas diversas ações de capacitação se incorporaram ao público beneficiado, expandindo seus conhecimentos sobre implantação de SAFs e manejo sustentável. Essas capacitações tendem a produzir efeitos duradouros e ampliados à medida que os SAFs se consolidem como opção de renda para essas populações.

Por sua vez, a implantação da “Biofábrica – Laboratório de Melhoramento Genético e de Clones do Viveiro da Floresta” possibilita a aquisição local de conhecimento técnico, com grande potencial para se difundir no território e atrair pesquisadores e médios e grandes produtores interessados em investir no reflorestamento com finalidades econômicas.



Fortalecendo a Economia de Base Florestal Sustentável

Responsável pelo projeto

Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Estado do Acre (Cooperacre)

Abrangência territorial

14 municípios das regiões administrativas do Alto Acre, Baixo Acre e Purus

Beneficiários

Pequenos proprietários rurais familiares e extrativistas

Objetivo

Contribuir para o fortalecimento das cadeias de castanha-do-brasil e de polpa de fruta no estado do Acre por meio da: (i) recuperação de áreas degradadas e/ou alteradas localizadas em pequenas propriedades ou posses rurais familiares; (ii) otimização da logística de armazenamento de castanha-do-brasil e do transporte de frutas; (iii) melhoria do processo de beneficiamento da castanha-do-brasil; (iv) agregação de valor e diversificação dos produtos; (v) melhoria da estratégia de comercialização dos produtos; e (vi) capacitação da rede de filiados

Valor total do projeto

R\$ 5.190.901,39

Valor do apoio do Fundo Amazônia

R\$ 4.981.614,66

Período de execução

Do segundo trimestre de 2015 ao primeiro trimestre de 2022

EVOLUÇÃO DO PROJETO

Data da aprovação	Data da contratação	Valor total desembolsado	Valor total desembolsado em relação ao valor do apoio do Fundo Amazônia
23.9.2014	24.11.2014	R\$ 4.981.614,66	100%



Contextualização

O fortalecimento da bioeconomia florestal e a geração de renda de forma sustentável contribuem para a redução do desmatamento das florestas. A Cooperacre atua na organização da produção de uma rede de cerca de 25 cooperativas e associações de produtores, à qual estão vinculadas diretamente cerca de duas mil famílias, além de outras mil famílias não formalmente filiadas, mas que são beneficiadas pela compra da sua produção.

As principais atividades desenvolvidas pela cooperativa compreendem aquisição, apoio logístico, beneficiamento e comercialização da produção extrativista. A Cooperacre atua na cadeia produtiva da castanha-do-brasil, seu principal produto, da polpa de fruta, do látex e, em menor escala, do óleo de copaíba.

O projeto

O projeto “Fortalecendo a Economia de Base Florestal Sustentável” foi selecionado no âmbito da Chamada Pública de Projetos Produtivos Sustentáveis do Fundo Amazônia e teve como objetivo fortalecer as cadeias produtivas da castanha-do-brasil e de polpa de frutas.

Ele foi implementado por meio de ações de apoio direto e indireto às associações e cooperativas filiadas à Cooperacre, que eram organizações aglutinadas segundo o modelo da chamada pública.⁶⁷

No que se refere às ações de apoio direto, foram realizadas: (i) instalação de dois armazéns comunitários e disponibilização de caixas de polipropileno para melhorar as condições de transporte de frutas; (ii) ampliação do número de cooperativas e associações aglutinadas com certificação orgânica de produção de castanha; e (iii) recuperação de áreas degradadas e/ou alteradas em pequenas propriedades ou posses rurais familiares.

As ações transversais compreenderam: (i) prestação de serviços de Ater; (ii) otimização da estrutura de beneficiamento da Cooperacre, por meio da instalação de duas novas estufas de secagem e da instalação de briquetadeiras (equipamentos que transformam a casca residual da castanha-do-brasil em biomassa compactada de alto poder calorífico); (iii) desenvolvimento de estudos de viabilidade da diversificação dos produtos; (iv) capacitação dos representantes das organizações aglutinadas, técnicos da Cooperacre e da equipe de Ater; e (v) investimento em comunicação e *marketing*.

⁶⁷ A instituição proponente “aglutinadora” coordena um arranjo integrado de subprojetos de outras organizações, denominadas aglutinadas, orientados para o desenvolvimento de cadeias de valor com base no uso sustentável dos recursos naturais. O edital da chamada pública está disponível em: https://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/galleries/documentos/chamada-publica/Chamada_Publica_APS_04_2012.pdf.

Lógica da intervenção

O projeto se insere na componente “produção sustentável” (1) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia. Seus efeitos diretos foram definidos como: “atividades extrativistas de uso sustentável da floresta ampliadas associadas à Cooperacre (aglutinadas)”;

“cadeias da castanha-do-brasil e de polpa de frutas com valor agregado ampliado”;

“capacidades gerencial e técnica ampliadas em boas práticas extrativistas, implantação de SAFs e gestão administrativa e financeira para o corpo técnico das associadas, técnicos extensionistas e famílias filiadas às aglutinadas”; e “áreas desmatadas e degradadas recuperadas por meio de SAFs em imóveis rurais de famílias filiadas às aglutinadas”.

As ações apoiadas contribuíram para a conservação florestal, ao promoverem a geração de renda para as populações locais com sustentabilidade ambiental, colaborando, dessa forma, para o objetivo geral do Fundo Amazônia de redução do desmatamento, com desenvolvimento sustentável, na Amazônia Legal.

Atividades realizadas

O projeto foi executado por meio de ações diretas nas associações ou cooperativas aglutinadas e por atividades transversais.

No âmbito das atividades diretas, foram construídos dois armazéns comunitários medindo 300 m², com capacidade para 15 toneladas, para o uso das associações de produtores rurais localizadas em Xapuri.

Além disso, foram adquiridos um caminhão baú frigorífico e veículos de médio e pequeno porte com o objetivo de facilitar o escoamento da produção. Para o acondicionamento e transporte de frutas entre produtores e a Cooperacre, foram adquiridas mil caixas de polipropileno com capacidade individual de 25 kg a 30 kg de frutas.

Outra atividade relevante do projeto visou renovar e ampliar as certificações das associações aglutinadas. A certificação orgânica é uma garantia de averiguação de conformidade da origem e da trajetória, desde a coleta da castanha até o beneficiamento final. Entre outras ações de sensibilização e capacitação, foram realizadas oficinas de minimização de resíduos nas comunidades, um dos obstáculos mais recorrentes à obtenção da certificação. Como resultado dessa ação, o número de associações certificadas dobrou, passando de sete para 14.

O projeto apoiou, ainda, a implantação de 602 hectares de SAFs em áreas degradadas, por meio do plantio consorciado de espécies frutíferas, castanheiras e seringueiras, lavoura branca e adubos verdes, beneficiando 291 produtores distribuídos em 16 comunidades.

As atividades transversais compreenderam a modernização de duas unidades de beneficiamento de castanha. A usina localizada em Xapuri recebeu quatro novas estufas, enquanto a de Rio Branco foi beneficiada com a utilização de briquetes⁶⁸

⁶⁸ Briquetes são restos de madeira ou outros materiais orgânicos moídos e prensados em forma de pequenos tubos, substituindo o uso da lenha como combustível.

produzidos a partir de cascas e resíduos de castanha, o que permitiu reduzir em 70% o uso de lenha certificada para abastecer a caldeira.

Os serviços de Ater ocorreram por meio da contratação de duas equipes responsáveis por todo o acompanhamento dos produtores beneficiários. Cada equipe era composta de dois técnicos florestais de nível médio e um engenheiro agrônomo.

Foram desenvolvidas atividades como georreferenciamento das áreas, planejamento para implantação dos SAFs, distribuição de mudas e adubos verdes, acompanhamento da mecanização agrícola, monitoramento das áreas implantadas e das práticas agroecológicas adotadas, além de apoio aos beneficiários para inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR). Para dar suporte às atividades de Ater, foram adquiridos camionetes, motos, *notebooks*, GPS, projetores multimídia e câmeras fotográficas.

As ações de comunicação e *marketing* também tiveram apoio do Fundo Amazônia. A estratégia de divulgação do projeto e de sensibilização dos produtores envolveu impressão e distribuição de 25 mil boletins, dez mil *folders*, mil cartilhas e cinco mil cartazes de boas práticas.

Indicadores de eficácia e efetividade

As atividades do projeto contribuíram para os resultados relacionados à componente “produção sustentável” (1) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia.

Os principais indicadores pactuados para o monitoramento desse objetivo foram:

- > Receita obtida com a comercialização de castanha-do-brasil e frutas *in natura* (indicador de efetividade).
Meta: não definida | Resultado alcançado: R\$ 20,1 milhões
- > Receita obtida com a comercialização de castanha-do-brasil e frutas beneficiadas (indicador de efetividade).
Meta: não definida | Resultado alcançado: R\$ 34,9 milhões

Embora não tenham sido estabelecidas metas para a receita de comercialização, os valores alcançados superaram aqueles observados nos anos anteriores à execução do projeto, consolidando o faturamento da Cooperacre em patamares mais elevados.

- > Número de estruturas de armazenamento de produtos *in natura* construídas (indicador de eficácia)
Meta: 2 | Resultado alcançado: 2

A construção dos armazéns comunitários foi de grande importância para a cadeia produtiva, uma vez que o período de safra coincide com o da estação de chuvas, inviabilizando o tráfego nos ramais e estradas para o transporte da produção.

- > Número de indivíduos capacitados em técnicas de gestão e produção sustentável (indicador de eficácia).
Meta: 180 | Resultado alcançado: 293

- > Número de indivíduos capacitados em técnicas de gestão e produção sustentável efetivamente utilizando os conhecimentos adquiridos (indicador de efetividade).

Meta: não definida | Resultado alcançado: 219

A superação da meta de capacitação representou um importante resultado do projeto e permitiu que os representantes das associações executassem suas funções administrativas com maior clareza e entendimento, com destaque para a ênfase nos princípios adotados pelo cooperativismo.

- > Número de novas comunidades certificadas em produção orgânica de castanha-do-brasil (indicador de eficácia)
Meta: 7 | Resultado alcançado: 7
- > Número de comunidades com certificação renovada em produção orgânica de castanha-do-brasil (indicador de eficácia)
Meta: 7 | Resultado alcançado: 7
- > Área (ha) de SAFs implantados (indicador de eficácia)
Meta: 600 ha | Resultado alcançado: 602,5 ha
- > Número de imóveis com SAFs implantados (indicador de eficácia)
Meta: 291 | Resultado alcançado: 291

Na Tabela 25, apresenta-se a evolução do desmatamento no estado do Acre nos últimos oito anos.

TABELA 25 EVOLUÇÃO DO DESMATAMENTO NO ESTADO DO ACRE NOS ÚLTIMOS OITO ANOS

Desmatamento (km²)	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014
Acre	871	706	682	444	257	372	264	309
Amazônia Legal	13.235	10.851	10.129	7.536	6.947	7.893	6.207	5.012
Acre/total (%)	6,6%	6,5%	6,7%	5,9%	3,7%	4,7%	4,3%	6,2%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Prodes/Inpe.

Aspectos institucionais e administrativos

O projeto contou com parcerias importantes nas ações de recuperação de áreas degradadas ou alteradas e de assistência técnica. Com a experiência da Embrapa Acre na organização de sistemas de produção em unidades de conservação (UC) de uso sustentável, foi possível fortalecer os intercâmbios entre produtores locais e beneficiários do projeto, que vivenciaram experiências bem-sucedidas ao longo de seis anos em áreas de pasto abandonados pela prática da pecuária extensiva.

A Cooperacre também estabeleceu outras parcerias com organizações do setor público estadual e federal, cabendo destacar: (i) Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema),

que desenvolve desde 2008 trabalhos de educação agroflorestal junto a populações tradicionais, por meio da metodologia da “Mochila do educador agroflorestal”; (ii) Secretaria de Estado de Extensão Agroflorestal e Familiar (Seaprof), visando apoiar as famílias para fins de emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP);⁶⁹ e (iii) Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra), com as informações e documentações referentes aos projetos de assentamentos (PA) dos beneficiários.

Registre-se, ainda, a parceria com a organização não governamental WWF Brasil, que apoiou tecnicamente a realização de mutirões agroflorestais para implementar SAFs na comunidade Amoprex, localizada na Reserva Extrativista Chico Mendes, no município de Xapuri.

Riscos e lições aprendidas

Uma lição aprendida diz respeito à obtenção da licença para construir um dos armazéns comunitários apoiados pelo projeto. Devido ao fato de se localizar em área de conservação sob gestão do ICMBio, foi necessário submeter a solicitação de licenciamento ao Ibama em Brasília, o que resultou em atraso de aproximadamente seis meses para iniciar a construção.

Da mesma forma, as ações de recuperação de áreas degradadas dependiam da inscrição das propriedades no Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (Sicar). Ainda que o projeto tenha contado com o apoio da Sema para auxiliar os produtores, também houve atraso para iniciar essa atividade.

Esses episódios, embora representem lição importante para que se avalie antecipadamente o prazo requerido para atendimento das exigências legais à execução de projetos na região, não impediram a execução satisfatória das atividades nem a obtenção dos resultados almejados.

Sustentabilidade dos resultados

As ações apoiadas eram voltadas à produção sustentável e à geração de renda para as populações locais. Essa característica contribui para que os resultados alcançados se mantenham ao longo do tempo e, inclusive, se ampliem nos casos mais exitosos. O alcance das metas pactuadas após a execução do projeto sugere que os investimentos e as novas técnicas introduzidas foram bem assimilados pelas famílias.

⁶⁹ O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) oferece financiamento para custeio e investimentos visando gerar renda e melhorar o uso da mão de obra familiar.



Fortalecimento da Gestão Ambiental na Amazônia

Responsável pelo projeto

Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon)

Abrangência territorial

Diversos municípios nos estados do Amazonas, Mato Grosso, Pará e Rondônia

Beneficiários

População local e servidores dos municípios constantes na lista do Ministério do Meio Ambiente (MMA) como prioritários para atividades de prevenção e controle do desmatamento, além de moradores das UCs abrangidas pelo projeto na Calha Norte do Pará

Objetivo

Apoiar: (i) o fortalecimento da gestão ambiental em municípios prioritários para o desenvolvimento de políticas de prevenção e controle do desmatamento do bioma Amazônia; (ii) estudos para realizar diagnóstico fundiário dos estados Amazonas, Mato Grosso, Pará e Rondônia; e (iii) o aprimoramento da gestão das UCs na Calha Norte do estado do Pará

Valor total do projeto

R\$ 12.717.670,00

Valor do apoio do Fundo Amazônia

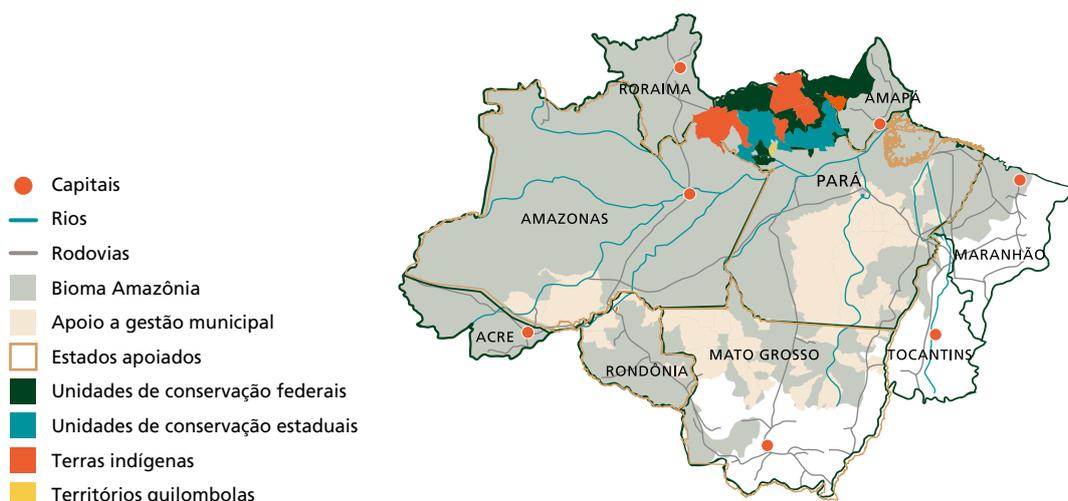
R\$ 12.104.865,00

Período de execução⁷⁰

Do primeiro trimestre de 2016 ao segundo trimestre de 2022

EVOLUÇÃO DO PROJETO

Data da aprovação	Data da contratação	Valor total desembolsado	Valor total desembolsado em relação ao valor do apoio do Fundo Amazônia
6.11.2015	29.12.2015	R\$ 12.104.865,00	100%



⁷⁰ O período de execução compreende, além da execução física e financeira do projeto, a elaboração dos relatórios finais de monitoramento e avaliação.

Contextualização

A taxa anual de desmatamento na Amazônia Legal caiu 77% no período de 2004 a 2015, isto é, passou de 27.772 km² para 6.207 km². Algumas iniciativas do governo brasileiro foram indutoras dessa redução, com destaque para o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia Legal (PPCDAm). A sociedade civil organizada também foi importante nesse sentido. Uma das instituições atuantes no tema é o Imazon, com atividades de pesquisa e apoio à formulação de políticas públicas relacionadas ao uso do solo e à conservação dos recursos naturais da Amazônia, notadamente no estado do Pará.

O Imazon teve seu primeiro projeto apoiado pelo Fundo Amazônia no período de 2011 a 2014. Suas ações foram implementadas no estado do Pará, destacando-se a mobilização das prefeituras de 11 municípios e do governo estadual, além de produtores rurais e seus sindicatos, para acelerar a adesão ao CAR, bem como monitorar o desmatamento por meio de imagens de satélite.⁷¹

O Imazon é um instituto de pesquisa cuja missão é promover o desenvolvimento sustentável na Amazônia por meio de estudos, apoio à formulação de políticas públicas, disseminação de informações e formação profissional. O instituto foi fundado em 1990 e sua sede fica em Belém, no estado do Pará. Em mais de trinta anos de existência, o Imazon publicou 648 trabalhos técnicos, dos quais cerca de um terço foi veiculado como artigo em revistas científicas internacionais.

O projeto

O projeto “Fortalecimento da Gestão Ambiental na Amazônia” capacitou funcionários públicos dos municípios prioritários para ações de prevenção e controle do desmatamento no bioma Amazônia e para uso de geotecnologia e monitoramento florestal. Ainda, foi fornecida assistência técnica a esses municípios para aprimorar sua gestão ambiental.

Elaborou-se um diagnóstico da situação fundiária nos estados do Amazonas, Mato Grosso, Pará e Rondônia, a fim de subsidiar a formulação de políticas públicas que possibilitem avançar na regularização fundiária, além de promover maior transparência às atividades realizadas nessa temática. O projeto também atuou no fortalecimento da gestão das UCs estaduais na Calha Norte do Pará.

Lógica da intervenção

O projeto se insere nas componentes “monitoramento e controle” (2); “ordenamento territorial” (3); e “ciência, inovação e instrumentos econômicos” (4) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia.

⁷¹ Disponível em: <http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projeto/Gestao-Socioambiental-de-Municipios-do-Para/>.

Seus efeitos diretos foram definidos como: “órgãos municipais de meio ambiente estruturados e modernizados nos estados do Amazonas, Mato Grosso, Pará e Rondônia”; “acesso ampliado dos produtores rurais à regularização ambiental de suas propriedades em municípios nos estados do Amazonas, Mato Grosso, Pará e Rondônia”; “gestão consolidada das florestas estaduais do Faro, Trombetas e Paru no estado do Pará”; e “conhecimentos e tecnologias voltados para monitoramento, controle e ordenamento territorial produzidos e difundidos nos estados do Amazonas, Mato Grosso, Pará e Rondônia”.

Por meio de ações direcionadas ao aprimoramento da gestão ambiental municipal, à transparência da regularização fundiária e à consolidação de UCs estaduais, o projeto visou contribuir para o objetivo geral do Fundo Amazônia de “redução do desmatamento com desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal”.

Atividades realizadas

O projeto foi implementado em três níveis geográficos: (i) nível municipal – relacionado às ações de aprimoramento da gestão ambiental municipal, abrangendo 38 municípios que, em 2015, integravam a lista do MMA de municípios prioritários para ações de prevenção, monitoramento e controle do desmatamento; (ii) nível estadual – referente aos procedimentos voltados à transparência da regularização fundiária; e (iii) nível regional – relativo às ações de consolidação de UCs estaduais da Calha Norte no Pará, no âmbito de um mosaico de áreas protegidas que englobam sete municípios.

A seguir, destacam-se as principais atividades realizadas pelo projeto. Foram avaliados os sistemas de gestão ambiental de 45 municípios⁷² nos estados do Amazonas, Mato Grosso, Pará e Rondônia e foram elaborados, no portal “Fortalecimento da Gestão Ambiental na Amazônia”,⁷³ diagnósticos desses municípios nos aspectos fundiário, desmatamento e de CAR.

Realizaram-se oficinas técnicas de fortalecimento da gestão ambiental municipal, a partir da avaliação dos marcos regulatórios ambientais e das resoluções estaduais sobre a descentralização dessa gestão.

O projeto também realizou três seminários. O primeiro, denominado “Embargo ambiental: procedimentos e oportunidades para a adequação de áreas embargadas”, contou com a participação de 66 pessoas e visou ampliar o entendimento sobre embargo ambiental de imóveis rurais, com ênfase na atuação do órgão ambiental municipal. No seminário “Gestão ambiental: uma década de aprendizagens e desafios”, houve participação de 151 indivíduos. Ambos foram realizados em Belém, no estado do Pará. O terceiro seminário, denominado “1º encontro de agentes ambientais comunitários do Norte do Pará”, abordou a gestão de áreas protegidas e foi promovido no município de Oriximiná, no Pará.

⁷² O conjunto de 45 municípios engloba os 38 municípios prioritários para ações de prevenção, monitoramento e controle do desmatamento nos estados do Amazonas, Mato Grosso, Pará e Rondônia, bem como os sete municípios em que estão situadas as áreas protegidas da Calha Norte do Pará.

⁷³ Ver portal de dados: <https://gestaoambiental.org.br>.

Visando apoiar a revisão dos marcos regulatórios ambientais de 33 municípios nos estados do Amazonas, Mato Grosso, Pará e Rondônia, foi feita a análise de atendimento dos municípios aos requisitos para a prática da gestão ambiental descentralizada, bem como foram organizadas duas oficinas para a devolutiva dessas análises com os municípios interessados. Essa ação do projeto se inseriu no contexto da Lei Complementar 140/2011, que estabeleceu as hipóteses em que os municípios têm competência para promover o licenciamento ambiental das atividades ou empreendimentos que causem ou possam causar impacto ambiental de âmbito local.

Foram também realizados seis treinamentos em geotecnologia aplicada à gestão ambiental, dois treinamentos de verificação de desmatamento em campo e três de fiscalização em campo, capacitando técnicos de instituições que atuam nos municípios prioritários para ações de monitoramento e controle do desmatamento nos estados do Amazonas, Mato Grosso, Pará e Rondônia.

Com o apoio do projeto, elaboraram-se diversas publicações sobre a relação entre a falta de titularidade dos imóveis rurais e o desmatamento, bem como foi publicado o livro “Transparência de órgãos fundiários estaduais na Amazônia Legal”.⁷⁴ Nesse livro, foram apresentados os resultados da avaliação promovida pelo projeto sobre se os órgãos de terras estaduais em oito dos nove estados da Amazônia brasileira atendem à Lei de Acesso à Informação (LAI)⁷⁵ na transparência ativa (quando a divulgação de dados deve ocorrer independente de solicitação) e passiva (quando o órgão atende a pedidos de informação). Vale esclarecer que o estado de Rondônia não foi avaliado, pois a atuação para regularização fundiária rural em seu território é prioritariamente do Governo Federal.

Visando contribuir para ampliar a transparência dos órgãos fundiários estaduais, os autores elaboraram, como um dos apêndices desse livro, um “Termo de referência para transparência ativa de órgão fundiário estadual”, que poderá ser utilizado por essas entidades em seus processos de aperfeiçoamento de gestão.

Para fortalecer a gestão de UCs estaduais na Calha Norte do Pará, houve a formação de 166 agentes ambientais voluntários para realizar atividades de monitoramento e vigilância. Foram elaborados dois planos de proteção do território (com apoio parcial do projeto) com o objetivo de promover ações conjuntas para a gestão das áreas protegidas da Calha Norte: um de ações integradas entre o ICMBio e o Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (Ideflor-Bio) e outro com ações integradas entre os municípios que compõem o território.

A área denominada Calha Norte do Pará conta com o maior maciço florestal de áreas protegidas tropicais do mundo e está situada na margem esquerda do rio Amazonas, no estado do Pará. Congrega um mosaico contínuo de terras indígenas, UCs federais, UCs estaduais e terras quilombolas.⁷⁶

⁷⁴ Disponível em: <https://imazon.org.br/publicacoes/transparencia-de-orgaos-fundiarios-na-amazonia-legal/#:~:text=A%20transpar%C3%Aancia%20nas%20a%C3%A7%C3%B5es%20dos,e%20propriedade%20de%20im%C3%B3veis%20rurais>.

⁷⁵ Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011.

⁷⁶ Quilombos consistem em comunidades formadas por descendentes de escravizados fugitivos antes da abolição da escravidão no Brasil em 1888.

Por fim, o projeto contribuiu para a realização de um seminário cujo objetivo foi possibilitar maior aproximação entre os gestores do meio ambiente na região: o “Primeiro encontro dos secretários de meio ambiente da Calha Norte”, realizado no município de Óbidos, também no estado do Pará.

Indicadores de eficácia e efetividade

As atividades do projeto contribuíram para os resultados relacionados às componentes “monitoramento e controle” (2); “ordenamento territorial” (3); e “ciência, inovação e instrumentos econômicos” (4) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia.

A seguir, apresentam-se os resultados de alguns indicadores pactuados para o monitoramento dos efeitos diretos previstos.

- > Número de servidores municipais capacitados em ferramentas de geotecnologia para aprimorar a gestão ambiental e o controle do desmatamento (indicador de eficácia)
Meta: 152 | Resultado alcançado: 263 (noventa mulheres e 173 homens)
- > Número de servidores municipais capacitados na metodologia de mapeamento participativo para fins de cadastramento ambiental rural (indicador de eficácia)
Meta: 76 | Resultado alcançado: 176 (sessenta mulheres e 116 homens)
- > Número de imóveis rurais inscritos no CAR (indicador de efetividade)
Meta: não definida | Resultado alcançado: de 72.200 (2015) para 121.708 (2019)
- > Área de imóveis rurais inscritos no CAR (indicador de efetividade)
Meta: 80% da área cadastrável no CAR | Resultado alcançado: 84% da área cadastrável
- > Número de agentes ambientais voluntários formados e especificados por gênero (indicador de eficácia)
Meta: 30 | Resultado alcançado: 166 (72 mulheres e 94 homens)
- > Extensão de áreas protegidas com gestão ambiental fortalecida e/ou com controle de seu território fortalecido (indicador de efetividade)
Meta: 7,6 milhões de ha | Resultado alcançado: 22 milhões de ha
- > Número de publicações científicas, pedagógicas ou informativas (indicador de efetividade)
Meta: 9 | Resultado alcançado: 23

As medições dos indicadores pactuados evidenciam que todos os valores esperados foram superados.

Aspectos institucionais e administrativos

Para executar o projeto, foram firmados Acordos de Cooperação Técnica (ACT) com as prefeituras de 24 municípios, nos estados do Amazonas, Pará, Mato Grosso e Rondônia, visando implementar ações de promoção do fortalecimento da gestão ambiental municipal.

Além disso, foi firmado ACT com o Instituto de Terras do Pará (Iterpa), com a interveniência das seguintes secretarias do governo estadual: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca (Sedap); Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia (Sedeme); e Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas). Esse ACT teve como objetos a elaboração e a implantação do Cadastro Rural Fundiário (Carf) para aprimorar o processo de regularização fundiária do Iterpa em áreas sob jurisdição do Governo do Estado do Pará.

Ainda, foi celebrado um ACT com o Ideflor-Bio, com a participação, além do Imazon, de outras organizações da sociedade civil, a saber: Conservação Internacional do Brasil (CI Brasil); Equipe de Conservação da Amazônia (Ecam); Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Iepé); Instituto Floresta Tropical (IFT); e Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora). Esse ACT teve como objeto o desenvolvimento dos componentes temáticos relativos à gestão e ao monitoramento de UCs estaduais do Pará, por meio de apoio técnico e científico.

Com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Estado do Amazonas também foi firmado um ACT, com o objetivo de implantar o programa Municípios Sustentáveis (MS Amazonas), por meio de ações conjuntas de capacitação, assessoria técnica, intercâmbio de informações e transferência de tecnologia aplicados à gestão ambiental.

Além desses ACTs, foram estabelecidas parcerias informais com o Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) e com as Secretarias Municipais de Meio Ambiente de Oriximiná, Óbidos e Monte Alegre, bem como com a Secretaria Municipal de Agricultura de Oriximiná, todas no estado do Pará, que apoiaram o processo de formação e de monitoramento das atividades dos agentes ambientais voluntários nesses respectivos municípios.

Riscos e lições aprendidas

Nas ações voltadas ao fortalecimento da gestão ambiental dos municípios prioritários, foram identificados diferentes estratégias e níveis de implementação das políticas públicas nacionais referentes à descentralização da gestão ambiental e de monitoramento e controle do desmatamento.

No estado do Amazonas, houve grande sinergia entre a agenda do projeto e a do programa Municípios Sustentáveis (MS Amazonas), com ações prioritárias beneficiando sete municípios do sul do estado, que também foram incorporados ao projeto, embora inicialmente estivesse prevista atuação apenas em Boca do Acre e Lábrea.

No Pará, pelo histórico de descentralização da gestão do estado para os municípios, a aderência do projeto também foi alta. Em Rondônia, a descentralização pareceu mais incipiente, porém os quatro municípios-alvo aderiram ao projeto. No estado do Mato Grosso, o período de implantação do projeto coincidiu com reestruturações na secretaria estadual e com a discussão sobre estratégias de descentralização da gestão ambiental. Nesse contexto, o projeto recebeu a adesão de cinco municípios mato-grossenses.

A disponibilização de informações ambientais aos gestores municipais foi um ponto relevante do projeto, uma vez que alguns municípios apresentavam carência de

informações e recursos para compreender seu próprio território em questões fundiárias e de áreas protegidas.

Nas ações relacionadas à temática fundiária, foi verificado que o tema da transparência continua sendo desafiador, por depender do avanço na organização das bases de dados dos órgãos fundiários e por demandar a priorização dessa atividade por seus gestores. Nesse sentido, há risco de muitos estados continuarem com poucos avanços nessa agenda se não houver maior cobrança da sociedade e de seus órgãos de controle.

Uma lição aprendida a partir da parceria com o Instituto de Terras do Pará foi a importância de adotar um processo participativo (com seus funcionários) para diagnóstico dos pontos a serem melhorados nos procedimentos de regularização fundiária, bem como de construção coletiva de projeto para um *software* de gestão de informações no órgão.

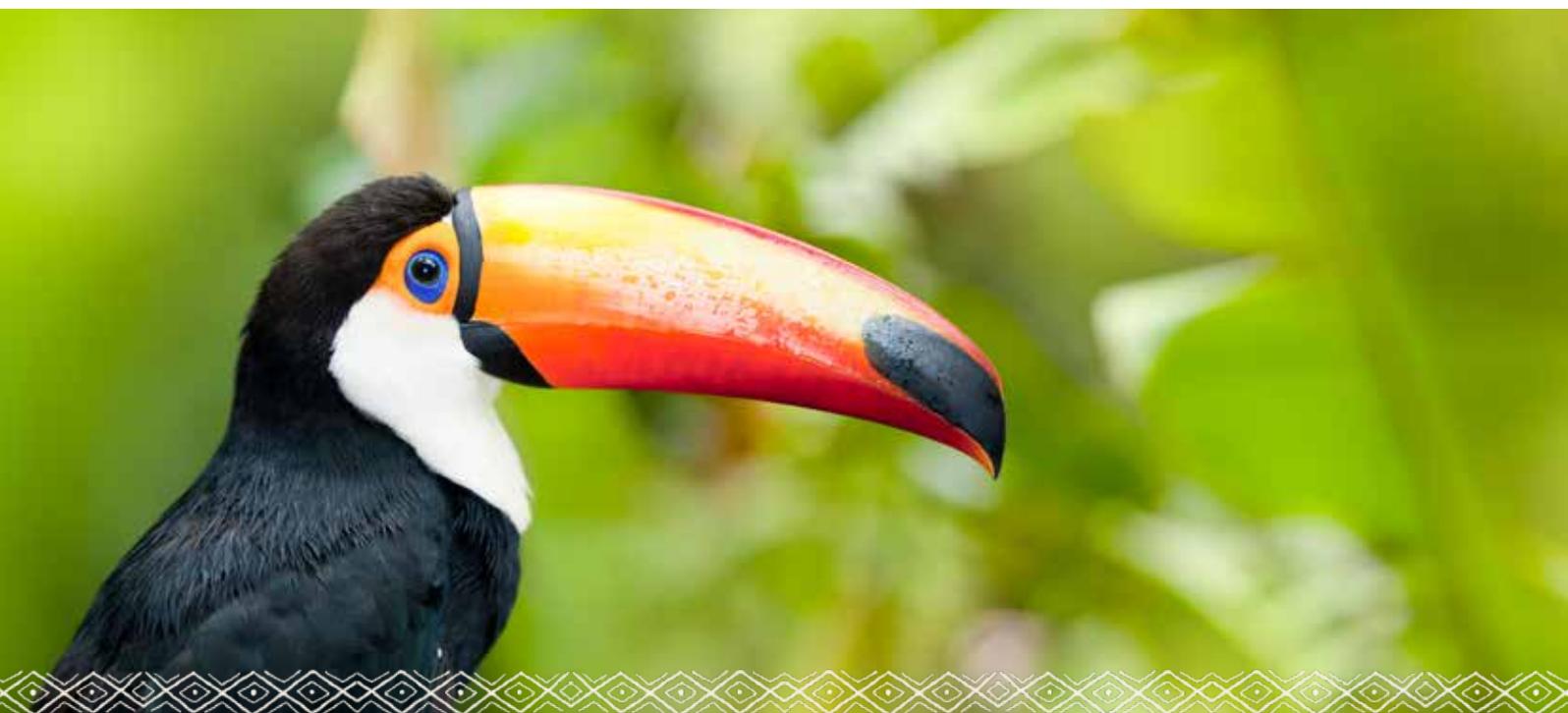
Ainda, constatou-se que o Programa de Agentes Ambientais Comunitários despertou ampla adesão e engajamento das comunidades.

Sustentabilidade dos resultados

As pessoas que receberam treinamento por meio do projeto – gestores e técnicos ambientais, lideranças e empreendedores comunitários – residem e atuam na região. Entende-se que os conhecimentos adquiridos continuarão sendo utilizados e replicados, gerando impactos socioambientais favoráveis mesmo após a conclusão do projeto.

As publicações, além de veículos de disseminação de resultados, registraram as experiências e os caminhos para atualização dessas informações, permitindo, dessa forma, a continuidade de seus efeitos.

Por fim, a estratégia de implantação do projeto e a natureza de seus produtos e serviços favorecem a sustentabilidade de seus resultados. O projeto foi implementado em cooperação com instituições governamentais e não governamentais, que fazem parte da estrutura de governança dos territórios ou que atuam consistentemente na região. Assim, os insumos gerados pelo projeto e apropriados por esse contingente de organizações continuarão sendo utilizados e compartilhados, gerando impactos após seu término.



Sementes do Portal – Fase II

Responsável pelo projeto

Instituto Ouro Verde (IOV)

Abrangência territorial

Oito municípios da região conhecida como Portal da Amazônia, no extremo norte de Mato Grosso: Apiacás, Alta Floresta, Carlinda, Colíder, Nova Canaã do Norte, Nova Guarita, Nova Santa Helena e Terra Nova do Norte

Beneficiários

Agricultores familiares do estado de Mato Grosso

Objetivo

Apoiar a recuperação de áreas degradadas e o fortalecimento da agricultura familiar na região do Portal da Amazônia, no estado de Mato Grosso, por meio da implantação e consolidação de SAFs, com plantio e enriquecimento de agroflorestas, estruturação de canais de comercialização de produtos e sementes e realização de pesquisas

Valor total do projeto

R\$ 16.553.250,64

Valor do apoio do Fundo Amazônia

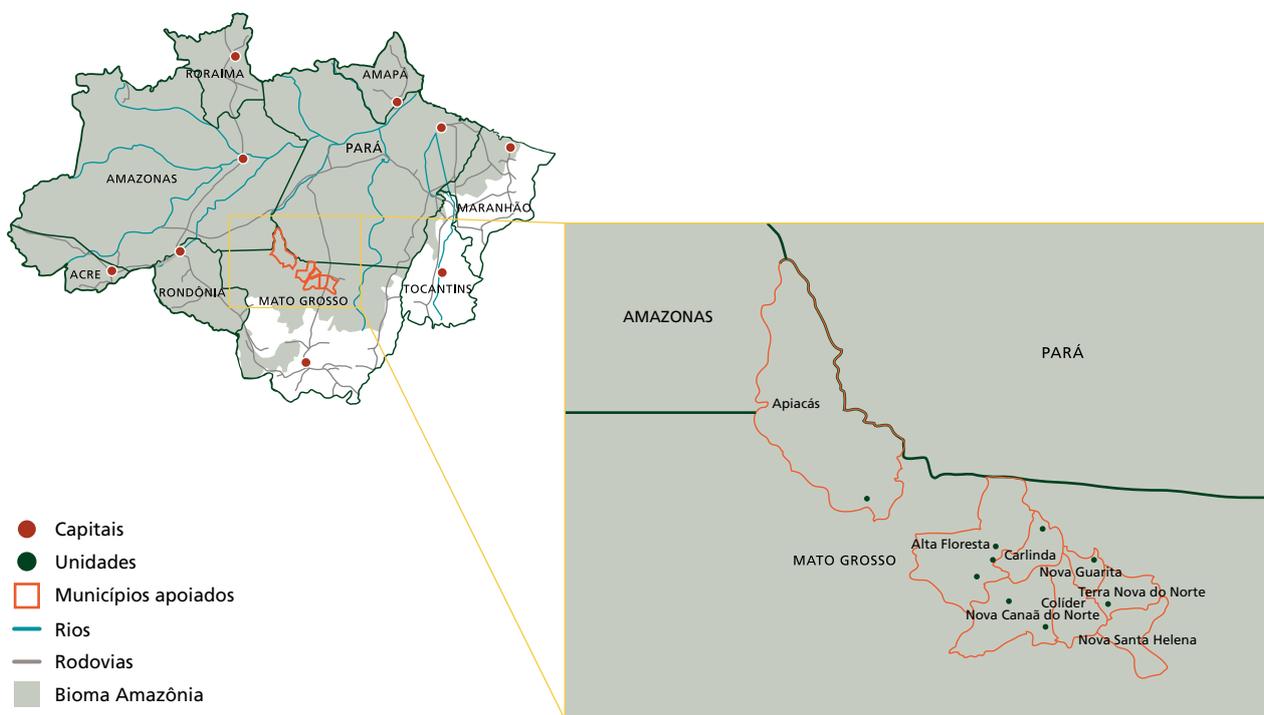
R\$ 16.086.000,00

Período de execução⁷⁷

Do primeiro trimestre de 2014 ao terceiro trimestre de 2022

EVOLUÇÃO DO PROJETO

Data da aprovação	Data da contratação	Valor total desembolsado	Valor total desembolsado em relação ao valor do apoio do Fundo Amazônia
1.10.2013	5.12.2013	R\$ 16.086.000,00	100%



⁷⁷ O período de execução compreende, além da execução física e financeira do projeto, a elaboração dos relatórios finais de monitoramento e avaliação.

Contextualização

O Instituto Ouro Verde (IOV) é uma organização da sociedade civil, sediada no município de Alta Floresta, no estado de Mato Grosso. No período de 2010 a 2014 foi implementado o primeiro projeto do IOV, com apoio do Fundo Amazônia, na região do Portal da Amazônia, no estado de Mato Grosso. Suas ações promoveram a recomposição de áreas desflorestadas por meio de SAFs e a revalorização da agricultura familiar em seis municípios do norte de Mato Grosso.

Os SAFs integram o cultivo simultâneo de culturas agrícolas e espécies florestais. No decorrer do primeiro projeto, percebeu-se que os SAFs representam uma alternativa produtiva sustentável para os agricultores familiares da região.

O projeto

O segundo projeto implementado pelo IOV, Sementes do Portal – Fase II, promoveu o plantio de novos SAFs em áreas desflorestadas e a inserção de espécies de interesse econômico em parte das áreas já recuperadas no projeto anterior.

Além disso, estimulou o desenvolvimento de canais de comercialização de produtos agroflorestais e apoiou a consolidação da rede de coletores de sementes nativas e a geração de conhecimentos sobre economia agroflorestal.

Lógica da intervenção

O projeto se insere nas componentes “produção sustentável” (1) e “ciência, inovação e instrumentos econômicos” (4) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia.

Seus efeitos diretos foram definidos como: “capacidades gerencial e técnica ampliadas para a implantação de SAFs e beneficiamento de produtos e sementes agroflorestais”; “áreas desmatadas e degradadas recuperadas e utilizadas para fins econômicos por meio de SAFs”; “cadeias de sementes e de produtos agroflorestais com valor agregado ampliado”; e “conhecimentos e tecnologias voltados para SAFs e sementes florestais produzidos e difundidos”.

Por meio de ações voltadas ao reflorestamento, à valorização econômica da floresta em pé e à pesquisa e divulgação de novos conhecimentos sobre sistemas agroflorestais, o projeto contribuiu para o objetivo geral do Fundo Amazônia de “redução do desmatamento com desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal”.

Atividades realizadas

Foram recuperados 1.550 hectares de áreas degradadas mediante o plantio de sistemas agroflorestais e enriquecidos 400 ha de plantios já realizados no projeto anterior com a inserção de espécies de interesse econômico. As atividades de plantio de novos SAFs e de enriquecimento de SAFs preexistentes foram implementadas em 777 imóveis rurais.

Essa ação exigiu a elaboração de projetos individuais de cada SAF por meio de apoio técnico fornecido pelo projeto. O plantio foi realizado pelos agricultores com insumos fornecidos pelo projeto, tais como arame e lascas para isolamento das áreas, bem como sementes coletadas no âmbito do próprio projeto. Transversalmente, o projeto promoveu capacitações e forneceu assistência técnica durante as etapas de preparo e plantio das agroflorestas.

Visando consolidar a rede de coleta criada no primeiro projeto, foram construídas e reformadas casas de sementes comunitárias, que são as estruturas físicas para armazenamento e beneficiamento de sementes, totalizando 13 espaços em oito municípios. As atividades de coleta de sementes envolveram 120 coletores, sendo 46% mulheres.

Apoiou-se a inscrição de coletores de sementes no Registro Nacional de Sementes e Mudanças (Renasem), visando habilitá-los perante o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para exercer as atividades de coletores e produtores de sementes. Foi também fornecida assistência técnica às atividades de coleta, de identificação das espécies, de procedimentos de limpeza e armazenamento das sementes.

Para fortalecer os canais de comercialização de produtos agrofloretais e o desenvolvimento do mercado de sementes florestais, o projeto implantou feiras municipais para a venda dos produtos oriundos dos SAFs, ampliou o acesso dos agricultores ao mercado de compras governamentais – Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) – e apoiou a articulação e o acesso a mercados dos grupos de coletores por meio da Rede de Sementes do Portal da Amazônia, que, inclusive, instrumentalizou a venda de sementes por meio de seu *website*.⁷⁸

Com relação à capacitação, foram realizados, entre outros, cursos e oficinas de plantio de SAFs, práticas de colheita e manejo de sementes florestais, legalização e certificação de sementes, sistemas silvipastoris, produção de frutas desidratadas e de artesanato com fibras, além de intercâmbios regionais.

Criou-se uma rede de comunicadores para disseminar informações entre os grupos envolvidos, incluindo a divulgação de 23 edições do jornal “Muvucando”, com tiragem de aproximadamente 1.500 exemplares por edição. Esses comunicadores são jovens que ficaram responsáveis em suas comunidades por construir os materiais de comunicação, como vídeos e matérias jornalísticas.

Na temática de geração de conhecimentos sobre economia agroflorestral, em 2014, o projeto apoiou a criação do Centro de Pesquisas em Agroflorestas, coordenado pelo IOV, como um espaço multi-institucional voltado à sistematização e produção de conhecimentos para fortalecer as cadeias de valor agroflorestral no norte de Mato Grosso.

O apoio se deu mediante a contratação de pesquisadores e o custeio das pesquisas, além de melhorias na infraestrutura. Os temas abordados pelos pesquisadores abrangeram, entre outros, monitoramento de áreas de plantio de SAFs com semeadura

⁷⁸ Disponível em: <http://www.sementesdoportal.com.br/seedes/>.

direta de sementes florestais, testes laboratoriais de germinação de sementes florestais, testes com espécies arbóreas como opção de forrageira para bovinos, além dos testes de germinação realizados no viveiro do centro de pesquisas.

Essas atividades resultaram na produção de trabalhos técnicos e científicos relacionados a SAFs, incluindo a publicação pela Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), parceira do Centro de Pesquisas em Agroflorestas, de um livro intitulado “Na trilha das mudanças: ciência e resiliência da agricultura familiar na Amazônia norte mato-grossense”.⁷⁹

Indicadores de eficácia e efetividade

As atividades do projeto contribuíram para os resultados relacionados às componentes “produção sustentável” (2) e “ciência, inovação e instrumentos econômicos” (4) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia.

A seguir, apresentam-se os resultados de alguns indicadores pactuados para o monitoramento dos efeitos diretos previstos.

- > Número de indivíduos capacitados para a prática de atividades econômicas sustentáveis (indicador de eficácia)
Meta: 424 | Resultado alcançado: 2.352
- > Área recuperada por meio de SAFs utilizada para fins econômicos (indicador de efetividade)
Meta: 1.550 ha | Resultado alcançado: 1.550 ha
- > Área de SAFs enriquecidos com espécies produtivas (indicador de efetividade)
Meta: 400 ha | Resultado alcançado: 400 ha
- > Número de casas de sementes construídas (indicador de eficácia)
Meta: 7 | Resultado alcançado: 5
- > Número de casas de sementes reformadas (indicador de eficácia)
Meta: 14 | Resultado alcançado: 13
- > Número de jovens capacitados em mobilização social para gestão participativa de projetos agroflorestais (indicador de eficácia)
Meta: 70 | Resultado alcançado: 71
- > Receita obtida com a comercialização dos produtos agroflorestais (indicador de efetividade)
Meta: não definida | Resultado alcançado: R\$ 6,9 milhões

⁷⁹ Disponível em: <http://portal.unemat.br/media/files/Editora/NA%20TRILHA%20DAS%20MUDAN%C3%87AS.pdf>.

Ao longo de aproximadamente seis anos de execução do projeto, foram obtidos R\$ 6,9 milhões em receita com produtos comercializados – a metade foi proveniente de vendas no mercado local e regional e o restante advindo de compras governamentais (PAA e PNAE).

- > Número de pesquisas realizadas sobre coleta, beneficiamento e armazenamento de sementes e sobre monitoramento de agroflorestas (indicador de eficácia)

Meta: 10 | Resultado alcançado: 64

As medições dos indicadores pactuados evidenciam que praticamente todos os valores esperados foram alcançados ou superados. No que tange às áreas recuperadas e enriquecidas por meio de SAFs, que, de forma individual, são relativamente pequenas, no seu conjunto (cerca de dois mil hectares) têm um impacto relevante para melhorar a qualidade ambiental da região, aumentando a conectividade de fragmentos florestais e, principalmente, protegendo nascentes e cursos de água.

Aspectos institucionais e administrativos

Foram criados conselhos gestores nas comunidades apoiadas, assim como um conselho geral do projeto, envolvendo tanto técnicos do IOV quanto agricultores. O projeto promoveu periodicamente a realização de reuniões dos conselhos, bem como da equipe técnica, além de encontros regionais para integração e articulação entre as comunidades dos oito municípios abrangidos.

Nesse sentido, merece destaque o trabalho realizado no fomento ao envolvimento de jovens e mulheres com o projeto. As mulheres representam 47% do total de beneficiários diretos do projeto (3.905 mulheres em um universo de 8.246 pessoas).

Na dimensão técnica, foi estabelecida parceria com o Herbário da Amazônia Meridional no campus universitário de Alta Floresta da Unemat, instrumental para a identificação de espécies nativas e a consolidação da Rede de Sementes do Portal da Amazônia.

No âmbito das atividades do Centro de Pesquisas em Agroflorestas, foram estabelecidas parcerias com diversas instituições, com destaque para a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ) e a Unemat.

Riscos e lições aprendidas

Um importante fator para o êxito do projeto foi o envolvimento dos agricultores familiares em todas as etapas, incluindo em sua concepção, ou seja, o projeto foi resultado de um planejamento coletivo.

Entre os diversos desafios e obstáculos encontrados, podem ser mencionados o avanço da lavoura de soja e milho na região abrangida pelo projeto e a pulverização aérea de defensivos agrícolas que prejudicou algumas áreas com SAFs implantados pelo projeto.

No processo de execução do projeto, observou-se que as áreas com maior êxito eram habitadas por comunidades mais engajadas, com grupos atuantes, o que reforçou a importância dos conselhos locais, das casas de sementes, dos grupos de

comercialização, entre outros. Em decorrência dessa constatação, o projeto, após sua fase inicial, se concentrou em comunidades em que preexistia uma teia social ou havia interesse em sua formação.

Os sistemas silvipastoris, que integram lavoura-pecuária-floresta (ILPF) e consistem na combinação de árvores, pastagens e gado em uma mesma área e ao mesmo tempo,⁸⁰ surgiram como uma nova modalidade de se pensar as agroflorestas, além de servirem como motivadores para a adesão de mais agricultores, já que a pecuária se destaca no território como principal atividade geradora de renda para a agricultura familiar. Acredita-se que a área tem potencial para gerar desdobramentos futuros no que tange à continuidade do plantio desses sistemas em toda a região.

Originalmente, como condição para o apoio do Fundo Amazônia às ações de implementação dos SAFs, todas as propriedades ou posses beneficiadas deveriam estar inscritas no CAR até o fim do projeto (ressalvados os assentamentos da reforma agrária). Todavia, ao longo da execução do projeto, essa condicionante foi identificada como de dificuldade excessiva, já que estava restringindo a adesão de agricultores ao projeto. Assim, essa obrigação foi alterada, passando a exigir inscrição no CAR de no mínimo 50% dos imóveis rurais beneficiados, e não mais sua totalidade.

Sustentabilidade dos resultados

Os aspectos trabalhados pelo projeto afetam diretamente a dinâmica de desmatamento, uma vez que incluem árvores e florestas na lógica de produção. Suas ações apoiaram a geração de trabalho e renda em diversas atividades e o combate à insegurança alimentar, além da recuperação de áreas degradadas e da mudança da paisagem.

A ênfase dada à integração de jovens e sua capacitação em temas diversos, incluindo sua formação em gestão participativa de projetos agroflorestais, é um importante legado que se desdobrará em resultados e impactos para além do seu período de execução.

Por fim, o projeto, além de cumprir suas metas diretas, contribuiu para a valorização da agricultura familiar, considerando a família e a cultura local. Tendo em vista a natureza das ações apoiadas, voltadas para produção sustentável e geração de renda para as populações locais, acredita-se que essa característica colabora para que os resultados alcançados possam se sustentar ao longo do tempo e, inclusive, se ampliar.

⁸⁰ Fonte: Embrapa.



Assentamentos Sustentáveis na Amazônia

Responsável pelo projeto

Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam)

Abrangência territorial

Oeste do Pará, municípios de Anapu, Pacajá, Senador José Porfírio, Mojuí dos Campos e Aveiro

Beneficiários

Assentados da reforma agrária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)

Objetivo

Apoiar em assentamentos do Incra, no oeste do Pará, o desenvolvimento de uma experiência demonstrativa de produção sustentável e a implementação de pagamento por serviços ambientais (PSA) a famílias comprometidas com a redução do desmatamento

Valor total do projeto

R\$ 24.397.144,00

Valor do apoio do Fundo Amazônia

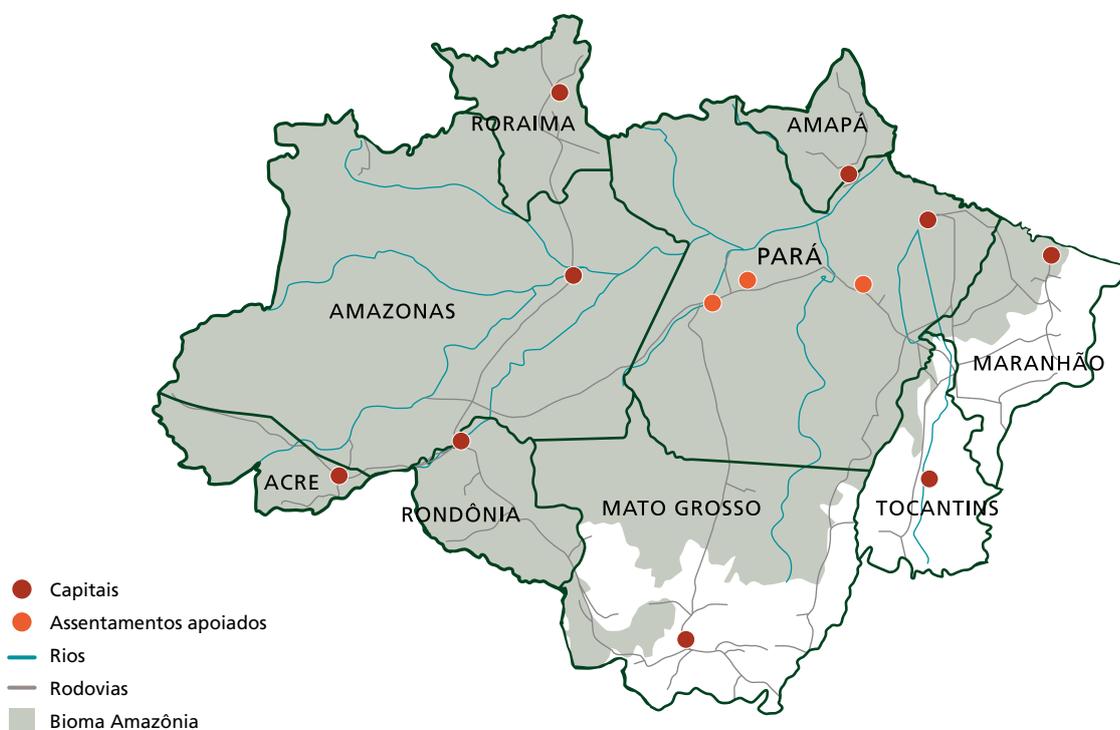
R\$ 23.408.189,46

Período de execução

Do primeiro trimestre de 2012 ao terceiro trimestre de 2022

EVOLUÇÃO DO PROJETO

Data da aprovação	Data da contratação	Valor total desembolsado	Valor total desembolsado em relação ao valor do apoio do Fundo Amazônia
29.11.2011	14.2.2012	R\$ 23.408.189,46	100%



Contextualização

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) já criou e reconheceu cerca de 9.400 projetos de assentamento da reforma agrária em todo o país.

Os assentamentos podem ser divididos em dois grupos: (i) os criados por meio de obtenção de terras pelo Incra, na forma tradicional, denominados projetos de assentamento (PA), que incluem os ambientalmente diferenciados; e (ii) os implantados por instituições governamentais e reconhecidos pelo Incra, para fins de acesso a políticas públicas do Programa Nacional de Reforma Agrária.⁸¹

Cerca de 8% do território dos estados amazônicos está destinado a 3.589 assentamentos da reforma agrária.⁸² Os assentamentos têm apresentado elevadas taxas de desmatamento quando comparados com as demais categorias fundiárias da Amazônia.

O Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) é uma organização sem fins lucrativos fundada em 1995, com sede em Belém, no estado do Pará, que desenvolve atividades com o intuito de promover um novo modelo de desenvolvimento da Amazônia.

O projeto

O projeto “Assentamentos Sustentáveis na Amazônia” teve como objetivos desenvolver e implantar um modelo demonstrativo de produção agrícola sustentável e de pagamento por serviços ambientais às famílias comprometidas com a redução do desmatamento em pequenas propriedades rurais na região oeste do Pará.

Para atingir esses propósitos, o projeto foi estruturado em duas componentes:

(i) desenvolvimento e implantação de modelo de produção sustentável em pequenas propriedades rurais localizadas em três PAs da reforma agrária em municípios no oeste do Pará; e (ii) pagamento pelo desmatamento evitado para 350 famílias do entorno da BR-230, rodovia Transamazônica, bem como realização de etapas preparatórias para regularização ambiental dessas propriedades familiares.

Lógica de intervenção

O projeto se insere nas componentes “produção sustentável” (1); “monitoramento e controle” (2); e “ciência, inovação e instrumentos econômicos” (4) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia.

Os efeitos diretos esperados foram definidos como: “atividades econômicas de uso sustentável da floresta e da biodiversidade identificadas e desenvolvidas em assentamentos”; “cadeias dos produtos agroflorestais de assentamentos com valor agregado ampliado”; “capacidades gerencial e técnica ampliadas para a implantação de sistemas agroflorestais, atividades de manejo florestal e produção agroextrativista em assentamentos”; e “acesso ampliado dos assentamentos à regularização ambiental”.

⁸¹ Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos>.

⁸² Fonte: Publicação “Desmatamento nos assentamentos da Amazônia” do Ipam.

Dessa forma, o projeto contribuiu para que as atividades produtivas que mantêm a floresta em pé tenham atratividade econômica, incentivando modelos que preservem a floresta, bem como sequestram carbono com a recuperação da cobertura vegetal de áreas desmatadas.

Na componente “monitoramento e controle”, o projeto ampliou o acesso dos produtores rurais à regularização ambiental de suas propriedades no estado do Pará, mediante o apoio à sua inscrição no CAR.

Por fim, ao utilizar instrumentos econômicos voltados para conservação e uso sustentável da biodiversidade, por meio do pagamento a pequenos agricultores pelo desmatamento evitado, o projeto contribuiu para o objetivo geral do Fundo Amazônia, de “redução do desmatamento com desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal”.

Registre-se que o projeto também pretendia apoiar a ampliação das áreas de terras com situação fundiária regular no entorno da BR-230, todavia, essa componente foi reformulada em ações de regularização ambiental nesse território, sendo integrada à componente de regularização ambiental.

Atividades realizadas

O projeto “Assentamentos Sustentáveis na Amazônia” implementou suas ações em pequenas propriedades rurais em três assentamentos da reforma agrária, criados pelo Incra na última década do século passado, no estado do Pará, a saber: (i) PA Bom Jardim, projetado com capacidade para atender 876 famílias; (ii) PA Moju I e II, com capacidade para atender 1.590 famílias; e (iii) PA Cristalino, com capacidade para atender 116 famílias.

Adicionalmente, estruturou e operacionalizou um programa de pagamento por serviços ambientais, beneficiando famílias localizadas em outros assentamentos ao longo da rodovia Transamazônica, no estado do Pará.

As ações consistiram em apoio à regularização ambiental dos territórios, mediante inscrição no CAR; prestação de Ater às famílias, visando aumentar a produtividade nas áreas abertas; elaboração de planos de usos para as propriedades; capacitação para adoção de técnicas de manejo nas áreas de floresta; melhoria da infraestrutura produtiva, por meio do fornecimento de insumos e equipamentos; inserção da produção em mercados locais e institucionais; e fortalecimento institucional das organizações representativas dos assentamentos com capacitação das suas lideranças para gestão e associativismo. A seguir, são apresentadas algumas das atividades realizadas.

Foram promovidos cursos de gestão com participação de mais de sessenta lideranças dos assentamentos apoiados, possibilitando a criação de três grupos de sustentação dedicados ao planejamento participativo e à implementação do projeto.

Realizaram-se o georreferenciamento de 2.710 lotes e o levantamento de dados para elaborar diagnóstico socioeconômico e ambiental, visando tanto o planejamento quanto a análise de efetividade das ações do projeto. Em parceria com a Universidade Federal Rural da Amazônia, foi elaborado estudo de mercado dos produtos da agricultura familiar no oeste do Pará para definir as atividades produtivas a serem apoiadas.

Destacam-se, ainda, o georreferenciamento e a elaboração de planos de recuperação ambiental (PRA) de dois assentamentos. Técnicos agrícolas visitaram as propriedades que aderiram ao projeto para avaliar a vocação de cada um dos agricultores entre um rol de atividades passíveis de apoio já identificadas no estudo de mercado.

Adicionalmente, foram realizadas capacitações diversas, tais como oficinas sobre manejo sustentável, seminários sobre melhorias produtivas e acesso aos mercados institucionais, bem como dias de campo para intercâmbio de experiências.

O projeto apoiou a regularização ambiental de 1.300 imóveis mediante sua inscrição no CAR, correspondendo a uma área de 101 mil hectares de propriedades rurais com processo iniciado de regularização ambiental.

Na componente de pagamento por serviços ambientais, elaborou-se documento descritivo desse mecanismo financeiro. Inicialmente, o projeto contemplou 348 famílias, que passaram a receber benefícios pela manutenção da floresta em pé. Os pagamentos a essas famílias foram feitos em parcelas trimestrais por meio de transferências realizadas pelos Correios.

Os critérios considerados pelo projeto para participação no seu programa de pagamentos por serviços ambientais foram: conservação e/ou recuperação de cobertura florestal do lote, conservação e/ou recuperação da área de proteção permanente (APP) e cumprimento das melhorias produtivas pactuadas em seus planos de uso.

Visando implementar manejo florestal comunitário, foram elaborados planos de manejo florestal, beneficiando três comunidades do PA Moju I e II, além de uma estrutura para armazenamento e secagem da produção.

Para melhoria das práticas agropecuárias, o projeto desenvolveu 650 planos de uso de lotes nos assentamentos e forneceu assistência técnica. Inicialmente, foram feitas análises de amostras de solo. Em seguida, foram fornecidas orientações sobre correção de solo, preparo de área, plantio, planejamento para recuperação e rotação de pastagens, produção de mudas, trato de hortaliças e frutíferas, construção de aviários e tanques para piscicultura.

O projeto também distribuiu insumos diversos, como adubo, calcário, arame para cercas, implementos agrícolas, e forneceu serviços de máquinas alugadas. Além disso, apoiou 57 hectares de roças mecanizadas para plantio de culturas de ciclo curto (milho, arroz, feijão etc.); recuperou 163 hectares de pastagem com a adoção de rotação na pecuária mediante a implantação de cercas; construiu 69 aviários; recuperou culturas de cacau, maracujá e açaí; implantou 19 tanques para piscicultura; e apoiou a suinocultura.

Foram implantados viveiros que serviram de apoio à recuperação de APP e à recomposição de reserva legal degradada, identificadas nos planos de uso dos lotes e no processo de inscrição no CAR.

O projeto apoiou o reflorestamento de 113 hectares com SAFs, promovendo diversificação da produção, segurança alimentar e ampliação da renda.

Ainda, contribuiu para a implantação de 19 pequenas estruturas de beneficiamento, quatro coletivas e 15 familiares, para processamento de mandioca, frutas e leite. Todas as iniciativas tiveram planos de negócios elaborados com recursos do projeto.

Foram organizadas feiras livres para a venda dos produtos dos assentamentos em Anapu e em Pacajá, com a participação média de 22 agricultores em cada feira. O projeto participou também da criação da primeira Rede de Comercialização Solidária do Tapajós. Essa rede permitiu conectar diretamente fornecedores do PA Cristalino II e entorno a consumidores solidários. O projeto disponibilizou embalagens, caixas térmicas, cestas para produtos, isopores, *freezer*, desenvolvimento de logomarca, entre outros recursos.

A equipe técnica do projeto também apoiou as famílias do PA Moju I e II no processo de cadastramento no PAA – programa governamental por meio do qual são comprados alimentos produzidos pela agricultura familiar.

Indicadores de eficácia e efetividade

As atividades do projeto contribuíram para os resultados relacionados às componentes “produção sustentável” (1); “monitoramento e controle” (2); e “ciência, inovação e instrumentos econômicos” (4) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia.

A seguir, apresentam-se os resultados de alguns indicadores pactuados para o monitoramento dos efeitos diretos previstos.

- > Número de planos de uso elaborados no nível de propriedade (indicador de eficácia)
Meta: 350 | Resultado alcançado: 650
- > Número de oficinas de manejo sustentável (indicador de eficácia)
Meta: 9 | Resultado alcançado: 10
- > Número de assentados capacitados nas práticas de manejo sustentável (indicador de eficácia)
Meta: 90 | Resultado alcançado: 206
- > Número de assentados participantes das atividades de disseminação do projeto (indicador de eficácia)
Meta: 500 | Resultado alcançado: 1.633
- > Número de estruturas para beneficiamento da produção dos assentamentos montadas (indicador de eficácia)
Meta: 20 | Resultado alcançado: 19
- > Número de viveiros comunitários construídos (indicador de eficácia)
Meta: 7 | Resultado alcançado: 7
- > Número de propriedades com apoio de assistência técnica (indicador de eficácia)
Meta: 650 | Resultado alcançado: 616

- > Área reflorestada com SAF (indicador de efetividade)
Meta: 90 ha | Resultado alcançado: 113 ha
- > Área recuperada e utilizada para fins econômicos (indicador de efetividade)
Meta: 900 ha | Resultado alcançado: 1.139 ha
- > Receita obtida com atividades econômicas de uso sustentável (indicador de efetividade)
Meta: incremento de 30% | Resultado alcançado: incremento de 135%

Com relação ao indicador “receita obtida com as atividades econômicas de uso sustentável”, foi adotada a definição de capacidade de geração de renda dessas atividades, considerando também o consumo de subsistência. A linha de base desse indicador foi definida a partir de um diagnóstico inicial realizado com 629 famílias na safra 2013/2014.

Para monitorar esse indicador, selecionou-se uma amostra de 318 famílias nas regiões de atuação do projeto para acompanhar sua renda em duas safras: 2014/2015 e 2015/2016. O resultado evidenciou um aumento da renda anual média das famílias de 70% na safra 2014/2015 e de 135% na safra seguinte.

- > Número de propriedades com georreferenciamento e limite de cobertura florestal georreferenciada (indicador de eficácia)
Meta: 650 | Resultado alcançado: 2.710
- > Número de propriedades com mapeamento georreferenciado realizado e inscritas no CAR (indicador de efetividade)
Meta: 350 | Resultado alcançado: 1.300
- > Área de propriedades rurais inscritas no CAR (indicador de efetividade)
Meta: 58.955 ha | Resultado alcançado: 101.657 ha
- > Número de contratos de pagamento por serviços ambientais assinados (indicador de eficácia)
Meta: 350 | Resultado alcançado: 256

Inicialmente, 348 famílias aderiram ao programa de pagamento por serviços ambientais. Todavia, o número de famílias beneficiárias participantes do programa diminuiu ao longo do projeto por diversos motivos, como desligamento voluntário, descumprimento das metas acordadas ou falecimento do beneficiário principal.

- > Seminários organizados (indicador de eficácia)
Meta: 4 | Resultado alcançado: 4

Registre-se que uma das atividades realizadas pelo projeto foi a produção do livro “Assentamentos sustentáveis na Amazônia – agricultura familiar e sustentabilidade

ambiental na maior floresta tropical do mundo”,⁸³ que relata a experiência de sua execução e os resultados alcançados.

Além disso, foram elaborados um vídeo documentário⁸⁴ e um seminário de diagnóstico final do projeto, que contou com a participação de 112 pessoas.

Como pode ser observado, a maioria das metas previstas no projeto foram alcançadas e, em alguns casos, superadas.

Aspectos institucionais e administrativos

O projeto estabeleceu relações com dezenas de instituições privadas e públicas. Merecem destaque as parcerias estratégicas estabelecidas com a Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP) e o Incra.

A parceria com a FVPP foi instituída por meio de acordo de cooperação, com os objetivos de fortalecer a produção familiar rural e consolidar uma política sustentável para assentamentos de reforma agrária na Amazônia.

A FVPP já atuava na região das ações do projeto e, por isso, pôde apoiar as ações desenvolvidas, participando, inclusive, do processo de seleção das famílias beneficiárias, uma vez que mantinha contato com elas.

A parceria com o Incra havia sido formalizada em 2012, por intermédio de um termo de cooperação técnica, com o objetivo de construir parâmetros para o desenvolvimento de assentamentos na Amazônia Legal.

O Incra participou do planejamento do projeto e de sua execução, incluindo a presença de seus técnicos nas reuniões realizadas com as comunidades dos assentamentos, a emissão de DAP e a disponibilização de documentos necessários à elaboração dos PRAs, entre outras atividades.

Riscos e lições aprendidas

Em alguns locais, houve dificuldades para estabelecer parceria com as famílias. Esse fato ocorreu em função dos compromissos não cumpridos e das expectativas de melhoria das condições de vida não concretizadas por parte de outros agentes. A resistência inicial foi superada com diálogo, envolvimento das famílias das comunidades nas discussões sobre o projeto e com a participação das lideranças dos assentamentos nos grupos de sustentação do projeto.

Para operacionalizar o sistema de pagamentos por serviços ambientais, foi considerado como melhor opção o serviço de Vale Postal Eletrônico dos Correios, que permite realizar transferências de dinheiro. Não obstante, surgiram desafios técnicos que

⁸³ Disponível em: <https://ipam.org.br/wp-content/uploads/2020/05/IPAM-Livro-Projeto-Assentamentos-Sustentaveis-na-Amazo%CC%82nia.pdf>.

⁸⁴ Disponível em: <http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projeto/Assentamentos-Sustentaveis-na-Amazonia/#iframe-2>.

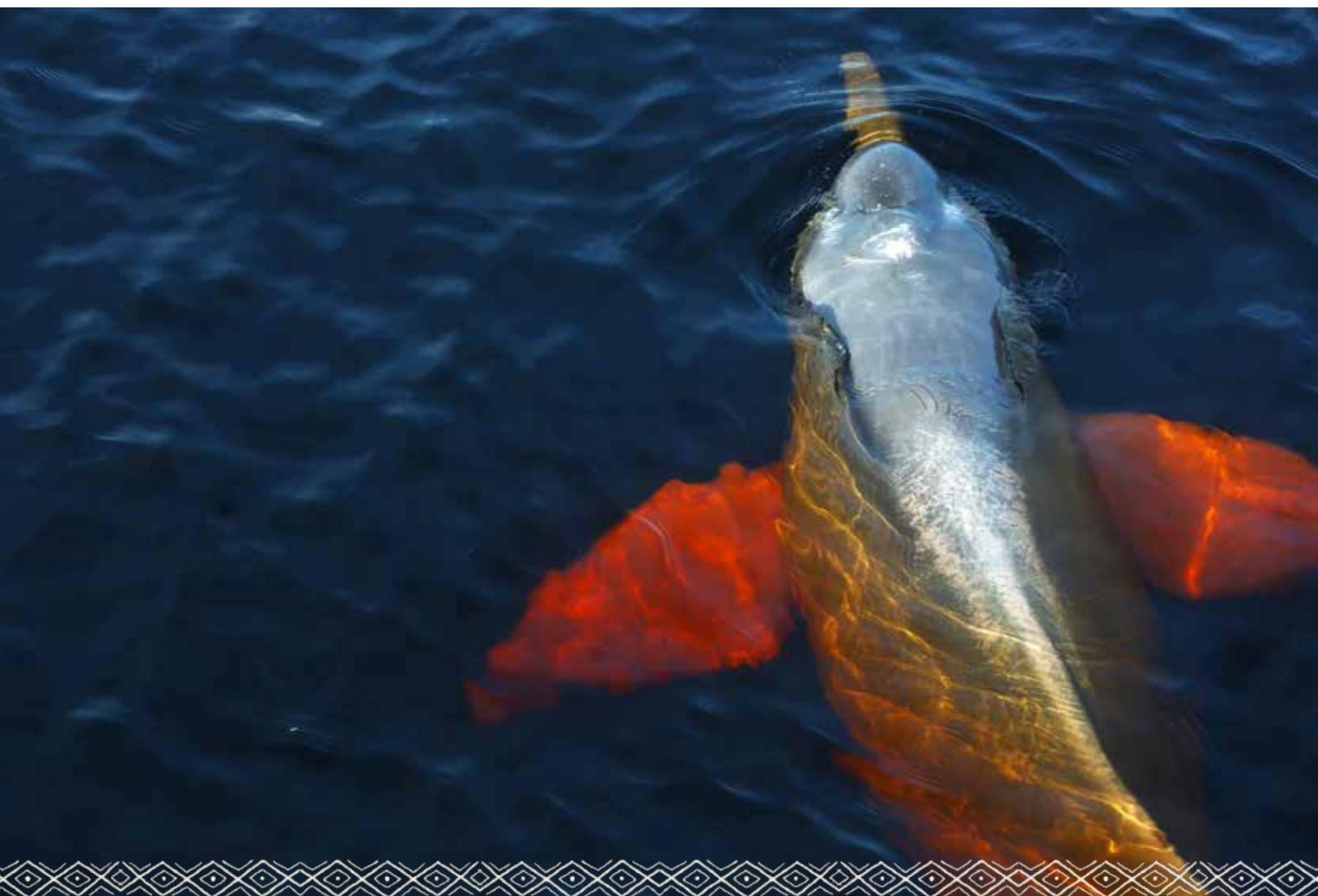
levaram ao atraso no repasse dos valores. Uma das soluções encontradas, por exemplo, foi desenvolver uma interface no sistema para o cadastro dos produtores e seus dados de repasse de recursos em formato compatível com o usado pelos Correios.

Sustentabilidade dos resultados

A dificuldade de acesso ao crédito bancário e a precária infraestrutura logística na região amazônica permanecem como obstáculos à consolidação da agricultura familiar e dos pequenos empreendimentos em bases sustentáveis.

O projeto apoiado seguiu uma estrutura de planejamento e execução que pode servir de referência para outras intervenções que pretendam atuar em assentamentos, uma vez que engloba ações de diagnóstico, planejamento, regularização ambiental, melhoria da produção agrícola e desenvolvimento de canais de comercialização da produção local associadas, de forma pioneira, a incentivos econômicos por meio do pagamento por serviços ambientais.

Além dos impactos favoráveis já alcançados nas comunidades beneficiadas pelo projeto, acredita-se que a sustentabilidade dos seus resultados será observada ao longo do tempo, à medida que as inovações implementadas e as lições aprendidas com esse experimento demonstrativo de produção sustentável sejam incorporadas pelas políticas públicas, bem como por iniciativas de outras organizações que atuem com assentamentos da reforma agrária.



Néctar da Amazônia

Responsável pelo projeto

Instituto Peabiru

Abrangência territorial

Estados do Amapá e do Pará

Beneficiários

Trinta comunidades rurais (quilombolas, indígenas, ribeirinhas e extrativistas), compondo um público-alvo de 373 indivíduos

Objetivo

Fortalecer a cadeia produtiva do mel de abelhas nativas de modo a constituir alternativa econômica sustentável ao desmatamento

Valor total do projeto

R\$ 2.072.901,00

Valor do apoio do Fundo Amazônia

R\$ 2.030.000,00

Período de execução⁸⁵

Do quarto trimestre de 2014 ao segundo trimestre de 2022

EVOLUÇÃO DO PROJETO

Data da aprovação

13.5.2014

Data da contratação

27.8.2014

Valor total desembolsado

R\$ 2.030.000,00

Valor total desembolsado em relação ao valor do apoio do Fundo Amazônia

100%



⁸⁵ O período de execução compreende, além da execução física e financeira do projeto, a elaboração dos relatórios finais de monitoramento e avaliação.

Contextualização

O projeto teve como foco a criação de abelhas melíponas, termo usado para denominar as espécies de abelhas sem ferrão, nativas da Amazônia. A extração do mel a partir dessas abelhas recebe o nome de meliponicultura e faz parte das práticas tradicionais locais, usualmente destinadas ao consumo alimentar e à farmácia popular.

A meliponicultura, além de proporcionar benefícios para a comunidade por ser uma alternativa de renda complementar e contribuir para a segurança alimentar, tem relevantes efeitos ambientais. A abelha nativa é um importante agente polinizador, colaborando diretamente para polinização das árvores e, conseqüentemente, para renovação da floresta e estabilidade dos ecossistemas.

As comunidades tradicionais envolvidas no projeto já trabalham com a produção de mel desde 2006, no âmbito do Programa de Abelhas Nativas do Instituto Peabiru. Esse instituto é uma organização da sociedade civil de interesse público (Oscip), sediada em Belém, Pará, com mais de duas décadas de atuação, que tem como missão fomentar o protagonismo de grupos sociais da Amazônia para promover pleno acesso aos seus direitos fundamentais.

O projeto

O projeto “Néctar da Amazônia” atuou no fortalecimento e na ampliação da infraestrutura produtiva e de beneficiamento, na valorização do produto final e na estruturação da comercialização do mel de abelhas nativas produzido por comunidades tradicionais (ribeirinhos, extrativistas e pequenos agricultores) dos municípios de Curuçá, Almeirim e Monte Alegre, no estado do Pará; quilombolas, do município de Macapá; e indígenas, do município de Oiapoque, esses dois últimos no estado do Amapá, que faz fronteira com a Guiana Francesa.

Lógica da intervenção

O projeto “Néctar da Amazônia” se insere na componente “produção sustentável” (1) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia. Seus efeitos diretos foram definidos como: “cadeia produtiva de mel de abelhas nativas com escala e valor agregado ampliados” e “capacidades gerencial e técnica de comunidades tradicionais ampliadas para atuação na cadeia produtiva do mel de abelhas nativas”.

As ações apoiadas favoreceram a valorização da floresta em pé ao promoverem geração de renda com sustentabilidade ambiental para as populações locais, contribuindo, dessa forma, para o objetivo geral do Fundo Amazônia de “redução do desmatamento com desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal”.

Atividades realizadas

O projeto contribuiu para aumentar a capacidade instalada para um total de 4.075 caixas com colônias, das quais 1.800 colmeias já haviam sido implantadas em fase anterior. Todos os meliponários atendidos pelo projeto receberam autorização de manejo da fauna silvestre junto ao Sistema Nacional de Gestão de Fauna Silvestre (Sisfauna).

Foram implantados quatro hectares de SAFs integrados aos meliponários. O projeto identificou, ainda, empresa privada como potencial unidade de beneficiamento terceirizada para o mel de abelhas sem ferrão. Além disso, atuou em parceria com seu corpo técnico no atendimento exitoso dos requisitos necessários para obter o registro do mel de abelhas sem ferrão junto ao Serviço de Inspeção Federal (SIF) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

O projeto promoveu eventos de capacitação sobre o manejo de abelhas sem ferrão, em formato de cursos, oficinas, reuniões de avaliação e um simpósio. O simpósio sobre abelhas sem ferrão contou com o apoio do museu Goeldi e mobilizou 262 participantes. O evento constituiu uma oportunidade para discutir a cadeia de valor das abelhas sem ferrão, com a participação de produtores familiares e de pesquisadores da Embrapa, da Universidade Federal do Pará (UFPA) e do Instituto Tecnológico Vale (ITV).

Foram desenvolvidas uma série de pesquisas e outras atividades a partir de contrato de cooperação técnica firmado entre o Instituto Peabiru e a Embrapa Amazônia Oriental, com destaque para: (i) estudo dos benefícios da meliponicultura para as comunidades e o meio ambiente; (ii) catalogação das espécies da flora que as abelhas visitam; (iii) estudo e aprimoramento do processo de desidratação do mel para comercialização sem refrigeração, com índice de umidade a 20%; e (iv) *barcode* das abelhas paraenses – sequenciamento genético das abelhas sem ferrão comumente utilizadas na produção. A última atividade foi desenvolvida com a colaboração da equipe de genética da UFPA, ainda no escopo da parceria com a Embrapa.

Com o apoio do projeto, também foi instalado, no *campus* Castanhal do Instituto Federal do Pará (IFPA), um meliponário demonstrativo para atividades pedagógicas para alunos e produtores das redondezas. Com a criação do meliponário no *campus*, foi incluída a disciplina de meliponicultura no curso técnico em agropecuária.

Por fim, o projeto elaborou o primeiro plano de negócios (Plano de negócio matriz da cadeia produtiva de mel de abelhas nativas), adotando como núcleo base os meliponicultores apoiados pelo projeto. Foram analisadas as dimensões de preços, beneficiamento, estocagem, despesas com logística, concorrência, diferenciais do produto, canais de comercialização e estratégias de divulgação (*marketing*) do mel de abelhas nativas.

Indicadores de eficácia e efetividade

As atividades do projeto contribuíram para os resultados relacionados à componente “produção sustentável” (1) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia.

A seguir, apresentam-se os resultados dos principais indicadores pactuados para o monitoramento dos efeitos diretos previstos.

- > Número de colmeias em produção (indicador de eficácia)

Meta: 10.000 | Resultado alcançado: 4.075

- > Receita obtida (indicador de efetividade)

Meta: R\$ 400 mil | Resultado alcançado: R\$ 30,9 mil

Ambos os resultados alcançados ficaram aquém da meta. Uma explicação para a baixa geração de receita é que, para implementar o projeto, foi necessário promover a multiplicação das colmeias – e enquanto esse processo ocorre, não há produção de mel para comercializar.

- > Número de indivíduos capacitados em criação de abelhas nativas, práticas agroecológicas, gestão de negócios e processos produtivos (indicador de eficácia)

Meta: 310 | Resultado alcançado: 373

- > Número de organizações comunitárias fortalecidas (indicador de efetividade)

Meta: 6 | Resultado alcançado: 1

De forma geral, as metas previstas não foram alcançadas, apesar de as ações do projeto terem sido implementadas de forma satisfatória, sinalizando, sobretudo, ter ocorrido a desvinculação do projetado com o resultado dessas atividades durante o período de acompanhamento.

Nesse contexto, vale mencionar que a meliponicultura é um campo de atuação desafiador, por se tratar de uma cadeia produtiva pioneira, principalmente na sua dimensão comercial. Contudo, os resultados foram muito importantes para consolidar a meliponicultura nos estados do Pará e Amapá e para o avanço da estruturação da comercialização do mel de abelhas sem ferrão no mercado formal.

Por fim, o projeto beneficiou 45 indivíduos de etnia indígena e 52 mulheres de um total de 373 indivíduos diretamente beneficiados.

Aspectos institucionais e administrativos

O Instituto Peabiru celebrou um contrato de cooperação técnica com a Embrapa Amazônia Oriental para levantamento do etnoconhecimento florístico acerca de plantas de interesse meliponícola em áreas de ação do Instituto Peabiru e para difusão de tecnologias meliponícolas. No âmbito dessa parceria, conforme já mencionado, foram desenvolvidas pesquisas, inclusive com participação da equipe de genética da UFPA. O projeto “Néctar da Amazônia” financiou bolsas de pesquisa e despesas de locomoção para bolsistas da Embrapa e da UFPA.

A Embrapa Amazônia Oriental é uma das 42 unidades descentralizadas da Embrapa, vinculada ao Mapa. O centro de pesquisa foi criado em 1975 no município de Belém, no estado do Pará, herdando a estrutura do antigo Instituto Agrônomo do Norte (IAN), fundado em 1939.⁸⁶

⁸⁶ Fonte: Embrapa – <https://www.embrapa.br/amazonia-oriental/apresentacao>.

Riscos e lições aprendidas

Entre as lições reportadas, destaca-se a recomendação de que sejam implantados campos demonstrativos de meliponicultura nas proximidades do território por cerca de um ano, tempo suficiente para averiguar a segurança do projeto em termos de ameaças biológicas, em especial se há ocorrência de abelhas “pilhadoras” (*Lestrimelitta limao*), que saqueiam os ninhos de outras espécies para retirar o mel, o pólen e a cera.

Outra lição aprendida é de se estimar uma produção menor de mel e um tempo maior de reprodução de colmeias em áreas historicamente desmatadas e/ou com fortes vetores de desmatamento, que podem diminuir o pasto para as abelhas.

Sustentabilidade dos resultados

As ações apoiadas foram voltadas para a consolidação da cadeia de valor das abelhas sem ferrão, promovendo segurança alimentar e geração de renda para as populações locais.

O financiamento do Fundo Amazônia permitiu avançar no processo de multiplicação de colmeias matrizes e gerou um plantel disponível para as famílias envolvidas, o que, possivelmente, permitirá aumentar a produção de mel.

O projeto também contribuiu para formalizar essa atividade na Amazônia, com a obtenção de registro junto ao SIF, que beneficiará a comercialização do mel produzido no âmbito do projeto e na região. Além disso, obteve autorização de manejo da fauna silvestre junto ao Sisfauna para todos os meliponários atendidos.

Por fim, o projeto colaborou para ampliar e divulgar conhecimentos sobre a cadeia de valor das abelhas sem ferrão. Vale destacar o preço diferenciado que o mel de abelhas nativas já alcança no mercado nacional e internacional, sendo, inclusive, demandado pela alta gastronomia.



CAR Roraima

Responsável pelo projeto

Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Roraima (Femarh)

Abrangência territorial

Estado de Roraima

Beneficiários

Pequenos proprietários ou posseiros rurais familiares que desenvolvam atividades agrossilvipastoris no estado de Roraima.

Objetivo

Apoiar a implementação do CAR no estado de Roraima.

Valor total do projeto

R\$ 1.490.055,10

Valor do apoio do Fundo Amazônia

R\$ 1.414.308,37

Período de execução

Do segundo trimestre de 2017 ao terceiro trimestre de 2022

EVOLUÇÃO DO PROJETO

Data da aprovação

4.11.2014

Data da contratação

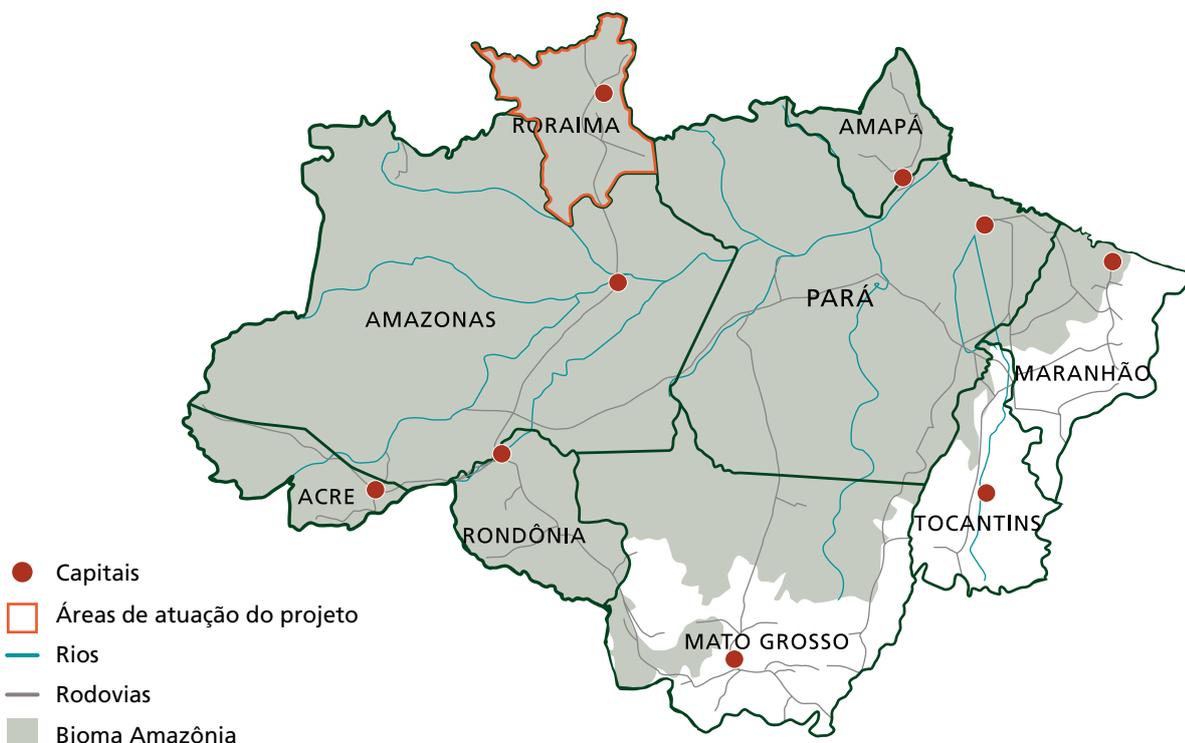
29.6.2016

Valor total desembolsado

R\$ 1.414.308,37

Valor total desembolsado em relação ao valor do apoio do Fundo Amazônia

100%



Contextualização

O estado de Roraima, localizado na região Norte do país, faz fronteira internacional com a Venezuela e a Guiana e, internamente, com os estados do Amazonas e do Pará. Em 1988, Roraima deixou de ser um território federal e passou a ser uma das 27 unidades federativas do Brasil. Com uma área de 223 mil km², é o estado menos populoso do país, com uma população de 652 mil pessoas (2021).⁸⁷

De seu território, aproximadamente 46% são terras indígenas e 8% unidades de conservação, ou seja, mais da metade do estado de Roraima é constituída por áreas protegidas.⁸⁸ Sua cobertura vegetal se caracteriza pela presença da floresta amazônica, campinas e savanas. No extremo norte do estado, está situado o Monte Roraima, com 2.734 metros de altitude.

A Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Roraima (Femarh), responsável pela execução do projeto, é uma fundação do governo estadual que tem como objetivos promover, elaborar, gerir, coordenar e executar a política do meio ambiente e de recursos hídricos do estado de Roraima.

O projeto

O projeto “CAR Roraima” promoveu o acesso de pequenos produtores rurais e assentados do estado de Roraima à regularização ambiental, por meio da inscrição dos seus imóveis rurais no CAR. Suas ações consistiram (i) no aprimoramento da infraestrutura da Femarh para implantação e gerenciamento do CAR e (ii) na promoção e no apoio à inscrição no CAR dos imóveis de pequenos proprietários ou posseiros rurais de até quatro módulos fiscais.⁸⁹

O CAR é um registro público eletrônico nacional, criado em 2012, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento. A inscrição no CAR é o primeiro passo para a regularização ambiental dos imóveis rurais e é realizada por meio de sistema eletrônico junto ao órgão estadual competente.

Lógica de intervenção

O projeto se insere na componente “monitoramento e controle” (2) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia. Seus efeitos diretos foram definidos como: “instituições de monitoramento, controle e responsabilização ambiental do estado de Roraima estruturadas e modernizadas para implantação e gerenciamento do CAR” e “acesso ampliado dos produtores rurais dos municípios de Roraima à regularização ambiental de suas propriedades”.

⁸⁷ Fonte: IBGE

⁸⁸ Fonte: *website* do Governo do Estado de Roraima.

⁸⁹ Módulo fiscal é uma unidade de medida, em hectares, cujo valor é fixado pelo Incra para cada município, considerando diversos fatores. O valor do módulo fiscal no Brasil varia de 5 a 110 hectares (Fonte: Embrapa).

O fortalecimento do órgão estadual de meio ambiente do estado de Roraima (Femarh) e o acesso ampliado de pequenos produtores à regularização ambiental de suas propriedades e posses rurais colaboram diretamente para a adequação das atividades antrópicas à legislação ambiental, o que, por sua vez, contribui para o objetivo geral do Fundo Amazônia de “redução do desmatamento com desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal”.

Atividades realizadas

Visando aprimorar a infraestrutura da Femarh para implantação e gerenciamento do CAR, foram adquiridos mobiliários de escritório, *datashow* e diversos equipamentos de informática, como computadores, servidores, *switches* e impressoras.

Foram implementadas ações para promoção e apoio à inscrição no CAR de propriedades e posses rurais de até quatro módulos fiscais, localizadas dentro e fora de assentamentos da reforma agrária. As atividades realizadas abrangeram nove municípios do estado de Roraima: Amajari, Boa Vista, Bonfim, Caroebe, Rorainópolis, Iracema, Mucajaí, Alto Alegre e Cantá.

Entre essas atividades, destacam-se: (i) ações de mobilização voltadas à sensibilização do público-alvo para a importância da política pública de regularização ambiental; (ii) busca ativa de imóveis a serem cadastrados; (iii) atividades de campo, como visitas aos imóveis, coleta de documentos e de informações geográficas; e (iv) atividades de escritório, incluindo processamento dos dados geográficos, classificação da documentação, sequenciamento, organização e armazenagem em banco digital, bem como inscrição de imóveis rurais no CAR.

Registre-se que as ações de apoio à inscrição no CAR dos imóveis rurais foram iniciadas no primeiro semestre de 2020, quando eclodiu no Brasil a pandemia de Covid-19.

Além do advento da pandemia, diversas questões impactaram o projeto, com destaque para a impossibilidade de finalizar o processo de inscrição das propriedades situadas em assentamentos no Sicar, haja vista que, até o fim do prazo de execução do projeto, o Incra em Roraima não havia disponibilizado o acesso ao sistema informatizado (Sistema CAR Lote) para cadastramento e geração do recibo de inscrição de imóveis em assentamentos da reforma agrária.

Esse obstáculo foi superado mediante elaboração de estratégia, em parceria com o Incra, que definiu que a documentação dos imóveis situados nos assentamentos seria recebida pela Femarh em conjunto com o Incra para processamento quando houvesse disponibilidade do módulo CAR Lote.

Indicadores de eficácia e efetividade

As atividades do projeto contribuíram para os resultados relacionados à componente “monitoramento e controle” (1) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia.

A seguir, apresentam-se os resultados de alguns indicadores pactuados para o monitoramento dos efeitos previstos.

- > Número de imóveis rurais de até quatro módulos fiscais e de lotes em assentamentos que tiveram seu pedido de adesão ao CAR protocolado (indicador de efetividade)
Meta: 14.249 | Resultado alcançado: 11.519
- > Área de imóveis rurais de até quatro módulos fiscais e de lotes em assentamentos que tiveram seu pedido de adesão ao CAR protocolado (indicador de efetividade)
Meta: não definida | Resultado alcançado: 671.877 hectares
- > Desmatamento anual no estado de Roraima (indicador de efetividade)
Meta: não definida | Resultado alcançado: 315 km²

TABELA 26 > EVOLUÇÃO DO DESMATAMENTO EM RORAIMA NOS ÚLTIMOS QUATRO ANOS

Desmatamento (km ²)	2021	2020	2019	2018
Roraima	315	297	590	195
Amazônia Legal	13.038	10.851	10.129	7.536
Roraima / total (%)	2,42%	2,74%	5,82%	2,59%

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Prodes/Inpe

O desmatamento verificado em 2018, linha de base do projeto, foi de 195 km², enquanto em 2021 foi de 315 km². Esse fato revela um aumento de 61% na taxa de desmatamento no período em questão, sinalizando que apesar dos resultados positivos gerados pelo projeto, eles não foram suficientes para compensar os demais vetores responsáveis pelo aumento do desmatamento. Isso também foi observado no mesmo período no conjunto da Amazônia, que apresentou aumento de 73% na taxa de desmatamento.

Registre-se que o escopo do projeto originalmente era mais amplo, prevendo também o apoio à adequação da base legal estadual e a elaboração do PRA do estado de Roraima, além da capacitação de agentes públicos para implantação e gerenciamento do CAR e desenvolvimento do Sistema Informatizado de Regularização e Licenciamento Ambiental de Roraima (Sirlar/RR). Todavia, devido a dificuldades apresentadas pela beneficiária para execução das atividades do projeto, foram solicitadas ao BNDES uma redução do seu escopo e a readequação de suas metas, bem como do valor do apoio do Fundo Amazônia.

Aspectos institucionais e administrativos

Considerando que parte significativa dos imóveis inscritos no CAR com o apoio do projeto estão em assentamentos da reforma agrária, a Femarh firmou um acordo de cooperação técnica (ACT) com o Incra com o objetivo de unir esforços para promover a integração de ações, visando recepcionar, analisar e aprovar informações e dados para inscrição e retificação do CAR dos imóveis que compõem os projetos de assentamento de reforma agrária no estado de Roraima.

O projeto também contou com o apoio de representantes das prefeituras municipais nos trabalhos de campo, principalmente para mobilização e sensibilização dos agricultores

familiares objetivando a inscrição dos seus imóveis no CAR. Por fim, cabe mencionar que a Femarh contratou empresa especializada, com o apoio financeiro do Fundo Amazônia, para promover e apoiar a inscrição no CAR implementada pelo projeto.

Riscos e lições aprendidas

O projeto passou por significativa redução de seu escopo e do valor do apoio do Fundo Amazônia ao longo de sua execução. Diversos fatores contribuíram para isso, destacando-se dificuldades gerenciais apresentadas pela Femarh para a realização de procedimentos operacionais e administrativos, bem como sucessivas alterações na equipe responsável pela gestão do projeto.

O advento da pandemia de Covid-19 em 2020 também prejudicou a execução do projeto. A pandemia resultou em dificuldades para a realização das reuniões e dos cadastros coletivos, tendo em vista a impossibilidade de aglomerações devido ao avanço da doença.

Devido a informações prévias insuficientes, ocorreu também a superestimação das metas originais de imóveis a serem inscritos no CAR. Ao longo do processo de cadastro, foram identificados lotes à venda, bem como lotes que se tornaram fazendas após a aquisição por terceiros (remembramento), tornando-se, conseqüentemente, inaptos ao cadastramento promovido pelo projeto por passarem a ter dimensão superior a quatro módulos fiscais. Além disso, em alguns casos, os titulares dos lotes não foram encontrados.

Houve, ainda, casos de desinteresse dos ocupantes em aderir ao CAR, pois a inscrição é um ato declaratório do proprietário ou posseiro. Além de circunstâncias em que imóveis rurais ainda não desmembrados de glebas estavam em tramitação e processo de conferência pelo Instituto de Terras e Colonização do Estado de Roraima (Iteraima).

Sustentabilidade dos resultados

O apoio do projeto ao aprimoramento da infraestrutura física da Femarh para implantação e gerenciamento do CAR proporcionou suporte operacional à sua execução e poderá seguir beneficiando diretamente o estado e sua população na implementação das atividades relacionadas ao CAR.

Um resultado adicional do projeto foi a interiorização da gestão ambiental, visto que o cadastramento de imóveis de até quatro módulos fiscais possibilitou que os pequenos agricultores do interior do estado tivessem acesso a informações sobre as exigências do Código Florestal.

Outro legado foi o avanço na articulação entre diferentes agências de governo, com destaque para a cooperação entre a Femarh e o Incra.

Com o projeto, aumentou a possibilidade de acesso dos pequenos produtores ao crédito rural, uma vez que, por disposição legal, as instituições financeiras só concedem crédito agrícola, em qualquer uma de suas modalidades, para proprietários de imóveis rurais inscritos no CAR.

Ressalte-se que o projeto, ao apoiar a inscrição dos imóveis rurais do estado de Roraima no CAR, promoveu a identificação de seus proprietários ou possuidores, bem como contribuiu para a construção de um banco de dados florestais georreferenciados, incluindo informações sobre as áreas já desmatadas e os remanescentes de vegetação nativa nos imóveis.

Esse banco de dados passa a ser um relevante ativo para o governo e a sociedade. Tais informações podem ser úteis para ações de gestão ambiental e controle do desmatamento e para criação de oportunidades de valoração dos serviços ecossistêmicos, inclusive mediante a implementação de estratégias de pagamento por serviços ambientais para preservar a floresta em pé.



Gestão das Terras Indígenas das Bacias do Rio Negro e Xingu

Responsável pelo projeto

Instituto Socioambiental (ISA)

Abrangência territorial

Nove TIs na Amazônia Legal, localizadas no estado do Mato Grosso, Roraima e Amazonas

Beneficiários

População das TIs atendidas pelo projeto, representando cerca de 60 mil indígenas

Objetivo

Apoiar a implementação do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) do Parque Indígena do Xingu e a elaboração de PGTAs para as TIs Yanomami e da região do Alto Rio Negro, com a sistematização do conhecimento e fortalecimento de estruturas de governança locais e das organizações indígenas

Valor total do projeto

R\$ 12.302.481,90

Valor do apoio do Fundo Amazônia

R\$ 11.685.843,14

Período de execução

Do quarto trimestre de 2016 ao quarto trimestre de 2022

EVOLUÇÃO DO PROJETO

Data da aprovação

27.6.2016

Data da contratação

19.8.2016

Valor total desembolsado

R\$ 11.685.843,14

Valor total desembolsado em relação ao valor do apoio do Fundo Amazônia

100%



Contextualização

O PGTA é um instrumento da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), de caráter dinâmico, concebido para expressar o protagonismo, a autonomia e a autodeterminação dos povos indígenas. O PGTA materializa o planejamento pactuado por toda a comunidade indígena do uso de seu território para fins culturais, ambientais e econômicos.

A instituição responsável pela execução do projeto apoiado, o Instituto Socioambiental (ISA), é uma Oscip, sem fins lucrativos. Fundado em 1994 e sediado em São Paulo (SP), o ISA atua ao lado de comunidades indígenas, quilombolas e extrativistas e tem sedes em Manaus (AM), São Gabriel da Cachoeira (AM), Boa Vista (RR), Altamira (PA), Canarana (MT), Brasília (DF) e Eldorado (SP).

O projeto

O projeto “Gestão das Terras Indígenas das Bacias do Rio Negro e Xingu” apoiou a implementação do PGTA do Parque Indígena do Xingu, bem como a elaboração de PGTAs da TI Yanomami e de TIs da região do Alto Rio Negro, com sistematização do conhecimento e fortalecimento de estruturas de governança locais e das organizações indígenas.

No Parque Indígena do Xingu, criado em 1961 e localizado no estado do Mato Grosso, habitam 16 povos indígenas. Essa foi a primeira terra indígena homologada pelo governo brasileiro. Nas décadas seguintes, três TIs adjacentes foram demarcadas: Batovi, Wawi e Pequizal do Naruvôtu.

A TI Yanomami está localizada nos estados de Roraima e Amazonas, na fronteira com a Venezuela. As TIs Alto Rio Negro, Rio Apaporis, Cué-Cué Marabitanas, Balaio, Médio Rio Negro I, Médio Rio Negro II e Rio Tea estão situadas no estado do Amazonas.

Lógica da intervenção

O projeto se insere nas componentes “produção sustentável” (1) e “ordenamento territorial” (3) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia.

Seus efeitos diretos foram definidos como: “atividades de uso sustentável da floresta e da biodiversidade identificadas e desenvolvidas no Parque Indígena do Xingu”; “capacidades gerencial e técnica ampliadas para produção sustentável no Parque Indígena do Xingu”; e “Parque Indígena do Xingu com proteção territorial e infraestrutura consolidada e terras indígenas Yanomami e na região do Alto Rio Negro com gestão territorial e ambiental definidas”.

As terras indígenas estão entre as categorias territoriais menos desmatadas na Amazônia. O projeto “Gestão das Terras Indígenas das Bacias do Rio Negro e Xingu”,

ao apoiar a implementação do PGTA do Parque Indígena do Xingu e a elaboração dos PGTA das TIs Yanomami e da região do Alto Rio Negro, contribuiu diretamente para o objetivo geral do Fundo Amazônia: “redução do desmatamento com desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal”.

Atividades realizadas

O projeto foi estruturado em dois eixos. O primeiro apoiou a implementação de ações do PGTA do Parque Indígena do Xingu e o segundo eixo promoveu a elaboração de PGTA em TIs na região do Alto Rio Negro e na TI Yanomami. Destacam-se, a seguir, as principais atividades realizadas.

1. Implementação de ações do plano de gestão territorial e ambiental do Parque Indígena do Xingu.

Foram realizados encontros e oficinas para definir prioridades e detalhamento de temas estratégicos do Plano de Gestão do Território Indígena do Xingu.⁹⁰

Essas reuniões contaram com a participação de aproximadamente 1.600 indígenas para discutir temas como ações de restauração florestal, atividades de fiscalização do território e desenvolvimento de alternativas econômicas, entre outras questões importantes para a implementação do Plano de Gestão do Território Indígena do Xingu.

Houve apoio a pequenos projetos selecionados por meio de duas chamadas públicas realizadas pelo ISA e implementados por diversas associações e comunidades indígenas. As ações apoiadas promoveram: (i) integridade cultural; (ii) segurança alimentar; (iii) manejo de recursos estratégicos; e (iv) alternativas econômicas. Esse apoio incentivou associações e comunidades de cada etnia a assumirem progressivamente a execução do PGTA, contribuindo para seu protagonismo e independência na defesa de seus direitos e interesses.

Essas duas chamadas públicas, no âmbito da iniciativa “Apoio a iniciativas comunitárias (AIC)”, financiaram 35 pequenos projetos de 11 povos indígenas, variando entre R\$ 10 mil e R\$ 50 mil cada projeto. Entre outras ações, foram apoiadas: construção de viveiro para produção de árvores frutíferas; construção de casa de farinha para produção de farinha e polvilho para consumo e comercialização; capacitação de apicultores e implantação/ampliação de apiários; construção e equipagem de casa para processamento de mel; construção de casa para produção e exposição de artesanato; e criação de galinhas para consumo e geração de renda.

Além disso, houve apoio financeiro para projetos de integridade cultural, mediante a implementação de diversas ações de resgate de conhecimentos tradicionais, tais como: resgate dos cantos tradicionais, da diversidade dos produtos da roça, do artesanato tradicional, da confecção de cestos e da tradição de pintura corporal, além da produção de canoas tradicionais.

⁹⁰ O território indígena do Xingu é formado pelo Parque Indígena do Xingu e mais três terras indígenas: Wawi, Batovi e Pequizal do Naruvôtu.

Foram realizadas duas oficinas de formação audiovisual, que resultaram na produção de oito filmes feitos a partir de registros de alunos, com destaque para um filme de 42 minutos, que relata sete projetos executados no âmbito dessas duas chamadas públicas de “Apoio a iniciativas comunitárias”.⁹¹

No âmbito do projeto, foram construídos três novos imóveis, totalizando 830 m² de área. Um imóvel com auditório foi destinado a sediar a Associação Terra Indígena do Xingu (Atix), no município de Canarana, no estado de Mato Grosso. Essa associação congrega 16 povos indígenas desde sua criação em 1995.

O projeto foi responsável pela construção de dois conjuntos de auditório, escritório e cozinha, incluindo a aquisição de mobiliários e equipamentos, para atender o polo Kikatxi, em Querência, e o polo Pavuru, no município de Feliz Natal, ambos no estado de Mato Grosso. Esses auditórios e cozinhas são utilizados para reuniões e cursos nas regiões do leste e do médio Xingu e os escritórios são destinados ao uso da Atix na região.

Houve melhorias em três imóveis utilizados por associações indígenas na área de atuação do projeto, um no município de Gaúcha do Norte, na região do Alto Xingu, e dois no município de Canarana, todos no estado de Mato Grosso. No âmbito do apoio institucional à Atix, foram adquiridas uma caminhonete 4x4 e uma picape leve.

Visando fortalecer a infraestrutura dos quatro polos do território indígena do Xingu, o projeto investiu na aquisição de sete embarcações e quatro motores de popa; mais de duas dezenas de equipamentos de informática, tais como *desktops*, *notebooks* e projetores. Foram adquiridos também sete câmeras digitais, microfones, dois rádios para comunicação de longa distância, além de equipamentos de geração de energia elétrica: um motogerador, um gerador fotovoltaico e duas baterias estacionárias.

Entre outras capacitações, realizou-se uma oficina de diagnóstico organizacional participativo do projeto estratégico da Atix, além de diversos eventos de capacitação de elaboração, gestão e prestação de contas de projetos. O objetivo era incentivar associações e comunidades indígenas a elaborar e implementar os projetos apoiados pelas duas chamadas públicas e capacitá-las para criar novos projetos comunitários e captar novos recursos para sua implementação.

Para fortalecer os serviços de vigilância indígena e o monitoramento territorial do Parque Indígena do Xingu, foram realizadas 22 expedições de vigilância indígena, bem como atividades em campo para monitoramento de agrotóxicos. O Parque Indígena do Xingu está circundado por municípios que concentram grande parte da produção brasileira de soja. O uso de defensivos agrícolas expõe as comunidades indígenas, especialmente as vizinhas de grandes produtores de soja, aos agrotóxicos utilizados nessa lavoura, que, muitas vezes, são pulverizados por via aérea nas regiões próximas das aldeias.

⁹¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fxDg3jIFCBg>. O áudio desse vídeo é parcialmente em português e parcialmente em línguas indígenas, e as legendas estão em português.

2. Elaboração de planos de gestão territorial e ambiental de terras indígenas na região do Alto Rio Negro e na terra indígena Yanomami.

A formulação de PGTA's e planos de gestão macrorregionais indígenas englobam extensos processos de levantamento de informações, realização de cursos, reuniões interinstitucionais, oficinas e consultas nas comunidades, grupos de trabalho e outros momentos de socialização e debates sobre gestão territorial e ambiental.

Foram produzidos, de forma participativa, PGTA's com perspectivas locais e planos de gestão indígena macrorregionais, com contexto, diagnóstico e recomendações de gestão territorial, ambiental e cultural, elencados a seguir. Esses planos podem ser consultados no *website* do Fundo Amazônia, na seção dedicada a esse projeto.⁹²

Os seguintes PGTA's, e instrumentos correlatos, foram implementados pelo projeto com o apoio do Fundo Amazônia: PGTA da terra indígena Yanomami; PGTA da terra indígena Alto Rio Negro; PGTA da terra indígena Balaio; PGTA da terra indígena Cué Cué Marabitanas; PGTA das terras indígenas Médio Rio Negro I, Médio Rio Negro II e Rio Téa; PGTA CAIARNX – Coordenadoria das Associações Indígenas do Alto Rio Negro e Xié; PGTA Nadzoeri – Organização Baniwa e Koripako Nadzoeri; PGTA COIDI – Coordenadoria das Organizações Indígenas do Distrito de Iauaretê; PGTA Wasu – Plano de Gestão Indígena do Alto e Médio Rio Negro; e Recomendações para Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Rio Apaporis e Entorno – região do rio Traíra.

Vídeos e documentos adicionais (relatórios executivos e boletins de governança), elaborados no âmbito do projeto, também foram publicados no *website* do Fundo Amazônia.

Indicadores de eficácia e efetividade

As atividades do projeto contribuirão para os resultados relacionados às componentes “produção sustentável” (1) e “ordenamento territorial” (3) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia.

A seguir, apresentam-se os resultados de alguns indicadores pactuados para o monitoramento dos efeitos diretos previstos.

Efeito direto 1.1: Atividades de uso sustentável da floresta e da biodiversidade identificadas e desenvolvidas no Parque Indígena do Xingu (PIX).

- > Número de pequenos projetos implantados (indicador de eficácia)
Meta: 20 | Resultado alcançado: 35
- > Receita gerada com atividades econômicas de uso sustentável – produtos beneficiados (indicador de efetividade)
Meta: mel de apis: R\$ 8 mil/ano | Resultado alcançado: R\$ 8.953,00/ano

⁹² Disponível em: <https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projeto/Gestao-das-Terras-Indigenas-das-Bacias-do-Rio-Negro-e-Xingu/>.

Efeito direto 1.3: Capacidades gerencial e técnica ampliadas para produção sustentável no Parque Indígena do Xingu.

- > Número de comunidades e associações indígenas capacitadas para elaboração e implantação de pequenos projetos (indicador de eficácia)

Meta: 10 | Resultado alcançado: 31

- > Número de indígenas capacitados no PIX em atividades produtivas sustentáveis efetivamente utilizando os conhecimentos adquiridos (indicador de efetividade)

Meta: 120 | Resultado alcançado: 161

Efeito direto 3.2: Parque Indígena do Xingu com proteção territorial e infraestrutura fortalecida e terras indígenas Yanomami e na região do Alto Rio Negro com gestão territorial e ambiental definidas.

- > Extensão do PIX sob proteção e vigilância comunitária – km² (indicador de efetividade)

Meta: 27.974 km² | Resultado alcançado: 27.974 km²

- > Número de oficinas e encontros com lideranças indígenas para elaboração do Plano de Vida, PGTA e documentos orientadores de gestão na região do Alto Rio Negro (indicador de eficácia)

Meta: 25 | Resultado alcançado: 45

- > Extensão de terras indígenas com gestão ambiental e territorial fortalecida na região do Alto Rio Negro e na TI Yanomami – km² (indicador de efetividade)

Meta: 126.428 km² | Resultado alcançado: 126.428 km²

As atividades produtivas apoiadas pelo projeto tiveram forte componente de segurança alimentar, isto é, destinaram-se em grande parte ao consumo das próprias populações indígenas. Uma das atividades apoiadas, de produção e comercialização de mel de abelhas (*Apis mellifera*), teve a comercialização de sua produção prejudicada em decorrência da pandemia de Covid-19. Essa produção foi direcionada para consumo interno. Vale registrar que a cadeia do mel já vem sendo estruturada há muitos anos no território indígena do Xingu – o mel produzido nesse local é comercializado inclusive com certificação de produto orgânico.

O projeto alcançou todos os resultados almejados e, inclusive, superou as metas em alguns indicadores pactuados.

Aspectos institucionais e administrativos

No território indígena do Xingu, a principal parceria no desenvolvimento do projeto foi com a Atix e com a Coordenação Regional do Xingu (CRXingu) da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai).

Ainda, tiveram importante participação as seguintes associações comunitárias: Associação Indígena Tapawia (AIT), do povo Kawaiwete; Associação Indígena Kisêdjê (AIK), do povo Kisêdjê; Associação Indígena Moygu (Aimci), do povo Ikpeng;

Associação Indígena Tulukai e Associação Terra Indígena Batovi (ATIB), ambas do povo Waurá; Associação Indígena Matipu (Aima), do povo Matipu; Associação Indígena Kuikuro do Alto Xingu (Aikax) e Associação Indígena Ahukugi, do povo Kuikuro; Associação Kuluene Yanumaka, do povo Kalapalo; e Associação Yawalapiti Awapá (AYA), do povo Yawalapiti.

Na região do Alto Rio Negro, o projeto contou com a parceria já existente entre o ISA e a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn), bem como manteve a cooperação com o ICMBio, além de formalizar, com a participação da Foirn, um acordo de cooperação técnica com a Funai. Esse ACT firmado pelo ISA, Foirn e Funai estabeleceu as bases para a cooperação entre essas instituições, visando gestão territorial, sustentabilidade e governança dos povos indígenas do Rio Negro sobre seus territórios.

Adicionalmente, a Foirn, o ISA, a Funai e o ICMBio criaram, no decorrer do projeto, a comissão de governança de elaboração dos PGTAs das terras indígenas do Alto e Médio Rio Negro

Riscos e lições aprendidas

Os custos de implementação da estrutura de governança do território indígena do Xingu foram maiores do que os previstos originalmente pelo projeto. Essa dimensão é fundamental para o sucesso na implementação de PGTAs, que deve possibilitar que os indígenas se encontrem, alinhem entendimentos e acessem informações qualificadas a fim de decidir sobre a gestão do território.

Durante a execução do projeto, foi constatado que as reuniões foram mais extensas e caras do que havia sido previsto originalmente. Assim, foi necessário que o ISA buscasse fontes complementares para implementar essa atividade.

Ao fim da execução do projeto, a pandemia de Covid-19 atingiu de forma dramática a região do Alto e Médio Rio Negro, sobretudo em meados de 2020 e no início de 2021. A edição final, diagramação e impressão dos PGTAs das terras indígenas do Rio Negro levaram mais tempo do que o previsto, tendo em vista que os profissionais envolvidos nessas ações, bem como parceiros locais, priorizaram atuar na agenda emergencial de enfrentamento da Covid-19 e no apoio aos povos indígenas do Rio Negro.

Sustentabilidade dos resultados

A capacitação dos indígenas e de suas lideranças, a estruturação operacional de suas associações e o resgate cultural de suas práticas ancestrais, em conjunto, são um legado do projeto que, por sua natureza, não se esgota com a conclusão de suas atividades.

No que tange à ação “Apoio a iniciativas comunitárias”, que apoiou 35 pequenos projetos indígenas, merece destacar que ela foi associada a ações de treinamento de indígenas em elaboração, gestão e prestação de contas de projetos. A capacitação e experiência adquiridas pelas associações e comunidades com as duas chamadas implementadas pelo projeto permitiram que um terceiro edital fosse lançado, com processo de captação de recursos junto a outros parceiros.

A elaboração do PGTA da TI Yanomami, onde habitam os povos Yanomami e Ye'kwana, além de grupos de indígenas isolados, proporciona um benefício de longo prazo para as comunidades e organizações indígenas em sua busca de diálogo com os não indígenas e de respeito aos seus direitos.

O Fórum de Lideranças da Terra Indígena Yanomami, fruto do processo de construção desse PGTA, apresenta uma vantagem permanente por ser a maior instância de representação da TI Yanomami. Essa terra indígena é a maior do Brasil, com mais de 9,6 milhões de hectares, área que corresponde a mais de duas vezes o tamanho de um país como a Suíça.

Por sua vez, a formulação dos PGTAs das TIs do Alto e Médio Rio Negro beneficia em longo prazo a população local ao legitimar, organizar e formalizar instrumentos de diálogo interno entre moradores e associações e de interlocução com o poder público e parceiros, em prol da conservação de seus territórios e do bem viver de suas famílias, a partir da realidade local e dos modos de vida dos 23 povos indígenas da região.



CAR Mato Grosso do Sul

Responsável pelo projeto

Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul (Imasul)

Abrangência territorial

Estado de Mato Grosso do Sul

Beneficiários

Proprietários ou posseiros de imóveis da agricultura familiar com até quatro módulos fiscais e assentamentos localizados nas zonas rurais do estado do Mato Grosso do Sul

Objetivo

Promover a implantação do CAR no estado de Mato Grosso do Sul

Valor total do projeto

R\$ 5.341.785,98

Valor do apoio do Fundo Amazônia

R\$ 4.575.359,30

Período de execução⁹³

Do quarto trimestre de 2015 ao quarto trimestre de 2022

EVOLUÇÃO DO PROJETO

Data da aprovação

23.9.2014

Data da contratação

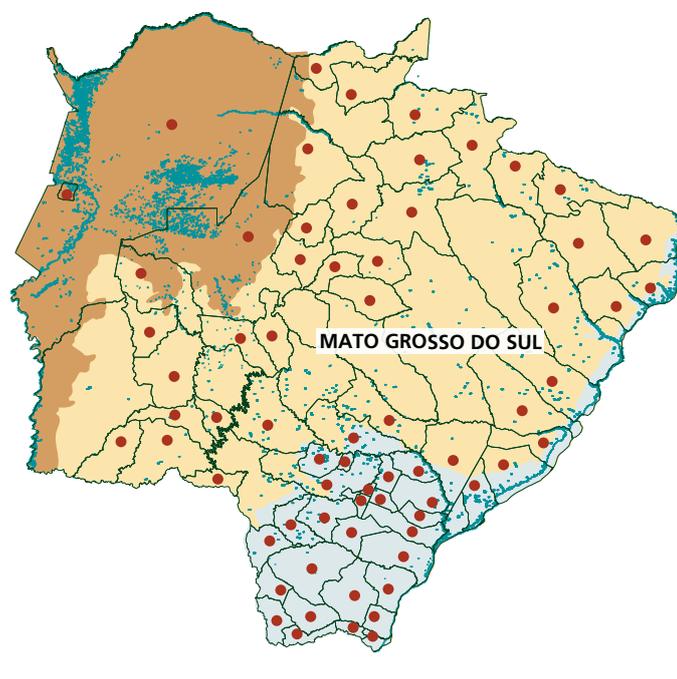
2.12.2014

Valor total desembolsado

R\$ 4.575.359,30

Valor total desembolsado em relação ao valor do apoio do Fundo Amazônia

100%



⁹³ O período de execução compreende, além da execução física e financeira do projeto, a elaboração dos relatórios finais de monitoramento e avaliação.

Contextualização

O estado de Mato Grosso do Sul, localizado na região Centro-Oeste do país, tem uma área de 357 mil km² e uma população de 2,8 milhões de pessoas (2021).⁹⁴ A atividade agropecuária tem grande relevância no território, com destaque para a cultura da soja e a pecuária de corte. O estado abrange três importantes biomas brasileiros: Cerrado, Mata Atlântica e Pantanal.

O Código Florestal (Lei 12.651/2012) define o CAR como o registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento.

O estado de Mato Grosso do Sul vem desenvolvendo iniciativas de aperfeiçoamento do monitoramento e controle ambiental, incluindo investimentos na modernização de seus sistemas de gestão e licenciamento ambiental, como o desenvolvimento do Sistema Imasul de Registro e Informações Estratégicas do Meio Ambiente (Siriema). Esse projeto, por meio do apoio à implementação do CAR, foi um novo passo na política de regularização ambiental do estado, atuando como ferramenta para monitorar e apoiar a recuperação de passivos ambientais dos imóveis rurais.

O Imasul é uma autarquia estadual vinculada à Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar, que tem como missão promover a gestão ambiental, propondo e executando políticas e ações que visem o desenvolvimento sustentável do estado de Mato Grosso do Sul.

O apoio do Fundo Amazônia ao projeto se enquadrou na previsão dos seus normativos de que até 20% dos seus recursos podem ser utilizados no desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento em outros biomas brasileiros e em outros países tropicais.

O projeto

O projeto teve por objetivo promover a implantação do CAR no estado de Mato Grosso do Sul e foi estruturado em dois componentes: (i) aprimoramento da infraestrutura e capacitação de agentes públicos para implantação do CAR e (ii) promoção e apoio à inscrição e validação no CAR.

O público-alvo do projeto é constituído por proprietários ou posseiros de imóveis rurais com até quatro módulos fiscais, em assentamentos rurais estaduais e federais do estado de Mato Grosso do Sul, por meio das ações de capacitação de agentes públicos e aprimoramento da infraestrutura.

⁹⁴ Fonte: IBGE.

Lógica de intervenção

O projeto se insere na componente “monitoramento e controle” (2) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia. Seus efeitos diretos foram definidos como: “instituições de monitoramento, controle e responsabilização ambiental do estado de Mato Grosso do Sul estruturadas e modernizadas para implantação e gerenciamento do CAR” e “acesso ampliado dos produtores rurais do estado de Mato Grosso do Sul à regularização ambiental de suas propriedades”.

O fortalecimento do órgão estadual de meio ambiente do estado de Mato Grosso do Sul (Imasul) e a inscrição dos imóveis rurais no CAR colaboram diretamente para a adequação das atividades antrópicas à legislação ambiental, o que, por sua vez, contribui para o objetivo do Fundo Amazônia de redução do desmatamento com desenvolvimento sustentável.

Atividades realizadas

Visando aprimorar a infraestrutura do Imasul para a implantação do CAR, foram adquiridos *notebooks*, monitores de alta resolução, projetores multimídia, aparelhos de GPS, módulos de memória, aparelhos de audioconferência, cinquenta microcomputadores e duas caminhonetes.

O projeto contratou consultoria que realizou 22.910 cadastros de imóveis rurais com até quatro módulos fiscais, onde se desenvolvem atividades agropastoris no estado de Mato Grosso do Sul, contemplando todos os 79 municípios do estado.

A capacitação prevista em Arcgis não foi executada, uma vez que a aplicação passou por atualização e a capacitação estava incluída no serviço, gerando economia para o projeto. Além disso, não foi realizada a última ação prevista, que seria a análise dos cadastros de imóveis inscritos no CAR.

Indicadores de eficácia e efetividade

As atividades do projeto contribuíram para os resultados relacionados à componente “monitoramento e controle” (1) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia.

A seguir, apresentam-se os resultados de alguns indicadores pactuados para o monitoramento dos efeitos previstos.

- > Número de imóveis rurais de até quatro módulos fiscais que tiveram seu pedido de adesão ao CAR protocolado no estado de Mato Grosso do Sul (indicador de efetividade)

Meta: 26.155 | Resultado alcançado: 22.910

- > Área de imóveis rurais de até quatro módulos fiscais que tiveram seu pedido de adesão ao CAR protocolado no estado de Mato Grosso do Sul (indicador de efetividade)

Meta: não definida | Resultado alcançado: 545.348 hectares

A meta de imóveis inscritos no CAR foi parcialmente alcançada (88%). Todavia, esse fato decorreu da ausência da necessidade de se utilizar recursos do projeto para essa finalidade, já que uma parte dos pequenos proprietários rurais realizou o cadastramento de seus imóveis com recursos próprios, simultaneamente à execução do projeto.

Sob essa ótica, a meta de pouco mais de 26 mil imóveis de pequenos produtores rurais inscritos no CAR foi plenamente alcançada, com economia de recursos para o projeto, já que ao fim de sua execução mais de 40 mil imóveis de até quatro módulos fiscais haviam sido inscritos no CAR.

Aspectos institucionais e administrativos

Foi firmado termo de cooperação técnica entre o Imasul e a Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (Agraer), uma autarquia do estado de Mato Grosso do Sul, visando a realização de ações destinadas à promoção e ao apoio à regularização ambiental de imóveis rurais.

Essa cooperação foi importante para o projeto, especialmente no que tange às ações de adesão e inscrição de imóveis no CAR.

Riscos e lições aprendidas

O projeto passou por redução de seu escopo e do valor de apoio do Fundo Amazônia. Não foi realizada a última ação prevista, que seria a análise dos cadastros de imóveis inscritos no CAR para verificação dos dados declarados e de sua adequação à legislação florestal brasileira.

Diversos fatores contribuíram para isso. O primeiro foi o prazo necessário para a conclusão do módulo de análise dinamizada do CAR, desenvolvido pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB), órgão da administração pública federal.

Essa ferramenta visa dar maior celeridade à análise dos mais de seis milhões de cadastros inscritos na base do Sicar, em todo o território nacional, mediante a utilização de tecnologias de georreferenciamento para verificar de forma automatizada as informações declaradas no CAR.

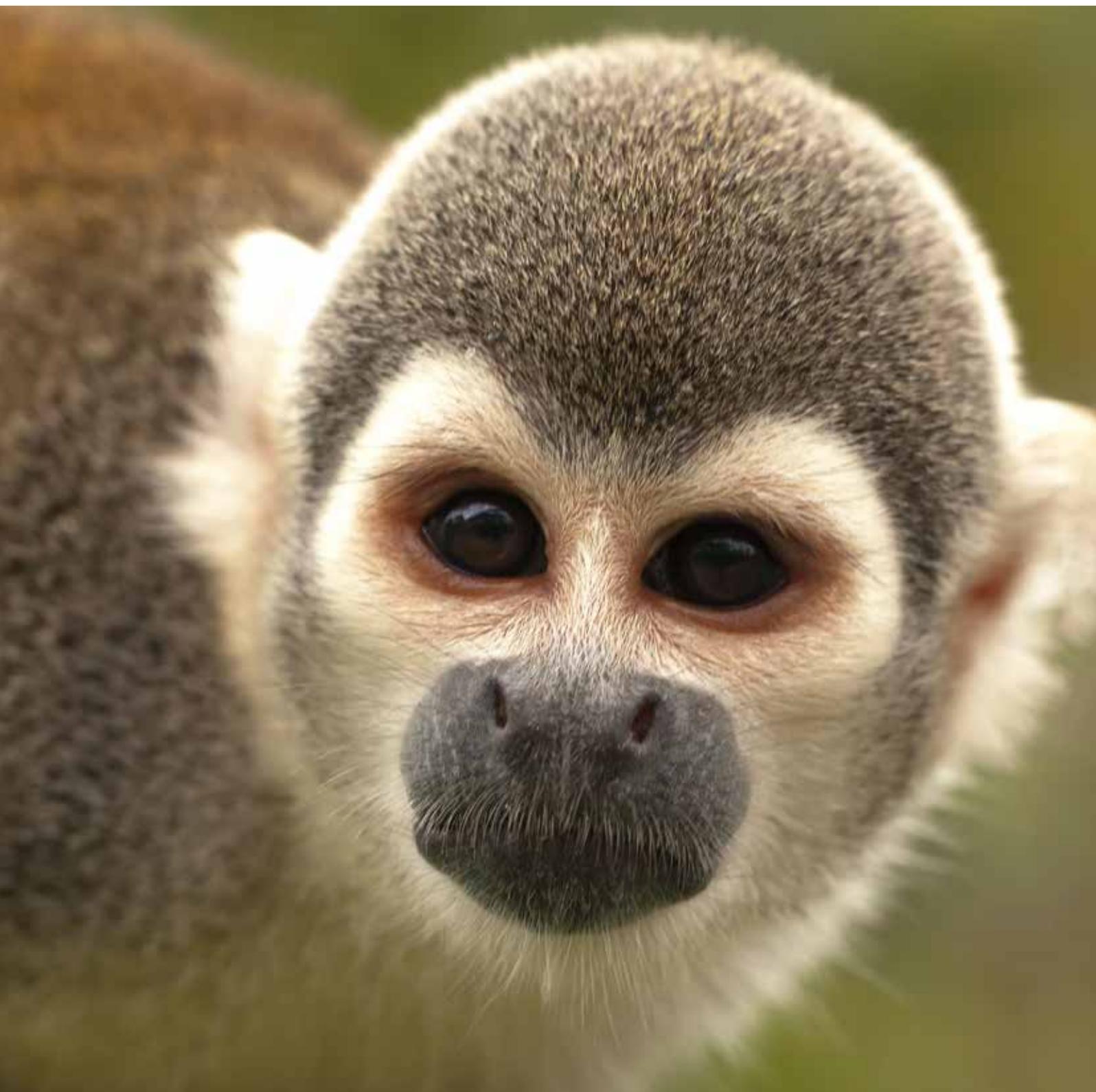
Uma vez desenvolvido, pelo SFB, o referido módulo de análise dinamizada do CAR, foi necessário celebrar um acordo de cooperação técnica entre o Imasul e o SFB, a fim de viabilizar a execução da análise dos cadastros ambientais rurais pelo projeto. Essa etapa de assinatura do acordo de cooperação também demandou um período estendido.

Por fim, o Imasul enfrentou dificuldades para providenciar a licitação para contratação da empresa que iria prestar os serviços de apoio à análise dos cadastros dos imóveis inscritos no CAR no estado de Mato Grosso do Sul.

Sustentabilidade dos resultados

Após a finalização do projeto, o Imasul deu continuidade a atividades relacionadas à implementação do CAR, destacando-se os procedimentos para instituir a análise dos imóveis inscritos no CAR.

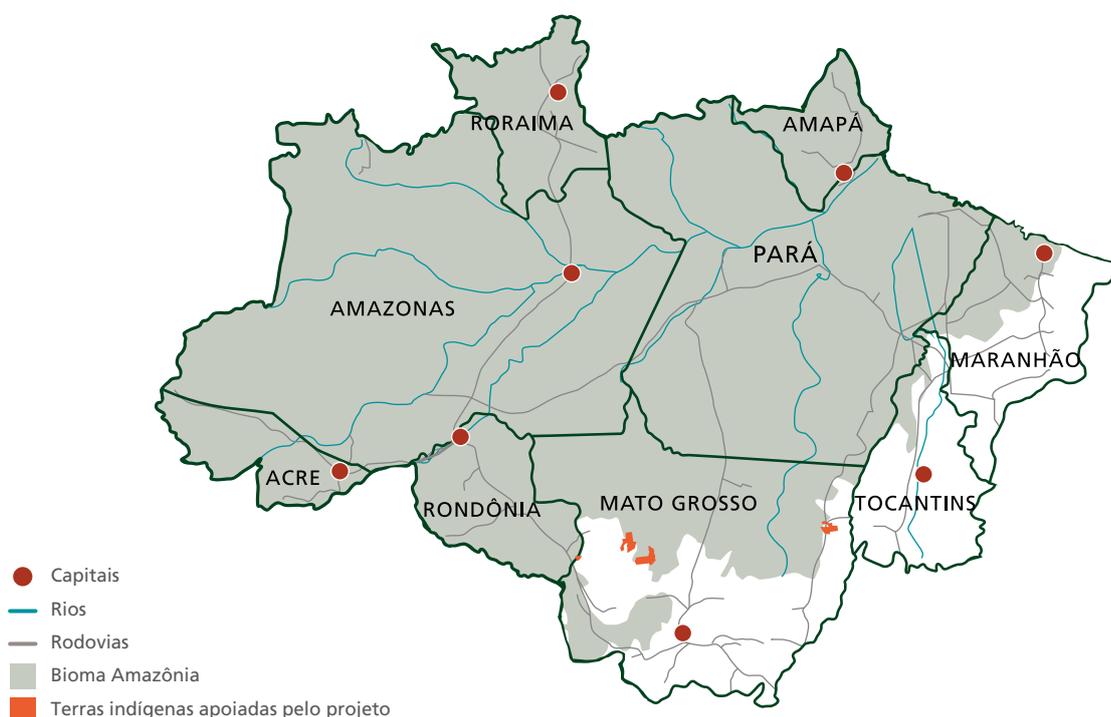
Com o projeto, aumentou a possibilidade de acesso dos pequenos agricultores ao crédito rural, uma vez que, por disposição legal, as instituições financeiras só concedem crédito agrícola, em qualquer uma de suas modalidades, para proprietários de imóveis rurais inscritos no CAR.



IREHI – Cuidando dos Territórios

Responsável pelo projeto Operação Amazônia Nativa (Opan)	Beneficiários População das TIs atendidas pelo projeto	Valor total do projeto R\$ 8.144.618,70
Abrangência territorial Quatro TIs na Amazônia Legal, localizadas no estado do Mato Grosso	Objetivo Concluir e implementar o PGTA da TI Marãiwatsédé e instituir os PGTAs das TIs Manoki, Menkü e Pirineus de Souza	Valor do apoio do Fundo Amazônia R\$ 8.144.618,70
		Período de execução Do segundo trimestre de 2016 ao quarto trimestre de 2022

EVOLUÇÃO DO PROJETO			
Data da aprovação	Data da contratação	Valor total desembolsado	Valor total desembolsado em relação ao valor do apoio do Fundo Amazônia
18.12.2015	19.2.2016	R\$ 8.144.618,70	100%



Projeto selecionado no âmbito da chamada pública de projetos voltados ao apoio de planos de gestão territorial e ambiental em terras indígenas

Contextualização

O PGTA é um instrumento da PNGATI, de caráter dinâmico, concebido para expressar o protagonismo, a autonomia e autodeterminação dos povos indígenas. O PGTA materializa o planejamento pactuado por toda a comunidade indígena do uso de seu território para fins culturais, ambientais e econômicos.

A Opan, instituição responsável pela execução do projeto apoiado, foi fundada em 1969 como a primeira organização indigenista do Brasil, constituída sob a forma de associação civil atuante no fortalecimento da participação da população indígena nas políticas que influenciam e impactam seus territórios.

Com sede em Cuiabá, no estado do Mato Grosso, a Opan tem três escritórios regionais: em Brasnorte (MT), São Félix do Araguaia (MT) e em Lábrea, no estado do Amazonas (AM).

O projeto

O projeto “IREHI⁹⁵ – Cuidando dos Territórios” teve por objetivo apoiar a conclusão e a implementação do PGTA para a terra indígena Marãiwatsédé e a instauração de PGTA para as terras indígenas Manoki, Menkü e Pirineus de Souza, localizadas no estado de Mato Grosso.

Foi estruturado em três componentes: (i) conclusão do PGTA da TI Marãiwatsédé, apoiando sua impressão e divulgação, já nos primeiros meses de andamento do projeto. As demais componentes atendem às quatro TIs beneficiadas pelo projeto e visam implementar seus PGTAs: (ii) proteção territorial, com a implementação de sistemas de vigilância e monitoramento das terras indígenas beneficiadas pelo projeto, além de capacitação dos próprios indígenas na operação dos equipamentos adquiridos, despertando o interesse dos jovens indígenas para a gestão do território; e (iii) atividades econômicas, produtivas e culturais, com geração de renda e aumento da segurança alimentar a partir do resgate cultural de práticas e técnicas tradicionais.

Foram desenvolvidas atividades culturais relacionadas ao uso da terra, tais como intercâmbio cultural para troca de mudas e sementes, como forma de subsidiar a implementação de roças e quintais agroflorestais para geração de alimentos e de renda, por meio da comercialização dos excedentes de produção.

Lógica da intervenção

O projeto se insere nas componentes “produção sustentável” (1) e “ordenamento territorial” (3) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia.

⁹⁵ I'rehi são os guerreiros xavantes que realizam a vigilância do território.

Seus efeitos diretos foram definidos como: “atividades de uso sustentável da floresta e da biodiversidade desenvolvidas nas TIs apoiadas” e “TIs apoiadas protegidas territorialmente”.

As terras indígenas têm papel relevante e estratégico na conservação da biodiversidade e dos recursos naturais do país. Tendo em vista que sua sobrevivência depende essencialmente da floresta, a resistência que seus habitantes interpõem em defesa dos territórios que ocupam contribui de modo relevante para a manutenção dos biomas brasileiros.

O projeto, ao apoiar a implementação dos PGTA das quatro terras indígenas, contribuiu diretamente para o objetivo geral do Fundo Amazônia: “redução do desmatamento com desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal”.

Atividades realizadas

O projeto foi estruturado em três eixos. O primeiro consistiu na conclusão do PGTA da TI Marãiwatsédé, que havia sido iniciado pela Opan em anos anteriores, finalizando sua formalização e apresentação. O segundo dizia respeito ao desenvolvimento de atividades de proteção territorial e monitoramento do território. Por fim, o terceiro se referia a atividades econômicas, produtivas e de resgate cultural.

1. Conclusão do PGTA da TI Marãiwatsédé

Foram realizadas atividades de apoio à consolidação do trabalho de elaboração do PGTA, com impressão e divulgação do documento final, além de evento de lançamento ocorrido ainda em 2016 no Museu do Índio no Rio de Janeiro.

2. Proteção territorial das quatro terras indígenas envolvidas no projeto

As regiões onde se localizam as TIs apoiadas pelo projeto refletem a realidade fundiária da Amazônia brasileira: um local com diversas disputas e diversidade de interesses, em que podemos destacar a pressão pela abertura de novas áreas de plantio e criação de gado e exploração de recursos naturais.

As TIs se tornam núcleos verdes em meio a áreas exploradas, com preservação da floresta e vegetação nativa. Nesse sentido, são cada vez mais relevantes o monitoramento e a vigilância dessas áreas.

Foram realizadas diversas reuniões com as TIs apoiadas pelo projeto para pactuação e planejamento das atividades, além de oficinas de capacitação no uso e manutenção dos equipamentos de vigilância.

Outro aspecto relevante diz respeito à perenidade dessas atividades, somente possível se houver continuidade dentro da própria comunidade indígena. É de extrema importância despertar nos jovens indígenas o interesse pela manutenção dessas ações e pela preservação de sua cultura. Os PGTA são sinalizadores do futuro do território e dependem das novas gerações para serem implementados.

Foram realizados dez encontros sobre gestão territorial, envolvendo as diversas TIs e suas jovens lideranças, além da produção de livros e vídeos sobre gestão territorial e expressões culturais.

3. Atividades econômicas, produtivas e culturais

Essa componente tinha por objetivo fortalecer as redes de produção e comercialização de base comunitária de produtos agroflorestais. É importante lembrar que as atividades produtivas dos povos indígenas estão fortemente ligadas à sua cultura e que não se pode desconsiderá-la no desenho das atividades do projeto.

Não é suficiente aumentar a produção e a disponibilidade de alimentos, é preciso também promover o resgate cultural para garantir a continuidade do conhecimento de cada etnia.

O projeto organizou diversos encontros entre as quatro TIs para intercâmbio de técnicas e rituais, além de implementar novas roças e áreas para plantação de banana nas TIs. Vale destacar, ainda, a realização de expedições de coleta de sementes na terra indígena Marãiwatsédé.

O projeto também deixou um legado de infraestrutura e equipamentos adquiridos, como veículos (três barcos, dois caminhões e três caminhonetes), equipamentos (seis rádios, seis antenas, seis torres metálicas e três conjuntos de equipamentos geradores de energia) e obras civis (construção da casa de cultura na TI Pirineus de Souza, com área de 109 m², uma casa de apoio com 79 m² e duas centrais de vigilância, uma com 66 m² e outra com 74 m²).

Indicadores de eficácia e efetividade

As atividades do projeto contribuíram para os resultados relacionados às componentes “produção sustentável” (1) e “ordenamento territorial” (3) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia.

A seguir, apresentam-se os resultados de alguns indicadores pactuados para o monitoramento dos efeitos diretos previstos.

Efeito direto 1.1: Atividades de uso sustentável da floresta e da biodiversidade desenvolvidas nas TIs apoiadas.

- > Medição do volume de produtos *in natura* gerado com as atividades econômicas de uso sustentável apoiadas pelo projeto – banana (indicador de efetividade)

Meta: 47 toneladas | Resultado: 68,53 toneladas

- > Número de poços artesianos perfurados na TI Marãiwatsédé (indicador de eficácia)

Meta: 4 poços | Resultado: 4 poços

O plantio e a produção de alimentos nas TIs impactam diretamente a saúde e o bem-estar das comunidades, ao reduzirem o consumo de produtos industrializados e permitirem a comercialização de excedentes da produção, gerando renda adicional às comunidades. A realização de rituais ligados ao uso da terra é amplificada ao se aumentar a produção própria, auxiliando na manutenção das tradições de cada povo.

Efeito direto 3.2: TIs apoiadas protegidas territorialmente.

- > Número de indígenas capacitados para vigilância territorial – operação de Sistema de Informação Geográfica (SIG) e GPS, registro audiovisual e manutenção de veículos e equipamentos eletrônicos (indicador de eficácia)

Meta: 115 indígenas | Resultado: 200 indígenas

- > Bases de monitoramento e vigilância equipadas nas quatro TIs (indicador de eficácia)

Meta: 2 | Resultado: 2

- > Extensão das áreas protegidas apoiadas pelo projeto sob proteção e vigilância comunitária (indicador de efetividade)

Meta: 344.082 hectares | Resultado: 412.000 hectares

O número total de indígenas beneficiados diretamente pelas ações do projeto foi de quatrocentos indivíduos, dos quais 159 são mulheres.

Aspectos institucionais e administrativos

A chamada pública de projetos voltados ao apoio de planos de gestão territorial e ambiental em terras indígenas apoiou nove projetos, inclusive nas proximidades da área de atuação do projeto IREHI. Essa proximidade e circunscrição de escopo permitiram a identificação de algumas atividades similares em mais de um projeto, evidenciando a necessidade de coordenação entre as propostas para maximizar seu alcance.

Por outro lado, essa mesma similaridade serve para um ganho de escala nas atividades próximas geograficamente, permitindo suporte de uma rede constituída por TIs próximas e entidades envolvidas.

Riscos e lições aprendidas

O projeto IREHI foi bem-sucedido no alcance das metas pactuadas, muitas vezes superando o resultado esperado.

O adequado diagnóstico auxilia na definição de metas factíveis e condizentes com a realidade do território e das TIs envolvidas. É importante ressaltar que a relativa proximidade geográfica (ainda que em região com dificuldades de deslocamento) pode ter contribuído para os resultados positivos nas ocasiões em que eles dependiam de interação entre as quatro TIs apoiadas. Mesmo assim, foi necessária a repactuação de alguns indicadores, impactados por eventos externos ao projeto.

Sustentabilidade dos resultados

A capacitação dos indígenas, de suas lideranças e de seus jovens, com o objetivo de dar seguimento à implementação dos PGTA's, contribui para a sustentabilidade dos resultados do projeto. O resgate cultural de suas práticas ancestrais e o despertar do interesse dos jovens indígenas são chave para garantir a continuidade do legado do projeto, mesmo após a conclusão de suas atividades.

Os seminários, intercâmbios e encontros ritualísticos cumpriram o papel de aproximar as várias TIs, ainda que de etnias diferentes. A união desses povos serviu para troca de experiências sobre temas abordados pelo projeto, como a segurança de seu território e o desafio de produzir de forma sustentável para manter sua soberania alimentar e comercializar o excedente.

Por fim, o fortalecimento da estrutura de vigilância e a capacitação dos indígenas na operação e manutenção dos equipamentos contribuirão, mesmo após a conclusão do projeto, para garantir a segurança dos dez povos indígenas que habitam as quatro TIs beneficiadas.



Mamirauá

Responsável pelo projeto

Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSMA)

Abrangência territorial

Reserva de desenvolvimento sustentável (RDS) Mamirauá, RDS Amanã e município de Tefé, no estado do Amazonas

Beneficiários

Comunidades locais das RDS Mamirauá e Amanã, comunidade científica, gestores de unidades de conservação e outras comunidades beneficiadas pelos conhecimentos produzidos no âmbito do projeto

Objetivo

Apoiar ações de manejo e gestão participativa nas RDS Mamirauá e Amanã, com pesquisa, desenvolvimento e disseminação de conhecimentos nos seguintes temas: agropecuária sustentável, manejo florestal madeireiro sustentável, manejo florestal não madeireiro sustentável, educação ambiental, proteção ambiental e monitoramento

Valor total do projeto

R\$ 8.706.257,00

Valor do apoio do Fundo Amazônia

R\$ 8.504.678,54

Período de execução⁹⁶

Do terceiro trimestre de 2013 ao quarto trimestre de 2022

EVOLUÇÃO DO PROJETO

Data da aprovação	Data da contratação	Valor total desembolsado	Valor total desembolsado em relação ao valor do apoio do Fundo Amazônia
18.12.2012	7.8.2013	R\$ 8.504.678,54	100%



⁹⁶ O período de execução compreende, além da execução física e financeira do projeto, a elaboração dos relatórios finais de monitoramento e avaliação.

Contextualização

As RDS Mamirauá e Amanã situam-se no estado do Amazonas e somam uma área de cerca de 3,5 milhões de hectares de florestas alagáveis e florestas de terra firme.

Elas integram a categoria legal das unidades de conservação, que têm como objetivo básico compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. Essas reservas abrigam populações tradicionais cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais.

Portanto, por serem classificadas como RDS, em Mamirauá e Amanã, é incentivada a pesquisa científica e são permitidas a residência de populações locais e a utilização dos recursos naturais disponíveis, desde que de acordo com o plano de manejo e o sistema de zoneamento elaborados para esse fim.

O IDSM compartilha com a Sema do estado do Amazonas a gestão dessas duas reservas, onde realiza pesquisas e apoia o manejo de recursos naturais e a gestão participativa.

A atuação do IDSM nas RDS Mamirauá e Amanã contribui para a geração de tecnologias e conhecimentos sobre manejo de recursos e gestão de unidades de conservação, colaborando para o aumento da efetividade dessas unidades na proteção e manejo sustentável de recursos naturais.

O projeto

O projeto “Mamirauá”, implementado pelo IDSM, apoiou ações de manejo e gestão participativa nas RDS Mamirauá e Amanã, com pesquisa, desenvolvimento e disseminação de conhecimentos nos seguintes temas: agropecuária sustentável, manejo florestal madeireiro sustentável, manejo florestal não madeireiro sustentável, educação ambiental, proteção ambiental e monitoramento.

As ações implementadas incluíram a capacitação de indivíduos para implantação de SAFs e para a prática da pecuária sustentável e do manejo florestal madeireiro e não madeireiro. O projeto prestou assistência técnica para a produção sustentável e para o beneficiamento de produtos da sociobiodiversidade. Foram desenvolvidas atividades de educação ambiental e capacitação de agentes ambientais voluntários, bem como realizadas missões de proteção ambiental, além de ações de monitoramento em campo e monitoramento baseado em imagens de satélite de mudanças de uso do solo.

Lógica da intervenção

O projeto se insere na componente “ciência, inovação e instrumentos econômicos” (4) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia.

Seus efeitos diretos foram definidos como: “conhecimentos e tecnologias voltados para uso sustentável em UCs do bioma Amazônia produzidos e difundidos” e “conhecimentos e tecnologias voltados para monitoramento e controle em UCs do bioma Amazônia produzidos e difundidos”.

O projeto visou contribuir para o objetivo geral do Fundo Amazônia de “redução do desmatamento com desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal” por meio de ações voltadas à geração de conhecimentos e tecnologias para o aprimoramento da gestão de UCs na Amazônia, bem como mediante o apoio à exploração ecologicamente sustentável, pelas populações tradicionais residentes nas RDS Mamirauá e Amanã, de componentes dos ecossistemas naturais dessas reservas em regime de manejo sustentável.

Atividades realizadas

A seguir, são apresentadas algumas atividades realizadas pelo projeto. Na componente agropecuária, visando promover a diversificação produtiva e a geração de alternativas econômicas sustentáveis, foram implementadas 11 áreas de SAFs, que integram o cultivo simultâneo de culturas agrícolas e espécies florestais. Além disso, o projeto capacitou sessenta agricultores para o manejo desses sistemas.

Foram realizadas quatro oficinas para 33 criadores de gado para orientar a implementação da tecnologia do Pastoreio Racional Voisin⁹⁷ e disseminar práticas de manejo agroecológico nas áreas de pastagem, reduzindo a necessidade de abertura de novas áreas para esse fim. O projeto executou mais de 160 ações de assistência técnica com agricultores e criadores de gado em práticas de manejo.

Ainda na componente agropecuária, foi fortalecida a produção de polpas de frutas, mediante a aquisição de equipamentos que foram instalados em uma unidade de beneficiamento de frutas (Casa de Polpas de Frutas), incluindo *freezers* para resfriamento e acondicionamento da produção. Ainda, houve oficinas de capacitação para os agricultores e prestação de assessoria técnica nessa temática.

Na componente de manejo florestal madeireiro comunitário, o projeto capacitou técnicos e manejadores e prestou assessoria técnica para o manejo madeireiro, além de ter adquirido equipamentos e organizado encontros para a comercialização da produção madeireira.

Também foram desenvolvidos estudos sobre a dinâmica das florestas tropicais, com a elaboração de inventários florestais e o monitoramento do número de indivíduos e espécies florestais na RDS Mamirauá. Produziram-se pesquisas em ecologia da germinação e restauração ecológica, voltadas ao fornecimento de informações para construção de protocolos de germinação, armazenamento de sementes e modelos de restauração ecológica, até então inexistentes nessa tipologia florestal.

Na componente de manejo florestal não madeireiro, foram realizadas quatro oficinas sobre o manejo de oleaginosas, totalizando 86 indivíduos capacitados. Houve produção de pesquisas que objetivaram desenvolver o conhecimento ecológico local sobre as espécies de andiroba e copaíba, a produtividade de andirobeiras e copaibeiras e os aspectos comerciais dos produtos dessas espécies.

⁹⁷ O Pastoreio Racional Voisin é um método de manejo solo-planta-animal que consiste no pastoreio direto e na rotação da pastagem. A área é subdividida em piquetes que permitem o direcionamento do gado e, com o método, procura-se manter o equilíbrio entre o solo, o capim e o gado.

Foi, ainda, instalada uma máquina de extração de óleo de andiroba movida a energia solar. Visando o fortalecimento da cadeia produtiva dessa planta e a diversificação de produtos, adquiriu-se uma máquina de produção de velas com a borra da massa das sementes de andiroba (que é a sobra após a coleta do óleo) e realizou-se uma oficina de boas práticas de produção e comercialização de seus produtos e subprodutos.

Na componente de educação ambiental, jovens e crianças foram envolvidos na atividade de experimentação para recomposição de áreas florestais. Aconteceram oficinas de formação com professores nas RDS Amanã e Mamirauá e foram plantadas trezentas mudas produzidas a partir das atividades lúdicas desenvolvidas no contexto do projeto.

O projeto ofertou atividades com manejadores florestais, como encontros, mapeamentos participativos e coleta de sementes. Ainda na temática de educação e capacitação, houve oficinas sobre diversos temas, tais como gestão de recursos naturais, geração de renda, capacitação de lideranças e fortalecimento de organizações comunitárias. Por fim, foram elaborados e publicados cartilhas, um guia de ferramentas participativas e trabalhos relacionados à educação ambiental.

Na componente de proteção ambiental, o projeto implementou cinco missões de fiscalização, com a participação de órgãos públicos de fiscalização ambiental, que abrangeram principalmente áreas das RDS Mamirauá, Amanã e entorno, percorrendo um total de aproximadamente 3.900 km. Nessas missões de fiscalização, foram apreendidos mais de 25 toneladas de pescado ilegal, cerca de 600 kg de carne de caça e 15 animais inteiros, além de diversos apetrechos e dez embarcações. Foram vistoriadas 438 embarcações e aplicadas multas, totalizando cerca de R\$ 1,3 milhão.

Ainda na componente de proteção ambiental, o projeto ofertou oficinas de formação de agentes ambientais voluntários (AAV), capacitando 298 indivíduos. A partir dessa ação, além da educação ambiental descrita anteriormente, as atividades de proteção das RDS se difundiram nas comunidades.

Na componente de monitoramento, foram monitoradas áreas em campo e por imagens de satélite. Por sensoriamento remoto, identificaram-se e mapearam-se cerca de 6.800 hectares de áreas convertidas (desflorestadas). O monitoramento em campo abrangeu 193 hectares, e houve a confecção de mapas identificando as comunidades que desenvolvem atividade agropecuária. Ao fim do projeto, consolidou-se um sistema de monitoramento remoto e de campo, que permite o monitoramento das áreas utilizadas para atividade agropecuária na RDS Amanã.

O projeto produziu documentos e vídeos, como um livro bilíngue (em português e inglês) intitulado “Protagonistas: relatos de conservação do oeste da Amazônia”. Parte desses documentos e vídeos, inclusive o livro mencionado, podem ser acessados na página dedicada a esse projeto no *website* do Fundo Amazônia,⁹⁸ em que é possível consultar informações sobre todos os projetos apoiados com recursos do Fundo Amazônia, tanto em execução quanto concluídos.

⁹⁸ Disponíveis em: <https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/home/>; <https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projeto/Mamiraua/>; <https://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/galleries/documentos/acervo-projetos-cartilhas-outros/Mamiraua-Protagonistas.pdf>.

Indicadores de eficácia e efetividade

As atividades do projeto contribuíram para os resultados relacionados à componente “ciência, inovação e instrumentos econômicos” (4) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia.

A seguir, apresentam-se os resultados de alguns indicadores pactuados para o monitoramento dos efeitos diretos previstos.

- > Número de publicações científicas, pedagógicas ou informativas (indicador de eficácia)
Meta: não definida | Resultado alcançado: 77
- > Número de eventos integradores (seminários e fóruns) objetivando divulgar os conhecimentos produzidos (indicador de eficácia)
Meta: 5 | Resultado alcançado: 28
- > Número de indivíduos capacitados como AAV efetivamente utilizando os conhecimentos adquiridos (indicador de efetividade)
Meta: 40 | Resultado alcançado: 298
- > Número de oficinas de educação ambiental realizadas (indicador de eficácia)
Meta: não definida | Resultado alcançado: 73
- > Número de indivíduos participantes das oficinas de educação ambiental (indicador de eficácia)
Meta: não definida | Resultado alcançado: 1.777
- > Número de missões de proteção realizadas (indicador de eficácia)
Meta: 20 | Resultado alcançado: 5

As medições dos indicadores pactuados evidenciam que todos os valores esperados foram superados, com exceção do número de missões de proteção realizadas, que foram suspensas devido a questões de segurança.

Aspectos institucionais e administrativos

O projeto estabeleceu parceria com a Prefeitura Municipal de Maraã, que apoiou a reforma inicial realizada na Casa de Polpas de Frutas para que o local pudesse receber os equipamentos adquiridos com recursos do projeto.

A Fundação Amazonas Sustentável (FAS) também apoiou o grupo de produtores na compra de alguns equipamentos e materiais para auxiliar no beneficiamento da produção. Por fim, houve parceria com o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (Idam) para apoio ao grupo de produtores da Casa de Polpas de Frutas nos processos de escoamento e comercialização da produção, com o intuito de fornecer polpas para a alimentação escolar em Maraã.

Foram estabelecidas parcerias com o IFT para capacitação dos técnicos do Programa de Manejo Florestal Comunitário e com a Associação do Polo Madeireiro e Moveleiro de Manacapuru (Apomam) para o escoamento da produção madeireira manejada.

As ações do projeto de formação de AAV ocorreram no contexto do Programa Agente Ambiental Voluntário do Governo do Estado do Amazonas. Esse programa tem como finalidade envolver toda pessoa física, que tenha perfil necessário, para prestar auxílio em atividades de educação ambiental, monitoramento, preservação e conservação dos recursos naturais nas unidades de conservação estaduais, assim como em outras áreas de relevante interesse de proteção no estado do Amazonas e, em especial, nas de uso coletivo dos recursos naturais.

Riscos e lições aprendidas

Os principais riscos não gerenciáveis que afetaram a execução do projeto foram climáticos e de segurança pública. A região beneficiada pelo projeto integra a bacia amazônica, que é a bacia com maior volume de água doce do planeta. Muitas comunidades locais organizam suas rotinas em função dos rios da região, utilizando-os inclusive para transporte de pessoas e carga.

Em sistemas hidrológicos, é normal a alternância entre períodos de cheias e períodos vazantes. Todavia, em 2015, grande parte das áreas de plantio apoiadas pelo projeto (roçados e sítios agroflorestais) foram alagadas por enchentes dos rios da região, que tiveram uma elevação maior do que em anos anteriores.

Esse fato comprometeu a produção agrícola das famílias nos anos de 2015 e 2016, resultando em atrasos na execução de diversas atividades do projeto, inclusive a plena operacionalização da Casa de Polpa de Frutas, já que ficou comprometido o suprimento de frutas para essa unidade de beneficiamento.

Por sua vez, as missões de proteção ambiental foram suspensas, tendo em vista os riscos envolvidos na sua continuidade. O quadro de insegurança na região é um desafio quando se planeja uma atividade que busca atuar na prevenção de ilícitos.

Sustentabilidade dos resultados

A participação das comunidades tradicionais envolvidas nas atividades do projeto, com a definição conjunta de objetivos e metas que deveriam ser cumpridos, fortaleceu a autonomia dos comunitários para sua gestão e a continuidade das atividades após sua conclusão.

Ao longo do projeto, os comunitários receberam capacitação para gestão e manejo das áreas e tecnologias implementadas. Suas lideranças foram inseridas sempre que possível em espaços de tomada de decisão e foram estimuladas a dar continuidade às atividades, buscando parcerias que fossem além das ações apoiadas pelo projeto.

Isso se materializou, por exemplo, no caso do grupo da Casa de Polpas de Frutas, da comunidade de Boa Esperança, na RDS Amanã, que, no período, consolidou sua parceria com o Idam – instituição que promove ações de extensão rural e assistência técnica no Amazonas.

Por fim, avalia-se que os conhecimentos e as novas tecnologias gerados e difundidos pelo projeto, voltados para o uso sustentável dos recursos naturais e para o monitoramento e controle em UCs na Amazônia, continuarão produzindo resultados mesmo após a conclusão das atividades do projeto.

CAR Paraná

Responsável pelo projeto

Instituto Água e Terra (IAT)

Abrangência territorial

Estado do Paraná

Beneficiários

Estado do Paraná, por meio do apoio à validação do CAR. Povos e comunidades tradicionais também foram diretamente beneficiados pelas ações de cadastramento ambiental rural

Objetivo

Apoiar a implementação do CAR no estado do Paraná

Valor total do projeto

R\$ 4.640.011,30

Valor do apoio do Fundo Amazônia

R\$ 1.084.473,01

Período de execução

Do terceiro trimestre de 2017 ao terceiro trimestre de 2022

EVOLUÇÃO DO PROJETO

Data da aprovação

26.10.2016

Data da contratação

13.6.2017

Valor total desembolsado

R\$ 1.084.473,01

Valor total desembolsado em relação ao valor do apoio do Fundo Amazônia

100%



- Área de atuação do projeto
- Bioma Cerrado
- Bioma Mata Atlântica

Contextualização

O estado do Paraná, localizado na região Sul do país, tem área de 199 mil km², população de 11,6 milhões de pessoas (2021) e o quarto maior produto interno bruto (PIB) das 27 unidades da federação brasileira.⁹⁹

Com a promulgação do atual Código Florestal (Lei 12.651/2012), o CAR foi instituído como registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento.

A legislação brasileira prevê que, após a inscrição dos imóveis rurais no CAR, o órgão ambiental competente deve realizar a análise e a validação desses cadastros e, caso sejam detectadas pendências ou inconsistências nas informações declaradas ou nos documentos apresentados, notificar o requerente para que preste informações complementares ou promova a correção e adequação das informações prestadas.

Um dos grandes benefícios da implantação do CAR no estado foi a integração das informações constantes no Sicar com o sistema estadual de gestão ambiental, as quais subsidiarão a elaboração e implementação de políticas ambientais no estado do Paraná.

O IAT, sucessor do Instituto Ambiental do Paraná (IAP), é uma autarquia estadual vinculada à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo (Sedest) do estado do Paraná, que tem como missão proteger, preservar, conservar, controlar e recuperar o patrimônio ambiental paranaense.

O apoio do Fundo Amazônia ao projeto se enquadrou na previsão dos seus normativos de que até 20% dos seus recursos podem ser utilizados no desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento em outros biomas brasileiros e em outros países tropicais.

O projeto

O projeto se inseriu na estratégia do estado de implementação do CAR, uma vez que visou analisar 67.788 cadastros ambientais rurais no estado do Paraná e apoiar o cadastramento no CAR de imóveis rurais em territórios de povos e comunidades tradicionais. O projeto foi estruturado em três componentes: (i) apoio à análise e validação do CAR; (ii) promoção e apoio à inscrição de imóveis em territórios de povos e comunidades tradicionais no CAR; e (iii) infraestrutura para análise e validação do CAR.

O apoio à primeira componente compreendeu a contratação de serviços de suporte à análise de cadastros. A segunda componente abrangeu ações para realizar o cadastramento de povos e comunidades tradicionais, enquanto a terceira objetivou aprimorar a infraestrutura do IAT e capacitar agentes públicos.

⁹⁹ Fonte: IBGE.

Lógica de intervenção

O projeto se insere na componente “monitoramento e controle” (2) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia. Seus efeitos diretos foram definidos como: “IAT estruturado e modernizado para análise, validação e gerenciamento do CAR” e “acesso ampliado dos produtores rurais do Paraná à regularização ambiental de seus imóveis e dos territórios de uso coletivo”.

O fortalecimento do órgão estadual de meio ambiente do estado do Paraná (IAT) e o acesso ampliado dos produtores rurais à regularização ambiental de suas propriedades e posses rurais colaboram diretamente para a adequação das atividades antrópicas à legislação ambiental, o que, por sua vez, contribui para o objetivo geral do Fundo Amazônia de “redução do desmatamento com desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal”.

Atividades realizadas

O projeto foi estruturado em três componentes: (i) apoio à análise e validação do CAR; (ii) promoção e apoio à inscrição no CAR; e (iii) infraestrutura para análise e validação do CAR.

Componente 1 – Apoio à análise e validação do CAR

O projeto tinha como meta analisar e validar 67.788 cadastros ambientais rurais do estado do Paraná. Inicialmente, foram realizadas 11.088 análises e validações no âmbito do projeto, por meio de contrato de gestão firmado com o Sistema de Tecnologia e Monitoramento Ambiental do Paraná (Simepar).

A etapa subsequente, de análise de 56.700 cadastros, deveria ter sido executada por um prestador de serviços a ser selecionado por licitação pública, aproveitando-se da metodologia desenvolvida e testada pelo Simepar e pelo IAT na etapa anterior.

Considerando que não ocorreu a contratação de uma empresa para analisar previamente os cadastros, em complemento ao trabalho já realizado pelo Simepar, o valor esperado de CARs verificados nessa componente se frustrou, resultando na análise de cerca de 16% do total previsto originalmente.

Componente 2 – Promoção e apoio à inscrição no CAR

O objetivo nessa componente do projeto foi reduzir o déficit no cadastramento de povos e comunidades tradicionais que fazem uso coletivo do seu território em áreas consideradas prioritárias para conservação no estado do Paraná.

Inicialmente, foi realizado um estudo para identificar e localizar esses povos e comunidades tradicionais. A pesquisa consolidou o arcabouço jurídico relacionado aos direitos dessas populações em relação ao CAR e detalhou sua localização, população estimada, número de famílias por segmentos e aspectos socioeconômicos, fundiários, territoriais e dominiais.

Por fim, esse estudo indicou a metodologia a ser seguida no processo de cadastramento dos territórios dos povos e comunidades tradicionais, respeitando seus usos familiares e coletivos.

Vale mencionar que povos e comunidades tradicionais são definidos como “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”, segundo a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.¹⁰⁰

Na sequência, houve a contratação de empresas que seriam responsáveis pelo cadastramento dos territórios de povos e comunidades tradicionais do estado do Paraná no Sicar. Foram realizados 165 cadastros ambientais rurais coletivos de comunidades tradicionais no Sicar, com área total de 191.147 hectares em propriedades e posses e 372.712 hectares em área declarada de territórios de povos e comunidades tradicionais, totalizando 2.340 pessoas cadastradas.

Componente 3 – Infraestrutura de análise e validação do CAR

Houve elaboração de manual técnico e roteiro metodológico de análise do CAR e treinamento de 45 profissionais do IAT, entre técnicos e gerentes operacionais, para implantação assistida no módulo do Sicar e em legislação florestal federal e estadual.

Com o objetivo de organizar e sistematizar bases de dados distribuídas em diversos órgãos do estado do Paraná, visando sua adequação à arquitetura computacional e ao modelo conceitual da plataforma do Sistema Estadual de Gestão Ambiental do IAT e do Sicar, foram compatibilizadas 15 bases temáticas, entre as quais: limites municipais, rede viária, bacias hidrográficas, mapa altimétrico, estrutura fundiária, unidades de conservação e de imagens de diversos satélites.

Ainda, o projeto elaborou novas bases temáticas para estabelecer uso e cobertura da terra, aprimorar a identificação de drenagens e nascentes e determinar uso e cobertura da terra nas propriedades. Criaram-se mapas de declividade, que não estavam disponíveis no Sicar à época, possibilitando a identificação de áreas de preservação permanente com declividade maior do que 45°, declividade entre 25° e 45°, bordas dos tabuleiros e chapadas, topos de morros e áreas com altitude acima de 1.800 metros.

Entre as bases temáticas e os mapas elaborados pelo projeto, mencionam-se: mapa de restrições ao uso; mapa de uso e cobertura da terra gerado a partir do mosaico das imagens Landsat 8; e mapa de uso e cobertura da terra produzido a partir do mosaico das imagens ALOS, adaptado às classes do Sicar.

Essas bases temáticas foram compatibilizadas com as camadas oficiais existentes no estado e organizadas em plataforma *webgeo*, denominada GeoSicar PR.

¹⁰⁰ Decreto 6.040, de 7 de fevereiro de 2017.

Visando a integração e o avanço dos sistemas, foi desenvolvida nova funcionalidade no Sicar, mediante a criação do perfil Geo Administrador, que permite a inserção de camadas vetoriais e de informações geográficas de referência no módulo de análise, sem a necessidade de abrir demandas junto ao administrador do Sicar. Além disso, foram criados dois perfis de atuação adicionais, que permitem a geração de relatórios gerenciais para identificar a quantidade de cadastros analisados por instituição.

Havia a previsão de aquisição de mobiliários, veículos e equipamentos de informática, entre outros, para melhor estruturação operacional do IAT. Todavia, foram adquiridos apenas um projetor multimídia, a tela de projeção e seu suporte, um apontador a *laser*, cabo HDMI e demais itens para essa finalidade.

Indicadores de eficácia e efetividade

As atividades do projeto contribuíram para os resultados relacionados à componente “monitoramento e controle” (1) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia.

A seguir, apresentam-se os resultados de alguns indicadores pactuados para o monitoramento dos efeitos previstos.

- > Número de agentes públicos capacitados especificado por gênero (indicador de eficácia)
Meta: 42 | Resultado alcançado: 45 (trinta homens e 15 mulheres)
- > Área de imóveis rurais ocupados por povos e comunidades tradicionais inscritos no CAR (indicador de efetividade)
Meta: não definida | Resultado alcançado: 191.147 hectares
- > Número de imóveis rurais com cadastro validado no estado do Paraná (indicador de efetividade)
Meta: 67.788 | Resultado alcançado: 11.088

O resultado alcançado de análise e validação do CAR no estado do Paraná ficou aquém do valor esperado, como consequência de baixa execução física e financeira do projeto. Não obstante, a maior parte dos desenvolvimentos de sistemas previstos originalmente no projeto foi implementada, as bases temáticas foram desenvolvidas e compatibilizadas, todas as atividades de capacitação e os serviços de cadastramento de povos e comunidades tradicionais foram executados, além da realização parcial (cerca de 16%) das análises de cadastros ambientais rurais.

Aspectos institucionais e administrativos

Para sua implementação, o projeto contou com algumas parcerias e contratos de prestação de serviços. Destaca-se a contratação da Fundação de Desenvolvimento Científico e Cultural (Fundecc) da Universidade Federal de Lavras (UFLA) para a elaboração de manual técnico, de roteiro metodológico de análise do CAR e para ministrar treinamento para os profissionais do IAT.

A criação e compatibilização das bases temáticas de dados e as análises para validação do CAR no âmbito do projeto foram realizadas por meio de contrato de gestão firmado com o Simepar.

Apesar de o projeto ter avançado nas análises de CAR feitas por meio de contrato de gestão com o Simepar, houve limitações, como a quantidade insuficiente de analistas no órgão ambiental para finalizar as análises no Sicar. Essa insuficiência em termos de equipe no IAT também inviabilizou a contratação de empresa para avaliar previamente os cadastros, em complemento ao trabalho do Simepar.

Por fim, a aquisição de mobiliários, veículos e equipamentos de informática para a estruturação operacional do IAT não ocorreu, em decorrência de dificuldades no processo de licitação.

Riscos e lições aprendidas

O projeto passou por significativa redução de seu escopo e do valor de apoio do Fundo Amazônia ao longo de sua execução. Diversos fatores contribuíram para isso, como a insuficiência de analistas no IAT.

Desde as etapas iniciais de implementação do projeto, havia a perspectiva de realização de concurso público para contratação de profissionais que se dedicariam à implementação do CAR. Todavia, tal concurso público não chegou a ser realizado durante o período de execução do projeto.

Sustentabilidade dos resultados

Após a finalização do projeto, o IAT deu continuidade a atividades relacionadas à implementação do CAR, destacando-se a implantação do projeto-piloto de análise dinamizada (análise automatizada) de cadastros no município de Terra Rica, a partir de 2021, no estado do Paraná.

O projeto promoveu a ampliação de acesso dos povos e comunidades tradicionais ao crédito rural, uma vez que, por disposição legal, as instituições financeiras só concedem crédito agrícola, em qualquer uma de suas modalidades, para proprietários de imóveis rurais inscritos no CAR.

Por fim, vale mencionar que o projeto, ao apoiar a elaboração e a compatibilização de bases temáticas, contribuiu para a consolidação do Sistema Estadual de Gestão Ambiental do IAT e do Sicar, facilitando futuras análises de CAR e outras ações do IAT.



Florestas Comunitárias

Responsável pelo projeto

Instituto Floresta Tropical (IFT)

Abrangência territorial

Três reservas extrativistas (Resex) na região do arquipélago do Marajó, no estado do Pará, a saber, Arióca Pruanã, Mapuá e Terra Grande-Pracuúba

Beneficiários

Povos e comunidades residentes nas Resex atendidas pelo projeto

Objetivo

Apoiar a implementação de modelos de manejo florestal comunitário para uso e comercialização de madeira e açaí de modo a fortalecer a organização social, gerar renda e contribuir para a redução do desmatamento em UC de uso sustentável no arquipélago do Marajó, no estado do Pará

Valor total do projeto

R\$ 11.976.427,21

Valor do apoio do Fundo Amazônia

R\$ 8.100.000,00

Período de execução

Do terceiro trimestre de 2017 ao quarto trimestre de 2022

EVOLUÇÃO DO PROJETO

Data da aprovação

6.4.2017

Data da contratação

26.7.2017

Valor total desembolsado

R\$ 8.100.000,00

Valor total desembolsado em relação ao valor do apoio do Fundo Amazônia

100%



Contextualização

As comunidades que habitam as reservas extrativistas do arquipélago do Marajó, região com um dos mais baixos índices de desenvolvimento humano (IDH) do país, têm aptidão para a atividade madeireira e para a produção do açaí, alimento muito valorizado pela cultura local. No entanto, os membros dessas comunidades têm pouco conhecimento acerca das boas práticas de manejo sustentável de madeira e de açaí, além de estarem pouco organizados para sua comercialização, o que dificulta o acesso a mercados mais justos e formais.

Além disso, a atividade madeireira no país enfrenta sérios problemas devido à exploração ilegal, que até o momento foi combatida com fiscalização. Porém, pouco tem sido feito em relação à exploração comercial da madeira de forma sustentável, especialmente no que diz respeito ao manejo comunitário.

O projeto

O projeto “Florestas Comunitárias” visou desenvolver soluções de manejo sustentável para as comunidades que habitam três unidades de conservação federais da categoria Resex na região do arquipélago do Marajó, no estado do Pará – Resex Arióca Pruanã, Resex Mapuá e Resex Terra Grande-Pracuúba –, abrangendo mais de 370 mil hectares, equivalente a cerca de três vezes a área do município do Rio de Janeiro.

O projeto consistiu na implementação de planos de manejo florestal comunitário e foi composto por três produtos/serviços, estruturados por atividades a serem executadas de forma sucessiva: (i) preparação para o manejo florestal comunitário; (ii) implementação do manejo florestal comunitário; e (iii) comunicação e divulgação dos resultados do projeto.

O IFT tem larga experiência em manejo florestal sustentável e reunia condições para atuar com as comunidades, focando suas ações em atividades de assistência técnica e de preparação das cooperativas para comercialização dos produtos florestais.

Lógica da intervenção

O projeto se insere na componente “produção sustentável” (1) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia.

Seus efeitos diretos foram definidos como: “atividades econômicas baseadas no uso sustentável da floresta e da biodiversidade identificadas e desenvolvidas nas Resex apoiadas”; “cadeias de produtos florestais e da biodiversidade com valor agregado ampliado nas Resex apoiadas”; e “capacidades gerencial e técnica ampliadas para implantação de atividades de manejo florestal nas Resex apoiadas”.

As reservas extrativistas estão entre as categorias territoriais menos desmatadas na Amazônia. O projeto “Florestas Comunitárias”, ao apoiar a implementação do manejo florestal sustentável nas Resex da região do Marajó, contribuiu diretamente para o objetivo geral do Fundo Amazônia, a saber: “redução do desmatamento com desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal”.

Atividades realizadas

O projeto se organizou em três componentes: (i) preparação para o manejo florestal comunitário; (ii) implementação do manejo florestal comunitário; e (iii) comunicação e divulgação dos resultados do projeto. A seguir, apresenta-se uma breve descrição das atividades desenvolvidas pelo projeto nessas três componentes.

Cabe observar que, com as consequências da pandemia de Covid-19, algumas ações previstas no projeto foram impactadas, porém sem prejuízo da finalidade ou dos resultados do projeto.

A componente 1 teve como principal objetivo preparar a comunidade para a implementação do manejo florestal comunitário e familiar na área de abrangência do projeto, por meio da criação e do fortalecimento de cooperativas, da capacitação dos moradores das Resex e da elaboração dos documentos necessários para aprovação do manejo florestal.

Em 2017, aconteceu a Caravana Florestas Comunitárias nas três Resex, com o intuito de sensibilizar a população para o projeto. Foram realizadas: (i) a apresentação do projeto aos moradores das Resex e interessados; (ii) a sensibilização das populações tradicionais para o manejo florestal comunitário e para a importância do fortalecimento das organizações comunitárias; e (iii) a apresentação dos atores envolvidos na estratégia do projeto.

Nesse processo de diálogo e validação da estratégia do projeto, foi possível levantar informações importantes sobre as organizações comunitárias e as cadeias de valor do açaí e da madeira. A caravana mobilizou 1.035 beneficiários e produziu o documento “Diagnóstico marco zero das cadeias produtivas de açaí e madeira das Resex do Marajó”, que subsidiou as demais ações do projeto.

Por meio do projeto, foram criadas duas cooperativas e fortalecida uma cooperativa já existente. Na Resex Arióca Pruanã, criou-se a Cooperativa Mista Agroextrativista da Resex Arióca Pruanã, que também teve seu regimento interno elaborado. Na Resex Terra Grande-Pracuúba, foi instituída a Cooperativa Agroextrativista da Resex Terra Grande-Pracuúba – Agronatu. Já a cooperativa da Resex Mapuá, que existia desde antes do início do projeto, teve seu regimento interno elaborado e seu planejamento estratégico desenvolvido.

O projeto atuou na capacitação em gestão administrativa e financeira das organizações comunitárias. Participaram das oficinas de “Gestão administrativa e financeira” as diretorias das associações: (i) Associação dos Moradores da Resex Arióca Pruanã (Amoreap); (ii) Cooperativa da Resex Arióca Pruanã (Cooprunã); (iii) Cooperativa dos Moradores dos Rios Aramã e Mapuá (Coama); e (iv) Associação dos Moradores da Resex Terra Grande-Pracuúba (Amoretgrap). Durante as oficinas, 26 pessoas foram capacitadas (21 homens e cinco mulheres), todas integrantes das diretorias dessas organizações.

Com relação ao manejo florestal, o projeto ofertou diversos cursos de manejo de açaiçais, boas práticas de colheita, comercialização e outros, além dos cursos voltados para o manejo madeireiro de baixo impacto, totalizando 2.250 pessoas capacitadas

em alguma atividade relacionada ao manejo florestal madeireiro e/ou de açaíais. Adicionalmente, foram inventariados nas Resex Mapuá e Arióca Pruanã cerca de 1.700 hectares de florestas produtivas para o manejo florestal comunitário, o que propiciou duas safras florestais ao longo do projeto.

Seis planos de negócios foram desenvolvidos: três para a cadeia produtiva da madeira e três para a cadeia produtiva do açaí. Esses documentos são utilizados pelas organizações comunitárias para aprimorar os processos produtivos e o planejamento das safras desses produtos. Houve a elaboração e aprovação de dois planos de manejo florestal sustentável (PMFS), para as Resex Mapuá e Arióca Pruanã, com validade de dez e 25 anos. Com os PMFS válidos, são feitos os planos operacionais anuais (POA) para viabilizar a exploração sustentável da madeira nativa.

A componente 2 visou implementar os planos de manejo florestal elaborados, por meio da aquisição de equipamentos e materiais, da instalação de infraestruturas para o transporte de produtos florestais e da assistência técnica para acompanhar as atividades e orientar os cooperados.

A implantação do manejo florestal foi executada em duas unidades de produção anual (UPA), uma em Mapuá e outra em Arióca Pruanã, totalizando uma área de 660 hectares de floresta manejada na primeira safra licenciada nessas unidades. Foi realizado, pelo IFT, o acompanhamento técnico ao longo dos anos de 2020, 2021 e 2022, tanto para o açaí quanto para a madeira. O manejo florestal na Resex Mapuá resultou na comercialização de cerca de 1.500 m³ de madeira. Já na Resex Arióca Pruanã, cuja produção de madeira foi estimada em cerca de 5.200 m³, estava previsto que a comercialização seria realizada no fim de 2022, após o último acompanhamento do projeto pelo BNDES.

O apoio para a elaboração de contratos e comercialização dos produtos florestais possibilitou a celebração de dois contratos de comercialização de madeira firmados em 2020, um na Resex Mapuá, pela Cooperativa dos Produtores dos Rios Mapuá e Aramã (Coama), e outro na Resex Arióca Pruanã, pela Associação dos Moradores da Resex Arióca Pruanã (Amoreap). Ao fim de todo o processo de comercialização, a estimativa de receita com a venda da produção de madeira nas duas unidades é de cerca de R\$ 2 milhões, sendo cerca de R\$ 500 mil para a Resex Mapuá e aproximadamente R\$ 1,5 milhão para Resex Arióca Pruanã. Para a safra do açaí, a Coama firmou contrato de venda do produto, com a comercialização de pouco mais de 11 mil latas.

Ao longo da execução do projeto, foram realizados alguns ajustes, como no caso das comunidades da Resex Terra Grande-Pracuúba, que decidiram não realizar o manejo florestal para a produção de madeira, de forma que as ações previstas para esse território foram redirecionadas para outras áreas ou substituídas por outras atividades.

A componente 3 previa ações de comunicação e difusão de informações. Ao longo do projeto, houve um intercâmbio sobre iniciativas de manejo florestal comunitário da região amazônica, que contou com a participação de comunidades extrativistas de três estados da Amazônia (Acre, Amazonas e Pará), incluindo as Resex do Marajó. Em razão da pandemia de Covid-19, não foram realizadas visitas da imprensa às Resex, no entanto, veículos locais publicaram diversas matérias sobre as ações do projeto.

Muitas publicações foram elaboradas durante a execução do projeto, como a cartilha “Cooperativas agroextrativistas: guia passo a passo para a criação de um negócio comunitário” e os boletins técnicos “Inventário florestal 100% e corte de cipós”, “Planejamento e construção de infraestruturas, estradas e pátios de estocagem”, “Técnicas especiais de corte de árvores e segurança no trabalho”, “Guia prático para elaboração de inventário florestal simplificado”, entre outros.

Foi lançado, em outubro de 2022, um documentário sobre o manejo florestal comunitário nas Resex abrangidas pelo projeto. O documentário está disponível no canal do YouTube do IFT.¹⁰¹

Indicadores de eficácia e efetividade

As atividades do projeto contribuíram para os resultados relacionados à componente “produção sustentável” (1) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia.

A seguir, são apresentados os resultados de alguns indicadores pactuados para o monitoramento dos efeitos diretos previstos.

Efeito direto 1.1: Atividades econômicas baseadas no uso sustentável da floresta e da biodiversidade identificadas e desenvolvidas nas Resex apoiadas.

- > Receita gerada com atividades econômicas de uso sustentável (produtos *in natura*) – madeira nativa (indicador de efetividade)
Meta: R\$ 1.900.000,00 | Resultado alcançado: R\$ 2.000.000,00
- > Receita gerada com atividades econômicas de uso sustentável (produtos *in natura*) – açaí (indicador de efetividade)
Meta: R\$ 1.500.000,00 | Resultado alcançado: R\$ 840.000,00
- > Número de planos de manejo florestal sustentável elaborados (madeira) (indicador de eficácia)
Meta: 3 | Resultado alcançado: 2
- > Número de planos de negócios para comercialização de madeira e açaí elaborados (indicador de eficácia)
Meta: 3 | Resultado alcançado: 6

Os indicadores das atividades de produção sustentável desenvolvidas demonstram que o projeto cumpriu plenamente seu objetivo principal de implantação de atividades de manejo florestal no território.

Efeito direto 1.2: Cadeias de produtos florestais e da biodiversidade com valor agregado ampliado nas Resex apoiadas.

- > Número de organizações comunitárias fortalecidas/criadas (indicador de efetividade)
Meta: 3 | Resultado alcançado: 5

¹⁰¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=X0RqkxHtIE4>.

- > Número de barcos para escoamento de produtos da agricultura familiar e do extrativismo adquiridos (indicador de eficácia)

Meta: 3 | Resultado alcançado: 3

- > Número total de cooperados nas cooperativas criadas e fortalecidas (indicador de eficácia)

Meta: 110 | Resultado alcançado: 98

O fortalecimento das associações comunitárias é a base para a sustentabilidade das atividades do projeto, não só ambiental, mas também social e econômica.

Efeito direto 1.3: Capacidades gerencial e técnica ampliadas para a implantação de atividades de manejo florestal nas Resex apoiadas.

- > Número total de indivíduos capacitados em técnicas de manejo florestal (indicador de eficácia)

Meta: 620 pessoas, sendo 120 mulheres | Resultado alcançado: 633 pessoas, sendo 118 mulheres

- > Número total de indivíduos capacitados em gestão administrativa de cooperativas (indicador de eficácia)

Meta: 30 pessoas, sendo 15 mulheres | Resultado alcançado: 26 pessoas, sendo cinco mulheres

A capacitação técnica, operacional e gerencial do manejo florestal é a especialidade do IFT, referência no tema.

Aspectos institucionais e administrativos

Em parceria com a empresa de implementos agrícolas Sthil, o IFT fortaleceu a ação socioproductiva da associação e da cooperativa da Resex Arióca Pruanã por meio da doação de equipamentos, como motosserras, lancha voadeira, equipamentos de proteção individual (EPI) e outros.

A execução completa do projeto sofreu alguns atrasos, principalmente devido à pandemia de Covid-19 e a outras intercorrências, o que gerou impactos administrativos e financeiros. Foram necessários remanejamentos e algumas alterações em produtos e atividades, sem, contudo, acarretar prejuízos para os objetivos do projeto. Com o atraso, as equipes técnica e administrativa foram modificadas ao longo da execução. Ao fim do projeto, parte da equipe técnica precisou ser desligada, sobrecarregando o pessoal remanescente.

Riscos e lições aprendidas

O maior obstáculo enfrentado foi a pandemia de Covid-19, pois as restrições recomendadas para a contenção do vírus – como a proibição de reuniões de pessoas em vários momentos de 2020 e 2021 – impactaram diversas ações do projeto, visto que 90% das atividades ocorriam em campo. Nesse sentido, o cronograma do projeto

foi prejudicado, pois ações que deveriam ter ocorrido em 2020 foram adiadas. Houve atraso de pelo menos seis meses na produção do inventário florestal das áreas de manejo na Resex Arióca Puanã e na Resex Mapuá, o que comprometeu a aprovação das autorizações de exploração (Autex) e postergou as atividades de manejo para o ano seguinte.

O IFT implementou algumas medidas para reduzir o impacto negativo para as comunidades devido a esse atraso. Em vez de aprovar somente um POA em cada uma das duas Resex, o instituto construiu dois POAs para cada uma dessas unidades. Assim, duas safras estarão garantidas, mesmo após o término do projeto.

Um aprendizado importante, que deve ser destacado e observado em projetos socioambientais em unidades de conservação, é o tempo que leva para a obtenção de licenças ambientais, pois duas atividades de construção civil previstas para serem executadas durante o projeto tiveram de ser remodeladas. O ideal é que, quando previstas, essas atividades sejam executadas nos primeiros anos de tais projetos.

Sustentabilidade dos resultados

As expectativas das comunidades atendidas pelo projeto são positivas nos três territórios. As atividades de formação de lideranças permitiram que as pessoas se apropriassem melhor das atividades produtivas dos seus territórios. Nas comunidades da Resex Terra Grande-Pracuúba, a partir da criação da cooperativa e da doação de um barco, deu-se início à criação de um fundo do açaí, por meio de recursos separados pela comunidade para a manutenção da organização e da embarcação. Além disso, no futuro, espera-se que tais ações contribuam para a construção da sede da cooperativa.

Com relação à associação dos moradores da Resex Arióca Puanã, detentora do plano de manejo, foram estabelecidas metas de comercialização do açaí. Está sendo feito um mapeamento dos açaizais da Resex, que possibilitará firmar contrato com empresas beneficiadoras do fruto. O trabalho desenvolvido pelo projeto é uma base para novas ações.

Adicionalmente, o IFT está buscando novos financiamentos com outras instituições para dar continuidade às ações na região do Marajó. Foram submetidas duas propostas de projetos socioambientais: uma para a empresa Stihl e outra para a Fundação Clua, além de uma proposta em fase de elaboração que será destinada ao Fundo Vale, todas voltadas para a continuidade das ações nesses territórios.



Projetos concluídos em anos anteriores

Além dos projetos concluídos neste ano, há outros 47 projetos apoiados pelo Fundo Amazônia encerrados em anos anteriores, que se encontram listados a seguir. Informações detalhadas sobre esses projetos, bem como seus resultados e impactos, podem ser conferidas nos relatórios de atividades do Fundo Amazônia de 2013 a 2021 e no portal fundoamazonia.gov.br.

Projeto/ Responsável	Abrangência territorial	Objetivo	Data da contratação	Ano de conclusão	Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$)
Bem Viver Sustentável Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Iepé)	Terras indígenas (TIs) Parque do Tumucumaque (PA e AP), Rio Paru D'Este (PA) e Zo'é (PA), nos municípios de Alenquer, Almeirim, Monte Alegre, Óbidos e Oriximiná, no Pará, e Laranjal do Jari/AP	Contribuir para (i) a implementação do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) das Terras Indígenas (TIs) Parque do Tumucumaque (AP e PA) e Rio Paru d'Este (PA) e para (ii) a elaboração de PGTA para a TI Zo'é (PA), no âmbito da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI).	07.1.2016	2021	11.858.793,87
Cadeias de Valor de Produtos Florestais Não Madeireiros Associação SOS Amazônia	Seis municípios do estado do Acre: Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Porto Walter, Tarauacá e Feijó; e quatro municípios do estado do Amazonas: Pauini, Boca do Acre, Lábrea e Silves	Disseminar e apoiar iniciativas empreendedoras em nove instituições aglutinadas com vistas à geração de trabalho e renda, por meio do desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas dos óleos vegetais, cacau silvestre e borracha	13.5.2015	2021	9.938.777,00
Capacitar para Conservar Equipe de Conservação da Amazônia (Ecam)	Áreas protegidas no estado do Amapá	Formar agentes ambientais e gestores visando o fortalecimento das áreas protegidas no estado do Amapá	02.12.2014	2021	1.404.360,67
Conhecer para Conservar Museu da Amazônia (Musa)	Município de Manaus, estado do Amazonas	Implantar o Musa e um centro de treinamento no Assentamento Água Branca, em Manaus, visando à disseminação de conhecimentos que contribuam para a valorização e a conservação dos recursos naturais da Amazônia e de seu patrimônio cultural, por meio de um modelo inovador de visitação da floresta	01.9.2011	2021	9.984.629,00
Fundo Dema Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase)	Comunidades tradicionais no estado do Pará, com foco na área de influência das rodovias Transamazônica e BR-163 e na região do Baixo Amazonas	Apoiar projetos socioambientais de pequeno valor por meio de chamadas públicas	14.6.2011	2021	6.601.699,07

(Continua)

(Continuação)

Projeto/ Responsável	Abrangência territorial	Objetivo	Data da contratação	Ano de conclusão	Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$)
Programa de Qualificação da Gestão Ambiental Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam)	Municípios do bioma Amazônia	Apoiar o fortalecimento da gestão ambiental em municípios do bioma Amazônia por meio da oferta de capacitação e assistência técnica; da disseminação de conhecimentos e informações em rede; e pelo estímulo à inovação e à articulação com outras esferas de governo e da sociedade em geral, no âmbito das políticas públicas ambientais	05.2.2013	2021	18.853.482,32
Rondônia Mais Verde Estado de Rondônia, tendo como executor o Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia (CBMRO)	Estado de Rondônia, com ênfase na área de alcance da Base de Operações instalada na capital Porto Velho e das quatro maiores unidades operacionais dos bombeiros, localizadas nos municípios de Ji-Paraná, Guajará-Mirim, Cacoal e Vilhena, além de áreas de preservação e proteção ambiental, com destaque para os parques nacionais de Pacaás e Serra da Cutia	Apoiar as ações de monitoramento, prevenção e combate ao desmatamento decorrente de incêndios florestais e queimadas não autorizadas no estado de Rondônia, por meio de capacitação e de aquisição de materiais e equipamentos para a instrumentalização da Base de Operações Terrestres e Grupo de Operações Aéreas do CBMRO em Porto Velho e de quatro unidades operacionais localizadas em outros municípios do estado	21.12.2012	2021	15.040.500,00
Uso de Tecnologias Sociais para Redução do Desmatamento Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual (Adai)	Comunidades em áreas de influência de empreendimentos hidrelétricos nos estados do Pará, Mato Grosso, Rondônia e Tocantins	Implementar unidades familiares de produção agroecológica, contribuindo para a segurança alimentar e a geração de renda de ribeirinhos e agricultores familiares de forma ambientalmente sustentável	31.7.2017	2021	9.059.718,63
Concretizar Associação dos Pequenos Agrossilvicultores do Projeto Reca (Projeto Reca)	Ponta do rio Abunã – municípios de Porto Velho (RO) e Acrelândia (AC)	Fortalecer a cadeia produtiva do cupuaçu, do açaí, de óleos vegetais e de pupunha, por meio da implantação de sistemas agroflorestais (SAFs), da ampliação e modernização da capacidade produtiva de unidades de beneficiamento de polpas e da reestruturação de unidade de beneficiamento de óleos vegetais e de galpão de armazenamento de castanhas e de sementes, em comunidades tradicionais da Ponta do Abunã, de modo a constituir alternativa econômica sustentável ao desmatamento	19.1.2015	2020	6.422.748,00
Semeando Novos Rumos em Cotriguaçu Município de Cotriguaçu	Município de Cotriguaçu, no noroeste do estado de Mato Grosso	Apoiar o fortalecimento da gestão ambiental municipal por meio da: (i) construção e estruturação física de sede da Secretaria Municipal de Meio Ambiente; (ii) recuperação de áreas de preservação permanente (APPs) degradadas em propriedades rurais de até quatro módulos fiscais e no entorno de corpos d'água em áreas públicas; e (iii) implantação de unidades demonstrativas de recuperação e manejo de pastagem	02.12.2014	2020	1.567.845,25

(Continua)

(Continuação)

Projeto/ Responsável	Abrangência territorial	Objetivo	Data da contratação	Ano de conclusão	Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$)
Amazônia Indígena Sustentável Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé	Terras Indígenas (TIs) Igarapé Lourdes (RO), Zoró (MT), Rios Guaporé (RO) e Negro Ocaia (RO)	Contribuir para implementar os Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) das TIs Igarapé Lourdes e Zoró, e para elaborar os PGTAs das TIs Rio Guaporé e Rio Negro Ocaia	21.1.2016	2020	7.352.757,03
Alto Juruá Associação Ashaninka do Rio Amônia (Apiwtxa)	Região do Alto Juruá, no estado do Acre	Promover o manejo e a produção agroflorestal em comunidades tradicionais e indígenas; apoiar iniciativas de monitoramento e controle do território; e fortalecer a organização comunitária local	16.4.2015	2020	6.597.581,00
Pará Combatendo os Incêndios Florestais e Queimadas Não Autorizadas Estado do Pará – Corpo de Bombeiros do Estado do Pará (CBMPA)	Estado do Pará	Apoiar as ações de monitoramento, prevenção e combate ao desmatamento decorrente de incêndios florestais e queimadas não autorizadas no estado do Pará, por meio da estruturação física e operacional de unidades do Corpo de Bombeiros Militar localizadas em 14 municípios do estado	26.6.2013	2020	16.830.280,00
APL Babaçu Associação em Áreas de Assentamento no estado do Maranhão (Assema)	Estado do Maranhão, nos municípios de Lago do Junco, Lago da Pedra e Bacabal	Apoiar a conservação e o manejo sustentável de babaçuais e a recuperação de áreas degradadas por meio de sistemas agroflorestais (SAFs) em três municípios integrantes do bioma Amazônia no estado do Maranhão	29.10.2014	2020	4.897.085,37
Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia The Nature Conservancy do Brasil (TNC Brasil)	Seis TIs localizadas nos estados do Amapá e do Pará	Promover a gestão territorial e ambiental sustentável em seis TIs nos estados do Amapá e do Pará, visando contribuir para a redução do desmatamento nessas áreas	18.11.2014	2020	15.487.682,61
Arapaima: Redes Produtivas Operação Amazônia Nativa (Opan)	TIs do Rio Biá, Espírito Santo, Acapuri de Cima, Estação, Macarrão e Deni; Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Uacari e Cujubim e Reserva Extrativista (Resex) Médio Juruá, localizadas nas bacias do médio Juruá e do médio Solimões, no estado do Amazonas	Apoiar: (i) o manejo pesqueiro e de recursos florestais não madeireiros em TIs e Unidades de Conservação (UCs); e (ii) o fortalecimento de associações indígenas e de associações de produtores extrativistas	26.1.2015	2020	6.364.730,00
Proteção etnoambiental de povos indígenas isolados e de recente contato na Amazônia Centro de Trabalho Indigenista (CTI)	Amazônia Legal	Apoiar a proteção etnoambiental de povos indígenas isolados e de recente contato de forma a assegurar os limites físicos e as riquezas naturais das áreas com a presença dessas populações, de modo a contribuir para a redução do desmatamento na Amazônia	23.12.2014	2020	19.043.330,00

(Continua)

(Continuação)

Projeto/ Responsável	Abrangência territorial	Objetivo	Data da contratação	Ano de conclusão	Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$)
Nascentes do Buriti Município de Carlinda	Município de Carlinda	Apoiar o fortalecimento da gestão ambiental municipal por meio da estruturação física da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo, e a recuperação de 1.722 hectares de áreas de preservação permanente (APPs) no entorno de nascentes	6.9.2011	2020	1.875.500,94
Pequenos Projetos Ecosociais na Amazônia Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN)	Áreas do bioma Amazônia nos estados de Mato Grosso, Tocantins e Maranhão	Realização de quatro chamadas públicas para selecionar e financiar projetos socioambientais de pequeno valor voltados para agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais em áreas do bioma Amazônia dos estados de Mato Grosso, Tocantins e Maranhão	25.9.2012	2020	12.814.691,38
Quintais Amazônicos Centro de Estudos da Cultura e do Meio Ambiente da Amazônia (Rioterra)	Estado de Rondônia, nos municípios de Machadinho do Oeste, Cujubim e Itapuã do Oeste	Apoiar agricultores familiares e assentados da reforma agrária no estado de Rondônia, nos municípios de Itapuã do Oeste, Cujubim e Machadinho d'Oeste, para a inscrição dos imóveis rurais no Cadastro Ambiental Rural (CAR), o plantio e a realização de pesquisas de SAFs para recuperar áreas alteradas ou degradadas	4.12.2013	2019	8.837.852,29
Proteção Florestal Tocantins Estado do Tocantins, tendo como executor o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins (CBMTO)	Estado do Tocantins, com ênfase na sua região centro-norte, a partir do Batalhão de Proteção Ambiental localizado no município de Araguaína	Apoiar ações de monitoramento, prevenção e combate ao desmatamento decorrente de incêndios florestais e queimadas não autorizadas no estado do Tocantins, com ênfase na sua região centro-norte, por meio de capacitação, estruturação de mecanismos de gestão integrada e aquisição de materiais e equipamentos para instrumentalização do Batalhão de Proteção Ambiental, localizado no município de Araguaína	9.8.2012	2019	4.958.910,00
Sociobiodiversidade Produtiva no Xingu Instituto Socioambiental (ISA)	A bacia do Rio Xingu com atividades em três sub-regiões: (i) Parque Indígena do Xingu (PIX); (ii) Cabeceiras do Xingu/BR-158; e (iii) Terra do Meio, compreendendo 11 municípios no estado de Mato Grosso e dois municípios no estado do Pará	Apoiar a estruturação e o fortalecimento das cadeias de valor da sociobiodiversidade na Bacia do Xingu, abrangendo sementes e mudas florestais, borracha, castanha, pequi e frutas, com as populações indígenas, extrativistas e agricultores familiares, visando o aumento da qualidade de vida dessas populações e a produção sustentável, agroflorestal e extrativista	20.2.2014	2019	8.023.856,00
Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre Comissão Pró Índio do Acre (CPI-Acre)	Terra Indígena (TI) Kaxinawá do Rio Humaitá e TI Rio Gregório (Município de Tarauacá), TI Alto Rio Purus (Municípios de Santa Rosa do Purus e Manoel Urbano) e TI Arara do Igarapé Humaitá (Município de Porto Walter), no estado do Acre	Fortalecer a produção sustentável, a cultura e o modo de vida das TIs Kaxinawá do Rio Humaitá, Arara do Igarapé Humaitá, Rio Gregório e Alto Rio Purus, no estado do Acre, por meio da organização e promoção da cadeia de valor de produtos agroflorestais e da assistência técnica indígena	29.12.2015	2019	3.091.111,21

(Continua)

(Continuação)

Projeto/ Responsável	Abrangência territorial	Objetivo	Data da contratação	Ano de conclusão	Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$)
Fortalecimento do Controle e do Monitoramento Ambiental para o Combate ao Desmatamento Ilegal na Amazônia Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)	Toda a Amazônia Legal	Apoiar as atividades do Ibama de fiscalização ambiental e controle do desmatamento na Amazônia Legal	3.11.2016	2019	56.295.964,63
Jacundá – Município de Economia Verde Município de Jacundá	Município de Jacundá	Apoiar o fortalecimento da gestão ambiental municipal, por meio da estruturação física e operacional da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo	31.8.2012	2019	199.352,05
Sentinelas da Floresta Cooperativa dos Agricultores do Vale do Amanhecer (Coopavam)	Oito municípios do noroeste do estado de Mato Grosso (Aripuanã, Brasnorte, Castanheira, Colniza, Cotriguaçu, Juara, Juína e Juruena)	Fortalecer a cadeia da castanha-do-brasil, desde a coleta até o beneficiamento e comercialização, aumentando a renda das comunidades extrativistas que vivem de produtos florestais no noroeste do estado de Mato Grosso	17.4.2014	2019	5.175.522,50
Biodiversidade Universidade Federal do Pará (UFPA) e Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (Fadesp)	Estado do Pará	Ampliar a infraestrutura de pesquisa da UFPA voltada para o estudo da biodiversidade, compreendendo: (i) construção e estruturação do Centro de Estudos Avançados da Biodiversidade (Ceabio); e (ii) reforma do Laboratório de Planejamento de Fármacos e do Laboratório de Neuroquímica Molecular e Celular e aquisição e instalação de equipamentos para pesquisa em biotecnologia	2.10.2012	2018	4.639.706,98
Compostos Bioativos da Amazônia Universidade Federal do Pará (UFPA) e Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (Fadesp)	Estado do Pará	(i) Instalar uma planta-piloto no laboratório de alimentos da UFPA para produzir e caracterizar extratos ricos em compostos bioativos; e (ii) desenvolver novos produtos e aplicações tecnológicas a partir de compostos bioativos extraídos de plantas e frutas típicas da Amazônia oriental	21.8.2012	2018	1.352.368,48
Florestas de Mangue Universidade Federal do Pará (UFPA) e Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (Fadesp)	Município de Bragança, estado do Pará	(i) Construção e aparelhamento de um laboratório para pesquisas sobre ecologia de manguezais no campus da UFPA no município de Bragança (PA); (ii) pesquisa e desenvolvimento de conhecimentos e técnicas relacionadas à recuperação de áreas degradadas de mangue na região Norte; e (iii) desenvolvimento de modelos para estimativa da biomassa, sequestro de carbono e avaliação do estoque de carbono das florestas de mangue	17.7.2012	2018	1.982.143,00

(Continua)

(Continuação)

Projeto/ Responsável	Abrangência territorial	Objetivo	Data da contratação	Ano de conclusão	Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$)
Pesca Sustentável WWF-Brasil	Municípios de Feijó, Tarauacá e Manoel Urbano, no estado do Acre	Promover a adoção de medidas de manejo aliadas à celebração de acordos de pesca, para reduzir a degradação de ecossistemas aquáticos, de modo a constituir alternativa econômica sustentável ao desmatamento, no estado do Acre	17.4.2014	2018	3.205.943,00
Reflorestamento no Sul do Estado do Amazonas Estado do Amazonas	Municípios de Boca do Acre, Lábrea, Apuí e Novo Aripuanã no estado do Amazonas	Apoiar o fortalecimento da gestão ambiental do estado do Amazonas em áreas sob intensa pressão pelo desmatamento, nos municípios de Boca do Acre, Lábrea, Apuí e Novo Aripuanã, por meio: (i) do fortalecimento da gestão ambiental, com foco na realização do Cadastro Ambiental Rural (CAR); e (ii) da recuperação de áreas desmatadas mediante reflorestamentos com espécies com função econômica e ecológica, por meio de sistemas agroflorestrais, silviculturais e agrossilvopastoris	17.12.2010	2018	17.575.286,19
Olhos d'Água da Amazônia – Fase II Município de Alta Floresta	Município de Alta Floresta, estado de Mato Grosso	Apoiar a recuperação de áreas degradadas e o desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis com vistas à regularização ambiental de propriedades rurais de agricultura familiar no município de Alta	5.9.2013	2018	7.146.563,54
Bombeiros Florestais de Mato Grosso Estado de Mato Grosso/Corpo de Bombeiros do Estado de Mato Grosso (CBMMT)	Estado de Mato Grosso	Apoiar as ações de monitoramento, prevenção e combate ao desmatamento decorrentes de incêndios florestais e queimadas não autorizadas no estado de Mato Grosso, por meio de capacitação e aquisições de aeronaves, veículos e equipamentos de apoio para a Base de Operações Aéreas e Terrestres do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso, localizada na cidade de Sorriso	17.1.2012	2017	12.518.230,09
Recupera Marcelândia Município de Marcelândia	Município de Marcelândia	Apoiar o fortalecimento da gestão ambiental municipal e a recuperação de áreas degradadas no entorno de cinquenta nascentes da sub-bacia do rio Manissauá-Missu, localizadas próximas à zona urbana no município	24.5.2011	2017	551.556,98
Semas Pará Estado do Pará	Estado do Pará	Apoiar o fortalecimento da gestão ambiental no estado do Pará por meio do aprimoramento do processo de emissão do Cadastro Ambiental Rural (CAR), da descentralização e da desconcentração das atividades de sua Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade e do aprimoramento do processo legal de licenciamento ambiental	6.10.2010	2017	15.923.230,00

(Continua)

(Continuação)

Projeto/ Responsável	Abrangência territorial	Objetivo	Data da contratação	Ano de conclusão	Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$)
Acre: Incêndios Florestais Zero Estado do Acre/Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Acre	Estado do Acre	Apoiar as ações de monitoramento, prevenção e combate ao desmatamento decorrente de incêndios florestais e queimadas não autorizadas no estado do Acre, por meio de capacitação e aquisições de veículos e equipamentos de apoio para os batalhões de educação, proteção e combate a incêndios florestais do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Acre	5.7.2012	2016	13.280.709,56
Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia Universidade Federal do Pará (UFPA) e Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (Fadesp)	Todos os estados do bioma Amazônia	Desenvolver projeto interdisciplinar de pesquisa sobre os impactos socioeconômicos e ambientais decorrentes da expansão da fronteira econômica da Amazônia, no âmbito da Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia, vinculada ao Fórum de Pesquisa e Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável da Amazônia	9.12.2011	2016	2.660.567,23
Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa) – Fase 2 Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio)	Todos os estados do bioma Amazônia	Apoiar a criação e a consolidação de UCs no bioma Amazônia de forma a assegurar a conservação da biodiversidade e a manutenção dos processos e serviços ecológicos da região	22.4.2010	2015	19.949.058,91
Bolsa Floresta Fundação Amazonas Sustentável (FAS)	16 UCs estaduais no Amazonas, abrangendo cerca de dez milhões de hectares	Promover a contenção do desmatamento e a melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais residentes nas UCs estaduais do Amazonas	31.3.2010	2015	19.107.547,89
Disseminação e Aprimoramento das Técnicas de Manejo Florestal Sustentável Instituto Floresta Tropical	Estados do Pará, Amazonas e Rondônia	Apoiar a expansão da prática de manejo florestal sustentável por meio de ações de capacitação técnica, sensibilização dos atores-chave e dos trabalhadores e da pesquisa aplicada	15.4.2011	2015	7.449.000,00
Ilhas de Belém Universidade Federal do Pará (UFPA)/ Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (Fadesp)	Estado do Pará	Implementar metodologia para apoio à formulação de zoneamento econômico e ambiental em escala local de ilhas situadas no entorno da cidade de Belém e ampliar a infraestrutura de pesquisa do Programa de Pós-Graduação de Ecologia Aquática e Pesca da UFPA	17.7.2012	2015	1.138.083,93
Nova Cartografia Social na Amazônia Universidade do Estado do Amazonas (UEA) Fundação de Apoio Institucional Muraki	Todos os estados do bioma Amazônia	Promover o mapeamento social de 27 comunidades do bioma Amazônia e o fortalecimento da rede de pesquisa envolvida no projeto	6.5.2011	2015	4.614.587,03

(Continua)

(Continuação)

Projeto/ Responsável	Abrangência territorial	Objetivo	Data da contratação	Ano de conclusão	Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$)
Gestão Socioambiental de Municípios do Pará Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon)	11 municípios do estado do Pará: Abel Figueiredo, Bom Jesus do Tocantins, Moju, Dom Eliseu, Goianésia do Pará, Itupiranga, Jacundá, Paragominas, Rondon do Pará, Tailândia e Ulianópolis	Mobilizar os governos estaduais e municipais, os produtores rurais, sindicatos e associações, objetivando acelerar a adesão ao CAR; monitorar o desmatamento por meio de imagens de satélite; e auxiliar no planejamento da paisagem e na restauração de áreas degradadas na bacia do rio Uraim, em Paragominas	29.7.2010	2014	9.736.473,00
Virada Verde The Nature Conservancy do Brasil (TNC Brasil)	Sete municípios do estado de Mato Grosso: Cotriguaçu, Juruena, Sapezal, Campos de Júlio, Nova Mutum, Tapurah e Nova Ubiratã; e cinco municípios do estado do Pará: Bannach, Cumarú do Norte, Ourilândia do Norte, São Félix do Xingu e Tucumã	Contribuir para a mobilização dos atores locais em 12 municípios de Mato Grosso e do Pará, com vistas à adesão ao CAR, e monitorar o desmatamento na região por meio de imagens de satélite	13.4.2010	2014	16.000.000,00
Olhos d'Água da Amazônia Município de Alta Floresta, estado de Mato Grosso	Município de Alta Floresta, estado de Mato Grosso	Apoiar o fortalecimento da gestão ambiental no município, por meio da realização do diagnóstico ambiental e da viabilização do processo de registro das pequenas propriedades rurais no CAR, além de promover ações de fomento à recuperação de áreas de preservação permanente degradadas próximas às nascentes localizadas nas pequenas propriedades	25.1.2011	2013	2.781.340,40
Preservar Porto dos Gaúchos Município de Porto dos Gaúchos, estado de Mato Grosso	Município de Porto dos Gaúchos, estado de Mato Grosso	Fortalecer a gestão ambiental municipal, por meio da estruturação física e operacional da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo	12.8.2011	2013	120.655,00
Sementes do Portal Instituto Ouro Verde	Sete municípios que compõem a região conhecida como Portal da Amazônia, no extremo norte de Mato Grosso: Apiacás, Alta Floresta, Carlinda, Nova Guarita, Nova Canaã do Norte, Terra Nova do Norte e Matupá	Promover a recuperação ambiental de 1.200 hectares de áreas degradadas (recomposição de áreas de proteção permanente e reserva legal) e a revalorização da agricultura familiar em seis municípios do território Portal da Amazônia, por meio da difusão de SAFs, que combinam o uso sustentável da floresta com geração de renda. Adicionalmente, a comunidade indígena Terena será capacitada a coletar as sementes que serão utilizadas nos SAFs	25.3.2010	2013	5.397.778,87





**PROJETOS EM
EXECUÇÃO**

Projetos apoiados					
Projeto/ Responsável	Abrangência territorial	Objetivo	Data da aprovação	Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$)	Percentual desembolsado
Amazônia – Regularização Ambiental Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS)	Bioma Amazônia	Apoiar o processo de regularização ambiental no bioma Amazônia, por meio de: (i) mapeamento do uso e cobertura do solo; (ii) cálculo do passivo ambiental em áreas de preservação permanente (APP) de corpos hídricos e das áreas potenciais para restauração em unidades de conservação (UC) e terras indígenas (TI); e (iii) integração de base de dados geoespaciais ao Sistema de Cadastro Ambiental Rural (Sicar)	3.12.2018	9.267.000,00	100%
Amazônia Agroecológica Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase)	Alenquer, Almeirim, Aveiro, Belterra, Juruti, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná e Santarém; Itaituba, Jacareacanga, Novo Progresso, Rurópolis e Trairão; Altamira, Anapu, Brasil Novo, Gurupá, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, São Félix do Xingu e Uruará; Abaetetuba, Igarapé-Miri, Acará, Baião, Cachoeira do Piriá, Cametá, Capitão Poço, Irituia, Mãe do Rio, Mocajuba, Moju, Ourém, Santa Isabel, Santa Luzia do Pará, São Miguel do Guamá e Viseu (PA), Cáceres, Poconé, Nossa Senhora Livramento, Chapada dos Guimarães, Cuiabá e Jangada (MT)	Fortalecimento de atividades econômicas sustentáveis por meio de chamada pública para a seleção de pequenos projetos e ações a serem diretamente desenvolvidos pela beneficiária	13.6.2018	17.547.560,00	55%
Amazônia SAR União Federal – Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam)	Serão monitorados cerca de 950 mil km ² por ano (23% do bioma Amazônia), compostos da seguinte forma: 764 mil km ² compreendidos em áreas de maior pressão de desmatamento; 144 mil km ² do estado do Amapá; e cerca de 5% adicional, por demanda específica, de pontos isolados no bioma Amazônia	Implantar um sistema de detecção de desmatamento na Amazônia com uso de imagens de radar orbital	23.6.2015	47.958.727,94	100%
Bolsa Floresta+ Fundação Amazônia Sustentável (FAS)	16 UCs do Amazonas com cerca de 10,9 milhões de ha	Dar continuidade e ampliar as ações do Programa Bolsa Floresta, em UCs estaduais no Amazonas, por meio de: (i) apoio ao desenvolvimento de pequenos empreendimentos e arranjos produtivos florestais sustentáveis; (ii) capacitação de lideranças e fortalecimento das associações de moradores locais para a gestão de projetos ambientais, sociais e geradores de renda; (iii) sistematização e disseminação de conteúdos, metodologias, lições aprendidas e soluções inovadoras; e (iv) realização e implantação de chamada pública de pequenos e médios projetos geradores de renda na região do entorno das mencionadas UCs	5.4.2016	31.518.490,00	100%

(Continua)

(Continuação)

Projetos apoiados					
Projeto/ Responsável	Abrangência territorial	Objetivo	Data da aprovação	Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$)	Percentual desembolsado
Cadeias de Valor da Agricultura Familiar no Estado de Mato Grosso Associação do Centro de Tecnologia Alternativa (CTA)	Regiões Portal da Amazônia, médio norte e sudoeste do estado de Mato Grosso	Apoiar o fortalecimento da agricultura familiar em municípios do bioma Amazônia da região sudoeste do estado de Mato Grosso por meio da implantação e consolidação de SAFs, do apoio a estruturas coletivas de beneficiamento da produção e da estruturação de canais de comercialização de produtos oriundos de SAFs	2.9.2014	3.238.032,00	100%
Calha Norte Sustentável Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora)	Municípios de Oriximiná e Alenquer, no estado do Pará	Fortalecer o extrativismo e a agricultura familiar como vetores do desenvolvimento da Calha Norte paraense, por meio da implantação de unidades de beneficiamento de alimentos, de viveiro de mudas para SAFs e de marcenaria comunitária, em comunidades quilombolas e assentamentos	26.8.2014	3.312.877,00	100%
CAR Acre Estado do Acre	22 municípios do estado do Acre	Apoiar a implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e a adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA) no estado do Acre	29.10.2013	16.838.000,00	100%
CAR Amazonas Estado do Amazonas	36 municípios do estado do Amazonas	Apoiar a implementação do CAR em imóveis com até quatro módulos fiscais	1.10.2018	29.867.722,00	10%
CAR Bahia Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Estado da Bahia (Inema) – Estado da Bahia e Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema)	161 municípios do estado da Bahia, por meio das ações de cadastramento, e indiretamente todo o estado, por meio das ações de capacitação e aprimoramento de infraestrutura para implementação do CAR	Apoiar a implementação do CAR no estado da Bahia	25.3.2014	29.298.701,78	100%
CAR Ceará Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Estado do Ceará (Semace)	109 municípios do estado do Ceará, por meio das ações de cadastramento, e indiretamente todo o estado, por meio das ações de comunicação e aprimoramento de infraestrutura para implementação do CAR	Apoiar a implementação do CAR no estado do Ceará	23.2.2016	24.583.420,70	77%
CAR Espírito Santo Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (Idaf)	Todos os municípios do estado do Espírito Santo	Apoiar a implementação do CAR no estado do Espírito Santo	19.6.2018	13.889.440,00	17%
CAR: Tocantins Legal Estado do Tocantins	Estado do Tocantins	Apoiar: (i) a implementação do CAR em 96 municípios do estado; (ii) o aperfeiçoamento do sistema de monitoramento e controle do desmatamento; (iii) a implantação do programa de descentralização da gestão ambiental estadual nos municípios integrantes do bioma Amazônia; e (iv) o desenvolvimento do polo sustentável de silvicultura no bioma Amazônia do estado	21.5.2013	26.800.000,00	92%

(Continua)

(Continuação)

Projetos apoiados					
Projeto/ Responsável	Abrangência territorial	Objetivo	Data da aprovação	Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$)	Percentual desembolsado
Cidades Florestais Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (Idesam)	14 municípios do Amazonas: Manaus, Itapiranga, Silves, São Sebastião do Uatumã, Apuí, Novo Aripuanã, Borba, Manicoré, Tefé, Carauari, Juruá, Jutai, Lábrea e Urucará	Apoiar o fortalecimento do manejo florestal comunitário no estado do Amazonas por meio de: (i) desenvolvimento da plataforma Cidades Florestais para conexão de atores florestais e suporte às cadeias produtivas de madeira; e (ii) apoio à produção sustentável e comercialização de madeira e óleos vegetais	27.12.2017	12.055.534,99	100%
Consolidando a Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas Centro de Trabalho Indigenista (CTI)	Cinco TIs nos estados do Amazonas, Maranhão e Pará, contemplando 9.375.076 de ha: TI Vale do Javari (AM), TI Krikati (MA), TI Governador (MA), TI Andirá-Marau (PA e AM) e TI Nova Jacundá (PA)	Apoiar a implementação do PGTA da TI Vale do Javari (AM) e do PGTA das TIs Krikati e Governador (MA) e a elaboração de PGTA da TI Andirá-Marau (PA e AM) e da TI Nova Jacundá (PA), no âmbito da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI)	28.9.2016	11.858.546,84	100%
Experiências Indígenas de Gestão Territorial e Ambiental no Acre Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-Acre)	Oito TIs no estado do Acre	Apoiar a implementação dos PGTAs de oito TIs no Acre, por meio da promoção de ações de proteção territorial, formação de agentes agroflorestais indígenas e manejo de quintais e SAFs	26.2.2018	5.823.061,00	100%
Floresta Ativa Tapajós Centro de Estudos Avançados de Promoção Social e Ambiental – Ceaps (Projeto Saúde e Alegria)	Zonas rurais dos municípios de Santarém, Belterra, Aveiro e Juruti no estado do Pará, contemplando ações em: (i) duas UCs: Floresta Nacional (Flona) do Tapajós e Resex Tapajós- Arapiuns; (ii) cinco projetos de assentamento agroextrativistas (PAE): Lago Grande, Santa Rita, Salé, Valha-me Deus e Balaio; (iii) quatro projetos de assentamentos agroextrativistas (Peaex): Aruã, Vista Alegre, Mariazinha e Curumuci; e (iv) um projeto de assentamento federal (PA): Moju I e II	Fortalecer as cadeias produtivas florestais não madeireiras, o turismo e o empreendedorismo de base comunitária na região do Tapajós, no oeste paraense	2.5.2018	12.493.011,00	59%
Floresta de Babaçu em Pé Associação do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB)	Estados do Maranhão (37 municípios), Tocantins (16 municípios) e Pará (6 municípios)	Apoiar a operação do Fundo Babaçu para seleção e apoio a projetos socioambientais de organizações agroextrativistas dos estados do Maranhão, Tocantins e Pará, associado a ações de desenvolvimento de competências, suporte técnico e fortalecimento do associativismo, mediante editais de seleção aprovados pelo BNDES	27.12.2017	9.222.739,00	50%

(Continua)



(Continuação)

Projetos apoiados					
Projeto/ Responsável	Abrangência territorial	Objetivo	Data da aprovação	Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$)	Percentual desembolsado
Floresta para Sempre Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon)	Leste do Pará – municípios de Capitão Poço, Dom Eliseu, Paragominas e Ulianópolis	Apoiar a adequação ambiental de imóveis rurais na Amazônia Legal, por meio de: (i) implementação de técnicas de restauração florestal, em uma abordagem territorial no leste do Pará; (ii) formação de agentes multiplicadores; (iii) elaboração de fluxo para acompanhamento das áreas em restauração; e (iv) fomento às atividades de restauração da paisagem florestal	11.12.2017	14.293.105,00	56%
Florestas de Valor – Novos modelos de Negócio para a Amazônia Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora)	Estados do Pará e Mato Grosso	Apoiar: (i) a consolidação e a expansão do sistema de garantia de origem denominado “Origens Brasil”, contribuindo para o fortalecimento das cadeias produtivas e para a valorização de produtos da sociobiodiversidade em áreas protegidas da Amazônia; e (ii) a produção sustentável de cacau no entorno do território do Xingu	18.1.2017	17.369.442,36	100%
Fundação Banco do Brasil (Fase 2) – Fundo Amazônia Fundação Banco do Brasil (FBB)	Bioma Amazônia	Apoiar projetos que viabilizem o desenvolvimento de atividades produtivas alinhadas à promoção da conservação e do uso sustentável do bioma Amazônia	7.10.2014	12.000.000,00	100%
Fundação Banco do Brasil (FBB) – Fundo Amazônia Fundação Banco do Brasil (FBB)	Bioma Amazônia	Apoiar projetos que viabilizem o desenvolvimento de atividades produtivas alinhadas à promoção da conservação e do uso sustentável do bioma Amazônia	15.5.2012	14.515.520,43	100%
Fundo Kayapó de Conservação em Terras Indígenas Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio)	TIs Kayapó, Menkragnoti, Baú e Badjonkôre, no sul do estado do Pará; e TI Capoto-Jarina, no norte do estado de Mato Grosso	Apoiar projetos das organizações Kayapó voltados para atividades produtivas sustentáveis, fortalecimento institucional, prevenção ao desmatamento, conservação da biodiversidade e proteção territorial, por meio da implementação de um mecanismo financeiro e operacional de longo prazo, denominado Fundo Kayapó	21.6.2011	16.900.000,00	45%
Gestão Territorial Indígena no Sul do Amazonas Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB)	Oito TIs do sul do Amazonas, contemplando 1.095.169 de ha: TIs Boca do Acre, Apurinã Km 124 BR-317, Água Preta/Inari, Caititu, Nove de Janeiro, Ipixuna e Tenharim do Igarapé Preto	Apoiar: (i) a implementação dos PGTAs das TIs na bacia do rio Purus (Boca do Acre, Apurinã Km 124 BR-317, Água Preta/Inari e Caititu) e na bacia do rio Madeira (Jiahui, Nove de Janeiro e Ipixuna), no sul do Amazonas; e (ii) a elaboração do PGTA da TI Tenharim do Igarapé Preto na bacia do rio Madeira	1.11.2016	11.042.796,11	100%

(Continua)

(Continuação)

Projetos apoiados					
Projeto/ Responsável	Abrangência territorial	Objetivo	Data da aprovação	Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$)	Percentual desembolsado
Inventário Florestal Nacional – Amazônia União Federal (Serviço Florestal Brasileiro)	Bioma Amazônia	Implementar o Inventário Florestal no bioma Amazônia para produzir informações acerca dos recursos florestais, estoque de carbono e uso do território pelas populações da região	31.7.2012	65.000.555,12	59%
Legado Integrado da Região Amazônica (Lira) Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ)	Amazônia Legal	Contribuir para o aumento do nível de consolidação e a efetividade de gestão em áreas protegidas da Amazônia Legal, por meio de chamada pública de projetos e ações complementares que visem à conservação dos recursos naturais	30.10.2018	45.000.000,00	77%
Mais Sustentabilidade no Campo Estado do Maranhão	Estado do Maranhão	Apoiar a implementação do CAR no estado do Maranhão	27.12.2017	40.476.077,00	33%
Mato Grosso Sustentável Estado de Mato Grosso	Estado de Mato Grosso, com foco em UCs estaduais e em quarenta municípios do bioma Amazônia	Apoiar: (i) a consolidação de UCs no bioma Amazônia; (ii) o fortalecimento da fiscalização e do licenciamento ambiental estadual; e (iii) a desconcentração e descentralização da gestão ambiental estadual	3.12.2013	35.015.970,00	82%
Monitoramento Ambiental dos Biomas Brasileiros Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais (Funcate) e Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe)	Biomas Mata Atlântica, Caatinga, Pampa e Pantanal, nas ações de monitoramento do desmatamento e proposição de referência de emissões florestais (FREL); e todo o território nacional, nas ações de desenvolvimento de plataforma para análise e visualização de grandes volumes de dados geoespaciais	(i) Desenvolvimento e implementação de sistemas de monitoramento do desmatamento para os biomas Mata Atlântica, Caatinga, Pampa e Pantanal; (ii) cálculo das emissões de CO ₂ relativas às áreas desmatadas e construção de proposta do nível de FREL para cada um desses biomas; e (iii) desenvolvimento de plataforma para análise e visualização de grandes volumes de dados geoespaciais	25.9.2017	49.778.000,00	99%
Monitoramento Ambiental por Satélites no Bioma Amazônia Funcate e Inpe	Bioma Amazônia	Apoiar o desenvolvimento de estudos sobre usos e cobertura da terra no bioma Amazônia, bem como a ampliação e o aprimoramento do monitoramento ambiental por satélites realizado pelo Inpe	7.10.2014	66.952.436,00	100%
Monitoramento da Cobertura Florestal na Amazônia Regional Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA)	Amazônia Regional	Contribuir para o desenvolvimento da capacidade de monitoramento do desmatamento, das mudanças de uso da terra e do aproveitamento florestal nos países-membros da OTCA	30.4.2013	23.693.641,00	100%

(Continua)

(Continuação)

Projetos apoiados					
Projeto/ Responsável	Abrangência territorial	Objetivo	Data da aprovação	Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$)	Percentual desembolsado
Pacto da Floresta Pacto das Águas – Elaboração e Desenvolvimento de Projetos Socioambientais	Alta Floresta D'Oeste, Costa Marques, Guajará-Mirim, Ji-Paraná, Nova Mamoré, São Francisco do Guaporé e São Miguel do Guaporé, no estado de Rondônia	Apoiar a consolidação da cadeia produtiva da castanha-do-brasil e o fortalecimento das atividades produtivas relacionadas ao açaí, farinha de mandioca e borracha natural em duas TIs e três reservas extrativistas em Rondônia	13.6.2018	8.607.999,88	100%
Plantar Rondônia Centro de Estudos da Cultura e do Meio Ambiente da Amazônia (Rioterra)	Estado de Rondônia, nos municípios de: Ariquemes, Castanheiras, Cujubim, Itapuã do Oeste, Jaru, Ji-Paraná, Machadinho D'Oeste, Novo Horizonte, Ouro Preto, Presidente Médici, Rio Crespo e Rolim de Moura	Apoiar a adequação ambiental de imóveis rurais em Rondônia, por meio de atividades de: (i) elaboração e implementação de projetos de recuperação de áreas degradadas e/ou alteradas em imóveis de até quatro módulos fiscais, de produtores rurais familiares; (ii) extensão rural, capacitação e fortalecimento institucional de associações de produtores rurais familiares; e (iii) monitoramento e avaliação da paisagem	18.12.2017	25.305.337,00	100%
PPP-ECOS na Amazônia Fase 2 Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN)	Estados de Mato Grosso, Tocantins e parte do Maranhão, dentro dos limites da Amazônia Legal	Apoiar projetos de estruturação de cadeias produtivas sustentáveis por meio de chamadas públicas no âmbito do Programa Pequenos Projetos Ecosociais (PPP-ECOS)	18.9.2018	22.766.000,00	93%
Prevfogo/Ibama Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)	Majoritariamente bioma Amazônia, mas com fortalecimento da central de logística do Prevfogo em Brasília	Apoiar a estruturação física e operacional do Prevfogo e educação ambiental para sensibilizar e capacitar atores locais com a finalidade de monitorar, prevenir e combater incêndios florestais e queimadas não autorizadas no bioma Amazônia	30.12.2013	14.600.323,63	100%
Profisc I-B Ibama	Amazônia Legal	Apoiar as atividades do Ibama de fiscalização ambiental e controle do desmatamento na Amazônia Legal	19.3.2018	140.264.000,00	100%
Programa Municípios Verdes Estado do Pará	Cem municípios no estado do Pará	Apoiar a consolidação do CAR de imóveis rurais e o fortalecimento da gestão ambiental municipal de modo a contribuir para o combate ao desmatamento e à degradação florestal no estado do Pará	10.12.2013	45.591.647,24	100%
Projeto de Desenvolvimento Socioeconômico Ambiental Integrado (PDSEAI) Estado de Rondônia/ Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental (Sedam-RO)	Estado de Rondônia	Apoiar a gestão ambiental, incluindo ações voltadas para a proteção das UCs estaduais, para a consolidação do CAR e para o fortalecimento da gestão ambiental municipal de modo a contribuir para o combate ao desmatamento e à degradação florestal no estado de Rondônia	21.1.2014	31.227.392,40	86%

(Continua)

(Continuação)

Projetos apoiados					
Projeto/ Responsável	Abrangência territorial	Objetivo	Data da aprovação	Valor do apoio do Fundo Amazônia (R\$)	Percentual desembolsado
Projeto Integrado da Amazônia Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e Fundação Eliseu Alves (FEA)	Bioma Amazônia	Promover a produção e a disseminação de conhecimentos e tecnologias voltados para a recuperação, a conservação e o uso sustentável do bioma Amazônia, por meio do apoio à execução dos projetos das unidades descentralizadas da Embrapa, selecionados por meio de chamada interna	29.12.2015	33.691.380,00	50%
Tapajós Sustentável Conservation International Brasil (CI-Brasil)	Estado do Pará, municípios de Santarém, Aveiro, Belterra, Itaituba, Jacareacanga, Placas, Rurópolis e Trairão. Cinco UCs: Floresta Nacional do Tapajós, Floresta Nacional de Itaituba I, Floresta Nacional de Crepori, Floresta Nacional de Trairão e Resex Tapajós-Arapiuns	Apoiar o fortalecimento da produção sustentável florestal de base comunitária e contribuir para a valorização e conservação dos recursos naturais da região do Tapajós	23.10.2017	18.835.139,00	93%
Terra a Limpo Estado de Mato Grosso – Gabinete de Articulação e Desenvolvimento Regional (GDR/MT)	Estado de Mato Grosso	Modernizar a gestão fundiária no estado e contribuir para a regularização fundiária de glebas públicas e assentamentos, estaduais e federais	2.4.2018	72.900.000,00	18%
Território, Cultura e Autonomia Kayapó Associação Floresta Protegida (AFP)	Duas TIs no sul do Pará (TI Kayapó e TI Las Casas), totalizando 3,3 milhões de ha	Apoiar a implementação e a atualização do PGTA da TI Kayapó e a implementação do PGTA da TI Las Casas, ambas localizadas no estado do Pará, contribuindo para a proteção e gestão sustentável de seus territórios e recursos naturais, a promoção de sua autonomia econômica e a valorização de sua cultura	4.12.2017	9.089.870,67	80%
Valorizando Cadeias Socioprodutivas Amazônicas Instituto Centro de Vida (ICV)	Comunidades em quatro municípios do norte e noroeste de Mato Grosso	Apoiar o fortalecimento de arranjos produtivos sustentáveis na Amazônia	11.12.2017	16.405.000,00	100%



ANEXOS



Anexo 1

Relatório de auditoria e demonstrações financeiras do Fundo Amazônia e relatório de auditoria de cumprimento



Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao Administrador do
Fundo Amazônia
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Fundo Amazônia ("Fundo"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as principais políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo Amazônia em 31 de dezembro de 2022 e o desempenho das suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 R1).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Fundo de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade do Administrador do Fundo pelas demonstrações financeiras

O Administrador do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 R1) e pelos controles internos que ele determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

3



Na elaboração das demonstrações financeiras, o Administrador é responsável, dentro das prerrogativas previstas na NBC TG 26, pela avaliação da capacidade de o Fundo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que o Administrador pretenda liquidar o Fundo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pelo Administrador.



- Concluímos sobre a adequação do uso, pelo Administrador, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com o Administrador a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também à Administradora declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Rio de Janeiro, 10 de abril de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

José Claudio Costa
Contador CRC 1SP-167720/O-1

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

5

FUNDO AMAZÔNIA
(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento
Econômico e Social - BNDES)

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.934.193	3.583.826
Despesas antecipadas	5	88.616	88.885
Total do Ativo		4.022.809	3.672.711
PASSIVO E PATRIMÔNIO LIQUIDO			
CIRCULANTE			
Recursos a destinar a projetos	6	3.934.193	3.583.826
Recursos de custeio	7	88.616	88.885
PATRIMÔNIO LIQUIDO			
Superávit/(déficit) acumulado		-	-
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		4.022.809	3.672.711

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDO AMAZÔNIA
(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento
Econômico e Social - BNDES)

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	2022	2021
RECEITAS			
Receitas de doações para investimentos	6	90.470	117.491
Receitas financeiras	4	440.837	151.764
Receitas de doações para custeio	7	269	254
DESPESAS			
Despesas com doações para investimentos	6	(90.470)	(117.491)
Despesas com remuneração de recursos de projetos	6	(440.837)	(151.764)
Despesas administrativas	8	(269)	(254)
SUPERÁVIT/(DÉFICIT) DO EXERCÍCIO		-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDO AMAZÔNIA
(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento
Econômico e Social - BNDES)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Superávit/ (Déficit) acumulado
Saldo em 1º de janeiro de 2021	-
Exercício de 2021	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-
Exercício de 2022	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDO AMAZÔNIA
(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento
Econômico e Social - BNDES)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Recursos Recebidos			
Destinação de recursos para projetos	6	(90.470)	(117.491)
Rendimentos financeiros	4	440.837	151.764
(=) Caixa Líquido (Consumido) / Gerado pelas Atividades Operacionais		350.367	34.273
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		3.583.826	3.549.553
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	3.934.193	3.583.826

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDO AMAZÔNIA

(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO DE ATIVIDADES

O Fundo Amazônia foi criado pela Resolução BNDES nº 1.640, de 3 de setembro de 2008, dando início às suas atividades operacionais no segundo semestre de 2009, tendo por finalidade captar doações para a realização de aplicações não reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, e de promoção da conservação e do uso sustentável das florestas da Amazônia Legal, nos termos do Decreto nº 6.527/2008, alterado pelos Decretos nº 6.565/2008, 8.773/2016 e 10.223/2020.

O Fundo Amazônia apoia projetos nas seguintes áreas:

- Gestão de florestas públicas e áreas protegidas;
- Controle, monitoramento e fiscalização ambiental;
- Manejo florestal sustentável;
- Atividades econômicas desenvolvidas a partir do uso sustentável da vegetação;
- Zoneamento ecológico e econômico, ordenamento territorial e regularização fundiária;
- Conservação e uso sustentável da biodiversidade; e
- Recuperação de áreas desmatadas.

A gestão e administração do Fundo Amazônia são de responsabilidade do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, tendo como incumbência, dentre outras, a captação de recursos, a contratação e o monitoramento dos projetos e ações apoiados, além da atuação como representante judicial.

A governança do Fundo Amazônia estabelecida pelo Decreto nº 6.527/2008 foi modificada pelo Decreto nº 9.759/2019, que extinguiu o Comitê Orientador do Fundo Amazônia – COFA, bem como por decretos posteriores que introduziram outras alterações, incluindo a extinção do Comitê Técnico do Fundo Amazônia – CTFA. Todavia, essa situação não representou impacto na execução dos projetos que já haviam sido contratados, considerando que os recursos para a continuidade e conclusão dos projetos já contratados estão garantidos conforme previsão nos contratos de doação. O Supremo Tribunal Federal – STF, no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (“ADO”) 59, determinou à União Federal a adoção das providências administrativas necessárias para a reativação do Fundo Amazônia, nos limites de suas competências, conforme nota explicativa nº 13.

O Fundo Amazônia não possui personalidade jurídica própria, sendo suas transações escrituradas em contas específicas da contabilidade do BNDES.

FUNDO AMAZÔNIA
(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento
Econômico e Social - BNDES)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

2. BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil para entidades sem finalidade de lucros, em conformidade com a Interpretação ITG 2002 (R1), aprovada pela Resolução no 1.409, de 21 de setembro de 2012, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade.

a) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelas aplicações financeiras, registradas como "Caixa e equivalentes de caixa" e mensuradas pelo valor justo por meio do resultado.

b) Moeda Funcional

O Administrador concluiu que o real é a moeda funcional do Fundo.

c) Aprovação para emissão

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 10 de abril de 2023.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis, descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem aplicações financeiras de liquidez imediata em dois fundos administrados pela BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - BB DTVM, que possuem carteira de investimento conservadora com baixo risco de variação no valor de mercado dos investimentos. Os rendimentos das aplicações feitas junto à BB DTVM estão vinculados à variação da cota dos fundos investidos, conforme descrito na Nota Explicativa nº 4.

FUNDO AMAZÔNIA

(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

3.2 Recursos a destinar a projetos

Referem-se ao saldo ainda não destinado de doações recebidas, incluindo os rendimentos oriundos da aplicação desses recursos.

Conforme o Decreto nº 6.527/2008 e alterações posteriores, 97% dos recursos recebidos são destinados a projetos. Esses valores são registrados no passivo e deduzidos pelas despesas incorridas de cada projeto, de modo que não resultam em aumento ou redução do patrimônio líquido, tendo em vista que o Fundo é apenas o agente arrecadador e repassador para execução dos projetos.

3.3 Doações para custeio

Conforme § 3º do artigo 1º do Decreto nº 6.527/08 e alterações posteriores, o BNDES deve segregar a importância equivalente a 3% do valor das doações para cobertura de seus custos operacionais e das despesas relacionadas ao Fundo Amazônia. A receita de custeio referente aos 3% das doações é contabilizada como "Recursos para Custeio", sendo a receita reconhecida conforme a utilização dos recursos pelo BNDES. O registro da transferência dos 3% para o BNDES é apresentado como "Despesas Antecipadas" e apropriado como "Despesa Administrativa" conforme a utilização pelo BNDES.

3.4 Demonstração dos Fluxos de Caixa

O Fundo optou pelo método direto na apresentação desta demonstração. Os recursos recebidos de projetos foram tratados como atividades operacionais, tendo em vista que o Fundo atua como agente arrecadador e repassador destes recursos.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

São compostos da forma que segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Aplicação financeira junto ao Administrador (*)	3.934.193	3.583.826
TOTAL	3.934.193	3.583.826

(*) O Administrador mantém os recursos do Fundo aplicados junto ao fundo de investimento BB Gaia Fundo de Investimento Renda Fixa ("BB Gaia FIRF"), que possui portfólio concentrado em títulos públicos do governo brasileiro, operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais, e, ao BB Gaia II Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento Renda Fixa ("BB Gaia II FIC FIRF"), que concentra, no mínimo, 95% de seu patrimônio em cotas do BB Gaia FIRF. Ambos os fundos possuem cláusula de liquidez diária.

FUNDO AMAZÔNIA
(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento
Econômico e Social - BNDES)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

Conforme o Decreto nº 6.527/08 e alterações posteriores, o percentual de 97% das doações recebidas é destinado à aplicação em projetos. O Fundo segrega estes recursos em conta de investimento específica. Os recursos, enquanto não direcionados a projetos, são aplicados pelo BNDES nos fundos exclusivos supracitados, administrados e geridos pela BB DTVM, sendo remunerados com base no índice de rendimento de cada um deles.

Adicionalmente, o fundo exclusivo BB Gaia II FIC FIRF foi criado em atendimento à Decisão de Diretoria nº 832/2012, que determinou a segregação contábil dos valores captados de fontes públicas brasileiras, os quais não podem ser destinados a projetos executados pela União Federal.

Até dezembro de 2022, o total de receitas financeiras das aplicações do Fundo Amazônia desde o seu início somaram R\$ 2.151.610 (R\$ 1.710.773 até dezembro de 2021).

Segue abaixo a movimentação de Caixa e Equivalentes de Caixa:

31/12/2022				
	Total	Recursos para projetos (Gaia FI)	Recursos para projetos (Gaia II FIC)	Recursos para custeio
Saldo em 1º de janeiro de 2022	3.583.826	3.561.528	22.289	-
Rendimentos	440.837	438.122	2.715	-
Recursos liberados	(90.470)	(90.470)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.943.193	3.909.180	25.004	-

31/12/2021				
	Total	Recursos para projetos (Gaia FI)	Recursos para projetos (Gaia II FIC)	Recursos para custeio
Saldo em 1º de janeiro de 2021	3.549.553	3.528.169	21.384	-
Rendimentos	151.764	150.850	905	-
Recursos liberados	(117.491)	(117.491)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.583.826	3.561.528	22.289	-

FUNDO AMAZÔNIA
(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento
Econômico e Social - BNDES)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

5. DESPESAS ANTECIPADAS

O saldo de despesas antecipadas é composto pelo equivalente a 3% do valor das doações, retido pelo BNDES para cobertura dos custos operacionais do Fundo Amazônia, líquido dos valores reconhecidos como "Despesas administrativas" no Fundo Amazônia de acordo com a utilização pelo BNDES.

6. RECURSOS A DESTINAR A PROJETOS

O saldo de recursos de projetos foi recebido dos seguintes doadores: (i) Ministério Norueguês de Relações Exteriores, (ii) KFW e (iii) Petrobras, e se destinam a projetos específicos e vinculados ao objetivo do Fundo Amazônia.

Segue abaixo a movimentação dos recursos de projetos:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	3.583.826	3.549.553
Rendimentos	440.837	151.764
Recursos liberados	(90.470)	(117.491)
Doações recebidas (*)	-	-
Saldo no final do exercício	3.943.193	3.583.826

(*) Valor líquido da parcela de 3% destinada à cobertura de custos.

O montante de R\$ 90.470 (R\$ 117.491 em 31/12/2021) está registrado em conta de resultado nas rubricas "Receita de doações para investimentos" e "Despesas com doações para investimentos", anulando-se pelo fato do Fundo Amazônia não ter fins lucrativos.

O Fundo Amazônia não recebeu doações nos exercícios de 2022 e 2021. Desde o início de suas atividades até 31 de dezembro de 2022, o Fundo da Amazônia recebeu recursos dos seguintes doadores:

Até 31/12/2022			
Doador	Recursos para custeio 3%	Recursos para projetos 97%	Total 100%
Ministério Norueguês de Relações Exteriores	95.601	3.091.119	3.186.720
KFW	5.781	186.909	192.690
Petrobras	518	16.767	17.285
Total	101.900	3.294.795	3.396.695

FUNDO AMAZÔNIA
(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento
Econômico e Social - BNDES)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

Até 31/12/2021			
Doador	Recursos para custeio 3%	Recursos para projetos 97%	Total 100%
Ministério Norueguês de Relações Exteriores	95.601	3.091.119	3.186.720
KFW	5.781	186.909	192.690
Petrobras	518	16.767	17.285
Total	101.900	3.294.795	3.396.695

Em 23 de dezembro de 2022, o Fundo Amazônia assinou um novo contrato de doação para entrada de novos recursos ao qual se somarão aos valores já recebidos pelo Fundo Amazônia, ainda sem data prevista para efetivação.

7. RECURSOS DE CUSTEIO

O saldo de recursos de custeio refere-se à parcela da doação (3%) retida pelo BNDES ainda não reconhecida como "Receita de doação". O reconhecimento da receita de doação ocorre conforme a utilização dos recursos pelo BNDES. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, não foram destinados valores para custeio devido à ausência de recursos recebidos de doações no período.

8. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi reconhecido como despesa administrativa o montante de R\$ 269 (R\$ 254 em 31/12/2021), sendo as mais relevantes: publicidade, viagens e diárias, seminários e eventos e serviços de auditoria.

9. IMPOSTOS

Todas as obrigações tributárias que porventura venham a existir por conta de operações no âmbito do Fundo Amazônia são de responsabilidade do BNDES, uma vez que o Fundo não possui personalidade jurídica própria, sendo suas transações escrituradas em contas específicas na contabilidade do BNDES.

PIS e COFINS

De acordo com o artigo 1º da Lei nº 11.828, de 20 de novembro de 2008, com redação dada pela Lei 12.810, de 15 de maio de 2013, ficam isentas da incidência da Contribuição para o PIS-PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) as doações em espécie recebidas por instituições financeiras públicas controladas pela União e destinadas a ações de prevenção, monitoramento e combate

FUNDO AMAZÔNIA

(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

ao desmatamento, inclusive programas de remuneração por serviços ambientais, e de promoção da conservação e do uso sustentável dos biomas brasileiros.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Não há resultado a ser oferecido à tributação de IRPJ e CSLL, pois a receita de doação é reconhecida no resultado no mesmo momento da apropriação das despesas operacionais com projetos idealizados no âmbito do Fundo Amazônia, conforme aprovação da solução de consulta nº 59 SRRF07/Disit, de 06/08/2009, realizada pelo BNDES junto à Secretaria da Receita Federal. O mesmo ocorre em relação ao resultado financeiro proveniente das aplicações em fundos de investimento.

10. PARTES RELACIONADAS

O Fundo Amazônia possui relacionamento com o BNDES, que está autorizado a destinar o valor das doações recebidas em espécie para a realização de aplicações não reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento, combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável do bioma amazônico. O relacionamento mencionado se refere aos valores correspondentes a "Caixa e equivalentes de caixa" (conforme Nota Explicativa nº 4), que se encontram em contas bancárias, cuja titularidade é do BNDES.

Adicionalmente, o BNDES retém a importância equivalente a 3% do valor das doações para cobertura de seus custos operacionais e das despesas relacionadas ao Fundo Amazônia, vide maiores explicações na Nota Explicativa nº 5 "Despesas antecipadas".

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido do Fundo Amazônia é composto por superávit/(déficit) dos exercícios.

12. GERENCIAMENTO DE RISCOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o Fundo não apresenta riscos significativos de crédito, liquidez, mercado e operacional, pois possui operações muito limitadas. O Fundo tem concentração de risco de crédito com seu Administrador (fundos investidos) conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 4. Os valores contábeis representam o montante do risco de crédito do Fundo Conforme Nota Explicativa nº 1, os recursos para a continuidade e conclusão dos projetos já contratados estão garantidos conforme previsão nos contratos de doação.

FUNDO AMAZÔNIA
**(Administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento
Econômico e Social - BNDES)**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

13. EVENTO SUBSEQUENTE

Em janeiro de 2023, foi editado o Decreto nº 11.368/2023, que atualizou a redação do Decreto 6.527/2008 e, entre outras providências, restabeleceu plenamente a governança do Fundo Amazônia com o restabelecimento do seu Comitê Orientador

DIRETORIA

Aloizio Mercadante Oliva – Presidente

Helena Tenório Veiga de Almeida

Tereza Helena Gabrielli Barreto Campello

Alexandre Correa Abreu

Nelson Henrique Barbosa Filho

Natália Dias

Luciana Aparecida da Costa

Walter Baère de Araújo Filho

José Luis Pinho Leite Gordon

Luiz Augusto Fraga Navarro de Britto Filho

SUPERINTENDENTE DA ÁREA DE CONTROLADORIA

Marco Aurelio Santos Cardoso

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Marcos Paulo Pereira da Silva
Contador - CRC-RJ-097092 / O-9

Fundo Amazônia:
Relatório de Asseguração
Limitada 2022





**RELATÓRIO DE ASSEGURAÇÃO LIMITADA DOS
AUDITORES INDEPENDENTES PARA ANÁLISE DA
APLICAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS NO
ÂMBITO DO FUNDO AMAZÔNIA**

**BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento
Econômico e Social**

Correspondente a projetos que tiveram desembolso entre
janeiro/2022 e dezembro/2022.





Relatório de asseguarção limitada dos auditores independentes

Aos Srs. Administradores,
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES")
Rio de Janeiro - RJ

Escopo

Fomos contratados pelo BNDES para realizar um trabalho de asseguarção limitada, conforme definido pelas Normas Internacionais sobre Trabalhos de Asseguarção, para informar sobre a destinação dos recursos financeiros aos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia, considerando suas normas e diretrizes aplicáveis e as evidências físicas de implementação de tais projetos entre 1º de janeiro de 2022 e 31 de dezembro de 2022.

O Fundo Amazônia tem como objetivo arrecadar doações para investimentos não reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e promoção da conservação e uso sustentável da Amazônia Legal. Também apoia o desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento em outros biomas brasileiros e em outros países tropicais.

Responsabilidade do BNDES

A administração do BNDES é responsável por prestar e fornecer à equipe todas as informações e documentos relacionados com a prestação dos serviços, tais como manuais, normas de serviço, cópia de contratos, análises e comunicar quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados ao projeto, de forma que os mesmos estejam livres de distorções materiais causadas por fraudes ou erros.

Responsabilidade dos auditores independentes

A Ernst & Young Auditores Independentes S.S é responsável por emitir um relatório de asseguarção limitada sobre as informações referentes a conformidade da aplicação dos recursos financeiros e se estão consoantes com as normas e diretrizes no âmbito do Fundo Amazônia com base nas evidências que obtivemos.

Nosso trabalho foi conduzido de acordo com a norma profissional NBC TO 3000 (Trabalho de Asseguarção Diferente de Auditoria e Revisão das Demonstrações Financeiras) emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), a qual é equivalente à norma internacional ISAE 3000, emitida pela federação internacional de contadores aplicáveis às informações financeiras não históricas. Os procedimentos aplicados não representam um exame de acordo com as normas de auditoria das demonstrações contábeis.

Essas normas exigem que planejemos e executemos nosso trabalho de forma a expressar uma conclusão se estamos cientes de quaisquer modificações relevantes que precisem ser feitas no objeto dessa asseguarção para que ele esteja de acordo com os critérios determinados para emissão do relatório. A natureza, o período e a extensão dos procedimentos selecionados dependem de nosso julgamento, incluindo uma avaliação do risco de distorção relevante devido a fraude ou erro.

Acreditamos que as evidências obtidas são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa conclusão de asseguarção limitada.



Nossa independência e controle de qualidade

Mantivemos nossa independência e confirmamos que cumprimos os requisitos do Código de Ética para Contadores Profissionais emitido pelo Conselho Internacional de Padrões Éticos para Contadores e temos as competências e experiência necessárias para conduzir este trabalho de avaliação.

A EY também aplica a Norma Internacional de Controle de Qualidade 1, Controle de Qualidade para Empresas que Realizam Auditorias e Revisões de Demonstrações Financeiras e Outros Serviços de Asseguração e Serviços Relacionados e, portanto, mantém um sistema abrangente de controle de qualidade, incluindo políticas e procedimentos documentados em relação à conformidade com requisitos éticos, padrões profissionais e requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

Descrição dos procedimentos realizados

Os procedimentos executados em um trabalho de asseguração limitada variam em natureza e tempo e são menores em extensão do que em um trabalho de asseguração razoável. Conseqüentemente, nossos procedimentos foram elaborados para obter um nível limitado de asseguração no qual basear nossa conclusão. Outrossim, as normas que regem o presente processo de asseguração limitada requerem o cumprimento de exigências éticas, incluindo requisitos de independência e que o trabalho seja executado com o objetivo de obter asseguração limitada sobre as informações de projetos apoiados com recursos do Fundo Amazônia, e que as mesmas estejam livres de distorções relevantes.

Embora tenhamos considerado a eficácia dos controles internos da administração ao determinar a natureza e a extensão de nossos procedimentos, nosso trabalho de asseguração não foi elaborado para fornecer asseguração sobre os controles internos. Nossos procedimentos não incluem testar controles ou executar procedimentos relacionados à verificação de agregação ou cálculo de dados em sistemas de TI.

A contratação de asseguração limitada consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pela elaboração das informações relativas à destinação dos recursos financeiros aos projetos apoiados pelo BNDES Fundo Amazônia e aplicação de procedimentos analíticos e outros cabíveis.

Nossos procedimentos incluem:

- (a) O planejamento dos trabalhos, considerando as informações de acordo com normas e diretrizes do Plano de Ação para Prevenção e o Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM), do Plano Amazônia Sustentável (PAS), da Estratégia Nacional para Redução das Emissões Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal, Conservação dos Estoques de Carbono Florestal, Manejo Sustentável de Florestas e Aumento de Estoque de Carbono Florestal (ENREDD+) e das ações previstas no Decreto nº 6.527/2008.
- (b) A análise das documentações suporte elaboradas pelo BNDES relacionada a cada um dos projetos que receberam desembolso, que são eles: Relatório de Análise – RAn, Contrato de colaboração financeira não reembolsável firmado entre BNDES e a beneficiária, Documentos aprobatórios de eventuais alterações nas condições da operação contratada e Relatórios de Acompanhamentos – RACs.
- (c) Inspeção presencial, de forma amostral, para obtenção de evidências físicas da



implementação do conjunto de projetos que receberam desembolsos do Fundo Amazônia.

Também realizamos outros procedimentos que consideramos necessários nas circunstâncias.

Ênfase

Os procedimentos realizados e os critérios para a emissão deste relatório possuem certas limitações inerentes que podem influenciar a completude das informações quanto ao objetivo do relatório e, conseqüentemente, erros ou fraudes podem não ser detectados.

Outros assuntos

As inspeções presenciais realizadas pela EY foram baseadas na simples confirmação da existência do projeto em seu local.

Não fazia parte do escopo desta asseguaração limitada, não sendo função da EY (i) realizar indagações ou inspeções de documentos financeiros ou de qualquer outra natureza durante a visita aos projetos selecionados para análise ou (ii) monitorar cumprimento, pelos beneficiários do projeto, das obrigações contraidas pelo BNDES.

Conclusão

Com base nas evidências obtidas e nos procedimentos realizados não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que os procedimentos adotados pelo BNDES, não estão em conformidade, em todos os seus aspectos relevantes, com as normas e diretrizes aplicáveis e as evidências de implementação dos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia em 2022.

Restrição de uso

Este relatório destina-se à informação e uso do BNDES no cumprimento do seu dever de transparência perante os doadores, órgãos de controle e demais partes interessadas.

Rio de Janeiro, 17 de maio de 2023

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Francesco Giglio Bottino

Francesco Bottino
Contador CRC-RJ-65.261/O-3

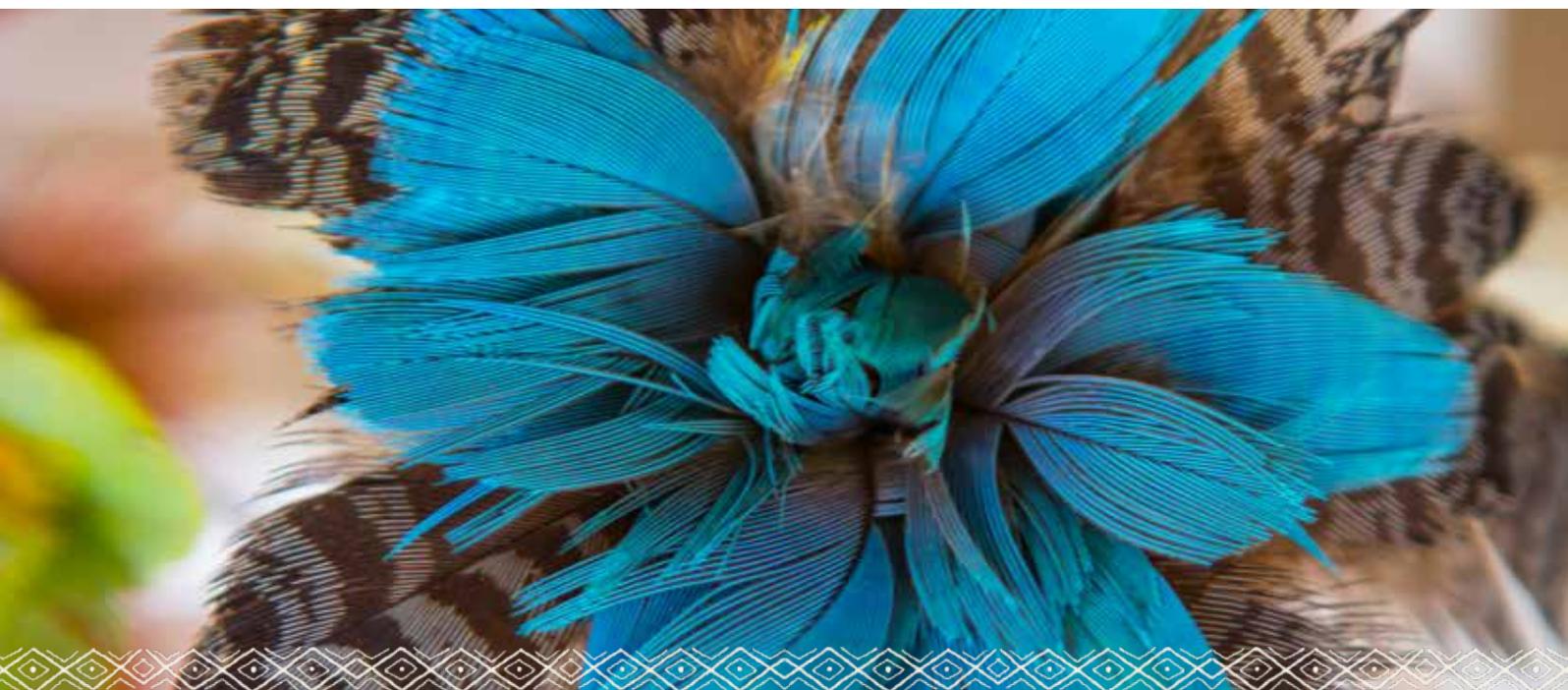
Anexo 2

Diretrizes e critérios para aplicação dos recursos e focos de atuação para o biênio 2017-2018 (válidos até 28 de junho de 2019)

Projetos na Amazônia Legal		Projetos no Brasil fora da Amazônia Legal		Projetos em outros países tropicais	
A	Critérios orientadores	G1-G4	Critérios orientadores	H1-H3	Critérios orientadores
B	Condicionantes mínimos para projetos	G5-G14	Condicionantes mínimos para projetos	H4-H11	Condicionantes mínimos para projetos
C	Modalidades de aplicação dos recursos	G15-G16	Modalidades de aplicação dos recursos	H12-H13	Modalidades de aplicação dos recursos
D	Restrição de uso dos recursos	G17-G19	Restrição de uso dos recursos	H14-H16	Restrição de uso dos recursos
E	Critérios de equidade na aplicação dos recursos	G20	Critérios de equidade na aplicação dos recursos	H17	Critérios de equidade na aplicação dos recursos
F	Limitações na aplicação dos recursos				

Focos para o apoio do Fundo Amazônia no biênio 2017-2018	
I1-I3	Orientações gerais
I4-I6	Modalidades operacionais
I7-I10	Amazônia Legal – Eixo Monitoramento e Controle
I11-I13	Amazônia Legal – Eixo Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis
I14-I18	Amazônia Legal – Eixo Ordenamento Fundiário e Territorial
I19-I24	Amazônia Legal – Foco Ciência, Inovação e Instrumentos Econômicos
I25-I26	O apoio do Fundo Amazônia no Brasil fora da Amazônia Legal
I27	O apoio do Fundo Amazônia em outros países tropicais

Consolidado em: 9.11.2018



Diretrizes e critérios para aplicação dos recursos do Fundo Amazônia na Amazônia Legal

Área de aplicação	Limite de aplicação do total dos recursos disponíveis no ano	Tabelas
Projetos na Amazônia Legal	Sem limite	A-F

A. Critérios orientadores

Código	Critérios
A1	Temático
A2	Geográfico
A3	Diversidade de atores envolvidos e governança compartilhada
A4	Público-alvo
A5	Relevância

B. Condicionantes mínimos para projetos

Código	Condicionantes
B1	Indicadores de resultados
B2	Proponentes/executores
B3	Participação social
B4	Coerência com áreas temáticas do Fundo Amazônia
B5	Coerência com o PPCDAm, os PPCDs estaduais e a Proveg
B6	Coerência com a ENREDD+
B7	Adicionalidade de recursos
B8	Contrapartida
B9	Base territorial
B10	Publicidade e transparência
B11	Sustentabilidade do projeto
B12	Desconcentração dos recursos
B13	Benefícios de uso coletivo
B14	Não substituição de outras fontes de financiamento

C. Modalidades de aplicação dos recursos

Código	Modalidades
C1	Aplicação direta – Investimento
C2	Aplicação direta – Custeio
C3	Pagamento por serviços ambientais
C4	Aplicação indireta

D. Restrição de uso dos recursos

Código	Restrições
D1	Diárias
D2	Pagamento de pessoas físicas
D3	Impostos e tributos

E. Critérios de equidade de aplicação dos recursos

Código	Critérios
E1	Equidade na aplicação de recursos por Estado
E2	Equidade por tipo de proponente

F. Limitações na aplicação dos recursos

Código	Limitações
F1	Projetos com fins econômicos
F2	Projetos com fins econômicos de apoio a grupos sociais fragilizados
F3	Projetos com fins econômicos de pesquisa científica e tecnológica desenvolvidos em cooperação entre instituições tecnológicas (IT) e entidades com fins econômicos

Critérios orientadores

A1 – Temático

O Fundo Amazônia apoia projetos nas seguintes áreas temáticas:

- > Gestão de florestas públicas e áreas protegidas;
- > Controle, monitoramento e fiscalização ambiental;
- > Manejo florestal sustentável;
- > Atividades econômicas desenvolvidas a partir do uso sustentável da vegetação;
- > Zoneamento ecológico e econômico, ordenamento territorial e regularização fundiária;
- > Conservação e uso sustentável da biodiversidade; e
- > Recuperação de áreas desmatadas.
- > Os projetos deverão seguir os focos estabelecidos nessas diretrizes na Tabela I.

A2 – Geográfico

- > Projetos realizados nos municípios prioritários para prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento (a definição desses municípios é realizada em conformidade com o art. 2 do Decreto 6.321/2007);
- > Projetos realizados nos municípios sob área de influência de grandes obras de infraestrutura;
- > Projetos realizados nos municípios/regiões com maior conservação da cobertura florestal; e
- > Projetos realizados em áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade ou a melhoria do *status* de conservação das espécies da fauna e da flora ameaçadas de extinção.

A3 – Diversidade de atores envolvidos e governança compartilhada

Projetos que envolvam a articulação entre diversos atores, do setor público, privado, terceiro setor ou comunidades locais, com estrutura de governança compartilhada.

A4 – Público-alvo

Projetos envolvendo benefícios diretos a comunidades tradicionais, assentamentos e agricultores familiares.

A5 – Relevância

Projetos com maior potencial de replicabilidade; e

Projetos com maior potencial de impacto (ex. R\$/hectare de floresta protegido ou manejado sustentavelmente).

Condicionantes mínimos para projetos

B1 – Indicadores de resultados

Projeto deve incluir indicadores de resultado mensuráveis e diretamente relacionados aos objetivos do Fundo Amazônia.

B2 – Proponentes/executores

Projeto deve incluir anuência de todos os parceiros e coexecutores.

B3 – Participação social

Projetos envolvendo comunidades tradicionais e povos indígenas devem, obrigatoriamente, apresentar documento que comprove o consentimento prévio dessas comunidades ou de suas instituições representativas. As comunidades envolvidas deverão ser explicitadas no projeto.

B4 – Coerência com áreas temáticas do Fundo Amazônia

Projeto deve se enquadrar em pelo menos uma área temática do Decreto 6.527/2008.

B5 – Coerência com o PPCDAm, os PPCDs estaduais ou a Proveg

Projeto deve demonstrar clara coerência com ações previstas no Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), nos planos estaduais de prevenção e combate ao desmatamento (PPCD) e, quando cabível, com a Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Proveg).

B6 – Coerência com a ENREDD+

Projeto deve demonstrar clara coerência com a Estratégia Nacional para Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal, Conservação dos Estoques de Carbono Florestal, Manejo Sustentável de Florestas e Aumento de Estoques de Carbono Florestal (ENREDD+).

B7 – Adicionalidade de recursos

Projetos devem respeitar o princípio da adicionalidade aos orçamentos públicos diretos destinados às áreas de aplicação do Fundo Amazônia. Na aplicação desse critério, poderão ser considerados os seguintes aspectos:

- > orçamento médio público direto executado nos 2 (dois) anos anteriores no orçamento público investido na ação proposta;
- > variação do orçamento da instituição ou órgão responsável comparado com a variação do orçamento do ente federativo a que se vincula ou integra (em relação ao ano anterior); e
- > previsão nos planos plurianuais de governo vigentes (PPA).

(Continua)

(Continuação)

B8 – Contrapartida

Deve apresentar contrapartida e/ou contribuições não financeiras, demonstrando adicionalidades aos recursos tomados no Fundo Amazônia e produzindo um efeito multiplicador para os investimentos do fundo. As contrapartidas podem se dar na forma de recursos financeiros diretamente investidos no projeto ou pela oferta de infraestrutura, pessoal e outras formas indiretas.

B9 – Base territorial

Projetos devem explicitar a sua base territorial de aplicação (estado e, onde aplicável, município).

B10 – Publicidade e transparência

Projetos devem contar com mecanismo de divulgação de sua implementação pela internet.

B11 – Sustentabilidade do projeto

Apresentar estratégias de sustentação dos resultados do projeto depois da implantação.

B12 – Desconcentração dos recursos

Deve-se buscar equilibrar, no conjunto da atuação do fundo, o apoio a todas as suas áreas temáticas, de acordo com as prioridades que forem definidas.

B13 – Resultados dos projetos com fins econômicos

Os resultados dos projetos com fins econômicos devem priorizar benefícios coletivos ou públicos, relacionados a:

- > infraestrutura produtiva, serviços e insumos de uso coletivo, sem prejuízo da apropriação individual de benefícios pelo público-alvo do Fundo Amazônia (item A4);
- > estudos e levantamentos com resultados disponibilizados à coletividade;
- > treinamento e capacitação abertos à coletividade;
- > desenvolvimento tecnológico com resultados abertos à coletividade, sempre que viável;
- > inovações replicáveis e de aplicação prática; e
- > outros benefícios coletivos identificados no processo de avaliação dos projetos.

B14 – Não substituição de outras fontes de financiamento

Os recursos do Fundo Amazônia não podem substituir outras fontes de financiamento disponíveis.

Modalidades de aplicação dos recursos

C1 – Aplicação direta – Investimento

Aplicações realizadas diretamente pelos executores dos projetos, inclusive através de contratação de terceiros. Inclui investimentos em construções, equipamentos, treinamento e capacitação para estabelecimento de iniciativas. Os projetos podem envolver o emprego de mais de uma modalidade.

C2 – Aplicação direta – Custeio

Aplicações realizadas diretamente pelos executores dos projetos, inclusive através de contratação de terceiros. Inclui gastos de viagem/missões de campo, consultorias de pessoa física ou jurídica, materiais de campo e comunicação, entre outros. Os projetos podem envolver o emprego de mais de uma modalidade.

C3 – Pagamento por serviços ambientais

Pagamentos realizados aos provedores de serviços ambientais. Os projetos podem envolver o emprego de mais de uma modalidade.

C4 – Aplicação indireta

Aplicações indiretas por intermédio de iniciativas agregadoras de pequenos projetos, aí incluídos fundos e outras organizações implementadoras de projetos.

Restrição de uso dos recursos

D1 – Diárias

Não poderão ser pagas diárias para agentes públicos, tais como servidores, empregados públicos ou qualquer pessoa que esteja no exercício de função pública. Não se aplica essa restrição em caso de financiamento a atividades de pesquisa.

D2 – Pagamento de pessoas físicas

Não poderão ser efetuados pagamentos de salários ou qualquer tipo de remuneração a agentes públicos, tais como servidores, empregados públicos ou qualquer pessoa que esteja no exercício de função pública nas três esferas de governo (não se aplica a restrição ao pagamento de bolsas de estudo ou pesquisa especificamente relacionadas ao projeto).

D3 – Impostos e tributos

Os recursos não poderão ser aplicados em pagamento de tributos ou impostos que não sejam inerentes ou parte integrante do custeio ou investimentos realizados pelo projeto (a restrição não se aplica a tributos relacionados às atividades dos projetos, como ICMS incluído nos preços dos produtos e INSS sobre o pagamento de serviços de pessoa física).

Critérios de equidade de aplicação dos recursos

E1 – Equidade na aplicação de recursos por estado

Evitar a concentração de recursos de projetos em um mesmo estado.

E2 – Equidade por tipo de proponente

Evitar a concentração de recursos entre os tipos de proponentes: órgãos públicos, instituições de pesquisa e organizações da sociedade civil. No contexto do Fundo Amazônia, incluem-se em sociedade civil as organizações não governamentais, representações de classe, empresas e outras instituições de direito privado.

Limitações na aplicação dos recursos

F1 – Projetos com fins econômicos

Participação máxima do Fundo Amazônia:

90% para projetos que envolvam micro e pequenas empresas, cooperativas ou associações de produtores com receita operacional bruta anual menor ou igual a R\$ 3,6 milhões;

70% para projetos que envolvam médias empresas, cooperativas ou associações de produtores com receita operacional bruta anual maior que R\$ 3,6 milhões e menor ou igual a R\$ 300 milhões;

50% para projetos que envolvam grandes empresas, cooperativas ou associações de produtores com receita operacional bruta anual maior que R\$ 300 milhões.

Observação: Na hipótese de início de atividades no próprio ano-calendário, os limites acima referidos serão proporcionais ao número de meses em que a pessoa jurídica houver exercido atividade, desconsideradas as frações de meses. Nos casos de empresas em implantação, será considerada a projeção anual de vendas utilizada no empreendimento, levando-se em conta a capacidade total instalada. Quando a empresa for controlada por outra empresa ou pertencer a um grupo econômico, a classificação do porte se dará considerando-se a receita operacional bruta consolidada.

F2 – Projetos com fins econômicos de apoio a grupos sociais fragilizados

Participação máxima do Fundo Amazônia, em casos devidamente justificados: 100%. Os resultados econômicos que resultem dos projetos de apoio a grupos sociais fragilizados deverão ser distribuídos aos integrantes destes, independentemente de quem seja o proponente.

F3 – Projetos com fins econômicos de pesquisa científica e tecnológica desenvolvidos em cooperação entre instituições tecnológicas (IT) e entidades com fins econômicos

Participação máxima do Fundo Amazônia:

90% para projetos que envolvam micro e pequenas empresas, cooperativas ou associações de produtores com receita operacional bruta anual menor ou igual a R\$ 3,6 milhões;

80% para projetos que envolvam médias empresas, cooperativas ou associações de produtores com receita operacional bruta anual maior que R\$ 3,6 milhões e menor ou igual a R\$ 300 milhões;

70% para projetos que envolvam grandes empresas, cooperativas ou associações de produtores com receita operacional bruta anual maior que R\$ 300 milhões.

- > Os beneficiários dos recursos financeiros do Fundo Amazônia serão as instituições tecnológicas (IT) e/ou instituições de apoio (IA).
- > Instituição tecnológica (IT): pessoa jurídica de direito público interno ou entidade direta ou indiretamente por ela controlada ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, que tenham por missão institucional, entre outras, executar atividades de pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico, bem como desenvolvimento tecnológico.
- > Instituições de apoio (IA): instituições sem fins lucrativos criadas com a finalidade de dar apoio a projetos de pesquisa, ensino e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico de interesse das instituições de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e instituições criadas ao amparo da Lei 8.958, de 20 de dezembro de 1994, que tenham essa mesma finalidade.
- > As empresas e/ou demais entidades com fins econômicos com interesse estratégico nas pesquisas não serão beneficiárias diretas dos recursos. Elas serão intervenientes nas operações de financiamento e deverão aportar contrapartida financeira complementando os recursos do Fundo Amazônia.
- > São apoiáveis os investimentos realizados em benefício da instituição tecnológica (IT), com propósito específico de atender aos objetivos do projeto.
- > A participação na propriedade intelectual e nos resultados econômicos provenientes da exploração das criações resultantes do projeto obedecerá aos dispositivos previstos na Lei da Inovação (Lei 10.973, de 2 de dezembro de 2004). Assim, as partes deverão prever, em contrato, a titularidade da propriedade intelectual e a participação nos resultados. Essas serão asseguradas, desde que previsto no contrato, na proporção equivalente ao montante do valor agregado do conhecimento já existente no início da parceria e dos recursos humanos, financeiros e materiais alocados pelas partes contratantes no projeto.
- > Durante a etapa de análise, o BNDES verificará aspectos relacionados aos direitos de propriedade intelectual resultantes do projeto de pesquisa, desenvolvimento e inovação com o intuito de evitar, quando pertinente, práticas restritivas de utilização e cessão desses direitos. Além dos aspectos referidos, o BNDES verificará, também, na etapa de análise, os critérios de rateio dos resultados financeiros do projeto.

Diretrizes e critérios para aplicação dos recursos do Fundo Amazônia em projetos de desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento no Brasil fora da Amazônia Legal

Área de aplicação	Limite de aplicação do total dos recursos	Tabelas
Projetos no Brasil fora da Amazônia Legal e em outros países tropicais	20%	G e H

Critérios orientadores

G1 – Diversidade de atores envolvidos e governança compartilhada

Projetos que envolvam a articulação entre diversos atores, do setor público, privado, terceiro setor ou comunidades locais, com estrutura de governança compartilhada.

G2 – Relevância

Projetos que desenvolvam e implementem metodologia de monitoramento de longo prazo para REDD+.

G3 – Escala

No âmbito do apoio no Brasil fora da Amazônia Legal, terão prioridade os projetos de sistema de monitoramento por bioma, de caráter permanente, que contribuam para o monitoramento em escala nacional e de sistema de controle do desmatamento, queimadas e incêndios florestais, conforme planos de prevenção e controle.

G4 – Escopo

Projetos de cadastramento ambiental rural (CAR) e de integração dos dados de gestão florestal estaduais ao Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais (Sinaflor) são considerados parte dos sistemas de controle ambiental.

Condicionantes mínimos para projetos

G5 – Indicadores de resultado

Projeto deve incluir indicadores de resultado mensuráveis e diretamente relacionados à implantação de sistema de monitoramento de desmatamento ou degradação florestal.

G6 – Proponentes/executores

Projeto deve incluir anuência de todos os parceiros e coexecutores.

G7 – Participação social

Projetos envolvendo comunidades tradicionais e povos indígenas devem, obrigatoriamente, apresentar documento que comprove o consentimento prévio dessas comunidades ou de suas instituições representativas. As comunidades envolvidas deverão ser explicitadas no projeto.

G8 – Contribuição para REDD+

Projeto deve contribuir direta ou indiretamente para levar à REDD+.

G9 – Adicionalidade de recursos

Projetos devem representar adicionalidade aos orçamentos públicos destinados às áreas de aplicação do Fundo Amazônia. Na aplicação desse critério, poderão ser considerados os seguintes aspectos: orçamento médio público direto executado nos 2 (dois) anos anteriores no orçamento público investido na ação proposta; variação do orçamento da instituição/órgão responsável comparado com a variação do orçamento do ente federativo a que se vincula ou integra (em relação ao ano anterior); e previsão nos planos plurianuais (PPA) de governo vigentes.

G10 – Contrapartida

Deve apresentar contrapartida e/ou contribuições não financeiras, demonstrando adicionalidades aos recursos tomados no Fundo Amazônia e produzindo um efeito multiplicador para os investimentos do fundo. As contrapartidas podem se dar na forma de recursos financeiros diretamente investidos no projeto ou pela oferta de infraestrutura, pessoal e outras formas indiretas.

(Continua)

(Continuação)

G11 – Base territorial

Projetos devem abordar prioritariamente o monitoramento da vegetação de um bioma por completo.

G12 – Publicidade e transparência

Sistemas de monitoramento apoiados pelo Fundo Amazônia devem ser constituídos com base em plataformas que permitam ampla divulgação, transparência e acesso aos dados produzidos, por meio da internet.

G13 – Sustentabilidade do projeto

Demonstração da capacidade de sustentação econômica do projeto depois de sua implantação.

G14 – Desconcentração dos recursos

Deve-se buscar equilibrar, no conjunto da atuação do fundo, o apoio a todas as suas áreas temáticas, de acordo com as prioridades que forem definidas.

Modalidades de aplicação dos recursos

G15 – Aplicação direta – Investimento

Aplicações realizadas diretamente pelos executores dos projetos, inclusive através de contratação de terceiros. Inclui investimentos em construções, equipamentos, treinamento e capacitação para estabelecimento de iniciativas. Os projetos podem envolver o emprego de mais de uma modalidade.

G16 – Aplicação direta – Custeio

Aplicações realizadas diretamente pelos executores dos projetos, inclusive através de contratação de terceiros. Inclui gastos de viagem/missões de campo, consultorias de pessoa física ou jurídica, materiais de campo e comunicação, entre outros. Os projetos podem envolver o emprego de mais de uma modalidade.

Restrição de uso dos recursos

G17 – Diárias

Não poderão ser pagas diárias para agentes públicos, tais como servidores, empregados públicos ou qualquer pessoa que esteja no exercício de função pública. Não se aplica essa restrição em caso de financiamento a atividades de pesquisa.

G18 – Pagamento de pessoas físicas

Não poderão ser efetuados pagamentos de salários ou qualquer tipo de remuneração a agentes públicos, tais como servidores, empregados públicos ou qualquer pessoa que esteja no exercício de função pública nas três esferas de governo (não se aplica a restrição ao pagamento de bolsas de estudo ou pesquisa especificamente relacionadas ao projeto).

G19 – Impostos e tributos

Os recursos não poderão ser aplicados em pagamento de tributos ou impostos que não sejam inerentes ou parte integrante do custeio ou investimentos realizados pelo projeto (a restrição não se aplica a tributos relacionados às atividades dos projetos, como ICMS incluído nos preços dos produtos e INSS sobre o pagamento de serviços de pessoa física).

Crítérios de equidade de aplicação dos recursos

G20 – Equidade na aplicação de recursos por estado

Evitar a concentração de recursos de projetos em um mesmo estado.

Diretrizes e critérios para aplicação dos recursos do Fundo Amazônia em projetos de desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento em outros países tropicais

Área de aplicação	Limite de aplicação do total dos recursos	Tabelas
Projetos no Brasil fora da Amazônia Legal e em outros países tropicais	20%	G e H

Critérios orientadores

H1 – Diversidade de atores envolvidos e governança compartilhada

Projetos que envolvam a articulação entre diversos atores, do setor público, privado, terceiro setor ou comunidades locais, com estrutura de governança compartilhada. Projetos que envolvam articulação regional.

H2 – Relevância

Países com maior cobertura florestal.

H3 – Escopo

Em outros países tropicais, o apoio do Fundo Amazônia será limitado a projetos que contribuam para a criação ou o aprimoramento de sistemas de monitoramento da cobertura florestal e sistemas de controle do desmatamento.

Entende-se por sistemas de monitoramento da cobertura florestal a aplicação de técnicas que envolvam o processamento (exemplo: georreferenciamento, realces e classificação) de imagens da superfície terrestre (satelitais ou aerotransportadas) para fins de mapeamento da cobertura e do uso do solo, do desmatamento, da degradação florestal e da recuperação florestal (regeneração e reflorestamentos), com o uso da informação produzida (exemplo: elaboração de mapas, análises espaciais e estatísticas) para o subsídio à gestão florestal. Entende-se por sistemas de controle do desmatamento a elaboração de planos de ação para a redução do desmatamento, o desenvolvimento de plataformas de mensuração, reporte e verificação dos dados sobre a cobertura florestal, organização, gestão e disponibilização de informações sobre o processo de supressão da floresta, como planos de manejo, autorizações, licenças, guias de comercialização e transporte e outros documentos de controle florestal. Inclui-se ainda o apoio à criação e ao aprimoramento de sistemas de rastreabilidade de produtos florestais (definição de metodologias e procedimentos, desenvolvimento de base de dados e sistemas de gestão da informação).

Condicionantes mínimos para projetos

H4 – Indicadores de resultado

Projeto deve incluir indicadores de resultado mensuráveis e diretamente relacionados à implantação de sistema de monitoramento de desmatamento ou degradação florestal.

H5 – Proponentes/executores

Projeto deve ser apresentado pelo governo central do país beneficiário, por instituições multilaterais ou, ainda, por instituições brasileiras governamentais, devendo contar com a anuência formal, nos dois últimos casos, do governo central do país que se beneficiará com as ações a serem desenvolvidas pelo projeto.

H6 – Contribuição para REDD+

Projeto deve contribuir direta ou indiretamente para levar à REDD+.

H7 – Contrapartida

Deve apresentar contrapartida e/ou contribuições não financeiras, demonstrando adicionalidade aos recursos tomados no Fundo Amazônia e produzindo um efeito multiplicador para os investimentos do fundo. Poderão ser considerados os seguintes aspectos: orçamento médio direto executado nos 2 (dois) anos anteriores no orçamento público investido na ação proposta; variação do orçamento da instituição ou órgão responsável comparado com o orçamento do ente federativo a que se vincula ou integra (em relação ao ano anterior); e previsão nos planos plurianuais de governo vigentes. As contrapartidas podem se dar na forma de recursos financeiros diretamente investidos no projeto ou pela oferta de infraestrutura, pessoal e outras formas indiretas.

(Continua)

(Continuação)

H8 – Publicidade e transparência

Sistemas de monitoramento apoiados pelo Fundo Amazônia devem ser constituídos com base em plataformas que permitam ampla divulgação, transparência e acesso aos dados produzidos, por meio da internet.

H9 – Sustentabilidade do projeto

Demonstração da capacidade de sustentação econômica do projeto após a implantação.

H10 – Desconcentração dos recursos

Deve-se buscar equilibrar, no conjunto da atuação do fundo, o apoio a todas as suas áreas temáticas, de acordo com as prioridades que forem definidas.

H11 – Etapa prévia

Como etapa de consideração de projetos internacionais, o BNDES solicitará, previamente ao seu processo de enquadramento de projetos, avaliação formal do Ministério das Relações Exteriores (MRE) sobre a prioridade e os impactos do projeto no que se refere às relações externas do Brasil.

Modalidades de aplicação dos recursos

H12 – Aplicação direta – Investimento

Aplicações realizadas diretamente pelos executores dos projetos, inclusive através de contratação de terceiros. Inclui investimentos em construções, equipamentos, treinamento e capacitação para estabelecimento de iniciativas. Os projetos podem envolver o emprego de mais de uma modalidade.

H13 – Aplicação direta – Custeio

Aplicações realizadas diretamente pelos executores dos projetos, inclusive através de contratação de terceiros. Inclui gastos de viagem/missões de campo, consultorias de pessoa física ou jurídica, materiais de campo e comunicação, entre outros. Os projetos podem envolver o emprego de mais de uma modalidade.

Restrição de uso dos recursos

H14 – Diárias

Não poderão ser pagas diárias para agentes públicos, tais como servidores, empregados públicos ou qualquer pessoa que esteja no exercício de função pública. Não se aplica essa restrição em caso de financiamento a atividades de pesquisa.

H15 – Pagamento de pessoas físicas

Não poderão ser efetuados pagamentos de salários ou qualquer tipo de remuneração a agentes públicos, tais como servidores, empregados públicos ou qualquer pessoa que esteja no exercício de função pública nas três esferas de governo (não se aplica a restrição ao pagamento de bolsas de estudo ou pesquisa especificamente relacionadas ao projeto).

H16 – Impostos e tributos

Os recursos não poderão ser aplicados em pagamento de tributos ou impostos que não sejam inerentes ou parte integrante do custeio ou investimentos realizados pelo projeto.

Critérios de equidade de aplicação dos recursos

H17 – Equidade na aplicação de recursos por país

Evitar a concentração de recursos de projetos em um mesmo país.

Focos para o apoio do Fundo Amazônia no biênio 2017-2018

Orientações gerais

I1 – Focos para o biênio 2017-2018

Nos itens a seguir, são definidos os focos de atuação do Fundo Amazônia para o biênio 2017-2018 e estabelecidos diretrizes e critérios adicionais. Caso não tenha ocorrido a revisão desses focos até 31 de dezembro de 2018, os focos aqui definidos terão vigência até a reunião imediatamente subsequente do Comitê Orientador do Fundo Amazônia ou até a aprovação das novas diretrizes.

I2 – Condicionantes do apoio aos estados

O apoio a novos projetos apresentados por governos estaduais estará condicionado a que o estado interessado esteja em processo de implantação do CAR em seu território, com recursos do Fundo Amazônia, próprios ou de outras fontes, devendo ser priorizados os novos projetos apresentados por estados que estejam integrados ou em processo de integração ao Sinaflor, em cumprimento ao art. 35 da Lei 12.651/2012.

Deverá ser incluída nos contratos do Fundo Amazônia com os estados da Amazônia Legal obrigação contratual prevendo a revisão, pelos estados, de seus planos de prevenção e combate ao desmatamento (PPCD), caso estejam desatualizados, bem como obrigação de produzir e divulgar anualmente um relatório de monitoramento de seus PPCDs.

I3 – Excepcionalização à condicionante de adicionalidade de recursos na Amazônia Legal

Projetos que visem dar continuidade ou aprimorar a fiscalização ambiental e o controle do desmatamento, apresentados por órgãos ou instituições públicas federais ou estaduais com mandato legal para realizar ações de fiscalização, no âmbito do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama), e projetos relacionados ao item I12 poderão, excepcionalmente, ser dispensados da condicionante mínima de adicionalidade de recursos, citada no item B7. Para tanto, serão necessárias a realização de uma consulta formal ao Ministério do Meio Ambiente e a apresentação de declaração do referido órgão/instituição proponente no sentido de que inexistente fonte de recursos disponíveis para o apoio financeiro pleiteado. A justificativa técnica e a declaração acima mencionadas são documentos obrigatórios e conjuntos à proposta protocolada formalmente no BNDES, o qual verificará, para fins de enquadramento, aderência à condicionante no âmbito dos contratos de doação ao Fundo Amazônia.

Modalidades operacionais

I4 – Modalidades operacionais

Os focos aqui definidos serão apoiados por meio da apresentação direta de projetos estruturantes ou de projetos selecionados através de chamadas públicas promovidas diretamente pelo Fundo Amazônia (BNDES) ou por intermédio de instituições parceiras.

O apoio a projetos de desenvolvimento científico e tecnológico se dará exclusivamente pela modalidade chamada pública (promovida diretamente pelo Fundo Amazônia (BNDES) ou por intermédio de instituição parceira) ou por meio de projetos estruturantes que tenham por objetivo o subsídio à formulação ou à implementação de políticas públicas, conforme critérios a serem definidos pelo COFA.

Poderão ser definidos pelo COFA critérios orientadores para induzir a apresentação de projetos aderentes aos focos do biênio, que estabeleçam aspectos como público-alvo, escopo mínimo, itens apoiáveis, prazos e outras condicionantes.

I5 – Projeto estruturante

Projeto estruturante é aquele que atenda cumulativamente aos critérios a seguir:

- > contribua para a implementação de uma política pública;
- > seja resolutivo em relação à situação problema; e
- > tenha escala no território (sempre que o projeto desenvolva as suas ações no território).

Os projetos estruturantes poderão ser propostos por: (i) entidades do Governo Federal; (ii) entidades dos governos estaduais; (iii) organizações privadas sem fins lucrativos; ou (iv) empresas ou (e) instituições multilaterais.

Será considerado atendido o critério “ter escala no território” quando, por exemplo, as ações do projeto abrangerem em sua totalidade um conjunto de municípios, de assentamentos ou de áreas protegidas, uma região estadual de planejamento, o entorno de grandes obras de infraestrutura etc. A definição da escala territorial deve ser balizada de acordo com as características do projeto e as respectivas políticas públicas.

(Continua)

(Continuação)

I6 – Chamada pública

Além das chamadas de projetos promovidas diretamente pelo Fundo Amazônia (BNDES), será admitido o apoio a instituições parceiras para que estas promovam chamadas públicas de projetos. As instituições parceiras deverão comprovar experiência, conhecimento e capacidade operacional para conferir qualidade e escala às chamadas públicas, entendendo-se por instituições parceiras as entidades do terceiro setor e dos governos federal e estadual.

O Fundo Amazônia estará aberto permanentemente à apresentação, por instituições parceiras, de pedidos de colaboração financeira que busquem o seu apoio para a realização de chamadas públicas de projetos, com foco nas ações prioritizadas para o biênio 2017-2018 na Amazônia Legal.

As chamadas públicas promovidas diretamente pelo Fundo Amazônia ou apoiadas indiretamente por meio das instituições parceiras deverão ser objeto de publicidade, com a sua divulgação na página na internet do Fundo Amazônia ou das instituições parceiras responsáveis, conforme o caso.

Amazônia Legal – Eixo monitoramento e controle

I7 – Fiscalização e combate a crimes e infrações ambientais

Promoção da fiscalização, investigação e combate a crimes e infrações ambientais, incluindo o apoio: (i) ao aumento da capacidade de fiscalização ambiental, de investigação e de combate dos governos federal e estaduais; (ii) à integração dos sistemas estaduais de inteligência e fiscalização aos sistemas federais; (iii) a ações integradas de fiscalização, envolvendo órgãos estaduais de meio ambiente, Ibama, Funai e ICMBio; (iv) à informatização integrada dos dados de gestão florestal estaduais ao Sinaflor, inclusive autorizações de supressão de vegetação e de planos de manejo; e (v) destinação de bens apreendidos.

I8 – Implementação e efetivação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e regularização ambiental

Promoção do processo de regularização ambiental por meio de: (i) apoio à inscrição no CAR de pequenas propriedades ou posses rurais familiares (até quatro módulos fiscais), terras indígenas e quilombolas; (ii) suporte à integração dos sistemas estaduais de CAR ao Sistema de Cadastro Ambiental Rural (Sicar) e adaptação de módulos complementares de análise e monitoramento, de gestão dos programas de regularização ambiental (PRA) dos estados e de cotas de reserva ambiental (CRA); (iii) apoio ao desenvolvimento e à implementação dos PRAs; (iv) suporte às atividades para a validação das inscrições no CAR; (v) apoio à elaboração e à validação dos projetos de recuperação de áreas degradadas e alteradas (Prada) de pequenas propriedades ou posses rurais familiares; e (vi) apoio à estruturação e à operacionalização do monitoramento da regularidade ambiental dos imóveis rurais.

O apoio à implantação do CAR e à regularização ambiental dos imóveis rurais será feito prioritariamente através de operações com os estados, que poderão firmar parcerias/contratações para a execução das ações necessárias, respeitada a legislação aplicável. Todavia, será possível apoiar por meio de outros parceiros projetos de CAR e de regularização ambiental em áreas que não foram contempladas nos projetos contratados com os estados.

I9 – Prevenção e combate à ocorrência dos incêndios florestais

Apoio a ações de prevenção e combate à degradação florestal causada por incêndios em vegetação nativa apresentadas por órgãos governamentais com atuação na Amazônia Legal, corpos de bombeiros militares ou organizações não governamentais em parceria com órgãos de governo, prioritariamente em assentamentos, unidades de conservação e terras indígenas.

Promoção da integração das informações sobre autorizações de queimadas emitidas pelos estados com o Sistema Nacional de Informações sobre o Fogo (Sisfogo), por meio de suporte à integração de sistemas.

I10 – Aprimoramento e fortalecimento do monitoramento da cobertura vegetal

Apoio ao monitoramento do desmatamento, da dinâmica da mudança do uso da terra, da degradação florestal e das queimadas na Amazônia Legal.

Amazônia Legal – Eixo fomento às atividades produtivas sustentáveis

I11 – Atividades econômicas de uso sustentável da floresta e da biodiversidade

Estruturação, fortalecimento e consolidação das cadeias produtivas da sociobiodiversidade e da agricultura familiar de base sustentável, incluindo valorização da economia extrativista, manejo florestal madeireiro e não madeireiro, aquicultura e arranjos de pesca, sistemas agroecológicos e agroflorestais, turismo de base comunitária, pecuária sustentável e assistência técnica para essas atividades.

I12 – Programa Bolsa Verde e pagamentos por serviços ambientais

Fortalecimento do Programa de Apoio à Conservação Ambiental – Bolsa Verde e de incentivos aos serviços ambientais e ecossistêmicos de base comunitária.

I13 – Recomposição de áreas degradadas e alteradas

Apoio à implementação da Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Proveg), especialmente a recomposição de áreas degradadas e alteradas de: (i) pequenas propriedades ou posses rurais de até quatro módulos fiscais, com priorização de implementação de Pradas; e (ii) unidades de conservação da natureza, terras indígenas e comunidades tradicionais.

Amazônia Legal – Eixo ordenamento fundiário e territorial

I14 – Regularização fundiária

Apoio à regularização fundiária de terras públicas, com prioridade nas áreas críticas com maior desmatamento e conflitos agrários, incluindo o apoio à destinação de terras públicas e a realização de mutirões de regularização fundiária e ambiental. Não será passível de apoio o pagamento de indenizações por desapropriação.

I15 – Planejamento territorial

Apoio à elaboração, à revisão e ao detalhamento do zoneamento ecológico-econômico (ZEE), contemplando ações de capacitação de gestores e técnicos governamentais e da sociedade civil, e à formulação de planos de ação que prevejam a aplicação do ZEE em outros instrumentos de políticas públicas, como o Plano Plurianual, os programas de regularização ambiental, o licenciamento ambiental, a concessão de crédito rural e a outorga dos direitos de uso de recursos hídricos.

I16 – Terras indígenas

Apoio à elaboração e à implementação dos planos de gestão territorial e ambiental de terras indígenas, alinhados com a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), inclusive no que se refere à proteção e à vigilância de terras indígenas.

I17 – Áreas protegidas

Apoio à criação, ao reconhecimento e à consolidação de áreas protegidas (unidades de conservação e terras indígenas).

Apoio à formação de corredores ecológicos, conectando terras públicas e privadas, por meio, entre outros: (i) da criação de unidades de conservação; (ii) do aprimoramento da gestão ambiental e territorial de áreas protegidas, inclusive áreas de preservação permanente (APP), de reserva legal e uso restrito; (iii) da recuperação de áreas degradadas, observado o disposto no item I13; e (iv) da formalização dos acordos para manutenção dos corredores.

Apoio à recuperação e à manutenção de áreas prioritárias para gestão de unidades de conservação em zonas de amortecimento, ressalvado que o apoio estará limitado a pequenas propriedades ou posses rurais familiares (até quatro módulos fiscais).

I18 – Assentamentos

Apoio à regularização ambiental e fundiária dos assentamentos, inclusive à implementação do Programa Assentamentos Verdes (Programa de Prevenção, Combate e Alternativas ao Desmatamento Ilegal em Assentamentos da Amazônia).

Amazônia Legal – Eixo ciência, inovação e instrumentos econômicos

I19 – Novos produtos da sociobiodiversidade

Apoio à pesquisa científica e tecnológica voltada às cadeias de produtos da sociobiodiversidade, inclusive para o desenvolvimento de novos produtos a partir da biodiversidade amazônica – fármacos, fitofármacos, medicamentos, produtos cosméticos e outros de interesse das indústrias química e de alimentos.

I20 – Atividades produtivas sustentáveis

Apoio à pesquisa científica e tecnológica voltada ao manejo florestal madeireiro e não madeireiro, à recuperação de áreas degradadas (incluindo escolha de espécies, manejo de sementes e métodos para otimizar a recuperação), à integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF), à pesca e aquicultura sustentáveis, à conservação de recursos hídricos e à conservação do solo.

I21 – Sistemas de monitoramento e controle do desmatamento, da degradação florestal e das queimadas

Apoio ao desenvolvimento, à implementação e ao aprimoramento de sistemas de monitoramento do uso e da cobertura da terra e de controle do desmatamento, da degradação florestal, da regeneração e das queimadas para fins de quantificação do desflorestamento, como subsídio às políticas públicas de prevenção e combate ao desmatamento.

I22 – Estudos, projeções e simulações

Apoio a estudos, projeções e simulações relacionados ao uso e à cobertura da terra, que tenham como objetivo subsidiar a elaboração e a implementação de políticas públicas de prevenção e combate ao desmatamento e visando a redução das emissões de gases de efeito estufa decorrentes do desmatamento, conforme critérios a serem definidos pelo COFA.

I23 – Financiamento comunitário

Apoio à estruturação e aporte de recursos financeiros em fundos rotativos comunitários ou instrumentos semelhantes para viabilizar a expansão das cadeias de valor do manejo florestal, da sociobiodiversidade e da agroecologia.

I24 – Promoção da política de compras públicas

Apoio à ampliação da política de compras públicas dos produtos originários de manejo florestal, da sociobiodiversidade e da agroecologia, visando dar-lhes sustentação e maior escala.

I25 – Instrumentos econômicos e negócios de impacto

Apoio ao desenvolvimento de um ecossistema de negócios de impacto e a outras ações de impacto na Amazônia Legal, bem como a instrumentos econômicos que permitam combinar os recursos do Fundo Amazônia com recursos privados ou de outras fontes.

O apoio do Fundo Amazônia no Brasil fora da Amazônia Legal

I26 – Cadastro Ambiental Rural (CAR) e regularização ambiental dos imóveis rurais

Promoção do processo de regularização ambiental por meio de: (i) apoio à inscrição no CAR de pequenas propriedades ou posses rurais familiares (até quatro módulos fiscais); (ii) suporte à integração dos sistemas estaduais de CAR ao Sicar e adaptação de módulos complementares de análise e monitoramento; e (iii) suporte às atividades para a validação das inscrições no CAR.

Os beneficiários de projetos de apoio ao CAR fora da Amazônia Legal deverão necessariamente aportar contrapartida financeira. Nos projetos que contemplem estados em que os biomas Cerrado, Caatinga e Pantanal representam, cumulativamente, mais de 40% do seu território, deverão ser aportadas contrapartidas financeiras de, no mínimo, 10% do valor total do projeto. Nos demais casos fora da Amazônia Legal, deverão ser aportadas contrapartidas financeiras de, no mínimo, 20% do valor total do projeto.

O apoio à implantação do CAR será feito prioritariamente por meio de operações com estados, que poderão firmar parcerias/contratações para a execução das ações necessárias, respeitada a legislação aplicável.

I27 – Sistemas de monitoramento do desmatamento

Apoio a projetos que contribuam para a criação ou o aprimoramento de sistemas de monitoramento da cobertura florestal fora da Amazônia Legal, conforme diretrizes e critérios vigentes (ver itens G1 a G20).

Apoio à proteção e vigilância em terras indígenas.

Promoção da informatização integrada dos dados de gestão florestal estaduais ao Sinaflor, inclusive autorizações de supressão de vegetação e de planos de manejo.

O apoio do Fundo Amazônia em outros países tropicais

I28 – Sistemas de monitoramento do desmatamento em outros países tropicais

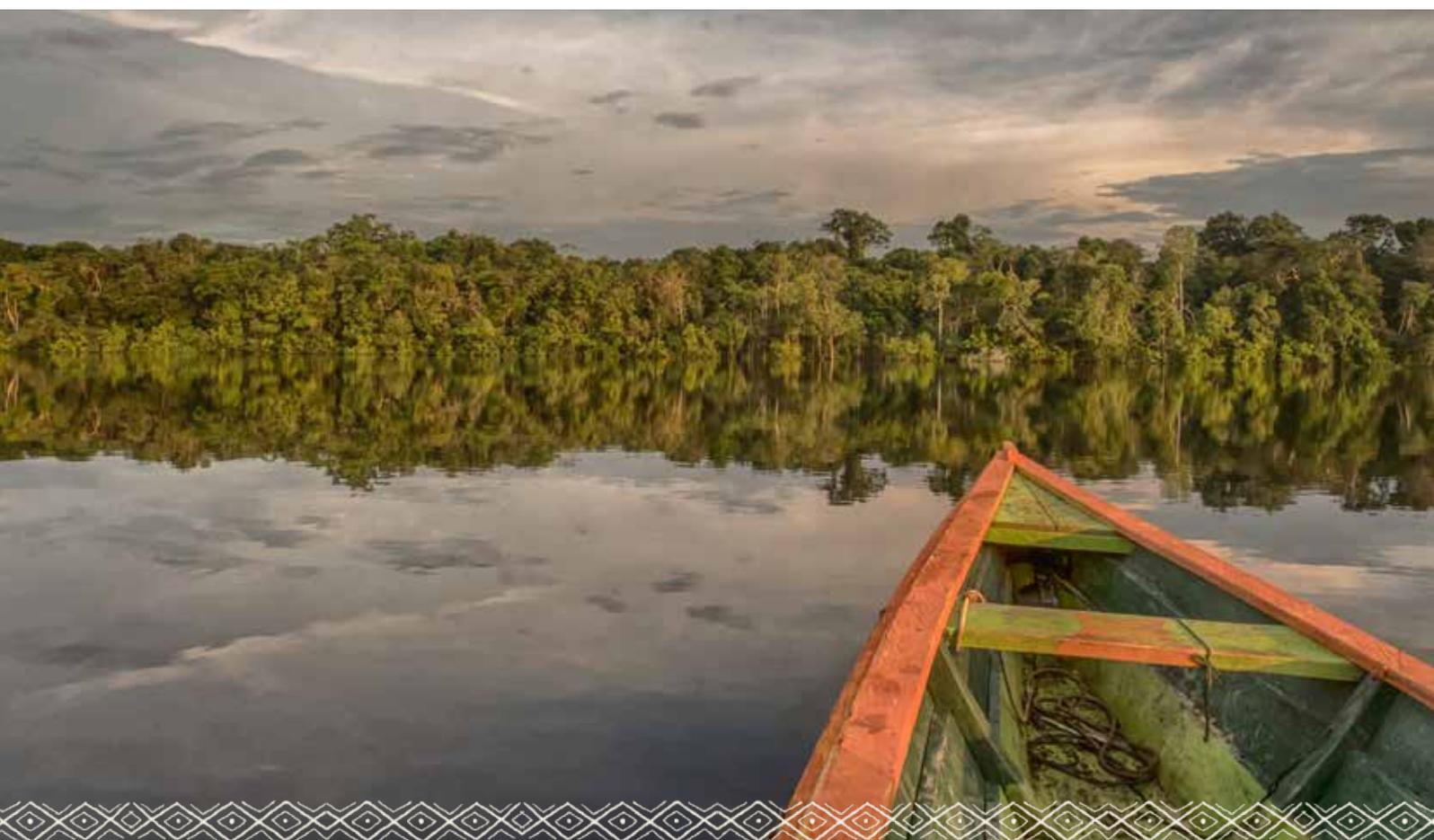
Apoio a projetos que contribuam para a criação ou o aprimoramento de sistemas de monitoramento da cobertura florestal e sistemas de controle do desmatamento em outros países tropicais, conforme diretrizes e critérios vigentes (ver itens H1 a H17).



Anexo 3 – Cancelamentos, alterações de valores e suplementações

Projetos cancelados

Nome do projeto	Responsável pelo projeto	Valor do apoio (R\$)	Ano de cancelamento
S.O.S Cumarú do Norte	Município de Cumarú do Norte (PA)	755.299,70	2012
Porto de Moz Sustentável	Município de Porto de Moz (PA)	337.206,46	2014
Anapu Rumo ao Selo Verde	Município de Anapu (PA)	431.940,00	2014
Maranhão Sustentável	Estado do Maranhão	20.036.000,00	2016
Bombeiros RR	Estado de Roraima	12.800.000,00	2016
Renda Florestal	Associação Vale para o Desenvolvimento Sustentável (Fundo Vale)	35.000.000,00	2017
Negócios Agroflorestais	Fundação Jari	2.838.549,00	2017
Sepror Agroecológica	Estado do Amazonas	14.900.000,00	2018
Seind – Gestão Ambiental Sustentável de Terras Indígenas	Estado do Amazonas	16.465.000,00	2018
Gestão Florestal e Dinamização de Cadeias Produtivas	Estado do Amapá	40.304.200,00	2018
Frutos da Floresta	União Brasileira de Educação e Ensino (Ubee)	4.053.734,00	2018
Companhia de Operações Ambientais	União Federal – Ministério da Justiça	30.631.480,00	2020
Total		178.553.409,16	



Projetos cujos valores foram alterados

Nome do projeto	Responsável pelo projeto	Valor do apoio (R\$)	Valor original do apoio (R\$)	Valor da alteração* (R\$)
Bolsa Floresta	Fundação Amazonas Sustentável (FAS)	19.107.547,89	19.169.087,00	(61.539,11)
Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa) – Fase II	Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio)	19.949.058,91	20.000.000,00	(50.941,09)
Sementes do Portal	Instituto Ouro Verde (IOV)	5.397.778,87	5.433.450,00	(35.671,13)
Preservar Porto dos Gaúchos	Município de Porto dos Gaúchos (MT)	120.655,00	133.890,00	(13.235,00)
Recupera Marcelândia	Município de Marcelândia (MT)	551.556,98	669.126,00	(117.569,02)
Fundo Dema	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase)	6.601.699,07	9.347.384,00	(2.745.684,93)
CAR: Tocantins Legal	Estado do Tocantins	26.800.000,00	40.504.400,00	(13.704.400,00)
Valorização do Ativo Ambiental Florestal	Estado do Acre	52.930.867,68	60.000.000,00	(7.069.132,32)
Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia	Universidade Federal do Pará (UFPA)	2.660.567,23	2.704.084,90	(43.517,67)
Reflorestamento no Sul do Estado do Amazonas	Estado do Amazonas	17.575.286,19	20.000.000,00	(2.424.713,81)
Jacundá, Município de Economia Verde	Município de Jacundá	199.352,05	792.200,00	(592.847,95)
Bombeiros Florestais de Mato Grosso	Estado de Mato Grosso	12.518.230,09	12.625.000,00	(106.769,91)
Fundação Banco do Brasil – Fundo Amazônia	Fundação Banco do Brasil	14.515.520,43	15.000.000,00	(484.479,57)
Desenvolvimento Socioeconômico Ambiental Integrado	Estado de Rondônia	31.227.392,40	32.659.602,00	(1.432.209,60)
Olhos d'Água da Amazônia – Fase II	Município de Alta Floresta	7.146.563,54	7.182.970,00	(36.406,46)
Programa Municípios Verdes	Estado do Pará	45.591.647,24	82.378.560,00	(36.786.912,76)
CAR Roraima	Estado de Roraima	1.414.380,37	10.820.500,00	(9.406.119,63)
Cadeias de Valor de Produtos Florestais Não Madeireiros	Associação SOS Amazônia	9.938.777,00	9.993.000,00	(54.223,00)
Proteção Florestal Tocantins	Estado do Tocantins	4.958.910,00	5.000.000,00	(41.090,00)
Quintais Amazônicos	Centro de Estudos da Cultura e do Meio Ambiente da Amazônia (Rioterra)	8.837.852,29	9.117.000,00	(279.147,71)
Sentinelas da Floresta	Cooperativa dos Agricultores do Vale do Amanhecer (Coopavam)	5.175.522,50	5.288.817,00	(113.294,50)
Fortalecendo a Economia de Base Florestal Sustentável	Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Estado do Acre (Cooperacre)	4.981.614,66	5.081.763,00	(100.148,34)
Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre	Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-Acre)	3.091.111,21	3.106.064,00	(14.952,79)
Amazônia Indígena Sustentável	Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé	7.352.757,03	8.188.872,44	(836.115,41)
Semeando Novos Rumos em Cotriguaçu	Município de Cotriguaçu	1.567.845,25	1.981.511,00	(413.665,75)

(Continua)

(Continuação)

Nome do projeto	Responsável pelo projeto	Valor do apoio (R\$)	Valor original do apoio (R\$)	Valor da alteração* (R\$)
APL Babaçu	Associação em Áreas de Assentamento no estado do Maranhão (Assema)	4.897.085,37	5.286.300,00	(389.214,63)
Pequenos Projetos Ecosociais na Amazônia	Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN)	12.814.691,38	12.843.876,04	(29.184,66)
Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia	The Nature Conservancy Brasil (TNC Brasil)	15.487.682,61	15.750.406,00	(262.723,39)
Assentamentos Sustentáveis na Amazônia	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam)	23.408.189,40	24.939.200,37	(1.531.010,97)
Compostos Bioativos da Amazônia	Universidade Federal do Pará (UFPA)	1.352.368,48	1.352.336,00	32,48
Nascentes do Buriti	Município de Carlinda	1.875.500,94	1.870.581,50	4.919,44
Acre: Incêndios Florestais Zero	Estado do Acre	13.280.709,56	13.280.700,00	9,56
CAR Paraná	Estado do Paraná	1.084.473,01	14.110.253,86	(13.025.780,85)
Amazônia SAR	União Federal – Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam)	47.958.727,94	63.923.626,00	(15.964.898,06)
Uso de tecnologias sociais para redução do desmatamento	Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual (Adai)	9.059.718,63	9.075.000,00	(15.281,37)
Tapajós Sustentável	Conservation International Brasil (CI-Brasil)	18.835.139,00	23.679.628,00	(4.844.489,00)
Cidades Florestais	Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (Idesam)	12.055.534,99	12.092.485,00	(36.950,01)
Capacitar para Conservar	Equipe de Conservação da Amazônia (Ecam)	1.404.360,67	1.452.000,00	(47.639,33)
Prevfogo	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)	14.600.323,63	14.717.270,00	(116.946,37)
CAR Mato Grosso do Sul	Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (Imasul)	4.575.359,30	8.789.800,00	(4.214.440,70)
CAR Bahia	Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Estado da Bahia (Inema) – Estado da Bahia e Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema)	29.298.701,78	31.671.000,00	(2.372.298,22)
Consolidando a Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas	Centro de Trabalho Indigenista (CTI)	11.858.546,84	11.934.540,00	(75.993,16)
IREHI – Cuidando dos Territórios	Operação Amazônia Nativa (Opan)	8.144.618,70	8.160.140,00	(15.521,30)
Gestão das Terras Indígenas das Bacias do Rio Negro e Xingu	Instituto Socioambiental (ISA)	11.685.843,13	11.712.000,00	(26.156,87)
Gestão Territorial Indígena no Sul do Amazonas	Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB)	11.042.796,11	11.448.505,00	(405.708,89)
Pacto da Floresta	Pacto das Águas – Elaboração e Desenvolvimento de Projetos Socioambientais	8.607.999,88	8.700.000,00	(92.000,12)
TOTAL		573.540.793,23	693.966.929,11	(120.426.135,88)

* Os projetos Compostos Bioativos da Amazônia, Nascentes do Buriti e Acre: Incêndios Florestais Zero tiveram um aumento de valor, pois previam atualização monetária da quantia da colaboração financeira do Fundo Amazônia.

Projetos com suplementação

Nome do projeto	Responsável pelo projeto	Valor do apoio (R\$)	Valor original do apoio (R\$)	Valor da suplementação (R\$)	Ano de aprovação da suplementação
Conhecer para Conservar	Museu da Amazônia (Musa)	9.984.629,00	8.454.421,00	1.530.208,00	2015
Concretizar	Associação dos Pequenos Agrossilvicultores do Projeto Reça	6.422.748,00	4.751.520,00	1.671.228,00	2015
TOTAL		16.407.377,00	13.205.941,00	3.201.436,00	



Anexo 4

Modelo de quadro de resultados para projetos apoiados pelo Fundo Amazônia

Objetivos (efeitos diretos)	1.1 Atividades econômicas de uso sustentável da floresta e da biodiversidade identificadas e desenvolvidas	1.2 Cadeias dos produtos agroflorestais e da biodiversidade com valor agregado ampliado	1.3 Capacidades gerencial e técnica ampliadas para a implementação de atividades econômicas de uso sustentável da floresta e da biodiversidade	1.4 Áreas desmatadas e degradadas recuperadas e utilizadas para fins econômicos e de conservação ecológica
	Componente "produção sustentável"			
Qual o valor do financiamento alocado a cada objetivo?	R\$ – mil	R\$ – mil	R\$ – mil	R\$ – mil
Como podem ser medidas as entregas (eficácia) associadas a cada objetivo?	Imóveis rurais com projetos de produção sustentável implantados (nº de imóveis)	Unidades de beneficiamento de produtos da agricultura familiar e do extrativismo implantadas, ampliadas ou reformadas (nº de unidades de beneficiamento)	Capacitação para prática e gestão de atividades econômicas sustentáveis – total (nº de pessoas)	Área com ações concluídas de recuperação da cobertura vegetal com espécies nativas – plantio, enriquecimento ou adensamento (hectares)
	Imóveis rurais beneficiados com assistência técnica (nº de imóveis)	Infraestrutura para produção sustentável e recuperação de vegetação – viveiros/casas de semente/galpões implantados (nº de unidades)	Capacitação para prática e gestão de atividades econômicas sustentáveis – mulheres (nº de mulheres)	Área com ações concluídas de recuperação da cobertura vegetal com espécies nativas – condução da regeneração natural (hectares)
	Unidades demonstrativas implantadas – sistemas agroflorestais (SAF)/pecuária sustentável/integração lavoura-pecuária-floresta (nº de unidades demonstrativas)	Equipamentos de transporte adquiridos para produção sustentável – embarcações/carros/caminhões/tratores e motocicletas (nº de equipamentos)	Capacitação para prática e gestão de atividades econômicas sustentáveis – indígenas (nº de indígenas)	Área com ações concluídas de recuperação da cobertura vegetal – sistemas agroflorestais (SAF) (hectares)
	Infraestrutura para produção sustentável e recuperação de vegetação – viveiros/casas de semente/galpões implantados (nº de unidades)	Estudos para produção sustentável elaborados – diagnósticos/planos de negócios/planos de comunicação (nº de estudos)	Projetos de pequeno porte apoiados por entidades aglutinadoras – projetos até R\$ 150 mil (nº de projetos)	Infraestrutura para produção sustentável e recuperação de vegetação – viveiros/casas de semente/galpões implantados (nº de unidades)
	Equipamentos de transporte adquiridos para produção sustentável – embarcações/carros/caminhões/tratores e motocicletas (nº de equipamentos)	Projetos de pequeno porte apoiados por entidades aglutinadoras – projetos até R\$ 150 mil (nº de projetos)	Projetos de médio ou grande porte apoiados por entidades aglutinadoras – projetos acima de R\$ 150 mil (nº de projetos)	Equipamentos de transporte adquiridos para produção sustentável – embarcações/carros/caminhões/tratores e motocicletas (nº de equipamentos)
	Estudos para produção sustentável elaborados – diagnósticos/planos de negócios/planos de comunicação (nº de estudos)	Projetos de médio ou grande porte apoiados por entidades aglutinadoras – projetos acima de R\$ 150 mil (nº de projetos)	Eventos integradores para produção sustentável – seminários/oficinas realizados (nº de eventos)	Projetos de pequeno porte apoiados por entidades aglutinadoras – projetos até R\$ 150 mil (nº de projetos)

(Continua)

(Continuação)

Objetivos (efeitos diretos)	1.1 Atividades econômicas de uso sustentável da floresta e da biodiversidade identificadas e desenvolvidas	1.2 Cadeias dos produtos agroflorestais e da biodiversidade com valor agregado ampliado	1.3 Capacidades gerencial e técnica ampliadas para a implementação de atividades econômicas de uso sustentável da floresta e da biodiversidade	1.4 Áreas desmatadas e degradadas recuperadas e utilizadas para fins econômicos e de conservação ecológica
Componente "produção sustentável"				
Como podem ser medidas as entregas (eficácia) associadas a cada objetivo?	Projetos de pequeno porte apoiados por entidades aglutinadoras – projetos até R\$ 150 mil (nº de projetos)	Eventos integradores para produção sustentável – seminários/oficina realizados (nº de eventos)	Publicações pedagógicas ou mídias elaboradas para produção sustentável (nº de publicações)	Projetos de médio ou grande porte apoiados por entidades aglutinadoras – projetos acima de R\$ 150 mil (nº de projetos)
	Projetos de médio ou grande porte apoiados por entidades aglutinadoras – projetos acima de R\$ 150 mil (nº de projetos)	Publicações pedagógicas ou mídias elaboradas para produção sustentável (nº de publicações)	Total de indivíduos diretamente beneficiados pelo projeto – produção sustentável (nº de indivíduos)	Eventos integradores para produção sustentável – seminários/oficinas realizados (nº de eventos)
	Eventos integradores para produção sustentável – seminários/oficinas realizados (nº de eventos)	Total de indivíduos diretamente beneficiados pelo projeto – produção sustentável (nº de indivíduos)	Mulheres diretamente beneficiadas pelo projeto – produção sustentável (nº de mulheres)	Publicações pedagógicas ou mídias elaboradas para produção sustentável (nº de publicações)
	Publicações pedagógicas ou mídias elaboradas para produção sustentável (nº de publicações)	Mulheres diretamente beneficiadas pelo projeto – produção sustentável (nº de mulheres)	Indígenas diretamente beneficiados pelo projeto – produção sustentável (nº de indígenas)	Total de indivíduos diretamente beneficiados pelo projeto – produção sustentável (nº de indivíduos)
	Total de indivíduos diretamente beneficiados pelo projeto – produção sustentável (nº de indivíduos)	Indígenas diretamente beneficiados pelo projeto – produção sustentável (nº de indígenas)	Instituições apoiadas indiretamente – aglutinadas/chamadas públicas de parceiros (nº de instituições)	Mulheres diretamente beneficiadas pelo projeto – produção sustentável (nº de mulheres)
	Mulheres diretamente beneficiadas pelo projeto – produção sustentável (nº de mulheres)	Instituições apoiadas indiretamente – aglutinadas/chamadas públicas de parceiros (nº de instituições)		Indígenas diretamente beneficiados pelo projeto – produção sustentável (nº de indígenas)
	Indígenas diretamente beneficiados pelo projeto – produção sustentável (nº de indígenas)			Instituições apoiadas indiretamente – aglutinadas/chamadas públicas de parceiros (nº de instituições)
	Instituições apoiadas indiretamente – aglutinadas/chamadas públicas de parceiros (nº de instituições)			

(Continua)



(Continuação)

Objetivos (efeitos diretos)	1.1 Atividades econômicas de uso sustentável da floresta e da biodiversidade identificadas e desenvolvidas	1.2 Cadeias dos produtos agroflorestais e da biodiversidade com valor agregado ampliado	1.3 Capacidades gerencial e técnica ampliadas para a implementação de atividades econômicas de uso sustentável da floresta e da biodiversidade	1.4 Áreas desmatadas e degradadas recuperadas e utilizadas para fins econômicos e de conservação ecológica
Componente "produção sustentável"				
Como podem ser medidos os efeitos esperados (efetividade) a partir das entregas do projeto?	Faturamento anual com atividade econômica de uso sustentável – produtos <i>in natura</i> (R\$ mil)	Faturamento anual com atividade econômica de uso sustentável – produtos beneficiados e serviços (R\$ mil)	Indivíduos capacitados para prática e gestão de atividades econômicas sustentáveis que efetivamente aplicam os conhecimentos adquiridos – total (nº de indivíduos)	Área recuperada em utilização para fins econômicos (hectares)
	Área de floresta diretamente manejada (hectares)	Área de floresta diretamente manejada (hectares)	Indivíduos capacitados para prática e gestão de atividades econômicas sustentáveis que efetivamente aplicam os conhecimentos adquiridos – mulheres (nº de mulheres)	Área recuperada para fins de conservação ambiental e/ou regularização ambiental – regeneração em andamento (hectares)
	Organizações do terceiro setor que avançaram em gestão e governança (nº de organizações)	Organizações do terceiro setor que avançaram em gestão e governança (nº de organizações)	Indivíduos capacitados para prática e gestão de atividades econômicas sustentáveis que efetivamente aplicam os conhecimentos adquiridos – indígenas (nº de indígenas)	Organizações do terceiro setor que avançaram em gestão e governança (nº de organizações)
			Organizações do terceiro setor que avançaram em gestão e governança (nº de organizações)	



Objetivos (efeitos diretos)	2.1 Instituições de monitoramento, controle e responsabilização ambiental estruturadas e modernizadas	2.2 Acesso ampliado dos produtores rurais à regularização ambiental de suas propriedades
Componente "monitoramento e controle"		
Qual o valor do financiamento alocado a cada objetivo?	R\$ – mil	R\$ – mil
Como podem ser medidas as entregas (eficácia) associadas a cada objetivo?	Capacitação em gestão ambiental ou tecnologias de monitoramento do desmatamento – total (nº de indivíduos)	Imóveis rurais inscritos no Cadastro Ambiental Rural (CAR) – protocolo (nº de imóveis)
	Capacitação em gestão ambiental ou tecnologias de monitoramento do desmatamento – mulheres (nº de mulheres)	Área de imóveis rurais inscritos no Cadastro Ambiental Rural (CAR) – protocolo (hectares)
	Capacitação em gestão ambiental ou tecnologias de monitoramento do desmatamento – servidores públicos (nº de servidores)	Equipamentos de transporte adquiridos para monitoramento, controle e regularização ambiental – embarcações/carros/caminhões/motocicletas (nº de equipamentos)
	Capacitação em gestão ambiental ou tecnologias de monitoramento do desmatamento – servidores públicos mulheres (nº de servidores mulheres)	Imóveis rurais com cadastro analisado (nº de imóveis)
	Equipamentos de transporte adquiridos para monitoramento, controle e regularização ambiental – embarcações/carros/caminhões/motocicletas (nº de equipamentos)	Área de imóveis rurais com cadastro analisado (hectares)
	Equipamentos adquiridos para combate a incêndios florestais e queimadas não autorizadas – aeronave/caminhonete/embarcação/tanque-reboque/caminhão autotanque florestal (nº de equipamentos)	Projetos de recuperação de áreas degradadas ou alteradas (Prada) elaborados (nº projetos)
	Veículos alugados para ações de fiscalização ambiental (nº de veículos)	Área de imóveis com projetos de recuperação de áreas degradadas ou alteradas (Prada) elaborados (hectares)
	Horas de voo executadas em ações de fiscalização ambiental (nº de horas)	Área com ações concluídas de recuperação da cobertura vegetal com espécies nativas – plantio, enriquecimento ou adensamento (hectares)
	Missões de fiscalização ambiental executadas (nº de missões)	Área com ações concluídas de recuperação da cobertura vegetal com espécies nativas – condução da regeneração natural (hectares)
	Capacitação em técnicas de combate ao fogo para formação de brigadas civis – total (nº de pessoas)	Área com ações concluídas de recuperação da cobertura vegetal – sistemas agroflorestais (SAF) (hectares)
	Capacitação em técnicas de combate ao fogo para formação de brigadas civis – mulheres (nº de mulheres)	Eventos integradores para monitoramento, controle e regularização ambiental – seminários/oficinas (nº de eventos)
	Sistemas eletrônicos implantados, aprimorados e/ou integrados para fins de monitoramento e controle ambiental (nº de sistemas)	Publicações pedagógicas ou mídias elaboradas para monitoramento, controle ou regularização ambiental (nº de publicações)
	Eventos integradores para monitoramento, controle e regularização ambiental – seminários/oficinas (nº de eventos)	Infraestrutura para recuperação de vegetação – viveiros/casas de semente/galpões implantados (nº de unidades)
	Publicações pedagógicas ou mídias elaboradas para monitoramento, controle ou regularização ambiental (nº de publicações)	
Área mapeada com informações geoespaciais para fins de monitoramento e controle (hectares)		
Órgãos ambientais fortalecidos (nº de órgãos)		

(Continua)

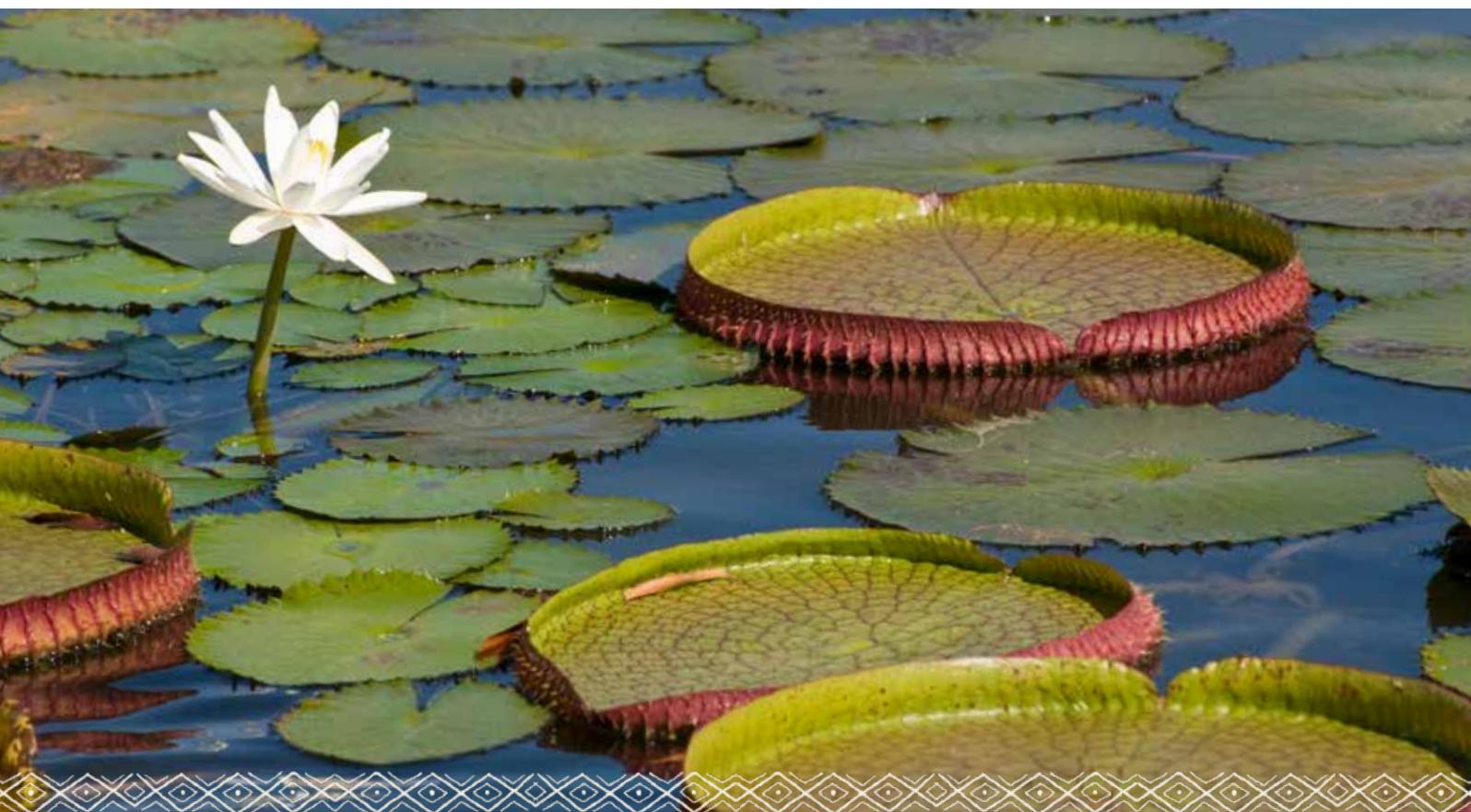
(Continuação)

Objetivos (efeitos diretos)	2.1 Instituições de monitoramento, controle e responsabilização ambiental estruturadas e modernizadas	2.2 Acesso ampliado dos produtores rurais à regularização ambiental de suas propriedades
Componente "monitoramento e controle"		
Como podem ser medidas as entregas (eficácia) associadas a cada objetivo?	Capacitação em prevenção e combate a incêndios florestais e queimadas não autorizadas ou manejo integrado do fogo – servidores públicos (nº de servidores)	
	Capacitação em prevenção e combate a incêndios florestais e queimadas não autorizadas ou manejo integrado do fogo – servidores públicos (nº de servidores mulheres)	
	Capacitação em técnicas de queimadas controladas e prevenção de incêndios florestais ou em técnicas alternativas ao uso do fogo – total (nº de indivíduos)	
	Capacitação em técnicas de queimadas controladas e prevenção de incêndios florestais ou em técnicas alternativas ao uso do fogo – mulheres (nº de mulheres)	
	Operações de combate a incêndios florestais ou queimadas não autorizadas realizadas pelo corpo de bombeiros militar em parceria com órgãos federais (nº de operações conjuntas)	
	Operações de combate a incêndios florestais ou queimadas não autorizadas realizadas pelo corpo de bombeiros militar em parceria com outros corpos de bombeiros militares (nº de operações conjuntas)	
	Ações de apoio pelo corpo de bombeiros militar à fiscalização ambiental realizadas por outros órgãos estaduais e federais competentes (nº de ações de apoio)	
Como podem ser medidos os efeitos esperados (efetividade) a partir das entregas do projeto?	Área monitorada na Amazônia Legal (hectares)	Imóveis inscritos no CAR com cadastro analisado e regular (nº de imóveis)
	Área monitorada no Brasil fora da Amazônia Legal (hectares)	Área de imóveis inscritos no CAR com cadastro analisado e regular (hectares)
	Área monitorada em outros países tropicais (hectares)	Projetos de recuperação de áreas degradadas ou alteradas (Prada) aprovados pelo órgão ambiental (nº de projetos)
	Autos de infração lavrados por infrações contra a flora (nº de autos)	Área de imóveis com projetos de recuperação de áreas degradadas ou alteradas (Prada) aprovados pelo órgão ambiental (hectares)
	Multas aplicadas por infrações contra a flora (R\$ mil)	Área recuperada em utilização para fins econômicos (hectares)
	Indivíduos capacitados em gestão ambiental ou tecnologias de monitoramento do desmatamento aplicando os conhecimentos adquiridos – total (nº de indivíduos)	Área recuperada para fins de conservação ambiental e/ou regularização ambiental – regeneração em andamento (hectares)
	Indivíduos capacitados em gestão ambiental ou tecnologias de monitoramento do desmatamento aplicando os conhecimentos adquiridos – mulheres (nº de mulheres)	
	Indivíduos capacitados em gestão ambiental ou tecnologias de monitoramento do desmatamento aplicando os conhecimentos adquiridos – servidores públicos (nº de servidores)	
	Indivíduos capacitados em gestão ambiental ou tecnologias de monitoramento do desmatamento aplicando os conhecimentos adquiridos – servidores públicos mulheres (nº de servidores mulheres)	
Indivíduos capacitados em técnicas de combate ao fogo para a formação de brigadas civis aplicando os conhecimentos adquiridos – total (nº de indivíduos)		
Mulheres capacitadas em técnicas de combate ao fogo para a formação de brigadas civis aplicando os conhecimentos adquiridos – mulheres (nº de mulheres)		

(Continua)

(Continuação)

Objetivos (efeitos diretos)	2.1 Instituições de monitoramento, controle e responsabilização ambiental estruturadas e modernizadas	2.2 Acesso ampliado dos produtores rurais à regularização ambiental de suas propriedades
Componente "monitoramento e controle"		
Como podem ser medidos os efeitos esperados (efetividade) a partir das entregas do projeto?	Focos de calor – primeira medição é a média do número de focos de calor nos cinco anos anteriores à implementação das ações do projeto (nº de focos de calor)	
	Focos de calor verificados pelo corpo de bombeiros mediante ida a campo (nº de focos de calor)	
	Incêndios florestais ou queimadas não autorizadas combatidos pelo corpo de bombeiros (nº de incêndios)	
	Indivíduos capacitados em prevenção e combate a incêndios florestais e queimadas não autorizadas ou manejo integrado do fogo aplicando os conhecimentos adquiridos – servidores públicos (nº de servidores)	
	Indivíduos capacitados em prevenção e combate a incêndios florestais e queimadas não autorizadas ou manejo integrado do fogo aplicando os conhecimentos adquiridos – servidores públicos (nº de servidores mulheres)	
	Indivíduos capacitados em técnicas de queimadas controladas e prevenção de incêndios florestais ou em técnicas alternativas ao uso do fogo aplicando os conhecimentos adquiridos – total (nº de indivíduos)	
	Indivíduos capacitados em técnicas de queimadas controladas e prevenção de incêndios florestais ou em técnicas alternativas ao uso do fogo aplicando os conhecimentos adquiridos – total (nº de mulheres)	
	Acessos a sistemas eletrônicos implantados ou integrados para fins de monitoramento e controle ambiental (nº de acessos)	
Organizações utilizando sistemas eletrônicos implantados e/ou integrados para fins de monitoramento e controle ambiental (nº de organizações)		



Objetivos (efeitos diretos)	3.1 Florestas públicas e áreas protegidas ampliadas	3.2 Áreas protegidas com infraestrutura, proteção territorial e gestão consolidada	3.3 Áreas de terras com situação fundiária regular ampliadas	3.4 Áreas de terras com organização do território definida através do zoneamento ecológico-econômico (ZEE) ampliadas
Componente "ordenamento territorial"				
Qual o valor do financiamento alocado a cada objetivo?	R\$ – mil	R\$ – mil	R\$ – mil	R\$ – mil
Como podem ser medidas as entregas (eficácia) associadas a cada objetivo?	Estudos para a identificação de áreas prioritárias para a criação de unidades de conservação (UC) ou reconhecimento de terras indígenas (TI) realizados (nº de estudos)	Planos de gestão territorial elaborados ou revisados (nº de planos)	Imóveis rurais com georreferenciamento realizado para fins de regularização fundiária (nº de imóveis)	Estudos de planejamento e/ou diagnóstico e/ou prognóstico para a realização do ZEE (nº de estudos)
	Equipamentos de transporte adquiridos para ordenamento territorial – embarcações/ carros/ caminhões/ tratores e motocicletas (nº de equipamentos)	Equipamentos de transporte adquiridos para ordenamento territorial – embarcações/ carros/ caminhões/ tratores e motocicletas (nº de equipamentos)	Equipamentos de transporte adquiridos para ordenamento territorial – embarcações/ carros/ caminhões/ tratores e motocicletas (nº de equipamentos)	Área mapeada com informações geoespaciais para fins de ordenamento territorial (hectares)
	Eventos integradores para ordenamento territorial – seminários/ oficinas realizados (nº de eventos)	Eventos integradores para ordenamento territorial – seminários/oficinas realizados (nº de eventos)	Eventos integradores para ordenamento territorial – seminários/ oficinas realizados (nº de eventos)	Banco de Dados Geográficos (BDG) estruturado e alimentado com as geoinformações utilizadas para elaboração do ZEE (nº de banco de dados)
	Publicações pedagógicas ou mídias elaboradas para ordenamento territorial (nº de publicações)	Publicações pedagógicas ou mídias elaboradas para ordenamento territorial (nº de publicações)	Publicações pedagógicas ou mídias elaboradas para ordenamento territorial (nº de publicações)	Equipamentos de transporte adquiridos para ordenamento territorial – embarcações/ carros/ caminhões/ tratores e motocicletas (nº de equipamentos)
	Área mapeada com informações geoespaciais para fins de ordenamento territorial (hectares)	Missões de vigilância territorial executadas (nº de missões)	Documentos digitalizados para gestão fundiária (nº de documentos)	Eventos públicos de discussão e validação do ZEE realizados (nº de eventos)
	Total de indivíduos diretamente beneficiados pelo projeto – ordenamento territorial (nº de indivíduos)	Capacitação em gestão ou proteção territorial de áreas protegidas – total (nº de indivíduos)	Área de imóveis rurais com georreferenciamento realizado para fins de regularização fundiária (hectares)	Publicações pedagógicas ou mídias elaboradas para ordenamento territorial (nº de publicações)
	Mulheres diretamente beneficiadas pelo projeto – ordenamento territorial (nº de mulheres)	Capacitação em gestão ou proteção territorial de áreas protegidas – mulheres (nº de mulheres)	Total de indivíduos diretamente beneficiados pelo projeto – ordenamento territorial (nº de indivíduos)	
	Indígenas diretamente beneficiados pelo projeto – ordenamento territorial (nº de indígenas)	Capacitação em gestão ou proteção territorial de áreas protegidas – indígenas (nº de indígenas)	Mulheres diretamente beneficiadas pelo projeto – ordenamento territorial (nº de mulheres)	

(Continua)

(Continuação)

Objetivos (efeitos diretos)	3.1 Florestas públicas e áreas protegidas ampliadas	3.2 Áreas protegidas com infraestrutura, proteção territorial e gestão consolidada	3.3 Áreas de terras com situação fundiária regular ampliadas	3.4 Áreas de terras com organização do território definida através do zoneamento ecológico-econômico (ZEE) ampliadas
Componente "ordenamento territorial"				
Como podem ser medidas as entregas (eficácia) associadas a cada objetivo?		Capacitação em gestão ou proteção territorial de áreas protegidas – servidores públicos (nº de servidores)	Indígenas diretamente beneficiados pelo projeto – ordenamento territorial (nº de indígenas)	
		Capacitação em gestão ou proteção territorial de áreas protegidas – servidores públicos mulheres (nº de servidores mulheres)		
		Área mapeada com informações geoespaciais para fins de ordenamento territorial (hectares)		
		Área com ações concluídas de recuperação da cobertura vegetal com espécies nativas – plantio, enriquecimento ou adensamento (hectares)		
		Área com ações concluídas de recuperação da cobertura vegetal com espécies nativas – condução da regeneração natural (hectares)		
		Área com ações concluídas de recuperação da cobertura vegetal – sistemas agrofloretais (SAF) (hectares)		
		Projetos de pequeno porte apoiados por entidades aglutinadoras – projetos até R\$ 150 mil (nº de projetos)		
		Projetos de médio ou grande porte apoiados por entidades aglutinadoras – projetos acima de R\$ 150 mil (nº de projetos)		
		Total de indivíduos diretamente beneficiados pelo projeto – ordenamento territorial (nº de indivíduos)		
		Mulheres diretamente beneficiadas pelo projeto – ordenamento territorial (nº de mulheres)		
		Indígenas diretamente beneficiados pelo projeto – ordenamento territorial (nº de indígenas)		
		Instituições apoiadas indiretamente – aglutinadas/ chamadas públicas de parceiros (nº de instituições)		

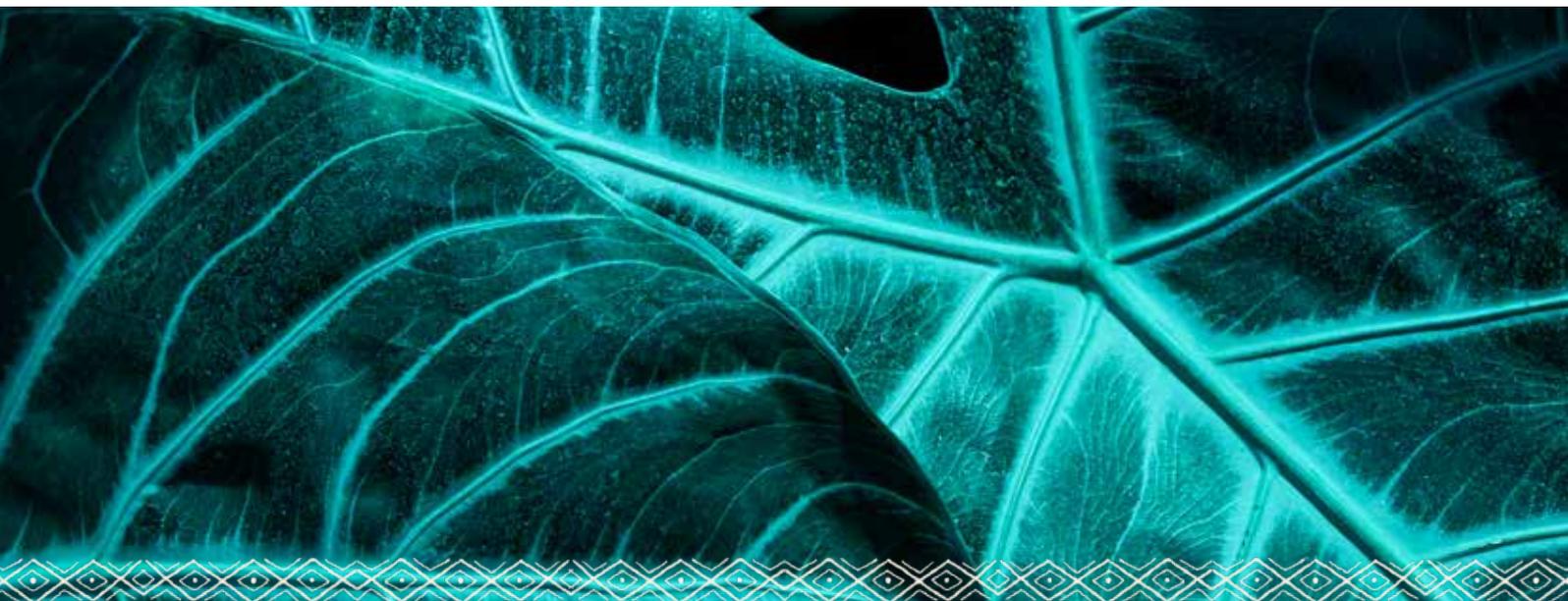
(Continua)

(Continuação)

Objetivos (efeitos diretos)	3.1 Florestas públicas e áreas protegidas ampliadas	3.2 Áreas protegidas com infraestrutura, proteção territorial e gestão consolidada	3.3 Áreas de terras com situação fundiária regular ampliadas	3.4 Áreas de terras com organização do território definida através do zoneamento ecológico-econômico (ZEE) ampliadas
Componente "ordenamento territorial"				
Como podem ser medidos os efeitos esperados (efetividade) a partir das entregas do projeto?	Área de UCs da natureza criadas (hectares)	UCs com instrumento de gestão ambiental e territorial em implementação (nº de UCs)	Imóveis rurais com situação fundiária regularizada (nº de imóveis)	Área de terras com organização do território definida por meio do ZEE (hectares)
	Área de TIs reconhecidas (hectares)	Área de UCs com instrumento de gestão ambiental e territorial em implementação (hectares)	Área de imóveis rurais com situação fundiária regularizada (hectares)	
		TIs com instrumento de gestão ambiental e territorial em implementação (nº de TIs)		
		Área de TIs com instrumento de gestão ambiental e territorial em implementação (hectares)		
		Indivíduos capacitados para gestão ou vigilância de áreas protegidas aplicando os conhecimentos adquiridos – total (nº de indivíduos)		
		Mulheres capacitadas para gestão ou vigilância de áreas protegidas aplicando os conhecimentos adquiridos (nº de mulheres)		
		Indígenas capacitados para gestão ou vigilância de áreas protegidas aplicando os conhecimentos adquiridos (nº de indígenas)		
		Servidores públicos capacitados em gestão de áreas protegidas aplicando os conhecimentos adquiridos – total (nº de servidores)		
		Servidores públicos capacitados em gestão de áreas protegidas aplicando os conhecimentos adquiridos – mulheres (nº de servidores mulheres)		
		Área recuperada em utilização para fins econômicos (hectares)		
	Área recuperada para fins de conservação ambiental e/ou regularização ambiental – regeneração em andamento (hectares)			
	Organizações do terceiro setor que avançaram em gestão e governança (nº de organizações)			

Objetivos (efeitos diretos)	4.1 Conhecimentos e tecnologias voltados para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade, o monitoramento e controle do desmatamento e o ordenamento territorial produzidos, difundidos e utilizados	4.2 Instrumentos econômicos voltados para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade, o monitoramento e controle do desmatamento e o ordenamento territorial desenvolvidos, difundidos e utilizados
Componente "ciência, inovação e instrumentos econômicos"		
Qual o valor do financiamento alocado a cada objetivo?	R\$ – mil	R\$ – mil
Como podem ser medidas as entregas (eficácia) associadas a cada objetivo?	Pesquisas realizadas (nº de pesquisas)	Plataformas de finanças solidárias estruturadas para apoiar projetos das cadeias dos produtos da sociobiodiversidade (nº de plataformas)
	Laboratórios construídos ou reformados (nº de laboratórios)	Valor pago por serviços ambientais (R\$ mil)
	Área de laboratórios construídos ou reformados (m²)	Subvenção concedida a extrativistas e pequenos produtores rurais para a promoção das cadeias dos produtos da sociobiodiversidade (R\$ mil)
	Equipamentos de transporte adquiridos para ciência e inovação – embarcações/carros/ caminhões/motocicletas (nº de equipamentos)	Valor pago por programas de compras públicas (R\$ mil)
	Sistemas eletrônicos desenvolvidos e/ou aprimorados para fins de monitoramento e controle ambiental (nº de sistemas)	Imóveis rurais beneficiados com pagamento por serviços ambientais (nº de imóveis)
Como podem ser medidas as entregas (eficácia) associadas a cada objetivo?	Eventos integradores para ciência e inovação – seminários/oficinas realizados (nº de eventos)	Equipamentos de transporte adquiridos para implementação de instrumentos econômicos – embarcações/carros/caminhões/motocicletas (nº de equipamentos)
	Área mapeada com informações geoespaciais para fins de monitoramento e controle (hectares)	Eventos integradores para implementação de instrumentos econômicos – seminários/oficinas realizados (nº de eventos)
	Área mapeada com informações geoespaciais para fins de ordenamento territorial (hectares)	Publicações pedagógicas ou mídias elaboradas para implementação de instrumentos econômicos (nº de publicações)
Como podem ser medidas as entregas (eficácia) associadas a cada objetivo?	Pesquisadores e técnicos envolvidos nas atividades de pesquisa científica e tecnológica residentes na região amazônica para a execução do projeto – total (nº de indivíduos)	Mapeamento de oportunidades de negócios de impactos socioambientais realizado (nº de mapeamentos)
	Mulheres pesquisadoras e técnicas envolvidas nas atividades de pesquisa científica e tecnológica residentes na região amazônica para a execução do projeto (nº de mulheres)	

(Continua)



(Continuação)

Objetivos (efeitos diretos)	4.1 Conhecimentos e tecnologias voltados para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade, o monitoramento e controle do desmatamento e o ordenamento territorial produzidos, difundidos e utilizados	4.2 Instrumentos econômicos voltados para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade, o monitoramento e controle do desmatamento e o ordenamento territorial desenvolvidos, difundidos e utilizados
Componente "ciência, inovação e instrumentos econômicos"		
Como podem ser medidos os efeitos esperados (efetividade) a partir das entregas do projeto?	Publicações científicas produzidas (nº de publicações)	Operações de finanças solidárias realizadas (capital de giro, prestação de aval etc.) para fomentar atividades produtivas sustentáveis (nº de operações)
	Novos produtos ou tecnologias desenvolvidos (nº de produtos)	Valor do apoio realizado (capital de giro, prestação de aval etc.) por meio de instrumentos de plataforma de finanças solidárias (R\$ mil)
	Patentes depositadas no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) (nº de patentes)	Inadimplemento financeiro resultante de operações de finanças solidárias (capital de giro, prestação de aval etc.) para fomentar atividades produtivas sustentáveis (R\$ mil)
	Informações geoespacializadas de uso e cobertura da terra geradas por tecnologias desenvolvidas ou aprimoradas – alertas/mapas/laudos (nº de informações)	Área de cobertura florestal beneficiada com pagamento por serviços ambientais (hectares)
		Organizações produtivas que venderam produtos no âmbito de programas de compras públicas (nº de organizações)
		Indivíduos que venderam produtos no âmbito de programas de compras públicas (nº de indivíduos)
		Organizações produtivas beneficiadas por subvenções para promoção de produtos da sociobiodiversidade (nº de organizações)
		Indivíduos beneficiados por subvenções para promoção de produtos da sociobiodiversidade (nº de indivíduos)
		Valor aportado por fundo de investimento em negócios de impacto socioambiental com coinvestimento do Fundo Amazônia
		Faturamento anual com atividades econômicas de uso sustentável de organizações comunitárias – produtos <i>in natura</i> (R\$ mil)
	Faturamento anual com atividades econômicas de uso sustentável de organizações comunitárias – produtos beneficiados e serviços (R\$ mil)	



Índice de projetos

Valorização do Ativo Ambiental Florestal.....	74
Fortalecendo a Economia de Base Florestal Sustentável	84
Fortalecimento da Gestão Ambiental na Amazônia	90
Sementes do Portal – Fase II	97
Assentamentos Sustentáveis na Amazônia	103
Néctar da Amazônia	111
CAR Roraima	116
Gestão das Terras Indígenas das Bacias do Rio Negro e Xingu.....	122
CAR Mato Grosso do Sul	130
IREHI – Cuidando dos Territórios.....	135
Mamirauá.....	141
CAR Paraná	147
Florestas Comunitárias	153
Bem Viver Sustentável.....	160
Cadeias de Valor de Produtos Florestais Não Madeireiros.....	160
Capacitar para Conservar.....	160
Conhecer para Conservar.....	160
Fundo Dema.....	160
Programa de Qualificação da Gestão Ambiental.....	161
Rondônia Mais Verde	161
Uso de Tecnologias Sociais para Redução do Desmatamento.....	161
Concretizar	161
Semeando Novos Rumos em Cotriguaçu.....	161
Amazônia Indígena Sustentável.....	162
Alto Juruá.....	162
Pará combatendo os incêndios florestais e queimadas não autorizadas	162
APL Babaçu.....	162
Fortalecimento da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas na Amazônia	162
Arapaima: Redes Produtivas	162

Proteção Etnoambiental de Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato na Amazônia	162
Nascentes do Buriti	163
Pequenos Projetos Ecosociais na Amazônia	163
Quintais Amazônicos	163
Proteção Florestal Tocantins	163
Sociobiodiversidade Produtiva no Xingu	163
Cadeias de Valor em Terras Indígenas no Acre	163
Fortalecimento do Controle e do Monitoramento Ambiental para o Combate ao Desmatamento Ilegal na Amazônia	164
Jacundá – Município de Economia Verde.....	164
Sentinelas da Floresta.....	164
Biodiversidade.....	164
Compostos Bioativos da Amazônia	164
Florestas de Mangue.....	164
Pesca Sustentável.....	165
Reflorestamento no Sul do Estado do Amazonas.....	165
Olhos d’Água da Amazônia – Fase II	165
Bombeiros Florestais de Mato Grosso	165
Recupera Marcelândia.....	165
Semas Pará	165
Acre: Incêndios Florestais Zero.....	166
Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia	166
Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa) – Fase 2	166
Bolsa Floresta.....	166
Disseminação e Aprimoramento das Técnicas de Manejo Florestal Sustentável	166
Ilhas de Belém.....	166
Nova Cartografia Social na Amazônia Universidade do Estado do Amazonas (UEA).....	166
Gestão Socioambiental de Municípios do Pará	167
Virada Verde	167
Olhos d’Água da Amazônia	167

Preservar Porto dos Gaúchos.....	167
Sementes do Portal.....	167
Amazônia – Regularização Ambiental	169
Amazônia Agroecológica	169
Amazônia SAR.....	169
Bolsa Floresta+.....	169
Cadeias de Valor da Agricultura Familiar no Estado de Mato Grosso.....	170
Calha Norte Sustentável.....	170
CAR Acre.....	170
CAR Amazonas.....	170
CAR Bahia	170
CAR Ceará.....	170
CAR Espírito Santo.....	170
CAR: Tocantins Legal.....	170
Cidades Florestais	171
Consolidando a Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas.....	171
Experiências Indígenas de Gestão Territorial e Ambiental no Acre	171
Floresta Ativa Tapajós.....	171
Floresta de Babaçu em Pé	171
Floresta para Sempre	172
Florestas de Valor – Novos modelos de Negócio para a Amazônia	172
Fundação Banco do Brasil (Fase 2) – Fundo Amazônia	172
Fundação Banco do Brasil (FBB) – Fundo Amazônia	172
Fundo Kayapó de Conservação em Terras Indígenas.....	172
Gestão Territorial Indígena no Sul do Amazonas.....	172
Inventário Florestal Nacional – Amazônia	173
Legado Integrado da Região Amazônica (Lira).....	173
Mais Sustentabilidade no Campo.....	173
Mato Grosso Sustentável	173
Monitoramento Ambiental dos Biomas Brasileiros	173
Monitoramento Ambiental por Satélites no Bioma Amazônia.....	173

Monitoramento da Cobertura Florestal na Amazônia Regional	173
Pacto da Floresta.....	174
Plantar Rondônia	174
PPP-ECOS na Amazônia Fase 2.....	174
Prevfogo/Ibama.....	174
Profisc I - B.....	174
Programa Municípios Verdes	174
Projeto de Desenvolvimento Socioeconômico Ambiental Integrado (PDSEAI).....	174
Projeto Integrado da Amazônia.....	175
Tapajós Sustentável.....	175
Terra a Limpo	175
Território, Cultura e Autonomia Kayapó.....	175
Valorizando Cadeias Socioprodutivas Amazônicas	175

FICHA TÉCNICA

(composição dos cargos em 31 de dezembro de 2022)

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Jair Messias Bolsonaro

MINISTRO DO MEIO AMBIENTE

Joaquim Leite

MINISTRO DA ECONOMIA

Paulo Guedes

BNDES

PRESIDENTE

Gustavo Montezano

DIRETOR DA ÁREA DE GESTÃO PÚBLICA E SOCIOAMBIENTAL

Bruno Caldas Aranha

SUPERINTENDENTE DA ÁREA DE GESTÃO PÚBLICA E SOCIOAMBIENTAL

Julio Costa Leite

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

E GESTÃO DO FUNDO AMAZÔNIA

Nabil Moura Kadri

EDIÇÃO

Gerência de Editoração e Memória do BNDES

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Rodrigo Negreiros

COORDENAÇÃO E REDAÇÃO

Gerência de Relações Institucionais
do Fundo Amazônia

PROJETO GRÁFICO

Refinaria Design

PRODUÇÃO EDITORIAL

Tikinet

FOTOS

Getty Images

Fundo Amazônia.
O Brasil cuida.
O mundo apoia.
Todos ganham.

EDITADO PELO DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO DO GABINETE DA PRESIDÊNCIA
JUNHO DE 2023

www.bndes.gov.br



MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO,
INDÚSTRIA, COMÉRCIO
E SERVIÇOS

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE E
MUDANÇA DO CLIMA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO